

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**O ESPAÇO TRAVESTIDO: ritmos e TRANSformações identitárias em um
território urbano**

ELAYNE MESSIAS PASSOS

SALVADOR, 2020

ELAYNE MESSIAS PASSOS

**O ESPAÇO TRAVESTIDO: ritmos e TRANSformações identitárias em
um território urbano**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa: Espaços urbanos, cultura e memória, para obtenção do título de Doutor em Antropologia.

Orientador: Lívio Sansone

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P289 Passos, Elayne Messias
 O espaço travestido: ritmos e transformações identitárias em um território urbano /
Elayne Messias Passos. – 2020.
 224 f.: il.

 Orientador: Prof. Dr. Lívio Sansone
 Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Salvador, 2020.

 1. Aracaju (SE). 2. Capitais e vilas. 3. Travestis - Aracaju (SE) 4. Resistência
Travestis. I. Sansone, Lívio. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.7



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

ATA Nº 17

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA), realizada em 27/08/2020 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA no. 17, linha de pesquisa Antropologia, da discente ELAYNE MESSIAS PASSOS, matrícula 216121135, intitulada O Espaço Travestido: ritmos e transformações identitárias em um território urbano. Às 14:00 do citado dia, "realizada por videoconferência", foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Prof. Dr. LIVIO SANSONE que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES, Prof. Dra. MARIA ROSARIO GONCALVES DE CARVALHO, Prof. Dra. BERENICE ALVES DE MELO BENTO e Prof. Dr. ULISSES NEVES RAFAEL. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. BERENICE ALVES DE MELO BENTO, UnB

Examinador Externo à Instituição

Dr. ULISSES NEVES RAFAEL, UFS

Examinador Externo à Instituição

Dra. MARIA ROSARIO GONCALVES DE CARVALHO, UFBA

Examinador Externo ao Programa



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

Dr. FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES, UFBA

Examinador Interno

Dr. LIVIO SANSONE, UFBA

Presidente

ELAYNE MESSIAS PASSOS

Doutorando

*Para Coleta Ana, Anete e Igor. Os lugares onde
sempre posso voltar com a certeza de ser amada...*

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese representa algo muito significativo em minha vida, não apenas pelo acesso a um título que será muito importante em minha carreira de professora/pesquisadora, mas pelas transformações por que passei ao longo desta jornada, desde o momento em que recebi a notícia de que havia sido aprovada no processo seletivo do PPGA-UFBA.

Como nem tudo são flores, em meu percurso, deparei-me com alguns espinhos que deixaram cicatrizes, mas que não foram suficientes para me impedir de chegar a este momento com tanta felicidade. Hoje, não restam mágoas em mim, apenas gratidão. Gratidão por tudo que recebi, pelo privilégio de fazer um doutorado em uma universidade como a UFBA.

Sou grata por todo o aprendizado alcançado, pelos amigos que fiz, pela oportunidade de partilhar minhas dificuldades e conquistas e, principalmente, por saber o quanto sou querida.

Em Salvador, errei, aprendi, me dediquei, sorri e sofri. Uma experiência única, vivida intensamente e que, com certeza, deixou marcas.

Esse sentimento de gratidão que me inebria permite que eu escreva: depois de tantos obstáculos superados, sinto-me mais preparada para o que futuro me reserva, sinto-me mais forte, sinto-me transformada. É por isso que agradeço ao universo e a todos que fizeram parte desse processo por cada momento partilhado, os bons, e os não tão bons momentos.

Agradeço ao PPGA. Agradeço a Livia, que, enquanto foi secretária do Programa, me ajudou com muitas questões de ordem burocrática.

Agradeço à Professora Fátima por ter me ensinado tanto. Vivi momentos maravilhosos e inesquecíveis em sua presença. Suas aulas me marcaram e ouvi-la era sempre prazeroso, em qualquer aspecto.

Agradeço à minha turma maravilhosa: Adriana, Iacy, Vanessa e Flávio.

Agradeço ao querido Mário Leony pela recorrente generosidade e por aceitar dialogar com este trabalho. Obrigada também por me inspirar.

Agradeço ao Doutor Francisco Lima Júnior pela cordialidade e pela disponibilidade em me receber para tratar das questões LGBTQIA+ no estado de Sergipe.

Agradeço à Guarda Municipal de Aracaju e aos seus valorosos servidores, que se prontificaram a contribuir com o presente trabalho.

Agradeço ao Estado de Sergipe por ter concedido minha licença remunerada para estudo.

Agradeço ao meu querido e eterno Professor Doutor Jorge Carvalho, por sempre ter acreditado em mim e por ter fomentado a minha liberação, enquanto era Secretário de Estado da Educação, além de pelas valiosas lições transmitidas enquanto estive sob a sua chefia, as quais guardo sempre comigo.

Agradeço aos meus “amigos de trabalho” da antiga Cogedam, que me apoiaram durante todo esse trajeto, compartilhando seus ombros e ouvidos, me acolhendo emocionalmente, me estimulando e muito mais. A Sol, a Simone, a Val, a Mercita, a Jamille, a Semirames e a Welto. Sem vocês, nada disso teria se tornado realidade.

Agradeço aos amigos que Salvador me deu: minha querida Tati, como sinto saudades de você! Seu sorriso me ilumina! Minha querida Sarah, sempre surpreendendo com sua inteligência e suas sólidas convicções! E meu querido Tedson, quantos momentos divertidos vivemos! Quero vocês para sempre em minha vida.

Agradeço às minhas amigas do peito, as minhas queridas “monas”: a Rafaela, que me presenteou com a luz da minha vida, meu Francisco, além de ser minha companheira de todas as horas; a Díjna, que foi uma leitora voraz da tese e fez intervenções muito frutíferas no texto, sempre com muita atenção e carinho, uma amiga resiliente e generosa; Adriano, que chegou há pouco, de mansinho, mas já ocupa um grande espaço em meu coração; a Mari, minha amiga de outras vidas, que combina comigo em tudo e cuja ausência, em certo período, foi demasiadamente sentida; a Vanessa “Policia”, por me ensinar tanto com seu jeito alegre de viver; a Dinha, por ser meu referencial de leveza e de sabedoria; e a Svetlana, por ser um porto seguro. Amo vocês incondicionalmente e me sinto honrada por tê-las ao lado.

Agradeço aos Hermínios, que me acolheram em família, e, sobretudo, a Angélica, a Aldete e a Alaíde, por me darem tanto e fazerem de mim uma verdadeira sobrinha, que é como hoje me enxergo perante elas. Angélica cuidando de minha saúde, Aldete sempre prestativa e Alaíde cuidando de minha vida! Vocês me inspiram, me fortalecem e me ensinam a ser alguém melhor! Uma vida não seria suficiente para agradecê-las!

Agradeço também a Ana Hermínia (*in memoriam*) e a Giza, cujos trabalhos e relatos me nortearam e estenderam as pontes pelas quais pude conhecer as travestis que mudariam a minha história e a desta pesquisa.

Agradeço ao meu cunhado, Alípio, e às minhas amigas e concunhadas, Raquel e Jael. Amo vocês, meninas! Obrigada pela parceria e pela escuta. Obrigada pelo cotidiano. Obrigada por tornarem minha vida mais leve.

Agradeço aos meus sobrinhos Gabriel e Eduardo e à minha doce irmã Geovanna, pelas alegrias em conjunto. Agradeço, igualmente, às minhas cunhadas Lícia e Geusa, pelo carinho e pela paciência.

Agradeço ao meu pai Antônio e ao meu irmão Euler, que me dão a oportunidade de melhorar muito de mim.

E agradeço, principalmente, ao meu melhor amigo, ao meu grande amor, meu querido irmão Elysson. Se mil vidas eu vivesse, nas mil gostaria de retornar como sua irmã! Te amo!

Para os agradecimentos finais, reservei este espaço especial para algumas pessoas sem as quais não teria superado os entraves que me fizeram, por muitas vezes, querer desistir de concluir o doutorado.

Agradeço a Lívio, por ter me recebido de braços abertos, pelo respeito e atenção que dedicou à leitura dos meus textos. Pela paciência, pela confiança. Pela generosidade, minha eterna gratidão!

Agradeço à Professora Rosário, por ter me apresentado a Lívio e transformado minha vida. Ter sido sua aluna foi uma das maiores realizações de minha vida. Nas suas aulas não aprendi apenas Antropologia, aprendi a ser gente! Obrigada por ter me acolhido em um momento tão difícil, por ter acreditado em mim e por ter me encorajado a prosseguir! A Senhora é rara!

Agradeço aos sempre presentes Márcio e Ulisses. Márcio, um grande conselheiro, atencioso e muito dedicado a ajudar. Você é muito especial! E, para meu guru Ulisses, cessam as palavras e a emoção me toma! Nossa relação começou de mansinho e aos poucos cresceu, hoje, não me vejo sem você para me guiar! Meu mentor dos bons e maus momentos. Meu parceiro, meu professor! Me ensina com cada sorriso, com cada palavra, me ensina até com o silêncio. Quero você sempre em minha vida!

Agradeço a todas as travestis da Rua da Frente, por terem dividido suas dores, suas histórias comigo! Especialmente a Jéssica e a Fabrícia! Minhas amigas! Que felicidade tê-las encontrado nesse caminho! E, claro, Eliana, que presente Ana me deixou, hein?! Não é travesti, mas sabe tudo sobre elas! É mãe, é amiga, é conselheira, é médica; você me inspira, você me eleva! Muito obrigada!

Agradeço à minha cunhada Vivi, que dedicou seu tempo e energia para corrigir a tese. E que se faz necessária não apenas por isso, mas pela irmandade com que me presenteia. É meu referencial de mulher, é em quem eu me espelho muitas vezes quando tenho que tomar decisões. É alguém fundamental! Te amo!

Agradeço ao meu sogro Alípio, *in memoriam*, e a minha querida sogra, a quem também dedico esta tese. Não só por ter me acolhido em sua casa, mas por ser, junto com minha mãe, meu alicerce. É um exemplo de generosidade, de dedicação, de honradez. É mãe, na definição mais pura da palavra! Muito obrigada!

Agradeço à minha amada mãe, Coleta Ana, que sempre abdicou de si para realizar meus sonhos. Por ser uma vencedora, por ter superado todas as adversidades que a vida lhe impôs! Por ter me ensinado a ler e por ter despertado em mim a paixão pelos livros! Obrigada, mainha, por tanto! Te amo profundamente!

E, por último, e não menos importante, agradeço ao meu farol. Agradeço ao meu leitor incansável. Ao amor da minha vida. Que me ensinou que o amor é incerto, que me ensinou a perdoar e a ser perdoada. A pessoa mais generosa que conheço, meu doce Igor, que acredita mais em mim do que eu mesma! Que me ensinou que o amor só cresce em liberdade e que sempre me deu asas para voar. Sem você, meu amor, minhas asas estariam podadas. Não me atreveria arriscar a voar sem você para cuidar das minhas feridas. Você é vento, eu, passarinho!

RESUMO

A missão desta tese é investigar e compreender os variados usos, embates e simbologias perceptíveis no Centro de Aracaju/SE, principalmente envolvendo um grupo de travestis que vivem, frequentam e trabalham há mais de vinte anos no local, a fim de desnudar a sequência de transformações pelas quais o lugar passou nesse período e os modos de ocupação que elas desenvolveram para se manter ali. A proposta consiste em, com base na observação da trajetória e do cotidiano de minhas interlocutoras, que se congregam em uma organização não governamental batizada de Unidas (Associação das Travestis Unidas na Luta pela Cidadania), estudar os principais impactos que o planejamento urbanístico causou e ainda provoca na realidade delas; e a partir daí entender a lógica dominante por detrás dos projetos institucionais conduzidos pelo Poder Público no Centro e o movimento de invisibilização, remoção e hostilidade que, direta ou indiretamente, engendram à população subalternizada (adictos, moradores em situação de rua, trabalhadores informais etc.), da qual fazem parte as travestis acompanhadas. Na contramão, analisar-se-ão os artificios e estratégias de que elas se valem para resistir e redefinir os espaços que habitam, reconfigurando as próprias identidades e experiências, bem como as noções de cidades convencionais ou hegemônicas.

Palavras-chave: Aracaju, Centro, Cidade, Resistência, Transformações, Travestis.

ABSTRACT

The mission of this thesis is to investigate and present the varied uses, clashes and perceptible symbols in Aracaju / SE Downtown, mainly involving a group of transvestites who have lived, frequented and worked for more than twenty years in the same location, in order to reveal the sequence of transformations that the place went through in that period and the modes of occupation that they developed to remain there. The proposal consists, based on the observation of the trajectory and daily life of my interlocutors, who come together in a non-governmental organization named Unidas (Association of Transvestites United in the Fight for Citizenship), to study the main impacts that urban planning caused and it still provokes in their reality, to understand the dominant logic behind the institutional projects conducted by the Public Power downtown and the movement of invisibilization, removal and hostility that they, directly or indirectly, engender to the subalternized population (addicts, street residents, informal workers, etc.), which includes the transvestites studied. In the opposite direction, the devices and stratagems they use to resist and redefine the spaces they inhabit will be analyzed, reconfiguring their own identities and experiences, as well as the notions of conventional or hegemonic cities.

Keywords: Aracaju, Downtown, City, Resistance, Transformations, Transvestites.

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Caminho percorrido pelo Centro durante o período escolar, com destaque para o Colégio Tobias Barreto..... | 22 |
| Figura 2: Panorama em que se vê o Memorial do Poder Judiciário, situado na Praça Olímpio Campos..... | 23 |
| Figura 3: Panorama em que se veem as avenidas Barão de Maruim e Ivo do Prado..... | 24 |
| Figura 4: Panorama em que se vê o roteiro seguido por mim no Centro..... | 25 |
| Figura 5: Folder do evento “Sexta no Beco” (FUNCAJU – Fundação Cultural Cidade de Aracaju)..... | 26 |
| Figura 6: Panorama em que se veem vários ângulos do Beco dos Cocos..... | 27 |
| Figura 7: Panorama em que se vê onde as travestis ficam situadas no Centro..... | 30 |
| Figura 8: Panorama em que se vê a Rua 24 Horas..... | 31 |
| Figura 9: Praça Olímpio Campos, 2017. Figura 10: Praças Almirante Barroso e Fausto Cardoso. | 33 |
| Figura 11: Imagem noturna da Praça Almirante Barroso. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 34 |
| Figura 12: Panorama em que se vê o Edifício Futuro..... | 36 |
| Figura 13: Panorama em que se vê o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe..... | 38 |
| Figura 14: Regiões onde algumas travestis se distribuem no Centro..... | 44 |
| Figura 15: Localização da DAGV e seu entorno..... | 46 |
| Figura 16: Panorama do Centro Antigo de Aracaju..... | 61 |
| Figura 17: Mapa de Aracaju – 1855. Fonte: Revista de Aracaju nº 02 – 1944. Na imagem de baixo, buscamos mostrar, através do <i>Google Earth</i> , a configuração mais moderna da cidade, em comparação ao mapa original da capital sergipana. Em marcação azul, vemos que, possivelmente, o canal da ponta do Tramandaí foi antropizado e transformado em canais de esgotamento sanitário. Já a marcação em vermelho mostra-nos o local onde foram levantadas as primeiras edificações de Aracaju, conforme mapa de 1855..... | 62 |
| Figura 18: Planta de Aracaju – 1857. Fonte: Revista de Aracaju nº 02 – 1944..... | 63 |
| Figura 19: Comparativo do Distrito Industrial de Aracaju (D.I.A.) entre os anos de 2003 e 2019. | 67 |

| | |
|---|-----|
| Figura 20: Panorama em que se veem os três calçadões do Centro Aracajuano..... | 69 |
| Figura 21: Panorama em que se veem algumas edificações que se destacam no Centro..... | 71 |
| Figura 22: Praça General Valadão e regiões adjacentes..... | 72 |
| Figura 23: Complexo de Praças que são pontos importantes para a localização das travestis..... | 74 |
| Figura 24: Entrada da Ponte do Imperador. Figura 25: Lateral da Ponte do Imperador..... | 75 |
| Figura 26: Bar do Meio da Rua. Foto tirada dentro da viatura da GM (Fonte: Arquivo Pessoal). | 76 |
| Figura 27: Revista lançada para celebrar a prestação de contas da gestão realizada pelo Prefeito João Augusto Gama (1997–2000). Foto: Maria Odília (2001)..... | 77 |
| Figura 28: Mercados Centrais e regiões adjacentes..... | 78 |
| Figura 29: Feirinha da Praça João XXIII..... | 84 |
| Figura 30: Galeria Álvaro Santos à noite. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 88 |
| Figura 31: Praça Olímpio Campos (Fonte: <i>Google Earth</i>)..... | 89 |
| Figura 32: Galeria de arte Álvaro Santos durante o dia (Fonte: <i>Google Earth</i>)..... | 89 |
| Figura 33: Futebol na rua 1. Ocupação do entorno da Praça Olímpio Campos por moradores em situação de rua. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 89 |
| Figura 34: Futebol na rua 2. Ocupação do entorno da Praça Olímpio Campos por moradores em situação de rua. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 90 |
| Figura 35: Imagem noturna da praça Olímpio Campos - 01. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 91 |
| Figura 36: Imagem noturna da praça Olímpio Campos - 02. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 92 |
| Figura 37: Panorama em que se veem os pontos de atuação das travestis na cidade de Aracaju. | 94 |
| Figura 38: Panorama em que se vê o percurso das travestis das suas residências até o Centro.... | 97 |
| Figura 39: Imagem noturna do Beco dos Cocos - 01. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 98 |
| Figura 40: Imagem noturna do Beco dos Cocos - 02. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 98 |
| Figura 41: Vista do Palácio Serigy e da Praça Gal. Valadão..... | 104 |
| Figura 42: Travestis reunidas na praça Gal. Valadão. Foto: Eliana Chagas, 2014..... | 104 |
| Figura 43: Comemoração do aniversário da Unidas na praça Gal. Valadão. Foto: Eliana Chagas, 2015..... | 105 |
| Figura 44: Imagem da viatura na qual circulei durante a pesquisa de campo. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 134 |

| | |
|--|-----|
| Figura 45: Panorama em que se vê a área dos lugares mencionados pelos guardas da Guarda Municipal de Aracaju..... | 136 |
| Figura 46: Comparativo do Terminal Hidroviário nos anos 2003 e 2019 com provável localização dos 4 bar..... | 136 |
| Figura 47: Vista aérea da rua Florentino Menezes..... | 139 |
| Figura 48: Imagem noturna do entorno dos Mercados Centrais - 01. Fonte: Arquivo Pessoal... | 146 |
| Figura 49: Imagem noturna do entorno dos Mercados Centrais - 02. Fonte: Arquivo Pessoal... | 147 |
| Figura 50: Catador de recicláveis nos Mercados Centrais. Fonte: Arquivo Pessoal..... | 147 |

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

BANESE – Banco do Estado de Sergipe

B.O. – Boletim de Ocorrência

COOPERTALSE – Cooperativa de Transporte de Sergipe

DAGV – Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis

D.I.A. – Distrito Industrial de Aracaju

DM – Delegacia Metropolitana

EMSURB – Empresa Municipal de Serviços Urbanos

EMURB – Empresa Municipal de Obras e Urbanização

FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe

FUNCAJU – Fundação Cultural Cidade de Aracaju

GMA – Guarda Municipal de Aracaju

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou transgêneros, queer, intersexo e assexual (o + abriga todas as diversas possibilidades de orientação sexual e/ou de identidade de gênero que existam)

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PM – Polícia Militar

PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju

QG – Quartel General

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEINFRA – Secretaria de Estado da Infraestrutura

SMTT – Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNIDAS – Associação das Travestis Unidas na Luta pela Cidadania

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| PRÓLOGO..... | 19 |
| Como escrever uma Antropologia?..... | 19 |
| Antecedentes e motivos da tese | 21 |
| Notas bibliográficas e metodológicas..... | 33 |
| INTRODUÇÃO..... | 42 |
| CAPÍTULO I..... | 53 |
| Atravessamentos: as travestis e a história de Aracaju..... | 53 |
| 1.1 Noções preliminares..... | 53 |
| 1.2 Aspectos historiográficos – Narrativas da história local..... | 60 |
| 1.3 O que falam as travestis..... | 70 |
| 1.4 As travestis na “Aracaju do século XXI”: onde estão as travestis e como elas chegam ao Centro..... | 88 |
| 1.5 Mimetizando a Praça: o corpo da travesti em contraste com a Olímpio Campos..... | 99 |
| 1.6 Travestindo o Espaço: como as travestis se estabelecem e ocupam o Centro..... | 103 |
| CAPÍTULO II..... | 111 |
| Entre mães e filhas: as noções de maternidade no universo travesti..... | 111 |
| 2.1 Nasce uma filha..... | 111 |
| 2.2 Do parentesco clássico ao contemporâneo: uma família de travestis..... | 112 |
| 2.3 O conceito de Mãe e a reinvenção do feminino..... | 119 |
| 2.4 À sua maneira..... | 121 |
| CAPÍTULO III..... | 132 |
| Corpos em retalhos..... | 132 |
| 3.1 Tramas e táticas dos viventes do Centro: a gênese das (sobre)viventes..... | 132 |

| | |
|--|------------|
| 3.2 A rua, o Estado e o corpo da travesti..... | 133 |
| 3.3 Sem registro: o assassinato de Laysa..... | 151 |
| CAPÍTULO IV..... | 157 |
| A resistência na rua como elemento inerente do “ser travesti”..... | 157 |
| 4.1 Narrativas entrelaçadas das travestis do Centro de Aracaju..... | 157 |
| CAPÍTULO V..... | 174 |
| No <i>close</i> : as travestis nas lentes de uma câmera fotográfica..... | 174 |
| 5.1 Um olhar sobre o Centro da cidade..... | 174 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 201 |
| REFERÊNCIAS..... | 205 |
| GLOSSÁRIO..... | 214 |
| ANEXO I..... | 216 |
| Quadro Sinóptico das Interlocutoras Travestis..... | 216 |
| ANEXO II..... | 220 |
| Roteiro de Entrevistas..... | 220 |

PRÓLOGO

Como escrever uma Antropologia?

As questões debatidas na presente tese, envolvendo a metamorfose física de zonas urbanas centrais e as mudanças na destinação e no aproveitamento desses lugares, especialmente por grupos excluídos, vêm sendo alvo de uma série relativamente ampla de estudos que realizo desde a graduação, no Estado de Sergipe. Mais do que motivação acadêmica, no entanto, esse objeto de pesquisa sempre me despertou uma inquietação pessoal, decorrente, em particular, de minha vivência no Centro de Aracaju/SE. Assim, as indagações que levanto buscam responder problemas científicos, mas também de cunho prático e individual, oriundos das observações concretas que fiz e das experiências que tive ao longo de muitos anos no referido local e, mais recentemente, da interlocução que mantive com um grupo de travestis instaladas na região há mais de vinte anos, cuja ocupação daquela área se tornou o alvo deste doutorado.

Este esclarecimento é importante, antes de efetivamente iniciar as reflexões teóricas acerca do trabalho, pois, no processo de escrita, percebi que não consegui me esquivar das recordações do extenso período em que transitei pelo Centro de Aracaju, a despeito das advertências de que a menção a tais recordações não se encaixaria no formato padrão de tese muitas vezes exigido pela academia.

Em muitos momentos, meu texto, permeado por narrativas de experiências próprias, pelo relato de minhas memórias, pela reprodução de conversas em que figuro como personagem, pela demonstração, enfim, da relação umbilical e afetuosa que tenho com o Centro aracajuano, foi lido, por alguns, como sobejamente literário e eu, insegura, tentei, muitas vezes, *a fórceps*, conferir-lhe um “aspecto” mais científico.

Preservar a identidade/subjetividade de minha escrita sem prejudicar os protocolos adotados para o estabelecimento da fidedignidade dos fatos sociais/científicos aqui estudados desembocou em um verdadeiro dilema e me desestabilizou a ponto de ter bastante dificuldade em eleger a maneira como organizaria a redação final da tese.

Entre muitas idas e vindas, epifanias e “apagões”, pausas e regressos, investi, abertamente, em métodos que pretendem aproximar a Antropologia de uma escrita mais literária, ação que permitiu que eu avançasse e alcançasse *insights* mais fecundos, principalmente quando

me deparei com a imensa quantidade de narrativas a respeito do espaço sobre o qual este estudo se debruça. Foram mais de vinte horas de transcrições de áudios e mais uma centena de transcrições de documentos e histórias que, juntos, somam um abundante material de pesquisa.

Portanto, sem maiores rodeios, optei, através deste prólogo, por alertar expressamente a quem lê este trabalho que, em algumas passagens, pode deparar-se com muito de mim e de terceiros e com os melindres da minha memória e dos meus interlocutores.

Claro que tenho, em minha prática de pesquisa, de maneira muito consciente, os procedimentos científicos e metodológicos com os quais devo tratar os dados emergidos no meu campo de estudo. Logo, não ignorei o rigor, as regras e a coerência impostos à técnica de pesquisa. Apenas imprimir uma fisionomia particular à tese, que, afinal, muito mais do que um insípido documento necessário à obtenção de um título, é o produto de uma história, o resultado de uma tortuosa caminhada pelo trilho do saber, quase sempre marcada por aflições, dissabores, dificuldades, conquistas, entre outros sentimentos e situações que se recomenda que sejam expurgados do trabalho científico, mas que, inevitavelmente, fazem parte da produção acadêmica.

Respeitadas as diretrizes de um doutorado, eu decidi não omitir da minha escrita os pontos de relação entre meu processo de atuação enquanto pesquisadora do Centro de Aracaju e meus processos pessoais naquela região. A teoria que ora desenvolvo não brotou do nada, de forma anódina, oca, seca, desbotada; ela, como já disse, é fruto de uma vivência no aludido espaço, de tropeços e aprendizados derivados dali – assim como das dores e das alegrias das minhas interlocutoras travestis. A tese que publico foi redigida nas profundezas do meu ser e ecoa o meu trajeto até aqui, de modo que encobrir o meu eu em nome da ideia de uma ciência neutra e objetiva não me parece legítimo e autêntico. Assim, lavrando este prelúdio, arrisquei, um pouco, desafiar a quimera do purismo acadêmico para exteriorizar uma análise que, sem deixar de lado a seriedade metodológica, não se cora em revelar os enredos por detrás das pesquisas e das teorias e em refletir sobre como escrever uma antropologia.

Nesse passo, doutorar-me acabou significando um resgate de meu passado e o relato de meu presente, imersa no Centro; trazer, em determinadas oportunidades, minhas histórias como ilustrações contribuiu, acredito, para o desenvolvimento da tese, porque as lembranças e situações que exponho não tocam apenas a mim, mas se conectam também aos conhecimentos e recordações de outros figurantes daquele espaço. Desse modo, essas questões subjetivas, na forma que proponho, buscam uma abordagem mais ampla sobre o tema, ao contrário do que um

juízo mais açodado poderia crer. Aliás, tenho que o próprio objeto em apreciação pede uma subversão em relação a uma ciência/escrita positiva, que recorrentemente (d)escreveu as travestis de modo patologizante, apagando, justamente, as suas (ricas) histórias e, com isso, as suas (muitas vezes, sofisticadas) percepções do ambiente urbano no qual estão inseridas.

Evidencio, com isso, a maternidade do trabalho e avoco o sacrilégio pelos traços subjetivos que nele despontam, para fazer claro o contexto da obra e, deliberadamente, permitir que ele me ajude a descrever a investigação que levei a cabo.

Antecedentes e motivos da tese

A vida em um bairro periférico pode, muitas vezes, ser uma clausura. O seu cotidiano fica limitado a uma rotina bastante restrita, pois o acesso aos outros pontos da cidade é bem mais dificultoso, mesmo em uma cidade de médio porte, como Aracaju.

Em meu caso, considerável período de minha infância foi vivido no suburbano bairro São Conrado, na zona sul da capital sergipana. Ali, digamos, era o meu confinamento, no entorno do qual desenvolvia minhas atividades e afazeres diários: lá estudava, brincava e construía relações. Tudo se resumia àquelas cercanias.

Minha escola, em que passava boa parte do tempo, era feia e não tinha muitos atrativos, o que me fazia alimentar o sonho, estimulado por meus pais, de, quando chegasse à 5ª série, ir estudar no Centro, onde as escolas eram mais equipadas e ofereciam melhor educação.

O Centro, naquele momento, não era apenas a paisagem que abrigava todos os meus sonhos, era o passe para a liberdade de uma criança que se via, mesmo de forma inconsciente, desajustada em relação ao local em que morava, por impor a ela uma rotina restrita e maçante.

No final dos anos 1990, enfim, concluí a 4ª série e levei aos meus pais a vontade de, como meus irmãos mais velhos, que já estudavam no Centro, também estudar na região. À época, o prestígio de que gozavam as escolas centrais aumentava de forma significativa a demanda de pedidos de matrícula, que, nem de longe, refletiam o quantitativo das ofertas, muito inferior. Por isso, lembro-me do esforço da minha mãe em, no dia anterior à abertura das matrículas, ter ido pernoitar, junto a outras mães, na frente da escola, a fim de garantir a minha vaga.

O Colégio se chamava Tobias Barreto, nome de um dos maiores juristas sergipanos, e estava localizado na rua Pacatuba, coração do Centro de Aracaju. Recebi, com muita emoção, a

notícia de que minha mãe havia conseguido me matricular. Um novo mundo se abriria para mim.

Depois de uma temporada cultivando minhas expectativas, chegou o início das aulas. Ainda hoje, após tanto tempo, as recordações fazem meu coração palpitar. Minha mãe me arrumou, e encaminhamo-nos ao ponto de ônibus, onde outra aventura se inaugurava: o deslocamento à escola. A linha, denominada Augusto Franco/Bugio, cortava a cidade de norte a sul, passando pelo Centro, próximo ao Colégio. A cada ponto, minha mãe explicava como eu deveria proceder tanto no comportamento na escola, quanto no trajeto de casa até lá. Mostrava as referências e alertava-me dos perigos do Centro.

Ao chegarmos no Tobias Barreto, ela disse: “você sabe que trabalho o dia inteiro e, infelizmente, não poderei acompanhá-la todos os dias. Esta será a primeira e última vez que lhe trago. Lembre-se de que o Centro é perigoso e só tem ‘o que não presta’, ‘não se misture’”. Essas palavras, embora nunca esquecidas por mim, não diminuiram o meu fascínio pelo lugar, do que só me dei conta muitos anos depois.



Figura 1: Caminho percorrido pelo Centro durante o período escolar, com destaque para o Colégio Tobias Barreto.

Dali em diante me tornei usuária do Centro, onde permaneci continuamente até a conclusão do ensino médio, retornando, três anos depois, no final do segundo ano de faculdade, para estagiar no Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, situado na Praça Olímpio Campos. A minha relação com a região, como se vê, confunde-se com a minha história, lá vivi algumas das experiências mais significativas da minha vida.



Figura 2: Panorama em que se vê o Memorial do Poder Judiciário, situado na Praça Olímpio Campos.

Por um período, eu permanecia mais tempo no Centro do que em minha própria casa. Gostava de atravessá-lo, passar pelos calçadões das ruas João Pessoa e São Cristóvão e olhar cada galeria. Divertia-me com os idosos jogando gamão, furtava doces nas Lojas Americanas (no calçadão da João Pessoa) e adorava me perder naquela multidão que por lá circulava na hora do almoço.

No Centro, aprendi a flertar, na Praça Camerino, dei o meu primeiro beijo. Saboreava diariamente a rotina da liberdade, a descoberta das experiências que o local possibilitava em função da heterogeneidade de suas ocupações, do grande fluxo de transeuntes e do anonimato que propiciava. O Centro proporcionava a realização de desejos não realizados na periferia, sob a

vigilância dos meus pais e dos nossos vizinhos, além de viabilizar novidades não encontradas no afastado bairro em que residia.

O Centro me fez conhecer também a luta militante e social: adorava seguir os alunos que frequentavam o grêmio e morria de vergonha, quando, ao término do desfile oficial de 7 de Setembro (feriado comemorativo da independência nacional), na Avenida Barão de Maruim, minha mãe me obrigava a acompanhar o levante do “Grito dos Excluídos” (espécie de protesto organizado por movimentos sociais), cujo trajeto inteiro ela passava repetindo o quão absurdo era o meu constrangimento, pois eu era, sim, uma excluída.



Figura 3: Panorama em que se veem as avenidas Barão de Maruim e Ivo do Prado.

Em que pese apaixonada pelo Centro, o medo também me rondava ali, principalmente quando a noite caía e as ruas eram tomadas pelas travestis. Certo dia, em uma greve de ônibus, eu e alguns colegas que moravam próximos a mim ficamos “ilhados” no Centro, sem acesso ao transporte para casa. Enquanto o impasse entre os motoristas resistia, a noite chegava e as

travestis surgiam, com aqueles corpos, para nós, até então, desconhecidos. Olhares aterradores nos amedrontavam, pois ouvíamos, frequentemente, histórias de colegas que, quando se deparavam com elas, achincalhavam-nas e, em contrapartida, recebiam pedradas e “levavam carreira”. Mal sabíamos que, ao encontrá-las naquele momento, elas nos protegeriam, esperando conosco, a condução chegar. A proteção se fazia necessária, pois, muitas vezes, nos pontos de ônibus, presenciávamos furtos e, também, eram frequentes os relatos dos próprios estudantes de terem sofrido algum assalto.

O Centro, entretanto, não era apenas lugar de encontro com o diverso. Era também lugar de paisagem natural e de memória histórica e política da cidade. Caminhava horas a fio pela balaustrada da Rua da Frente, na Ivo do Prado, sentindo a brisa do rio. Nesse percurso, encantavam-me os prédios antigos, despertavam-me enorme curiosidade e talvez esse tenha sido o motivo de ter escolhido estudar História na universidade. Gostava de desenhá-los em minha mente e orgulhava-me de conhecer cada um. Conhecia o nome de todas as ruas e por elas circulava constantemente, moldando-me ao cotidiano daquele lugar, como parte dele. Realmente me familiarizei e me apeguei àquelas redondezas.

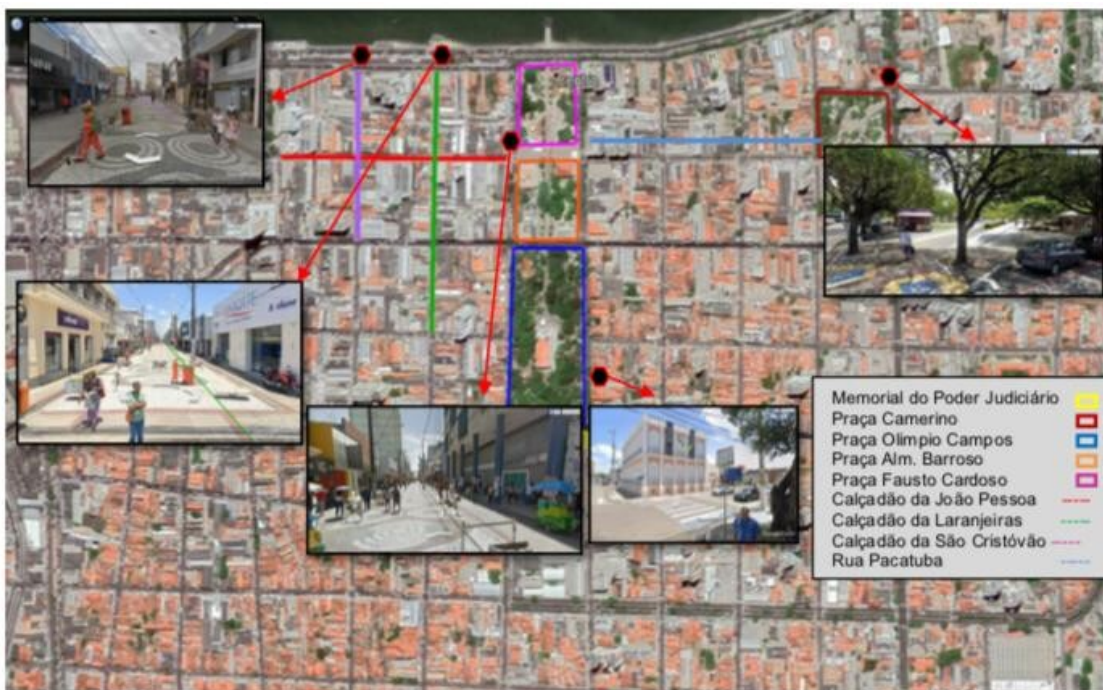


Figura 4: Panorama em que se vê o roteiro seguido por mim no Centro.

Quando concluí o ensino médio e ingressei na Universidade Federal de Sergipe (UFS), situada na cidade de São Cristóvão, na região metropolitana de Aracaju, as mudanças (de local de estudo, de residência, de relacionamentos etc.) me conduziram a certo hiato com o Centro, conquanto não tão extenso, pois, como mencionei alhures, estagiei na área nos tempos de faculdade. Foi no final de minha graduação, aliás, que uma nova e inesperada experiência com o Centro acabou sendo marcante em minha trajetória.

Setembro de 2009 era mais um mês comum na vida de uma estudante do curso de História da UFS, prestes a se formar. Sentada na cozinha de um apartamento de 60m², dividido com outra jovem também universitária, pensava apenas em como terminar minha monografia, sem muita perspectiva de um futuro profissional exitoso.

Enquanto lia textos historiográficos, distraía-me com as constantes chamadas de amigos, nas redes sociais, para desfrutar de um evento inédito que aconteceria no Centro Histórico de Aracaju. O evento em questão prometia transformar o cenário cultural da cidade, pois trazia uma série de elementos, para mim, até então, novos e instigantes. Tratava-se da “Sexta no Beco” e expunha, em seu cartaz de apresentação, o seguinte informe: “Todas as Sextas com várias manifestações artísticas e culturais, dando prosseguimento à nova fase dessa rua que faz parte da história de Aracaju”.

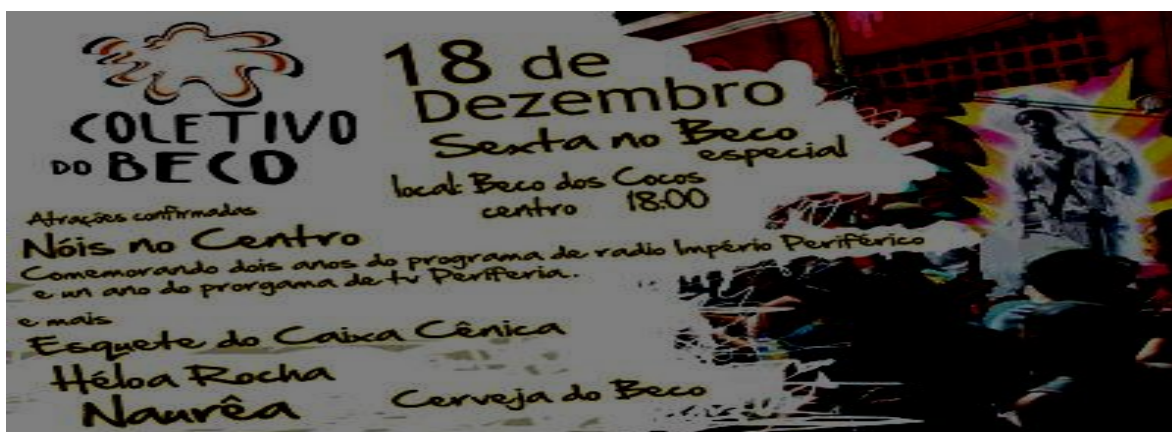


Figura 5: Folder do evento “Sexta no Beco” (FUNCAJU – Fundação Cultural Cidade de Aracaju).

A propaganda, que celebrava a “nova fase de uma rua que faz parte da história da cidade”, causou grande burburinho entre os jovens com os quais convivia. Isso porque a rua, na verdade,

tratava-se do tradicional Beco dos Cocos, uma pequena e estreita travessa que liga a Praça General Valadão, marco zero da capital sergipana, aos mercados centrais da cidade. A escolha daquela ruela como “palco” do projeto gerou um *frisson*, não apenas por conta da localização e da disposição estrutural do Beco, mas por toda a história por ele carregada.



Figura 6: Panorama em que se veem vários ângulos do Beco dos Cocos.

O Beco dos Cocos destaca-se, na memória aracajuana, por ter conseguido proeminência no Centro da cidade mesmo sediando uma atividade comumente censurada, o comércio sexual, ao reunir, durante os anos de 1960, os mais afamados prostíbulos de Aracaju, inclusive pelo grau de sofisticação e luxo das edificações lá instaladas. O local ainda é lembrado, até hoje, por alguns historiadores e memorialistas sergipanos, como um importante ponto de boemia e intelectualidade.

Não quero, aqui, subestimar o meu leitor, sei que é comum encontrarmos, nos centros de grandes cidades, zonas de prostituição, mas o que me deixou curiosa em relação a esse Beco foi o seu caráter insurgente. Para mim, era interessante compreender como uma “sobra de terreno”

construída de forma aleatória, fora do projeto arquitetônico muito fechado e rígido em seu ordenamento estético como o que fundou Aracaju, permanece, até a atualidade, no imaginário da cidade.

Durante seis meses, tempo de duração da execução do mencionado projeto cultural desenvolvido no Beco, frequentei o espaço e lá interagi com artistas, agentes culturais, músicos etc., que, como eu, desejavam consumir um tipo de entretenimento diferente do que era comum em Aracaju, envolvendo festas de pagode, música sertaneja, entre outros.

Só que o “Coletivo do Beco” – grupo de estudantes universitários, agentes de cultura, entre outros profissionais da área artística que fomentavam a “Sexta no Beco” –, com a perda do apoio do Poder Público e sem patrocínio de outras instituições, não conseguiu manter o projeto de ressignificação cultural do local e da noite aracajuana. Findou que as paredes que cercavam o Beco e que haviam sido grafitadas para a recepção da série de eventos, aos poucos, voltaram a ser remarcadas com o lixo e a urina depositados por quem antes ali habitava e transitava.

O Beco dissociado das prostitutas e usuários de craque que ali durante muito tempo viveram era um devaneio. Se ninguém se lembrara deles, permaneceram esquecidos. Durante os seis meses que ali frequentei, esses atores eram invisíveis; nem os “sensíveis” artistas e estudantes que, de certa forma, expulsaram-nos de sua moradia, para libertar e louvar a história do lugar, preocupavam-se para onde eles haviam ido. Nós nem sequer os enxergávamos. No entanto, “os bons filhos à casa tornam” e, à medida que o projeto se diluía, paulatinamente os verdadeiros donos do Beco para lá retornavam. As paredes recém-cobertas de arte logo voltaram a ser ruína... e os invisíveis? Eram só invisíveis... nada mais, e para lá retornaram para realizar as suas práticas: prostituição, tráfico de drogas, moradia etc.

A minha história pessoal no Centro bem como a “Sexta no Beco” foram fundamentais em meu novíço percurso acadêmico. A partir delas, abandonei meus estudos sobre as adaptações de obras literárias para a televisão, objeto de minha monografia na graduação em História, e enveredei para os atravessamentos entre a minha formação original e a Antropologia, principalmente em seu viés urbano.

A temática tanto me seduziu que me estimulou a uma candidatura, que viria a ser exitosa, à entrada no mestrado em Antropologia da UFS, no ano de 2011, em que desenvolvi uma série de pesquisas no Centro Histórico de Aracaju, que culminaram em minha dissertação, intitulada *Intervenções urbanas e ressignificações no centro de Aracaju: um estudo acerca do Beco dos*

Cocos, defendida no final do ano de 2013.

Nesse estudo, investi nas memórias acerca do objeto analisado. O ponto central do trabalho girou em torno das influências exercidas pelo Poder Público na marginalização do Beco dos Cocos. Nele, busquei investigar como um simples entreposto de cocos transformou-se em um dos principais e mais concorridos redutos culturais da cidade, vindo à bancarrota tempos depois.

Para tanto, utilizei de memórias escritas e de narrativas orais de pessoas que participaram direta e indiretamente da história desse espaço. As diferentes percepções sobre o Beco constituíram um ponto relevante do trabalho, porque indicavam como aquele local sofreu e ainda sofre ressignificações desde o seu surgimento.

A “desordem” avistável no Beco (a presença de prostíbulos, estabelecimentos direcionados à exploração de jogos de azar, consumo de drogas, pontos boêmios e outros destinos de diversão e entretenimento), em comparação com o Centro Histórico arquitetonicamente planejado, possibilitou novas leituras acerca daquela paisagem, transformando a viela, para muitos, em um local de resistência e, para outros, em um local que merece ser apagado da memória da cidade.

Posteriormente à realização do mestrado, o tema cidade se aprofundou como consequência das minhas atividades como doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Nessa condição, fiz inúmeras incursões em campo no Centro de Aracaju, durante as quais conheci as travestis da Unidas (Associação das Travestis Unidas na Luta pela Cidadania), que trabalham, transitam e, em suma, estão instaladas há, aproximadamente, três décadas numa área central que abrange o Beco dos Cocos, as praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos, a Rua 24 Horas e zonas adjacentes, locais que passaram por várias metamorfoses ao longo desse período.



Figura 7: Panorama em que se vê onde as travestis ficam situadas no Centro.

Os relatos dessas sujeitas¹, associados à reconstrução histórica das intervenções urbanas promovidas no Centro, chamaram-me a atenção para um detalhe interessante: como a cada rua interditada, a cada prédio erguido, a cada projeto de iluminação instalado, a cada ronda policial implementada, a cada comércio fechado, o fluxo das travestis foi e vai remodelando-se. Na sequência da intervenção executada em dado local, o ponto onde ali elas se estabeleciam é modificado ou abandonado, substituído por outro mais à frente, até um novo circuito ser concretizado e gerar mais um movimento, num deslocamento sucessivo, formador de vários circuitos, com suas singularidades. Esses processos de circulação pelo Centro estabelecem uma dinâmica *sui generis* e fazem das travestis profundas conhecedoras do local e, mais do que isso, personagens efetivas e ativas daquele cenário, que se transforma por meio de planejamentos urbanos de incentivo ao turismo, ao comércio e à prestação de serviços públicos.

¹ Sobre “sujeitas”: a autora Fernanda Cardozo (2009) usa a categoria “sujeitas” para se referir às travestis (CARDOZO, 2009 apud COSTA, 2012, p. 254).



Figura 8: Panorama em que se vê a Rua 24 Horas.

Essa dinâmica bem particular estabelecida entre o espaço e as travestis deixa entrever que, apesar das finalidades institucionais/oficiais que embasam as sucessivas intervenções urbanas efetivadas no local, finalidades essas continuamente renovadas a cada nova construção, reforma ou restauração ali feita, existe, na contramão, uma força reativa, persistente e marginal, não disposta a ceder aos objetivos pré-definidos para a região. As travestis compõem uma fração dessa força².

Tendo em mente esse processo de desestabilização do espaço convencional planejado, no caso, o Centro aracajuano, por atores, como as travestis, que não o abandonam, ainda que o mesmo se reconfigure numa feição hostil ao modo de ocupação delas, proponho, através deste

² Entre outras, podemos citar, ilustrativamente, personagens que desempenham papel semelhante de resistência à ação do Estado e do mercado no Centro: pequenos comerciantes, ambulantes e artistas de rua, cujo trabalho incomoda empresários de maior porte e atrai a sanha arrecadatória do Poder Público, tornando-os alvos de constantes autuações, apreensões e exigências burocráticas; cuidadores de carro (“flanelinhas”), seguidamente reprimidos, uma vez que sua atividade vai de encontro aos interesses dos grandes estacionamentos privados e ao sistema concessionado de parquímetro; dependentes químicos, muitas vezes vítimas de abordagens com viés higienista ou policiaesca; moradores em situação de rua, que, por desagradarem o setor imobiliário e comercial da região, não raro, são expulsos de seus “pontos”, têm barracos derrubados e pertences confiscados.

texto, compreender como são praticados os espaços e seus usos por resistentes que se mantêm nele, mesmo que a reboque de suas transformações. Quero, com isso, desenvolver as temáticas alusivas às formas de socialidade³ (verificar como se dão os relacionamentos entre os grupos e tipos que habitam e frequentam o Centro de Aracaju), às dinâmicas urbanas (compreender os padrões de ocupação do lugar), às hierarquizações e mobilidades sociais (identificar os *status* adquiridos pelos indivíduos que compõem a área), ao patrimônio histórico e cultural (questionar os símbolos que a arquitetura e os hábitos tradicionais da região têm para quem ali vive e por quem ali transita) e ao corpo (estudar os impactos que a presença de figuras costumeiramente consideradas abjetas por determinadas parcelas da sociedade causam na paisagem local).

Em outras palavras, pretendo problematizar o processo de “modernização” do Centro de Aracaju⁴ a partir dos usos e apropriações de um “grupo”⁵ de travestis da velha guarda⁶, que testemunharam as políticas de planejamento urbano executadas no local nas últimas décadas. Além disso, investigar como a ação estatal e as iniciativas privadas agiram diretamente no trabalho e na vida das travestis ali instaladas; entender as ações de resistência desse grupo mais antigo de travestis em um espaço em constante transmutação; compreender o que faz desses espaços diferenciados na comparação com outros espaços da urbe, a partir da ótica das travestis estudadas; e questionar a relação entre corpo e território (a simbiose entre a imagem “anômala” das travestis e o espaço sucateado do Centro, formando uma camuflagem recíproca).

3 Para Marilyn Strathern (2006), a socialidade explica a constituição e a conservação das relações que excedem a oposição indivíduo e sociedade.

4 Nesse ponto, devo alertar que, não obstante me concentre na realidade aracajuana do conflito entre o marginal e o institucional/tradicional, é certo que essa mesma experiência, ainda que materializada sob outros figurinos, está presente na maioria das cidades. Por maior que seja o desenvolvimento delas, lugares marginais continuam existindo e, muitas vezes, tornam-se espaços de resistência, insurgência e sobrevivência de certos grupos (travestis, trabalhadoras do sexo, moradores em situação de rua, ambulantes), com frequência socialmente desprezados, gerando fronteiras cidadinas com os espaços “permitidos”. A tensão decorrente dessas divisas é um importante fator motivador de ordenações, reordenações, intervenções e ressignificações urbanas. Por isso, ambientes como becos, praças e ruas, quando ostracizados ou, contrariamente, quando supervalorizados, podem ser fontes tácitas para respostas às questões urbanas e sociais que se colocam na contemporaneidade. No caso deste trabalho, como destaquei, Aracaju é a cidade sobre a qual me deterei.

5 Afino-me à explicação de Larissa Pelúcio (2009, p. 27) para a escolha da palavra ‘grupo’ e o seu uso com aspas. Segundo a autora, ela utiliza as aspas na palavra em questão, pois o seu uso, progressivamente, passa a ser problematizado “pelos dados, bem como pela leitura crítica de pesquisadores” que acompanharam o trabalho dela. Trago, nesta nota, o exemplo de Pelúcio, porque, assim como ela, fui questionada sobre o uso termo sem qualquer criticidade. Mantive o conceito por considerá-lo uma categoria êmica, acionada recorrentemente por minhas interlocutoras travestis.

6 O termo em questão será utilizado para se referir ao grupo de travestis estudado, por designar o seguinte: velha guarda são os indivíduos mais antigos de determinados lugares, profissões, práticas etc. Mais detalhes, ver: <<https://dicionario.priberam.org/velha-guarda>>.

Notas bibliográficas e metodológicas

Para os fins desta tese, realizei uma etnografia multisituada, seguindo as travestis por vários lugares no Centro Histórico de Aracaju (a exemplo da região dos Mercados, Beco dos Cocos, Calçadões da Laranjeiras e da João Pessoa, ruas São Cristóvão, Pacatuba, Santa Rosa, entre outras), embora com destaque para a área estabelecida entre duas praças, a Fausto Cardoso e a Olímpio Campos, que ocupam uma mesma quadra. A etnografia foi “de” rua e “na” rua, ainda que, apenas, sobre um grupo específico, as travestis, com ênfase, dentro dele, sobre um subgrupo peculiar composto por sujeitas mais velhas, alijadas da ocupação de outros espaços e que, mesmo frequentando uma zona renovada amiúde, não as renova, a despeito de por lá circularem há tantos anos.



Figura 9: Praça Olímpio Campos, 2017.



Figura 10: Praças Almirante Barroso e Fausto Cardoso.



Figura 11: Imagem noturna da Praça Almirante Barroso. Fonte: Arquivo Pessoal.

Dediquei-me à pesquisa de campo, não apenas vivenciando o cotidiano do Centro, mas das instituições públicas e privadas que, de certa maneira, estão com ele envolvidas. Essa permanência se deu através de visitas *in loco* e entrevistas com indivíduos que, de alguma forma, estão ligados ao Centro (transeuntes, comerciantes, frequentadores, memorialistas, políticos etc.), para obter, de forma mais aproximada possível, as noções e concepções dessas pessoas a respeito do Centro (seu funcionamento, sua dinâmica), a fim de entender como os discursos desses grupos se refletem nas transformações e ressignificações do objeto aqui estudado. Para tal, segui uma abordagem qualitativa, mediante observação participante e entrevistas semiestruturadas.

O trabalho de campo aconteceu nos três turnos para que eu me sentisse suficientemente apta a mapear os diferentes usos das travestis no Centro, conforme iam se sucedendo as transições temporais por lá. Contabilizei mais de dois anos, aproximadamente, atuando junto às travestis não só no Centro, na sede da Unidas, em ambientes sociais e nas suas residências. Apesar das minhas incursões, foi mesmo através de uma tragédia pessoal que pude, efetivamente, conhecê-las e tê-las como interlocutoras.

No final de 2017, a tia do meu companheiro, Ana Hermínia de Aguiar Oliveira, descobriu um câncer agressivo que a levou a óbito em menos de 30 dias após a identificação dos primeiros sintomas da enfermidade. Apesar de saber de sua atuação como advogada na defesa de alguns

grupos minoritários da sociedade, não tinha noção da extensão dessas ações, em razão de Ana ser uma figura muito discreta e reclusa. Contudo, nas homenagens que sucederam o seu falecimento, por meio de diversos grupos, conformados em coletivos de mulheres, prostitutas, transexuais e travestis, muitas com atuação na zona central de Aracaju, pude compreender mais precisamente a dimensão de seu trabalho.

Diante disso, era inevitável não tentar uma aproximação mais íntima com as representantes desses grupos e convidá-las a me ajudar a compreender os espaços do Centro sobre os quais debruçava os meus estudos.

Passado o luto, alguns meses depois, entrei em contato com Jéssica Taylor, então presidenta da Unidas⁷, instituição onde, posteriormente, decidi ampliar a minha pesquisa. Algum tempo depois desse primeiro contato, dirigi-me à Associação e lá fui recebida pela própria Jéssica, que fez questão de me apresentar o prédio que abrigava a Unidas.

O primeiro encontro com Jéssica foi muito empolgante, percebi que havíamos estabelecido uma conexão muito intensa desde o primeiro diálogo. Na medida em que nos conhecíamos, a conversa fluía de forma muito natural e eu sentia que, de alguma forma, uma relação de confiança havia sido, ali, instalada. Dessa primeira visita, passei a ser frequentadora assídua da Associação, sendo que, hoje, após esses anos de convívio, participo, não apenas como pesquisadora, mas como parte do coletivo. Devo destacar o quanto Jéssica foi fundamental nesse processo, pois me apresentou e facilitou a minha interação com muitas travestis que atuam no Centro como profissionais do sexo e que se tornaram as minhas principais interlocutoras.

Das mais de vinte travestis que fazem parte da Unidas e, concomitantemente, atuam no Centro, aproximei-me mais das seguintes⁸:

- Alma é uma negra alta, que tem por volta de 47 anos e adora dublar Ivete Sangalo;
- Mariah é negra, tem um belo aplique nos cabelos e o nariz esculpido por um cirurgião plástico, intervenção para cuja realização passou um tempo na Itália, trabalhando, a fim de juntar dinheiro. Hoje, voltou a morar no Geruzinho, região adjacente ao Centro, a qual descreverei ao longo da tese;
- Serena é uma bela negra do Geruzinho que também morou na Itália, como Mariah; após

⁷ A Unidas é uma organização não governamental sem fins lucrativos, localizada na Rua da Integração, número 212, Bairro Luzia, em Aracaju/SE. A Associação foi reconhecida como de utilidade pública através da Lei nº 3.353, de 22 de junho de 2006, pelo então prefeito Edvaldo Nogueira.

⁸ Todos os nomes da(o)s interlocutora(e)s desta tese são fictícios, opção adotada para preservar a identidade e a intimidade da(o)s colaboradora(e)s – ainda que nenhum(a) dela(e)s tenha se oposto à publicação.

a temporada na Europa, igualmente investiu seu dinheiro em uma rinoplastia (cirurgia plástica no nariz);

– Kyka é a historiadora do grupo; ao contrário das outras travestis, conseguiu ingressar no ensino superior, mas, por não se adaptar à sala de aula e devido à escassez de dinheiro, trancou o curso. Tem 42 anos, é alta, com cabelos pretos e volumosos, a ponto de o volume do cabelo ter lhe conferido a alcunha de Maria Bethânia, a conhecida cantora baiana de cabelos “cheios”;

– Maya é negra, tem estatura mediana e é mais reservada que as demais, tem 47 anos;

– Marissa é a parceira de Alma nas esquinas, ficam no ponto sempre juntas, é muito agitada e adora perguntar, é negra, cabelos castanhos, tem cerca de 50 anos e mora no Edifício Futuro, um histórico prédio situado na rua São Cristóvão, conhecido por abrigar muitas travestis, trabalhadoras da noite (ver imagem que segue).



Figura 12: Panorama em que se vê o Edifício Futuro.

Anoto que o uso recorrente da locução “cerca de”, nas qualificações acima, para indicar a idade delas foi necessário; é quase impossível fazer com que elas revelem, com exatidão, o seu

tempo de vida, pois se sentem muito desconfortáveis com isso. O sentimento é idêntico em relação à divulgação do nome do “falecido” (a identidade masculina que tinham antes de se constituírem enquanto travestis). Perguntar a idade e o nome do registro de nascimento é uma gafe sem precedente no universo delas⁹.

Abro parênteses para assinalar que a pesquisa seguiu as normas éticas propostas pelo Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, confeccionado pela Associação Brasileira de Antropologia. Tive o cuidado de obter, quando necessário, o consentimento, através de um documento específico, regularmente esclarecido, da divulgação das entrevistas e dos indivíduos que se voluntariaram a participar da pesquisa, bem como preservei a identidade dos colaboradores que assim demandaram.

Afora o estudo etnográfico, vali-me de investigação de documentos e de conjunto de imagens que compõem o Centro. Isso incluiu a revisitação dos aspectos da cidade de Aracaju, sua história, seus dados socioeconômicos, sua dinâmica etc., para tentar, antes da imersão no Centro em si, ter podido contextualizar o todo onde ele está situado.

A revisão da literatura sobre os espaços urbanos, principalmente os que dissertam sobre as regiões centrais de cidades de médio e grande porte, bem como sobre a construção e a reconstrução das representações (coletivas e individuais) acerca das relações sociais, serviram para melhor entender como os processos ocorridos no centro influenciam as transformações ocorridas na cidade.

O acesso ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) – ele próprio localizado no Centro, mais precisamente na rua Itabaianinha – foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, cuja hemeroteca consultei a fim de encontrar dados sobre a história do Centro e me permitiu examinar periódicos datados desde o início dos anos 1990 até hoje, entre os quais o Correio de Aracaju, A Cruzada, A Notícia, Folha da Manhã, Jornal da Cidade e Gazeta de Sergipe.

⁹ Quanto à caracterização das minhas interlocutoras, feita no corpo do texto, vale anotar que o marcador racial aparece na descrição de várias delas, condição essa, inclusive, reforçada pela informação acerca da rinoplastia, talvez uma medida para, até inconscientemente, sonegar traços negros. Também dados produzidos sobre a violência contra a população LGBTQIA+, que serão melhor apresentados mais à frente, apontam que as maiores vítimas estão entre negras. Trata-se de um debate interessante, que reputo importante registrar, embora não seja o foco da tese, nem tenha podido ser melhor trabalhado.



Figura 13: Panorama em que se vê o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

As minhas fontes de consulta perpassaram por referências da Antropologia, da História, da Sociologia, da Arquitetura, da Geografia e da Filosofia. Especificamente, concentrei minhas leituras na seguinte direção: a cidade e o urbano; as segmentações do urbano: o centro, os espaços marginais – becos, praças, esquinas etc. –, a cidade partida; os tipos sociais e o processo de marginalização; e, por último, as modalidades do viver, utilizando categorias como circuitos e manchas, difundidas por Guilherme Magnani, por exemplo.

Nesse percurso teórico de caráter mais genérico, investi na leitura de algumas obras pontuais sobre essa dimensão histórica e utópica da cidade, como os livros “Teorias da Cidade” (2006) e “Cidade dos Homens” (2002), de Bárbara Freitag. Na ocasião, a autora destaca, ao fazer uma análise relevante sobre algumas destacadas “utopias urbanas”, a concepção dos Falanstérios, de Charles Fourier, e *La Ville Radieuse*, de Le Corbusier, por exemplo, e conclui que, “embora o destino da maioria das utopias seja sua decomposição e fragmentação, partes constitutivas das mesmas vêm a ser parcialmente realizadas, além de representarem, de toda forma, princípios norteadores das ações sociais” (FRÚGOLI JR., 2004, p. 03). Em função disso, “atrás da

concepção de cidade utópica escondia-se a ideia de uma sociedade perfeita, harmônica, livres dos defeitos das cidades e sociedades históricas em que viviam os seus idealizadores” (FREITAG, 2002, p. 03).

Outra construção utópica da cidade pode ser vista na prosa fictícia “As Cidades Invisíveis” (1997), de Italo Calvino, que a percebe como uma região do espaço que impele o tempo. Para Calvino, no livro “A Utopia Pulverizada” [L’utopia Pulviscolare, 1973], é “a noção de lugar o que sempre entra em crise na ideia de utopia, mas que, por ser um não-lugar ela reconstrói-se à margem. É impossível fugir da ordem/desordem dos espaços utópicos” (CASTRO, 2014, p. 159). Nesse contexto, para o poeta Gustavo Castro, a definição da noção de espaço na obra de Calvino pode ser vista de forma “pulverizada, corpuscular e suspensa”. Nela, as cidades são espaços indefinidos na “memória e no tempo”. São transcendentais e suas dimensões só podem ser auferidas por meio de “uma interação sensível com o espaço da imaginação e os afetos colecionados na memória” (CASTRO, 2014, p. 160).

O estatuto da cidade utópica, para este estudo, fornece subsídios para que discutamos a problemática que cerca o debate sobre as utopias urbanas que foram, ao longo da história, produzidas com o intuito, algumas vezes, de transformar as condições de moradia e de convívio dos indivíduos de determinadas sociedades. Porém, a complexidade proposta pelos modelos utópicos de cidade impossibilitou, muitas vezes, a sua execução, mantendo-se intactos, na maioria dos casos, nos croquis dos arquitetos, urbanistas e pensadores da cidade em geral. Ou, por vezes, em outras situações, a utopia se inverte e se perverte em uma ação que, em vez de proporcionar uma maior igualdade e equidade entre os indivíduos que habitam a cidade, transforma-se em um mecanismo de coação, opressão e enclausuramento. Talvez essa “dualidade” do conceito, aliada a outros fatores, torne-o inexecutável e, como consequência, reflita no efeito que se transmutou em algo comum: a putrefação das utopias.

Mesmo assim, a cidade utópica ainda seduz, pois se ampara na estiva do desejo de certa parcela da sociedade que almeja expurgar, através de determinados ordenamentos, as práticas e espaços que estão na margem. Ou seja, a cidade desordenada é a inversão da tentação oferecida pela utopia. Daí, por meio da construção social, a margem passa a concentrar tudo o que se rejeita.

Esses espaços passam a ser marginalizados, simbolizando o contraponto aos espaços da cidade que trilham o caminho do desenvolvimento e que, nessa condição, repelem o atraso

econômico e as mazelas sociais, convenientemente escondidas nessas regiões desordenadas.

O estigma da desordem pode carregar histórias e, por que não, esquecimentos, que também podem vir a constituir um retrato que perpetua, nos estudos urbanos, a problemática “da exclusão e da estigmatização social, já que o problema da segregação espacial, por exemplo, apresenta-se como elemento crucial para se compreender a hierarquização social visível e legível na trama urbana das cidades contemporâneas” (PESAVENTO, 2001, p. 10).

Registro, igualmente, o contributo de algumas referências já caras para a Antropologia Urbana, como “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos”, de Michel Agier (2017). O conceito de Região Moral será abordado nesta pesquisa à luz da releitura que Michel Agier fez sobre o tema. A ideia aqui é observar os aspectos situacionais sobre a urbanização do Centro de Aracaju e as diferentes relações que nele são construídas, como o acesso aos espaços, às normas e como os indivíduos se estabelecem perante a cidade (AGIER, 2011, p. 74).

Essa obra conta com a colaboração de seus interlocutores de Lisboa e de São Paulo, Graça Índias Cordeiro, Heitor Frúgoli Jr. e José Guilherme Magnani. A obra em questão também pode ser chamada de "rascunho", uma metáfora por ele utilizada para exibir situações e lugares de uma "cidade em processo", que se inventa a partir de suas margens ditas "invisíveis", conforme Michel de Certeau.

A elucidação dos pormenores que circundam a nossa realidade citadina ainda constitui pauta nos estudos sobre a urbe brasileira e os seus desdobramentos. O caráter variado da cidade nos possibilita estender os assuntos correlacionados à Antropologia Urbana. Amparada, então, no conceito de cidade (e em tudo nela contido), enquanto fonte de explicações do agir e do pensar das pessoas, e com os olhos cravados nos Centros Históricos, especialmente no Centro Histórico de Aracaju, a pesquisa buscará avançar sobre as características da vida social, principalmente no que concerne à dinâmica urbana.

Ao lado da problemática urbana que emoldura a tese, uma literatura específica sobre a realidade das travestis, no espaço urbano, subsidiou a pesquisa. A esse respeito, dediquei-me à leitura de etnografias que dialogam com a prática e o uso da rua pelas travestis e também dos seus corpos nesses lugares: “O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos”, de Maria Araruna (2017); “Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti”, de Joseli Silva e Márcio Ornat (2010); “Arrasando Horrores: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários

urbanos de *travestis das antigas*”, de Monica Siqueira (2010); “A cidade gentrificada: uma breve análise das formas e funções urbanas performativas de Feira de Santana-BA”, de Mateus Oliveira e Wendel Henrique (2009); “Vidas infames e espaço revitalizado: o caso da praia de Iracema em Fortaleza”, de Eduardo Lima (2011); para citar alguns trabalhos, de muitos outros.

Acho por bem salientar que esta pesquisa não é sobre a identidade do grupo de travestis estudado, mas, sim, sobre as práticas, os usos e as apropriações delas do e no espaço urbano que sofre processos de mudança de identidade territorial. Embora exista uma produção considerável sobre a identidade das travestis, o questionamento central, aqui, dá-se na compreensão de como o processo de transformação ocorrido no Centro de Aracaju estabeleceu, para as travestis mais velhas ali instaladas, um determinado espaço no Centro – as praças pesquisadas – e como elas lidam com isso.

O presente trabalho se conforma, portanto e definitivamente, na Antropologia Urbana e está dividido em seis categorias – Espaço Urbano, Requalificação, Centro Histórico, Resistência, Travestis e Corpo –, que irão compor a introdução da tese e seus cinco capítulos.

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado propõe investigar a dinâmica de transformação dos espaços urbanos centrais de uma cidade e, com isso, a conseqüente transformação também dos usos e das práticas de pessoas marginalizadas nesses espaços. Para tal, serão utilizados dois parâmetros com vistas ao norteamento do trabalho. O primeiro é o processo de mutação do Centro de Aracaju/SE a partir da década de 1990, quando teve início um vigoroso movimento de intervenções na região (desde a realização de obras, passando por reordenamentos viários, até a execução de projetos culturais e comerciais), que causou impactos significativos na paisagem, nos hábitos e no público residente, trabalhador e frequentador daquele lugar. O outro recorte se refere à trajetória de um coletivo de travestis que atuam há mais de vinte anos no Centro Histórico da capital sergipana e que se agrupam em uma organização não governamental batizada como Unidas (Associação das Travestis Unidas na Luta pela Cidadania)¹⁰. Procurarei, então, identificar a relação entre as mudanças físicas no local e as influências que tiveram na vida e no ofício das travestis.

O argumento do estudo é o de que as travestis transformaram as suas ocupações do espaço urbano paralelamente às transformações que esse espaço sofre em decorrência de um processo de planejamento urbano atrelado a movimentos de requalificação, revitalização, intervenções culturais, iniciativas comerciais etc. O Centro Histórico aracajuano seria, assim, um espaço *travestido*¹¹, alvo de permanentes mudanças, no mais das vezes, forjadas pela ação do Estado, e, à medida que as modificações vão sendo ali empreendidas, inevitavelmente provocam reviravoltas na realidade das travestis, que, por sua vez, se ajustam e reagem às transformações, apropriando-se de partes daquele território para lhe dar usos e destinações originalmente não previstos ou aceitos. Eis a ideia geral fomentadora da presente pesquisa.

O pensamento inicial da tese não era investir no contato específico com o grupo de travestis referido. Originalmente, o projeto propunha estudar o Centro de maneira mais

¹⁰ O nascimento da Unidas foi registrado em um jornal de grande circulação da cidade, conforme texto apresentado na tese da Prof^a Dr^a Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa (2012, p. 190): “No ano de 1999 foi publicada uma matéria que enfatiza a mobilização das travestis no Estado. A publicação chama atenção para o novo grupo que surge, intitulado de Unidas, que enfatiza a necessidade da união das travestis para a conquista de direitos e maior visibilidade. 1999 foi um ano importante que conferiu a formalização e a união das travestis em um grupo. Uma das primeiras ações foi a produção de uma cartilha com ‘informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, violência contra a classe e formas de combater a discriminação’” (COSTA, 2012).

¹¹ Tal qual as travestis, que se transformam, a área que frequentam também passou, ao longo de anos, por várias mutações. Há, assim, um diálogo intrigante na relação entre esse espaço em transmutação e as sujeitas transfiguradas que nele se assentam.

generalizante, dialogando com os diferentes atores que o frequentam (transeuntes, comerciantes, trabalhadores, funcionários públicos, agentes políticos, moradores etc.), para, daí, compreender os sentidos de alguns espaços esgaçados dessa região. O diálogo com esses outros indivíduos não foi abandonado. No entanto, no curso do trabalho etnográfico, defrontei-me com a presença recorrente das travestis, espalhadas de forma estratégica por uma área destacada no coração do Centro aracajuano, entre as praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos. Ademais, constatei se tratar de um agrupamento heterogêneo e plural, constituído por pessoas de diferentes graus de instrução, origens, idades (conquanto mais maduras), etnia. Além disso, como ocupam o Centro há cerca de 30 anos, as travestis são testemunhas importantes das transformações pelas quais o local passou. Formam, portanto, um coletivo que, estando na rua¹², suporta as consequências das ressignificações implementadas na zona central aracajuana, constituindo-se como uma rica memória de experiências na região e se mostrando espectadoras privilegiadas das mutações verificadas na área. Esses fatores fizeram despontar a oportunidade da análise da cidade a partir das vivências do mencionado grupo de travestis.

Há mais. O contato com as travestis abriu outra possibilidade de abordagem da região central de Aracaju: a percepção de que, quando elas se distribuem estrategicamente pelas ruas, mimetizam seus corpos com a paisagem local. Daí se abriu a viabilidade de tentar compreender o corpo da travesti também como um território, como as praças, os becos, as ruas etc., no entendimento de que o “corpo e a cidade estão entrelaçados na experiência urbana contemporânea” (FRANGELLA; RUI, 2017, p. 24) e são elementos importantes no deslinde das dinâmicas sociais estabelecidas no Centro.

12 “Travestis de rua são vítimas maiores dos mais violentos ataques, como já mostrou Mott (1981) –, ou pelo deboche, a ironia, a gracinha ferina” (MOTT apud SILVA, 2007, p. 64).



Figura 14: Regiões onde algumas travestis se distribuem no Centro.

Outra questão que também me levou a dialogar de forma mais estrita com as travestis é a maneira como elas relacionam a construção das suas identidades com e através da urbe. A cidade, para elas, muitas vezes, transforma-se no lugar “cujo meio permite o trânsito social necessário a essa construção” identitária do travestismo (OLIVEIRA, 1997, p. 03).

A construção social da travesti, ao ser desenvolvida como uma variante da feminilidade, pode ser expressada nas vestes, nos comportamentos, na subjetividade feminina. Porque, ao transformar o seu corpo – através de intervenções cirúrgicas ou não – em algo contrário ao que a sociedade enxerga como oposição ao seu sexo biológico¹³, a travesti se expõe ao risco de ser vista na rua de forma jocosa e depreciativa. Assim, a “travesti sente na pele o brilho da purpurina e a acidez da humilhação” (OLIVEIRA, 1997, p. 03). A cidade, nesse sentido, deixa de ser uma estrutura alheia e os seres deixam de viver separados, para adquirir uma formatação recíproca e dinâmica.

O temor e a ameaça da violência decorrente da ambiguidade *glamour* x *ultraje* sempre foi

¹³ Segundo Butler, através da combinação dos cromossomos com a genitália obtemos o macho, a fêmea ou o intersexual, o que definimos por sexo biológico (2003, p. 37).

um dos fatores que as manteve cativas nos guetos, nos prostíbulos etc. As que ousavam cruzar os espaços da cidade, sofriam as marcas da violência, como afirmou Hélio Silva ao etnografar as travestis da Lapa, no Rio de Janeiro, no início dos anos 1990 (SILVA, 2007, p. 65).

Inscritas em uma ordem violenta que buscava reprimir o seu acesso e permanência na rua, as travestis subverteram e, paulatinamente, começaram a ocupar algumas áreas da cidade, principalmente as regiões centrais e as áreas turísticas. O aumento da intensidade da ocupação das travestis no espaço urbano redundou, inclusive, no desenvolvimento de algumas regiões que podem ser lidas como “regiões morais”¹⁴.

Claro que as travestis não se limitam à exclusão e à prostituição, contudo, o seu assentamento na história urbana contemporânea, por vezes, liga-se a esse tipo de rotulagem. O estado de dualidade entre o feminino e o masculino, que muitas vezes é inscrito no corpo da travesti – dividindo o seu sexo biológico do social –, foi, em alguns casos, preponderante para o estabelecimento desse grupo no espaço urbano. Ademais, quando colocamos em perspectiva o corpo da travesti como um território, não apenas situado na dicotomia masculino x feminino, mas marcado por todo um ordenamento social hegemônico que busca regular as práticas e os comportamentos desses indivíduos no espaço urbano no qual estão inseridos, percebemos que o exercício desse controle altera não só a dinâmica social exercida na relação das travestis com o seu próprio grupo, mas com todos os outros grupos que transitam e habitam a cidade.

O corpo da travesti nas esquinas do Centro de Aracaju provoca muita tensão. E o argumento discutido no parágrafo anterior ganha força na fala de uma travesti que por lá transita há vinte anos, conforme transcrição, abaixo, de uma história a mim contada¹⁵:

– *Alma*¹⁶: *Sabe o Colégio Pio X? Ali na Rua Estância! Eu ficava com umas três monas ali na esquina, na rua Itabaiana. De lá dava pra ver onde hoje é o DAGV*¹⁷, *nem lembro o que era na época. Então, a gente ficava lá na esquina e todo dia passava um ônibus pra pegar os estudantes, umas dez horas da noite, bem na hora que a gente começava a chegar. Pois, todo dia o motorista xingava a gente. Chamava de puta, vagabunda e uns nomes feios, daqueles bem*

14 Desenvolvido por Robert Park, a região moral “designava um território residual para o qual convergiam interesses, gostos e temperamentos ligados à boêmia, ao desejo não convencional, o lugar onde as paixões indisciplinadas, reprimidas, sublimadas encontrariam vazão” (SIMÕES, 2008, p. 541).

15 Todas as transcrições de conversas mantidas com interlocura(e)s buscam preservar as estruturas do português oral, a fim de alcançar a máxima fidedignidade das passagens destacadas.

16 Optei por deixar a fala das travestis em formato de texto corrido, porque colocar em citação deixaria o texto muito recortado. Lembrando que o meu objetivo, e oportunamente ficará claro para o leitor, é justamente mostrar como as narrativas das travestis se entrelaçam às narrativas da cidade.

17 Delegacia de Atendimento a Grupos Vulneráveis.

cabeludos, que eu não quero falar na sua frente. E eu só comigo, eu ainda pego esse fio da peste! Teve um dia que o ônibus quebrou, bem na esquina. Aí não prestou não, peguei uma pedra e papoquei no vidro do ônibus. Nessa época, era moda, as travesti toda botar gilete embaixo da língua. Subi com as mona no ônibus e meti o cacete nele. E ele apanhou, você sabe, né? Eu sou travesti, mas eu tenho a força de um homem. Mas dei tanto murro! As mona gritando, o maior 'bafo' (baixaria). Peguei a gilete, tirei da língua e disse: se você mexer comigo ou com qualquer uma das travesti, eu corto você todo de gilete... Chamaram a polícia e me levaram lá pra plantonista. Aí eu tremi, já era fichada! A delegada, ignorante, uma cavala, me fez assinar um termo circunstanciado; ainda dormi lá. No outro dia me soltaram.... Passou um tempo, e teve a primeira audiência. Enquanto eu aguardava no corredor, o motorista chegou com a mulher. Eu vi na hora que ele disse pra ela: olhe, aquele é o viado que me bateu. Aí eu fiquei só 'de saque' (de olho), quando ele 'deu um vacilo' (se distraiu), fui atrás da mulher dele e disse: ei, você sabe por que eu bati nele? Bati porque ele era meu macho, tinha um caso com ele. A mulher ficou louca, fez o maior escândalo dizendo que ele tava comendo viado. Pois, ele foi embora de tanta vergonha e nem teve audiência mais.

Na figura abaixo, exibem-se, em panorama, os locais mencionados no relato.



Figura 15: Localização da DAGV e seu entorno.

Na etnografia de Hélio Silva sobre travestis na cidade do Rio de Janeiro, realizada nos anos de 1990, ele narra algumas situações que envolveram travestis e transeuntes nas ruas do bairro da Lapa similares à narrada por minha interlocutora do Centro. Para Silva (2007), tanto a tática da minha interlocutora, ao usar da sua força para se vingar do motorista, como a adotada na narrativa dele, em que um grupo de travestis da Lapa carioca enfrentou um grupo de motoristas de táxi, mostram a tensão provocada no espaço urbano pelo corpo da travesti:

[...] sacar do homem que guardava sob as roupas. E, depois de alguns estragos históricos, já nem precisava ir às vias de fato. Basta deixar claro para todos que ele pode sacar esse homem quando bem entender. Na mitologia urbana recente, no imaginário popular, a figura do travesti¹⁸ está associada ao perigo. Muito provavelmente como resultado desse processo de afirmação pública de si mesmo. Ele não sairia do gueto para as calçadas sem causar alguns estragos. (SILVA, 2007, p. 65)

A construção do corpo das travestis se dá no espaço tensionado da rua e, no Centro, precisamente, mistura-se à sua constituição arquitetônica e aos seus usos, mesmo as áreas “reformadas” também sofrem essa influência. Assim como o Centro, região que constantemente se constrói e é reconstruída, estabelecendo sempre novas fronteiras – entre ricos, pobres, transeuntes, comerciantes, travestis, michês, prostitutas etc. –, “a travestilidade [também é] como um processo em estado de constante construção, sempre composto por novos significados e práticas” (NOGUEIRA, 2013, p. 17).

Tanto o corpo urbano, quanto o corpo da travesti são construções mediadas pelos desejos dos sujeitos e da sociedade. O avanço da tecnologia possibilitou as mais variadas intervenções, sejam elas físicas ou urbanas, com os mais variados instrumentos. O acesso a essas ferramentas interveio diretamente na forma como a cidade e os corpos são modelados e remodelados, muitas vezes, em acordo com as tendências do momento. “O corpo torna-se, assim, em um lugar aberto à atualização constante, inacabado, contingente, um território que pode ser trabalhado em partes ou completamente” (NOGUEIRA, 2013, p. 17), permitindo à travesti e ao espaço que ela ocupa – as praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos, por exemplo – “assumir novas identidades” e funções

¹⁸ Respeitando a fidedignidade da referência, optei por manter o artigo no masculino, por compreender o contexto histórico e social da época em que a obra foi produzida. Porém, é importante ressaltar que a presente tese se afina com o argumento utilizado por Marcos Benedetti (2005, p. 19) para justificar o emprego do substantivo travesti no gênero feminino que remete à valorização do “próprio processo de construção do gênero feminino no corpo e nas subjetividades das travestis, e que levam em conta a utilização êmica desse termo, usualmente empregado na flexão feminina, há uma justificativa política. O respeito e a garantia à sua construção feminina estão entre as principais reivindicações do movimento organizado das travestis e transexuais”.

(NOGUEIRA, 2013, p. 17).

Todas as peculiaridades e potencialidades acima destacadas a respeito da vida das travestis e dos vínculos delas com o Centro de Aracaju me fizeram concentrar a abordagem da pesquisa nesse microcosmo, para, com base nele, formular as questões que auxiliem no esclarecimento dos fenômenos urbanos ali perceptíveis.

No primeiro capítulo, apromundo considerações esboçadas no prólogo, no tocante à demarcação do campo e das estratégias de pesquisa, à escolha do espaço e do grupo selecionados para a investigação e às imbricações entre a minha história de vida e a das minhas interlocutoras travestis. De forma sucinta, dedico alguma atenção à cartografia dos espaços residenciais das travestis e a como alguns desses locais estão investidos de uma carga simbólica significativa, a ponto, inclusive, de serem compartilhados por outros habitantes da cidade (PASSOS, 2010).

Ademais, direciono-me a alguns conceitos de modernidade encerrados por uma carga simbólica condizente com a ideologia propalada entre os planejadores da cidade. Para tanto, retomo autores como Walter Benjamin (1989) e a ideia de metrópole enquanto sonho coletivo; a metrópole fetiche/fetiches na metrópole; a publicidade, as alegorias, as fantasmagorias, o erotismo, o fetichismo, a cidade como “maravilha feérica” e a supremacia da luz. Do mesmo modo, cuido em explorar o conceito de *deslocamento* contido na ideia de “culturas viajantes” de James Clifford (2008), pois “as pessoas estudadas pelos antropólogos raramente são caseiras. Alguns deles, pelo menos, foram viajantes: trabalhadores, peregrinos, exploradores, convertidos religiosos ou outros tradicionais especialistas das grandes distâncias” (HELMS, 1988). Sabendo que tanto eu quanto minhas interlocutoras estamos em constante movimentação pela cidade, além de explorar a ideia de deslocamento e de “culturas viajantes”, utilizo também a ideia de culturas itinerantes como outra possibilidade investigativa (TURNER, 2017).

O conjunto de retóricas sobre o espaço urbano central de Aracaju não fala apenas do seu complexo arquitetônico, mas da maneira como o corpo e a identidade de um grupo de travestis mais velhas se constrói na/com e a partir da urbe. Assim, optei por escrutinar algumas retóricas dos políticos, dos planejadores, dos arquitetos, de populares, da imprensa que participaram de alguma forma da fundação de Aracaju e do seu desenvolvimento, colocando-os em confronto com as táticas discursivas das travestis imbricadas em meio a tal emaranhado de discursos, em que o seu próprio desaparece. Sistematizar essas falas permitiu organizar com mais clareza as ordens desses discursos, as formas de regulação e estratégias de controle, bem como as táticas ou

“as práticas microbianas, singulares e plurais”, como apresenta Certeau (2014, p.36). Nesse caso, as retóricas historiográficas se somaram ao conjunto das demais que já foram acionadas por alguns autores locais. Na minha perspectiva, esses discursos tratam-se, muitas vezes, de “mitos” retroalimentados por estudos acadêmicos reduzidos a reproduzir convenções e padrões narrativos não comprováveis em muitas situações. Minha abordagem, convém dizer, opta por perceber que esse discurso, assim como os demais abordados na tese, precisa ser problematizado e não simplesmente incorporado à pesquisa em questão.

Relativamente ao discurso das minhas interlocutoras travestis, concentrei-me em explorar os inúmeros aspectos simbólicos que despontam nas suas falas, por exemplo, a narrativa sobre a retirada de alguns bancos de uma determinada rua onde elas descansavam. No caso, identifico essas ações como “lapsos do planejamento urbanístico” e uma “pretensa racionalidade que busca um total controle das definições do espaço” (Mariane Cardoso de Santana, 2017). Outro exemplo que trago foi baseado na cartografia de alguns bares, situados estrategicamente em algumas áreas do Centro – no meio de uma rua, na balaustrada do rio que margeia a região –, principalmente um bar localizado à beira do rio Sergipe, o extinto “Quatro Bar”, que, apesar de sobejamente frequentado pelas travestis, escapava à visão dos transeuntes. Advogo que esse local se tratava de uma região moral situada nos escombros da cidade, na região mais central, nas suas “fronteiras invisíveis”.

Se, no primeiro capítulo, enfatizo as diferentes retóricas que fazem parte das dinâmicas sociais presentes no Centro, no segundo capítulo apresento os relatos de algumas travestis que **entraram na vida**^{19 20} e se tornaram travestis no Centro de Aracaju por intermédio de **Mães**²¹. Contudo, antes, argumento, de maneira mais genérica, os modos como os conceitos de maternidade e parentesco, lidos como uma construção social que varia conforme os mais diversos contextos – históricos, sociais, econômicos etc. –, são percebidos por certo grupo de travestis, determinando, por diversas vezes, o seu cotidiano e a sua permanência em algumas áreas da cidade, especificamente algumas ruas e praças do Centro de Aracaju. A ideia é mostrar que os laços maternos, nesse caso, mesmos distantes de uma ordem considerada natural (biológica) ou

19 O início na prostituição.

20 Ao longo da presente tese, usarei o recurso gráfico do negrito para dar ênfase a termos ênicos e a expressões utilizados no cotidiano das travestis que ocupam o Centro de Aracaju, no intuito de diferenciar os significados ordinários dessas palavras das acepções que elas têm para o grupo. Ao final da tese, agruparei as palavras destacadas em uma espécie de glossário para facilitar a compreensão da leitura.

21 Travesti mais velha que acolhe, ensina e agencia outras travestis.

legal (jurídica), mais se aproximando do campo da linguagem, podem impulsionar tanto transformações sociais quanto transformações do espaço urbano.

Minha linha de argumentação parte da hipótese de que, para que a **Mãe** que ensina as novas travestis a **entrarem na vida**, a qual chamarei, aqui, de **Mãe da Rua**, possa “existir”, é necessário todo um contexto específico²², que, por sua vez, está totalmente atrelado ao espaço da rua. Todavia, para compreender esse argumento, antes, é fundamental compreender os conceitos primazes de mãe e de maternidade, que podem estar contidos no primeiro seio familiar desse grupo de travestis, no lugar onde elas desenvolveram as suas primeiras identidades, receberam os seus primeiros nomes, antes masculinos, onde construíram as suas primeiras relações. Ou seja, compreender como se delineava o ordenamento hierárquico das suas famílias. A partir disso, podemos questionar: em qual contexto elas romperam com o modelo de pessoa imposto socialmente, por uma ordem familiar dominante, e adquiriram a identidade de travesti? Como se dá essa cisão? Seria na rua?

Enfrentar essas perguntas transparece ser um passo fundamental para o entendimento não só do cotidiano desse grupo, mas do espaço por onde ele se acomoda no Centro da cidade. Daí que a maneira como essas travestis diferenciam os papéis da mãe biológica e de **Mãe da Rua** perpassa pela maneira como elas constroem a sua identidade e isso, por sua vez, está ligado tanto à identidade que lhes foi imposta socialmente, geralmente no seio da primeira família, quanto ao espaço onde estão inseridas, no caso, algumas ruas e praças do Centro de Aracaju por onde circulam. O convívio mútuo entre esses dois universos é o epicentro do que constitui “ser” travesti e, nessas áreas da cidade, reside o modelo em que estão inseridas as percepções de mundo desse grupo particular de travestis.

Para tanto, recorri a referências de uma literatura clássica e contemporânea sobre o conceito de parentesco para explicitar melhor as semelhanças e diferenças entre os padrões familiares tradicionais e as configurações próprias das relações forjadas no asfalto, para visualizar as influências daqueles padrões nessas configurações e para perceber as mutações surgidas da vida gregária nas ruas.

²² Quando trato de “contexto específico”, remeto à paisagem descrita pelas travestis que dialogam com esta pesquisa. Segundo as interlocutoras, o temor de estar na rua à noite, à mercê da própria sorte, a falta de traquejo com os clientes, a aparência e como isso se conforma em um ideal de feminilidade, a busca por um espaço para **batalhar** na esquina, tudo isso faz emergir uma demanda por proteção, educação, afeto etc. Assim, seria a narrativa de um cenário que justifique a existência da **Mãe** travesti.

No terceiro capítulo, discuto a relação direta entre corpo e espaço, para entender como o corpo das travestis ressignifica o Centro e como o Centro se reflete na fisionomia e na essência delas. Discorro, então, sobre a dimensão mimética entre ditos elementos, tentando assimilar a cidade a partir do corpo que a habita. A intenção é captar as fronteiras, explícitas ou implícitas, que o território produz, contribuindo para demarcar o que seria, social e moralmente, permitido ou não, prevalente ou secundário. Questiono, assim, como o ambiente urbano pode proporcionar a eclosão e o fortalecimento de determinados grupos, concomitantemente ao encobrimento de outros. Essas tensões e contradições, no caso das travestis do Centro, acabam moldando suas identidades e representações (indumentária, maneira de se portar e de se apresentar nos pontos, tipo de trabalho que realizam, relacionamentos que mantêm com outros grupos etc.), mas também geram processos de resistência por parte delas, que influenciam na dinâmica das ruas centrais, devido à subversão que os seus corpos e suas ações impõem ao se apropriarem do espaço público.

O Capítulo IV realiza uma explanação crítica dos discursos das travestis estudadas, procurando compreender como eles se articulam para desafiar discursos de grupos hegemônicos em torno das questões urbanas. Para tal, utilizei o aporte teórico de autora(e)s como Mary Steedley, quanto às relações entre narrativa, experiência e subjetividade; Vânia Cardoso, acerca das histórias sobre o povo de rua; Sherry Ortner e sua teoria da prática; Antony Giddens e o conceito de agência; Marilyn Strathern, ao tratar da relação entre gênero, empoderamento e submissão; Sônia Malluf e Judith Butler, quando tratam da categorização de sujeitos; Berenice Bento, no tocante às imbricações entre gênero, estética e comunicação; e Michel Foucault, com o debate a respeito da sexualidade como forma de controle, para citar algumas fontes de consulta que contribuíram para o objetivo da identificação do modo como é construída a narrativa travesti, bastante caracterizada pela resistência e combatividade ao modelo de gestão urbana excludente desenvolvido no Centro.

No quinto capítulo, realizei uma etnografia da rua com base na fotografia, destacando o meu olhar sobre os lugares focalizados na pesquisa e a atuação das travestis neles. Introduzo, então, um recurso visual no trabalho de campo, para registrar momentos meus e das minhas interlocutoras ao longo da tese, enquanto busco promover a interação entre as fotos e passagens das conversas que mantivemos nesse período. A ideia é, a partir do meu olhar, despertar novas perspectivas no leitor, utilizando as imagens e os textos que a acompanham como um elemento enriquecedor da etnografia.

Em arremate, nas Considerações Finais, faço uma reflexão retrospectiva sobre o longo e árduo tempo deste trabalho doutoral, com o escopo de tecer algumas conclusões sobre o assunto abordado.

CAPÍTULO I

Atravessamentos: as travestis e a história de Aracaju

Neste capítulo, mapearemos os espaços centrais de Aracaju sobre os quais recai maior interesse à tese e detalharemos o grupo de travestis que os ocupa, procurando desvendar os sinais subjacentes aos seus modos de acomodação e adaptação nas referidas áreas.

Para isso, discutiremos os discursos produzidos pelas políticas e ações de planejamento da cidade (plano diretor, prestação de contas, publicidade etc.), a sua incorporação pelos cidadãos e a relação direta desses discursos com a dinâmica das pessoas nos espaços urbanos.

Também buscaremos identificar, no caso aracajuano, o posicionamento de diversos atores (gestores, urbanistas, jornalistas, empresários, intelectuais, movimentos sociais etc.) frente às ideias de modernização do município, especialmente do seu Centro Histórico, e os impactos das retóricas junto às travestis tradicionalmente instaladas na região.

Na sequência, questionaremos a eventual influência dos costumes na motivação – ainda que velada – do planejamento urbanístico, sobretudo de áreas mais fortemente tomadas por categorias excluídas.

1.1 Noções preliminares

Nos anos 1960, James Clifford e George Marcus estabeleceram um inspirador debate – muito útil aos propósitos desta tese –, relacionando a etnografia, a literatura e a maneira como os antropólogos escrevem. Naquele momento, a discussão proposta colocou a autoridade etnográfica em cheque. Segundo esses autores, a atitude de apenas narrar e descrever o outro, sem o confronto com a posição do etnógrafo, fragilizaria os enunciados reproduzidos nas pesquisas antropológicas, pois as narrativas deveriam respeitar as características polifônicas da construção textual (CLIFFORD, 2008).

As “Culturas Viajantes” esculpidas por Clifford em alguns dos seus estudos fazem parte do perfil metodológico adotado no capítulo que segue. O leitor poderá perceber que uma das facetas mais recorrentes no texto é o fato de ele estar alinhado a uma Etnografia que se propõe multicentrada e conformada nas técnicas de reconhecimento nos cenários políticos e sociais contemporâneos.

Para Clifford, por exemplo, os indivíduos que se tornam objetos de estudo dos antropólogos dificilmente permanecem em suas casas, alguns seriam viajantes, como “trabalhadores, peregrinos, exploradores, convertidos religiosos ou outros tradicionais especialistas das grandes distâncias” (CLIFFORD, 2008, p. 53). O trânsito impetrado por esses “viajantes” estaria bem situado nas dinâmicas sociais. O fluxo intenso dessas dinâmicas na cidade tornou-se a epítome da ideia de metrópole, transferindo as pesquisas que antes eram realizadas em aldeias para as cidades, as ruas, as praças, os bairros etc. Contudo, para além das narrativas desses viajantes, Clifford propôs problematizar os deslocamentos, as desterritorializações e as suas inferências no desenvolvimento do alcance da Antropologia. A Etnografia foi fundamental para o desenvolvimento da disciplina, por seu caráter aprioristicamente questionador. Antes, o “viajante” era o etnógrafo que, ao viajar até o “nativo”, estabelecia uma relação antropólogo/informante. Não obstante existir uma relação de troca entre esses indivíduos, essa relação não era simétrica, muito menos estava fora de um contexto hierárquico. A imagem sobre o informante era simplória, muitas vezes reduzindo-o a alguém “menos evoluído”.

Na perspectiva de Clifford, o deslocamento dos informantes desse lugar reduzido faz com que o campo de pesquisa expanda-se, tornando-o mais fluido. Para Clifford, uma observação que se propõe participante fatalmente irá indicar um lugar; porém, faz-se importante questionar como são construídas tais fronteiras e, ciente desses pormenores, atentar para como observamos o espaço entrelaçado a uma série de significados, lógicas e deslocamentos.

Através dessa linha metodológica e de outras que aparecerão oportunamente, trago algumas das inúmeras narrativas sobre a cidade de Aracaju que carregam consigo não apenas a história do lugar, mas o modo como são construídas as dinâmicas locais, as transitoriedades e como alguns indivíduos se relacionam, seja em comunidades, em grupos ou em núcleos familiares não convencionais. De forma muito prática, esses atores se envolvem em atividades cotidianas muito aceleradas e assim dão o tom das construções sociais presentes na cidade. Nesse sentido, a peregrinação, o deslocamento, a movimentação devem estar sintonizadas ao olhar do observador que deverá se desenvolver no mesmo ritmo dos acontecimentos da urbe.

Em paralelo, os argumentos apresentados por Walter Benjamin na oposição “cidade fantasmagórica” x “fetichizada” são outra via importante no tratamento de algumas retóricas de Aracaju e do seu Centro, sobretudo, quando detectamos na capital sergipana o tensionamento de um lugar que vive em um constante embate sobre o que deseja ser: uma cidade ideal x uma

cidade real (BENJAMIN, 1985). Em alguns tópicos do presente capítulo, abordo o *fetichismo* (conforme o conceito de *fetichismo da mercadoria* de Karl Marx, 2011) de Aracaju pela modernidade, movimento que lemos como uma “obsessão pela modernidade”, representada nas narrativas de alguns *discursos* utilizados pelo Estado para dissipar perante os aracajuanos a necessidade de uma transformação urbanística modernizante da cidade. De maneira parecida, Benjamin utiliza o conceito produzido por Marx para explicar que esse *fetichismo* da cidade é um processo social que está inserido no cerne da modernidade.

A fantasmagoria benjaminiana aproxima-se de forma genérica do fetichismo mercadológico de Marx e, fundidos, permitem-nos uma melhor compreensão dos processos de modernização de algumas cidades, como Aracaju. Por fantasmagoria entende-se a soma das imagens produzidas pela sociedade com intenção de representarem a si mesmas e que se tornam objetos autônomos,

[...] independente da vontade e do pensamento dessa mesma sociedade. Ou seja, a sociedade produz as imagens representativas do real e encaram essas mesmas imagens como não sendo fruto de sua imaginação ou produção intelectual. A ilusão como imagem mental que percebe o mundo, corresponde-se com ele e o caracteriza. Como fantasmagoria, torna inconsciente essa imagem mental ilusória em imagem independente e representante do real, como objeto que se move sozinho e indiferente da vontade da sociedade produtora de mercadorias e de sua própria cultura. (CUNHA JÚNIOR; DAMIÃO, 2013, p. 01)

Para Benjamin, a fantasmagoria representa uma experiência total das coisas e é fruto das dinâmicas empreendidas nas mudanças que ocorrem nas relações sociais de modo geral.

Outro aspecto importante da exposição de Benjamin é a diferenciação e o uso dos espaços públicos e privados. Enquanto o burguês se fecha em sua residência privativa, os mais pobres são obrigados a se amontoarem em espaços públicos, tornando-os, de certa maneira, privativos (D'ANGELO, 2006, p. 240).

Esse movimento transformador do espaço é visto pelo *flâneur* como fantasmagoria; nele, a cidade é reduzida a uma paisagem, a um dormitório e ao capital. Através da metáfora do *flâneur*, Benjamin explica os processos de transformação da cidade e dos seus atores em fantasmagorias que, para ele, redundavam em um sentimento de alienação (BENJAMIN, 2009, p. 61).

O *flâneur* é o indivíduo que se movimenta pela cidade e sente, ilusoriamente, que está à

parte dos contextos sociais que a envolvem. Essa personagem se ilude ao acreditar que é um mero observador, porém, as fantasmagorias locais atuam contra o *flâneur*, impedindo-o de subjugar a rua e os movimentos nela realizados, tornando o *flâneur* mais do mesmo, tais quais as mercadorias produzidas pelas indústrias. Do mesmo modo fantasmagórico é narrada a urbanização de Paris, por exemplo. Ávida por ser moderna, Paris esquece os seus moradores que não se reconhecem mais em casa e, em um processo de desalienação, digamos assim, passam a conhecer o “caráter desumano da cidade grande”. Instalada a desconfiança do processo de urbanização da cidade, é possível enxergar as bases que impulsionaram a descaracterização do lugar na incessante busca pela modernização, haja vista as intenções preconizadas no planejamento urbano sancionado por Haussmann²³: dominar as classes trabalhadoras e as classes menos estabelecidas (BENJAMIN, 2009, p. 64).

As contradições observadas no processo de modernização de Paris evidenciaram as consequências negativas das reformas empreendidas por Haussmann ao metamorfosear a cidade ao ponto de ela se tornar desconhecida para os seus moradores. As grandes avenidas que deram uma visão arrojada do espaço não solucionaram a condição de pobreza do lugar, apenas deslocaram uma imagem indesejada, atrasada, da cidade para a periferia. A planificação da cidade não impediu o aparecimento de fissuras, por onde transbordaram as mazelas sociais. E é nessas fissuras onde residem o *flâneur*, as travestis, os moradores em situação de rua, a polícia etc. Esses atores agem não apenas reproduzindo suas narrativas do lugar, mas atuando diretamente nas transformações dos espaços, ressignificando-os.

Transportando a crítica de Benjamin ao processo de tentativa de revitalização da paisagem do Centro de Aracaju no final dos anos 1990, o que já posso adiantar desse processo é que ele, no fetiche da mercadoria, na marcha da modernização, expôs mais contradições do que o “avanço” que se desejava alcançar. Com o objetivo de atrair investimentos, expandir o turismo, aprimorar o comércio etc., o projeto de desenvolvimento da região central alterou “cosmeticamente” muitos aspectos tradicionais do local (prédios, ruas, praças, monumentos), mas não foi capaz de renová-lo a fundo, ali permanecendo, de maneira geral e ainda que sob adequações, as mesmas atividades econômicas, o mesmo público frequentador e os mesmos grupos marginais que o habitam desde há muito, aí incluídas várias travestis.

²³ Georges-Eugène Haussmann, conhecido como Barão de Haussmann, prefeito de Paris responsável pelas transformações urbanas que resultaram na feição contemporânea de Paris.

Nesse contexto, a observação das intervenções promovidas, das transformações ocorridas e das ações de resistência e/ou adaptação eclodidas ajuda a entender a cidade, a sistematizar posições e a enxergar as hierarquizações que a urbe constrói.

Aqui, entre a infinidade de caminhantes e personagens do Centro – segundo a Guarda Municipal, mais de 50.000 pessoas por dia –, optamos, como dito, por focar o estudo no multicitado grupo de cerca de vinte travestis da velha guarda, muito embora tenhamos ouvido, no decorrer da pesquisa, comerciantes, moradores em situação de rua, moradores de alguns condomínios da região, agentes do Estado.

Parto da ideia de que as narrativas evocadas por esses atores fazem parte de um depósito de histórias que compõem a cidade e que se expressam de forma mais direta e perceptível, à primeira vista, nas edificações e espaços. A maneira como cada localidade se apresenta (seus estilos, suas origens, seu nível de conservação, a presença de equipamentos públicos e privados etc.) e como as pessoas a habitam (finalidades, quantidade de pessoas que ali vivem ou frequentam, contexto social etc.) nos conta muitos aspectos interessantes da dinâmica urbana e desvela fatos relevantes de uma sociedade.

A cidade, nesse sentido, comporta-se como um objeto sociocultural que recepciona o arcabouço histórico produzido pelas pessoas e, conseqüentemente, exibe uma infinita gama de vivências e experiências. A construção de uma praça, por exemplo, em dado terreno baldio acumulador de lixo, pode ser pensada, primariamente, como uma medida sanitária, mas acabar resultando em um ambiente de socialidade para determinada comunidade. De modo semelhante, a abertura de uma via pode ser projetada como uma política de trânsito e virar um ponto de aglutinação para manifestações sociais. A instalação de um *shopping*, em um distrito elitizado, para além de questões comerciais, pode denotar um modo de vida de certo estrato. O abandono de uma quadra de esportes em um bairro, simultaneamente à inauguração de uma ponte em outro, pode dar indícios das intenções do governante de plantão. O desmatamento de uma grande área verde para o levantamento de um amplo conjunto habitacional pode ser entendido, por uns, como descaso com o meio ambiente, enquanto, para outros, representar o oferecimento de dignidade aos beneficiários das moradias. Assim por diante, os lugares vão ganhando significados, remodelando paisagens e influenciando as relações entre os cidadãos, deslocando e ressignificando discursos.

Repleta de diferentes maneiras de socialidades, a cidade é formada, além de pelas

edificações materiais, por “atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos” (PESAVENTO, 2007, p. 2014), o que a torna inseparável da condição humana e nos faz corroborar com a ideia de “cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 2014).

As cidades são múltiplas. No entanto, essa multiplicidade é muitas vezes negada, tornando a cidade reflexo apenas do grupo político e social dominante. Tal fato influencia elementos como a memória, a história e a dinâmica da cidade, o que reverbera no desenvolvimento de políticas públicas de intervenção urbana voltadas a mercantilizar as cidades. Em tais políticas predomina a criação de *images-making*²⁴ a fim de sustentá-las financeiramente, tornando-as rentáveis, com vistas a um projeto maior de *city marketing*²⁵. Segundo Rogério Proença Leite, “a questão urbana, que encampava toda uma discussão assentada no direito à cidade e na atuação dos movimentos sociais, cede ao apelo das estratégias de venda da cidade” (LEITE, 2004, p. 71), transformando-a em simples comércio.

Para alguns atores, esse processo, consequência do avanço das cidades capitalistas, adequa as cidades a planejamentos estratégicos, voltados para reinvenção urbana ou, como disse Leite (2004), “eufemismo acanhado para *gentrification*”, notabilizado nos anos 1990.

Uma das características mais importantes dessas políticas é o emprego da cultura como expediente para remodelar costumes e práticas tradicionais, em constante diálogo com o comércio de bens simbólicos e culturais. Desenvolvido por Ruth Glass, no início dos anos 1960, o termo *gentrification* foi usado “para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais”, conforme o padrão dominante da época para essas classes sociais. Hoje, esse conceito se expandiu e é reconhecido também como um processo a ser considerado na transformação dos centros urbanos (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006, p. 22).

A escolha pelos centros urbanos tem como justificativa o fato desses espaços serem, constantemente, relacionados à degradação e à desertão e por concentrarem também a presença de grupos considerados párias da sociedade. Nessa linha, elementos como o patrimônio

24 São algumas estratégias de publicidade utilizadas para elaborar uma imagem favorável a um indivíduo ou a uma instituição.

25 É um modelo de propaganda da cidade e tem como objetivo aquecer o mercado turístico e até a migração, através da exposição dos eventos e potencialidades locais.

arquitetônico e histórico passaram a ser revisitados e convertidos em zonas de destaque na urbe. O patrimônio, desse modo, serve para vincular as políticas urbanas ao planejamento estratégico. Valorizar o patrimônio, turistificando-o, faz parte da estratégia de mercantilização de algumas cidades e promete gerar lucro e empregos, ao cooptar investimentos públicos e privados, na tentativa de atrair mais dinheiro e turistas, equipando o espaço urbano a fim de torná-lo mais competitivo.

A adequação das paisagens contidas nas zonas centrais da urbe busca se afinar a uma padronização de ordem estética que atinge não só a estrutura arquitetônica do lugar, mas todo o cotidiano dos indivíduos que dele fazem parte. Por isso, não é raro vermos planejamentos urbanos atrelados a grandes projetos de requalificação, baseados na espetacularização da cidade, com alto grau de investimento público e particular, balizados por engenheiros, urbanistas e arquitetos renomados.

Nesse sentido, a cidade abandona as pessoas para ser transformada em um empreendimento, onde os prefeitos viram gestores e as políticas públicas se tornam campanhas publicitárias, e a cidade, sintetizada em um *slogan*, é posta à venda.

Com essa discussão, um dos pontos que o presente capítulo pretende problematizar é o *marketing* das cidades, a partir da incorporação de *cidades slogan*, e como esses *slogans*, adotados no planejamento urbano, são incorporados pelos sujeitos viventes do espaço citadino, particularizando o caso de Aracaju, a partir do início dos anos 1990. Cabe ressaltar que, a despeito da breve discussão sobre *gentrification*, trazida acima, o fenômeno não ocorreu na capital sergipana, aliás, sequer chegou perto de ser concretizado, limitando-se apenas a peças de propaganda da prefeitura municipal e a debates acadêmicos.

Com esse intuito, investirei na análise dos discursos do Estado e da imprensa local, expostos em documentos – jornais, revistas, informes etc. – que trataram do assunto, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando houve uma tentativa de transformar Aracaju em uma cidade publicizada (no sentido de divulgação, de propaganda), algo por mim nominado como *cidade slogan*. No caso de Aracaju, percebi que a ocupação do seu espaço central nesse período, décadas de 1990 e de 2000, esteve direta ou indiretamente atrelada aos discursos contidos no *slogan* escolhido para representá-la nesse momento – “Aracaju para o século XXI”.

Observarei também, em particular, na fala de alguns interlocutores, principalmente do grupo de travestis que ocupa o Centro há muito tempo e com o qual dialogo de forma mais

incisiva, como eles receberam o discurso da construção desse modelo de cidade implementado na época e se, de fato, eles acreditavam que a cidade deveria se movimentar e se transformar tendo em vista estar preparada para receber a chegada do novo século ou se se mostraram refratários a tal *slogan*.

1.2 Aspectos historiográficos – Narrativas da história local

A construção da paisagem da cidade na consciência de um indivíduo parte não só das suas experiências na urbe, mas de uma soma de fatores que incluem suas percepções, o efeito de realidade das imagens forjadas pela propaganda e a visão dos outros. Esses fatores compõem um leque de informações que sobrepõe os espaços citadinos, fazendo deles lugares únicos.

Compreender a materialidade dos discursos presentes no planejamento urbano e no convívio social das pessoas a partir dos preceitos capitalistas é um ponto seminal do entendimento das particularidades constituintes do processo de construção do espaço urbano, principalmente no que tange aos vínculos empreendidos pelos viventes com os lugares onde vivem. Daí que o confronto entre as variadas percepções presentes no discurso e na prática do planejamento se faz importante. Ao justapor esses elementos, destacamos tanto os pontos de coesão como os pontos de contradição do discurso, evitando expor julgamentos morais e grau de significância. Isso porque o que nos interessa, neste momento do texto, é estabelecer, além do paralelo da dicotomia discurso x prática, uma nova leitura das formas como as imagens de Aracaju, no caso, são construídas em relação à realidade vivida pelos sujeitos e sujeitas que se relacionam com o Centro da cidade.

Em Sergipe, São Cristóvão, seu município mais antigo, tem 430 anos. Com pouco mais de 160 anos, Aracaju é considerada jovem. Elevada à categoria de cidade no ano de 1855, ela nasce para ser capital de Sergipe com o intuito de impulsionar o crescimento econômico e social do estado. Pavimentada em um projeto que carregou o sobrenome do seu idealizador, o “Quadrado de Pirro” (em alusão ao engenheiro Sebastião José Basílio Pirro), Aracaju é desenvolvida no entorno de um centro administrativo que, hoje, comporta as praças Fausto Cardoso e Almirante Barroso, onde estão localizados os prédios do Tribunal de Justiça do Estado e a Câmara de Vereadores.

Inspirado no formato de um tabuleiro de xadrez, o projeto urbanístico de Pirro expandiu a

cidade nos sentidos norte/sul, nas imediações da Praça Fausto Cardoso até a Travessa Baltazar Góis, e leste/oeste, nas imediações da Avenida Ivo do Prado até o Terminal Rodoviário Governador Luiz Garcia.



Figura 16: Panorama do Centro Antigo de Aracaju.

Na planta produzida por Pirro, havia o desenho de algumas “quadrículas, formado por 32 quadras, todas elas medindo cerca de 110m², cortadas por uma malha viária ortogonal” (LIMA, Elaine, 2013, p. 24). Esse modelo em formato de tabuleiro de xadrez, narrado na historiografia sergipana como “extremamente vanguardista e progressista, apresentava-se como uma reação exagerada ao aspecto anárquico da maioria das cidades coloniais brasileiras” (LIMA, Elaine, 2013, p. 24).

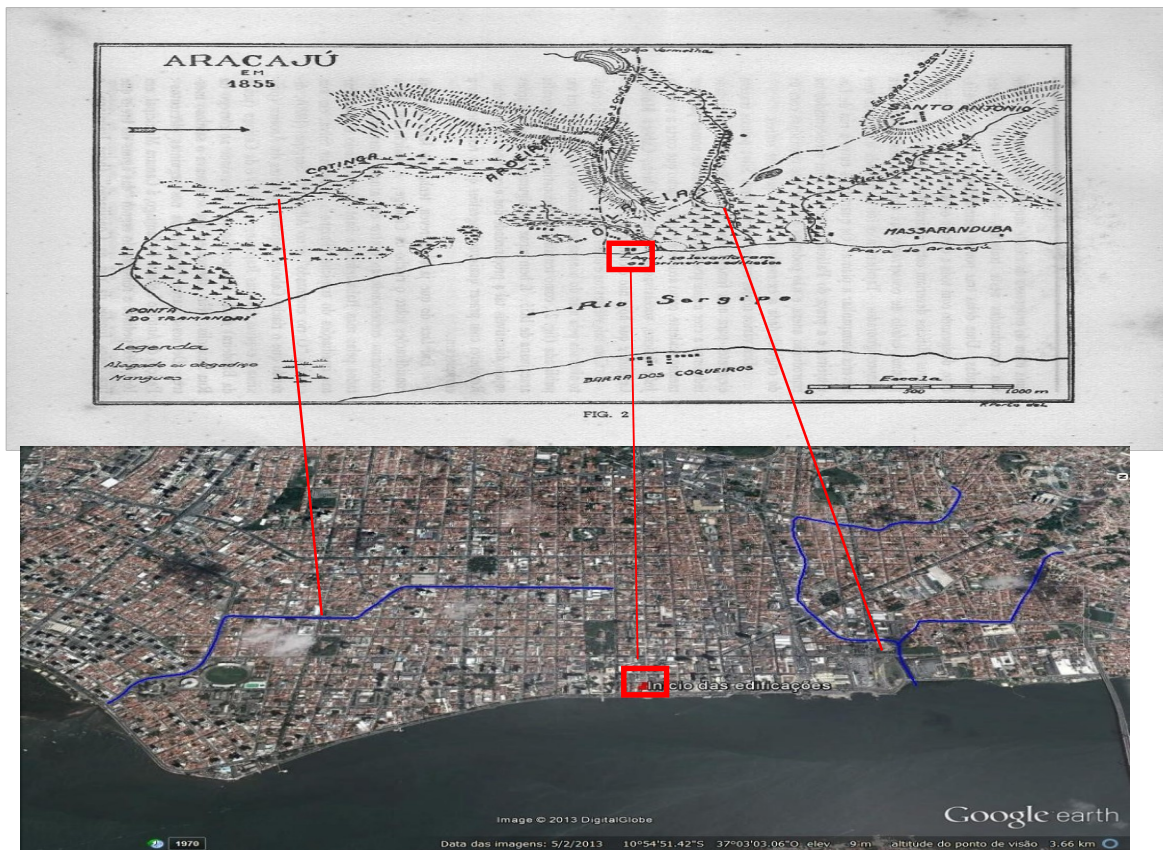


Figura 17: Mapa de Aracaju – 1855. Fonte: Revista de Aracaju nº 02 – 1944. Na imagem de baixo, buscamos mostrar, através do *Google Earth*, a configuração mais moderna da cidade, em comparação ao mapa original da capital sergipana. Em marcação azul, vemos que, possivelmente, o canal da ponta do Tramandaí foi antropizado e transformado em canais de esgotamento sanitário. Já a marcação em vermelho mostra-nos o local onde foram levantadas as primeiras edificações de Aracaju, conforme mapa de 1855.

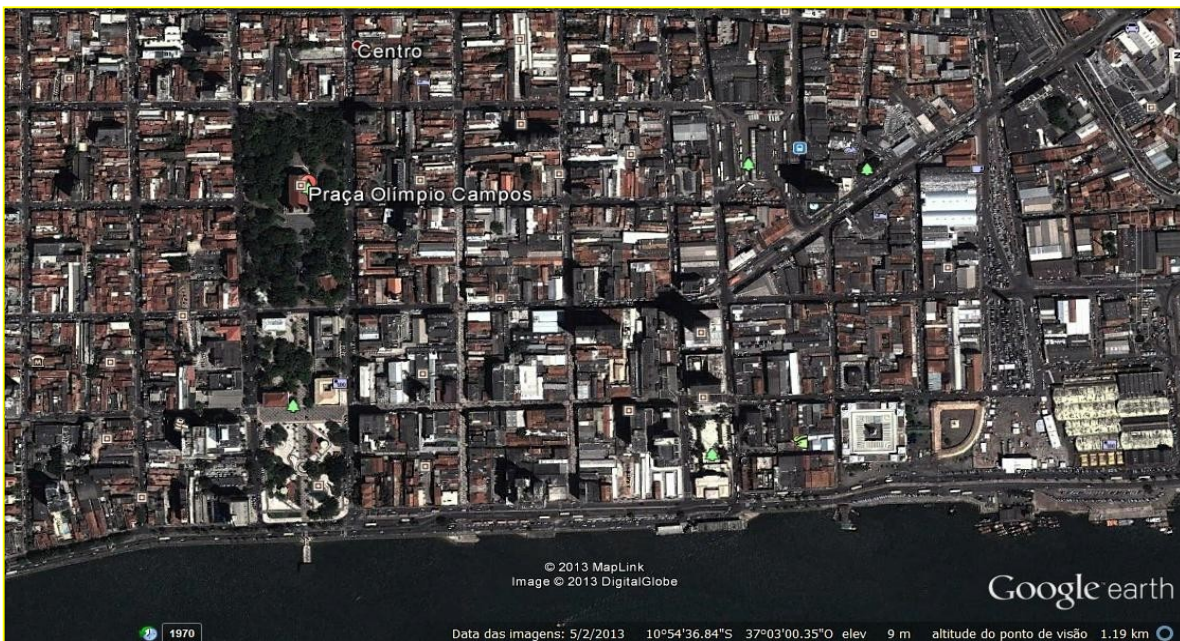
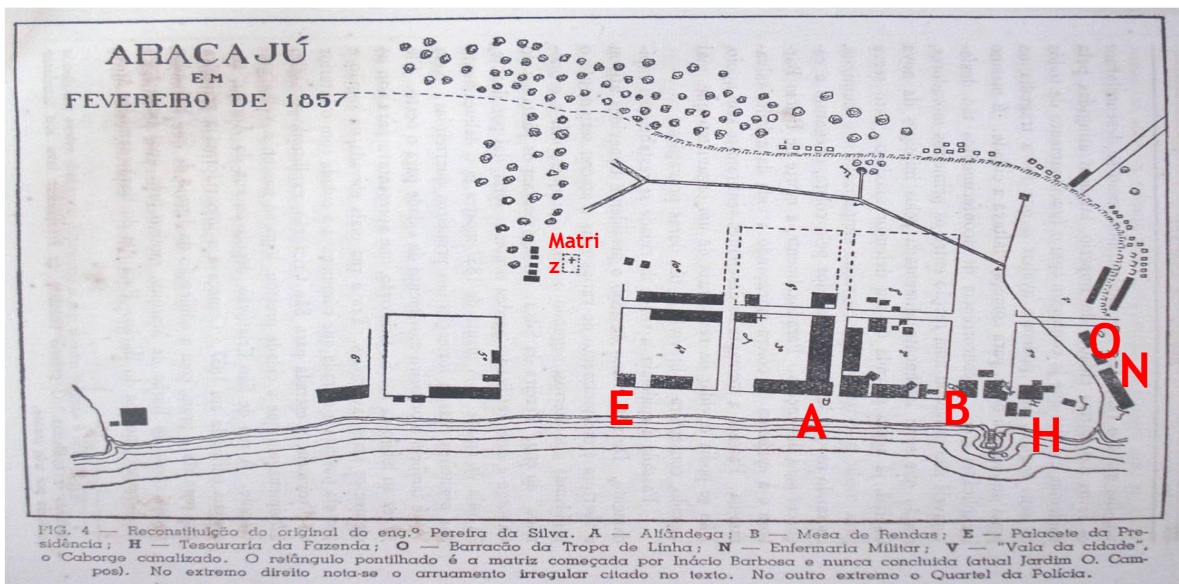


Figura 18: Planta de Aracaju – 1857. Fonte: Revista de Aracaju nº 02 – 1944.

Os maiores investimentos estatais, durante muito tempo, foram designados ao marco inicial da cidade, para torná-lo um lugar de prestígio, na área que atualmente corresponde ao Centro Histórico de Aracaju. Ao longo de muitas décadas, essa região se constituiu como a única centralidade local e reunia, no seu miolo, “as principais atividades administrativas, econômicas e sociais da cidade, este espaço foi palco preponderante das principais sociabilidades públicas, tornando-se ponto chave do seu cenário urbano” (LIMA, Elaine, 2013, p. 24).

A modernização de Aracaju perpassou por várias reelaborações, reconstruções etc., optando, segundo o planejamento oficial, pela expansão do moderno em detrimento do antigo. A modernização da paisagem central de Aracaju, por exemplo, não teria almejado apenas torná-la mais bonita, mas organizar todo o espaço urbano, eliminando as zonas desordenadas e sem padrão e os lugares considerados insalubres, investindo na readequação do piso e das áreas de circulação de pedestres e transportes, conforme narra a historiografia local.

Porém, parte dessa narrativa até aqui apresentada contém uma série de fabulações, que são reproduzidas não só pela intelectualidade local, mas por populares, ao longo do tempo.

O discurso, por exemplo, de que o Estado, principal fomentador do desenvolvimento urbanístico da capital, propôs-se a construir uma cidade com “conotações progressistas e civilizadoras” divergia da prática.

Na contramão disso, alguns Relatórios de Presidente de Província, que podem ser encontrados na Biblioteca Pública do Estado Epiphâneo Dórea, retratam outro horizonte, menos moderno, no qual, na verdade, havia muita desconfiança, inicialmente, em torno da perspectiva apresentada pela nova capital, a ponto de funcionários, convocados a virem morar na cidade, serem submetidos a condições precárias de habitação, alguns deles residindo, inclusive, embaixo de árvores durante algum tempo.

Na mesma linha, ainda que algumas famílias mais estabelecidas tenham vindo a construir efetivamente suas casas no entorno dos prédios públicos centrais, enfrentaram sérios problemas ligados à falta de urbanização da cidade, que só veio a se consolidar no início do século XX, com o abastecimento de água, instalação de luz elétrica e rede de esgoto. O ápice da urbanização aracajuana se dá apenas em meados dos anos 1920, quando, inspirado nas políticas higienistas, o governador Graccho Cardoso investe na demolição de cortiços para a construção de novos prédios, acentuando o processo de urbanização (FREIRE, 1999; LEÃO e SANTOS, 2011; LOUREIRO, 1983; MELINS, 2007; VILAR, 2002; WYNNE, 1973.).

Mais um ponto a se realçar é o de que o plano piloto dito arrojado contrastou com a realidade, em que se viram ruas em estilo colonial espanhol, estreitas, de acesso limitado e formato arcaico, e não avenidas amplas, abertas e visualmente inovadoras.

Aqui, portanto, observam-se pontos de questionamento sobre a maneira como é apresentada a historiografia local.

Seguindo com a narrativa tradicional acerca da fundação e dos primórdios de Aracaju, é

comum ler e ouvir que o início da cidade foi impulsionado pelo advento da Primeira Grande Guerra, período em que aumentou consideravelmente a produção de algodão no Estado e, para o escoamento do produto, foi expandido o porto aracajuano, restando justificada a – até então combatida por muitos setores – transferência da capital de São Cristóvão para Aracaju, esta com saída para o mar. Ademais, com a intensificação do cultivo do algodão, o excedente, do que não era exportado, passou a ser utilizado nas recém-instaladas indústrias têxteis de Aracaju. A construção de fábricas estimulou a migração de agricultores que, saídos do interior do Estado, buscavam melhores condições de vida mudando para a nova capital. O aumento da densidade demográfica imprimiu a transição de Aracaju, antes considerada atrasada, rumo a uma modernização que partiu da instalação da Fábrica Sergipe Industrial e se baseou em um modelo criado pelas sociedades industrialmente desenvolvidas. Décadas depois, um banco de areia localizado no Centro de Aracaju, conhecido como Morro do Bonfim, é demolido para a construção do primeiro Terminal Rodoviário, considerada uma das intervenções urbanísticas mais significativas da história da capital sergipana (FREIRE, 1999; LEÃO e SANTOS, 2011; LOUREIRO, 1983; MELINS, 2007; VILAR, 2002; WYNNE, 1973.).

Embora conceituada como área nobre, a região do Centro começa a ser esvaziada a partir da instalação da PETROBRAS, nos anos de 1960, quando, por medida do governo estadual, são construídos diversos conjuntos habitacionais, expandindo a cidade do Centro para a periferia. Hoje, a expansão de Aracaju segue rumo ao sentido Sul, para uma área conhecida como Zona de Expansão.

A evolução urbana de Aracaju, contida nos discursos da intelectualidade local, foi guiada por uma série de modelos genéricos de planejamentos urbanos apresentados como modernos. Ocorre que eles, para usar as palavras de Harvey (1992), foram, de certa maneira, culpados pela difusão de um severo esvaziamento da imagem da paisagem urbana, mediante intervenções que provocaram uma profunda descaracterização de ambientes, bem como uma segregação espacial bastante evidente na atualidade, ao contrário do que um planejamento moderno deveria fazer.

O processo de crescimento da cidade, a despeito de alegadamente moderno, também acabou acarretando mudanças nos polos empresariais, cujas instalações se espalharam em variados pontos, levando a um movimento de degradação das regiões centrais, onde, no princípio da cidade, estavam concentrados o comércio e a indústria (MARICATO, 2000, p. 21).

Pelo que se tem, modernizar Aracaju era como que atribuir ao seu Centro, espaço seminal,

um modelo geométrico, arborizado e limpo, ocupado pela elite local, mesmo que para isso fosse preciso derrubar edificações, em um verdadeiro bota-abixo, e expulsar os párias locais. Não obstante presente já nos discursos dos seus idealizadores, os urbanistas que seguiram planejando o espaço urbano de Aracaju permaneceram carregando essa mesma ambição tida modernizadora.

Diligencia-se, assim, uma sondagem sobre quais sujeitos moldaram e elaboram os discursos, bem como a autenticidade e o que foi forjado nessas falas. O objetivo é observar como essa intelectualidade se apropria do discurso e, através disso, argumenta sobre os dispositivos utilizados nas intervenções realizadas no espaço urbano local.

Apesar de direcionar suas ações urbanísticas apenas para a instalação de uma infraestrutura básica – saneamento, pavimentação etc. –, as iniciativas do Estado se circunscreviam à região central da cidade. Somente no início dos anos 1970, já no Regime Militar, é que são efetivados os primeiros planos para a urbanização de Aracaju. Agora, balizados por uma legislação voltada para o urbanismo que mediava a ação do Estado (VILAR, 2002, p. 530).

Segundo José Wellington Vilar, em seu estudo sobre a evolução urbana de Aracaju, nesse momento, nos anos 1970, o que se esperava era estabelecer um controle da atuação administrativa local através de um modelo de centralização “draconiana” de todas as políticas, inclusive as políticas urbanas (VILAR, 2002, p. 530).

É nessa época que a historiografia aracajuana começa a narrar um significativo aumento na urbanização da cidade, impulsionada pela migração de pessoas do interior que se mudavam em busca de emprego, haja vista a recente instalação da PETROBRAS. Com o comércio aquecido e o aumento da arrecadação de impostos, o Poder Público desenvolveu os primeiros planos de ordenamento da capital: o Código de Obras e Urbanismo, de 1966; o Plano de Urbanismo da Cidade de Aracaju, de 1969; e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Aracaju, de 1972 (CHAVES, 2004, p. 88). Sendo esse um foco de produção de sentido e retórica que concorreu para a construção de uma cidade moderna, ou seja, a ação (discurso) dos planejadores constitui um aspecto presente na construção ou no reforço da ideia de modernidade, o que pode ser avistável no *ethos* aracajuano.

Especificamente em relação ao Código de Obras e Urbanismo, de 1966, Rubens Chaves, seu coordenador, escreveu tratar-se de documento que continha boas propostas, porém, “com os impasses e trancos forçados pelo poder ditatorial da revolução militar vigente naquela época”,

tornou-se difícil executá-lo a contento, embora o mesmo Código seja utilizado até hoje. A partir desse Código, a cidade foi zoneada e, também, foi criado o Distrito Industrial de Aracaju (DIA). Avenidas e ruas preferenciais foram abertas para melhorar o fluxo de transporte entre os bairros, parques, praças e novos conjuntos habitacionais foram construídos também com investimento direto do Estado (CHAVES, 2004, p. 88).

Apenas no final dos anos 1980 ficará mais evidente a presença do capital privado na expansão urbana de Aracaju, com altos investimentos na criação de bairros no sentido do sul da cidade, destinados à habitação de indivíduos de estratos mais estabelecidos da sociedade. Segundo Vilar, o desenvolvimento dessa região acentuou a segregação espacial de Aracaju, um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento de novas centralidades, com o comércio voltado para a população de maior poder aquisitivo (VILAR, 2002, p. 531).



Figura 19: Comparativo do Distrito Industrial de Aracaju (D.I.A.) entre os anos de 2003 e 2019.

Com o deslocamento financeiro e simbólico do Centro para essas novas áreas comerciais, é iniciado o processo de deterioração do marco zero aracajuano, desembocando na consequente desvalorização e marginalização desse espaço da cidade.

As novas centralidades de Aracaju sobrepuseram-se às paisagens antigas da cidade e, assim, evidenciaram outras paisagens,

talvez de forma até mais fortes que a tradicional Praça Fausto Cardoso: a das orlas, da Treze de Julho e, sobretudo, a da Atalaia. Mostra-se também a grande expansão urbana e a apropriação de novos espaços, como as praias do Mosqueiro, e a abertura da cidade para uma nova atividade econômica mais explícita, o turismo. (DINIZ, 2009, p. 41)

Contudo, o que fica evidente no processo de urbanização de Aracaju e sua busca

incessante pela modernidade é a participação direta do Estado no desenvolvimento das políticas estruturantes e do discurso que embasou todo esse movimento. Como resultado, observamos uma cidade apartada, desde o seu nascimento, e tracejada a partir da constante busca pelo novo, sendo a modernidade a sua maior referência.

Desenhada sob o traço da originalidade, “as intervenções realizadas em seu espaço adquiriram, no decorrer das três primeiras fases apresentadas, conotações progressistas, inovadoras e civilizadoras, ainda que a realidade muitas vezes oferecesse um quadro em ampla contradição” (LIMA, Elaine, 2008, p. 70). Mesmo que a historiografia local aponte para um discurso modernizador e a cidade tenha alcançado *status* de “capital da qualidade de vida”, em meados dos anos 2000, o rígido controle do espaço urbano visto até então não propiciou necessariamente progresso, continuando presentes nas imagens da capital sergipana cenários de decadência, de falta de infraestrutura e de desenvolvimento.

Especificamente no tocante ao Centro, é na década de 1970 que essa localidade atinge o seu ápice comercial (muito embora já àquela altura se observasse, na área, um esvaziamento de moradias familiares, que migraram para conjuntos habitacionais em outras zonas da cidade, como os bairros Augusto Franco, Orlando Dantas, Ponto Novo etc.), reunindo no seu entorno um comércio suntuoso e as práticas de lazer das famílias mais abastadas da cidade, no sentido sul, e um comércio de caráter mais popular, no sentido norte, onde estavam localizados os mercados centrais da cidade, o Antônio Franco e o Thales Ferraz. Ainda na parte norte do Centro, concentravam-se bares e boates que aqueciam a noite aracajuana, conformando tanto a boemia local, quanto a zona de meretrício mais refinada da cidade.

No Centro, também ficavam os “navios e todos os tipos de embarcações, os trens, os caminhões que abasteciam o Mercado, as marinetes, sendo por isso mesmo área preferencial dos boêmios, notívagos” (BARRETO, 2005, p. 08). Talvez por essa razão o Centro foi reconhecido por reunir “os cabarés e zonas de meretrício, que ganharam fama ao longo da história da cidade, marcando território para a boemia” (BARRETO, 2005, p. 08).

De acordo com a historiografia local, logo depois inicia-se o processo de esvaziamento do Centro e a busca por outras centralidades. Nos anos que seguem ocorrerão as primeiras intervenções mais significativas na região. A degradação instalada nesse espaço, principalmente no entorno dos mercados centrais, começa a ser figura recorrente nas notícias estampadas pela imprensa sergipana. A proporção tomada pela propaganda negativa do lugar afastou,

gradativamente, comerciantes, transeuntes e consumidores que antes ali circulavam.

Com isso, para conter a expansão desse processo de degradação do Centro e o deslocamento do capital para outras regiões da cidade – a exemplo do bairro Coroa do Meio, na zona sul –, é concebido, em 1977, o primeiro “Programa de Revitalização da Área Central de Aracaju”, responsável por transformar alguns pontos destacados da paisagem da região (LIMA, Elaine, 2013, p. 25).

O discurso apresentado pelo Programa evidenciava o caráter pioneiro dos projetos de revitalização para o Centro e teve como foco principal a transformação das ruas João Pessoa e Laranjeiras em calçadas. Apesar disso, nos anos que se seguiram, meados da década de 1980, o que se viu foi um aumento vertiginoso do sucateamento do Centro, alargado pela saída de alguns órgãos administrativos do Estado e pela inauguração do primeiro *shopping center* da cidade, o Riomar, na zona sul. A ausência “do poder público transpareceu na degradação física de ruas, praças e terminais de transporte coletivo, influenciando diretamente a deterioração de sua paisagem urbana e a descaracterização de conjuntos arquitetônicos relevantes à história da cidade” (LIMA, Elaine, 2013, p. 27).



Figura 20: Panorama em que se veem os três calçados do Centro Aracajuano.

1.3 O que falam as travestis

A saída permanente do comércio formal do Centro, no início dos anos 1990, atraiu, em contrapartida, o comércio informal, que passou a ocupar as calçadas dos principais pontos de negociação da região. A presença massiva de ambulantes durante o dia afastou determinados grupos da sociedade que por ali ainda circulavam, estabelecendo um cenário com atmosfera de caos. No contraturno, o que se via era uma imagem oposta, ruas vazias e escuras. Travestis, trabalhadoras do sexo, moradores em situação de rua substituíam a presença dos comerciantes e consumidores, e a atividade de destaque consistia na prostituição e em outras práticas consideradas sediciosas.

A forte ocupação desses grupos, como as travestis, por exemplo, não só modificava a paisagem, mas também forçava uma readequação da conduta das pessoas que ainda permaneciam nesse espaço. A deterioração da infraestrutura básica – iluminação, segurança – possibilitava que esses grupos estabelecessem novas socialidades e relações com o espaço degradado. A escuridão, incômoda para o comércio, encobria a face da clientela que não desejava ser vista, expandindo a zona de atuação dessas sujeitas, que, desprovidas de poder, recorriam à própria conjuntura hostil do lugar para sobreviver.

A esse respeito, é pertinente fazer alusão ao relato de Alma, travesti da velha guarda atuante há muito tempo no Centro de Aracaju e já mencionada alhures, com quem conversei durante a realização deste trabalho. Ela me descreveu o processo de ocupação da região pelas travestis em meados dos anos 1990.

Àquela época, certo dia, após sair do seu “trabalho normal”, em um famoso restaurante da capital, onde laborava como auxiliar de cozinha, Alma pegou a condução que costumava utilizar para se deslocar do trabalho para casa, a linha chamada Augusto Franco/Bugio. Muito concorrido, tal itinerário era famoso por conseguir, num trajeto de poucas horas, cortar a cidade de uma ponta a outra, e parava, também, em um terminal de integração, localizado perpendicularmente aos Mercados Centrais da cidade. Dentro dessa linha, o passageiro conseguia, em poucos minutos, atravessar todo o Centro Histórico.

No trajeto, Alma diz que avistava, diariamente, indivíduos iguais a ela e perguntava se, em vez de estar em um trabalho formal, mas onde era excluída e enfrentava chacota e humilhação, não seria o Centro, por onde se deslocava, o seu lugar. Foi quando, em um dia

atípico, decidiu saltar do ônibus e tentar conversar com algumas travestis que ali já trabalhavam.

Após algumas tentativas de se estabelecer no Centro, conseguiu “fundar um ponto” na Rua de São Cristóvão, próximo ao edifício Jangada, o qual, embora lhe gerasse bom faturamento e fosse bem localizado, não vingou, pois, pouco tempo depois, foi inaugurado um centro comercial que funcionaria por 24 horas ininterruptas, a Rua 24 horas, atrapalhando o trabalho da minha interlocutora.



Figura 21: Panorama em que se veem algumas edificações que se destacam no Centro.

Inspirada num modelo curitibano, a Rua 24 horas foi inaugurada em dezembro de 1994. Através de investimentos do governo estadual, a construção desse novo empreendimento comercial estava no rol dos projetos que vislumbravam reestruturar o comércio central da capital. Foi uma das tentativas para estimular a presença de turistas e de parte dos consumidores, que, aos poucos, deixavam de comprar no Centro para frequentar o novo *shopping*, o Riomar, inaugurado poucos anos antes, localizado no bairro Coroa do Meio, zona sul da cidade.

O modelo de *shopping center* adotado na implementação da Rua 24 horas, além de

impulsionar a remodelação do Centro, pretendia fazer frente ao crescimento de outras zonas comerciais, desacelerando o esvaziamento do comércio local.

Com essa política de reaquecimento da economia local, a forte propaganda para atrair turistas e, conseqüentemente, o aumento do efetivo policial, as travestis que, como Alma, trabalhavam nas ruas adjacentes, acompanharam a perda vertiginosa da sua clientela, que, na tentativa de se manter oculta, deixava, categoricamente, de frequentar aquela cercania, agora, bem iluminada e mais movimentada. A perda da clientela fez com que elas migrassem dessa região para lugares mais ocultos do Centro, como parte da avenida Ivo do Prado, popularmente conhecida como Rua da Frente; Beco dos Cocos; praça General Valadão; e o entorno do edifício Maria Feliciano.



Figura 22: Praça General Valadão e regiões adjacentes.

De acordo com Alma, a inauguração desse empreendimento a levou, ao lado de muitas colegas de profissão, a perder os seus pontos, afetando vertiginosamente as suas economias e a sobrevivência profissional naquele lugar. A mudança para as novas regiões do Centro

representava novos enfrentamentos, abarcando desde as disputas pelos novos pontos, até a captação da nova clientela.

Ainda segundo Alma, com a diretriz do Estado de aquecer o turismo local mediante o novo atrativo, a Rua 24 horas, foi estipulado, pela Prefeitura Municipal, um horário dos trabalhos ligados à prostituição, além de limites geográficos para os serviços, que deveriam se restringir a alguns becos e praças localizados em zonas mais encobertas do Centro. O relato é corroborado pela narrativa de outra travesti, chamada Kyka, com quem igualmente conversei. Ela assim me disse: “nessa época eu estudava no Atheneu e já causava na escola, usava cabelo grande e nas festas usava saia e, muitas vezes, a diretora queria me proibir de entrar. Lembro quando inauguraram a Rua, vivia lotada. Às vezes eu ia lá e via as monas ali, naquele Banese, sem ser o da João Pessoa, que fica perto do Palácio²⁶!”.

Em sequência, Kyka prossegue: “a Rua 24 horas foi inspirada no modelo de Curitiba. A primeira foi lá, né?”. Acenei positivamente com a cabeça e perguntei se ela sabia dessa informação da época da escola, ao que ela respondeu: “eu adoro História, tenho a memória muito boa, comecei a estudar, mas tranquei, mas tenho muita memória do Centro”.

Alma interrompe e se dirige a Kyka: “ô chuchu, você não foi fazer vitrine [prostituir-se nas esquinas] nessa época não? Eu não tô lembrando de quando você chegou!”.

Kyka se espanta: “oxe Alma, eu sou de outra geração, era novinha nessa época, fui fazer vitrine bem depois”.

O diálogo prossegue e Alma pontua: “mas você sabe que ali ao lado da ‘24 horas’, naquele prédio da esquina, era uma delegacia, né? Era terrível, já fiquei presa ali várias vezes! Ali que sua tia²⁷ foi me soltar. Teve um dia que uma mona se desentendeu com um tal de um delegado e ele disse que ela tinha roubado ele. Acabou que a polícia prendeu as travestis todas. Eles colocaram a gente bem ali, na Ponte do Imperador, na Rua da Frente, foi um inferno! Depois empurraram a gente no camburão e jogaram a gente na delegacia. Mandaram tirar a roupa e tudo. A gente se pendurava na grade, a que fica de frente pra Praça da Catedral e ficava gritando. Isso foi a madrugada toda! Olhe, nesse dia eu tava faturando ‘horrores’. Uma humilhação, eu só tinha o número de sua tia. Aí consegui falar com ela e ela foi soltar a gente!”.

²⁶ Conforme rodapé anterior, no início deste texto, reitero que tomei a decisão de não dar às narrativas das travestis a mesma formatação das citações tradicionais, para não separar as falas delas da narrativa da cidade.

²⁷ Na verdade, trata-se da tia de meu companheiro, a advogada Ana Hermínia de Aguiar Oliveira, citada no Prólogo deste trabalho.

Neste período, no final dos anos 1990, as travestis se reuniam em torno das praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos, que ficam próximas aos calçadões da João Pessoa e Laranjeiras. Usavam, para tal, a arquitetura dos edifícios, públicos em sua maioria (Procuradoria-Geral do Estado – PGE; Banco do Estado de Sergipe – BANESE; Câmara de Vereadores), como abrigo e também como ponto de trabalho. Os bancos das praças, posteriormente retirados, serviam para o descanso e a contabilidade dos rendimentos da noite.

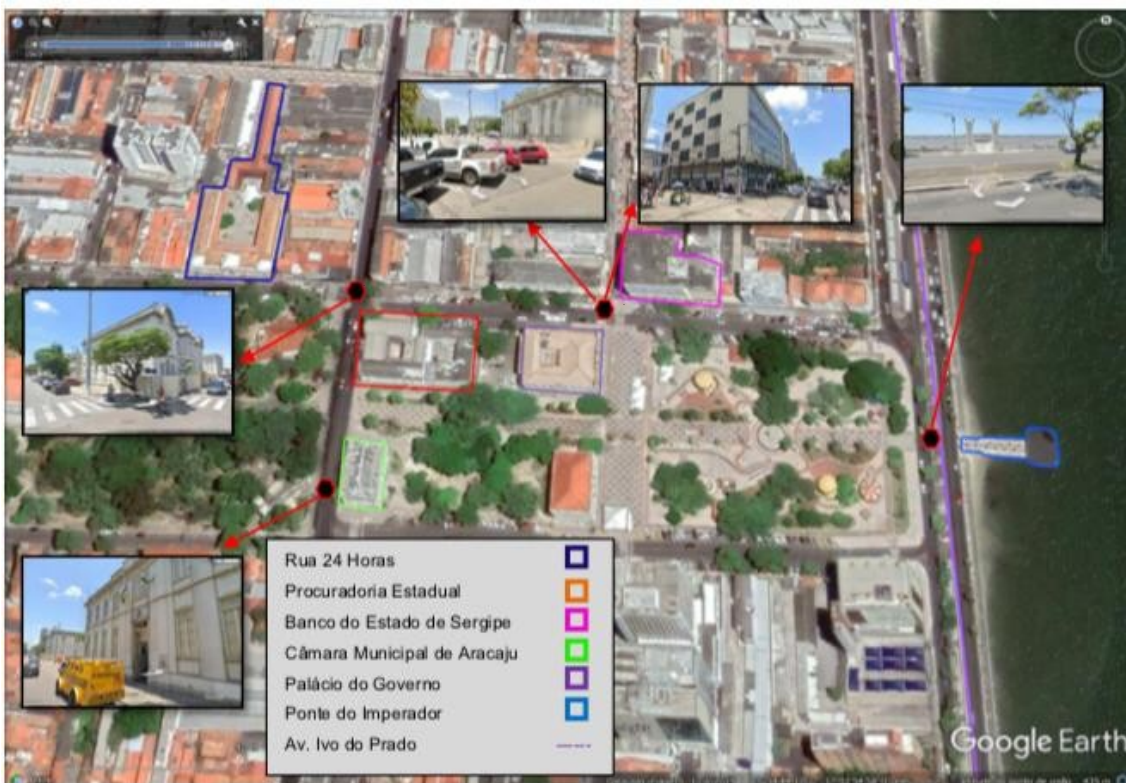


Figura 23: Complexo de Praças que são pontos importantes para a localização das travestis.

Continua, então, Alma: “Sabe o Maria Felicidade? Quando a gente sai da Olímpio Campos e segue pela São Cristóvão, ali onde hoje tem um BANESE? Pois, depois dessas reformas de Gama²⁸, até um banco que tinha ali, onde hoje tem um quiosque, tiraram. Todo dia, quando acabava o **estágio** (programa no Centro), eu sentava lá pra contar o **aqüezinho** da noite. Sabe o que é **aqüé**? É dinheiro. Passava um tempão fazendo conta. Nessa época, eu tinha um namorado e

²⁸Referência à gestão do ex-prefeito de Aracaju João Augusto Gama, durante o quadriênio 1997/2000.

ele contava as camisinhas que eu pegava na Secretaria [de Saúde]; cada camisinha era um programa, ai de mim se tivesse faltando camisinha e eu não tivesse o dinheiro pra dar conta. Tá achando que é como hoje? Olhe aí na parede quanta camisinha! Foi uma luta pra conseguir isso e o gel lubrificante. Pois! Até o pobre do banco, pra eu contar o dinheiro e descansar as pernas, tiraram”.

Kyka também se lembrava desse banco: “eu me lembro desse banco, eu também sentava lá. E colocaram uns vasos também. Não tinha mais lugar pra gente parar. A gente ficava a noite toda no relento. Horrível”.

Ainda dialogando com elas, comentei que, pouco tempo antes, numa conversa com um professor, ele havia suscitado, justamente, esses exemplos para tipificar algumas práticas excludentes do planejamento. Elas, em resposta, continuaram a descrever intervenções similares: “nessa época de Gama aí, com essas obras, não tinha lugar pra gente, acabava que a gente ficava mais pelo Bar do Meio ou pelos Quatro Bar. Ah! Aí não é da sua época não, Elayne”, disse-me Alma.



Figura 24: Entrada da Ponte do Imperador.



Figura 25: Lateral da Ponte do Imperador.

Confirmei que realmente não conhecia e perguntei onde ficavam esses bares e como eles eram. “Sabe ali onde ficavam os tototós²⁹, perto do Mercado, ali... perto do Beco dos Cocos, você segue pra Rua da Frente e tem o lugar onde ficavam os tototós. Eles [os bares] ficavam ali

²⁹ São barcos motorizados de madeira, assim chamados pelo barulho peculiar produzido, o “tototó”. Esse tipo de embarcação passou a ser considerada Patrimônio Imaterial de Sergipe, no ano de 2012. Para mais, ver: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/tototo-agora-e-patrimonio-cultural-do-estado-de-sergipe/>.

mesmo, no rio, tinha uma escadinha que descia da calçada e você chegava na areia do rio. Era ótimo lá, a gente dançava, tomava cachaça e o dono queria só que a gente fizesse os clientes beberem. Mas começou a ter muito B.O.³⁰ e logo a gente saiu de lá”, lembrava Alma.

Falei que tinha ciência de outros bares daquela região que também funcionavam, e ainda funcionam, como espécies de prostíbulos, citei o La Belle e o Cantinho da Música. “Ah, não deixavam a gente entrar nesses não, só mulher! Nesses, a gente era barrada na porta. Só as prostitutas que ficavam, antes, ali pela Fausto Cardoso que entravam. Mas teve um dia que as travestis toda se uniram e a gente foi pra porta, fizemos o maior barulho e deixaram. Mas isso dava muita briga. Porque aí a gente pegava os clientes todos, é claro. E elas não queriam perder dinheiro. E tinham os cafetões delas também que não deixavam a gente entrar. Cada uma tinha o seu espaço, na maioria das vezes era respeitado. Se não a porrada comia e chamavam os **homi** (policiais), e ninguém queria nenhum por lá”, disse Alma.



Figura 26: Bar do Meio da Rua. Foto tirada dentro da viatura da GM (Fonte: Arquivo Pessoal).

No ensejo, comentei que um fato que me marcou nesse período – final dos anos 1990 –, foi a retirada das pedras portuguesas do Centro de Aracaju. Tal fato foi exaurido pela imprensa local. E uma parcela da população expressou descontentamento com a troca do piso dos

30 B.O. significa Boletim de Ocorrência. Na linguagem popular local, a menção ao acontecimento de um B.O. se refere à ocorrência de um problema.

calçadões e calçadas do Centro, antes pedras portuguesas, por uma cerâmica mais moderna. A esse respeito, Kyka diz: “Lembro sim dessa reforma. Muita gente reclamou, o piso era mais feio e mal feito”. Já Alma, diz: “nessa época a gente ia pra rua de Luís XV. Sabe o que é um Luís XV? Aquele salto enorme, bem grande. Era ‘uó’ (ruim) porque o salto enganchava nas pedras, o calçadão cheio de buraco. Perdi as contas de quantas quedas tomei nesse Centro, andando de salto”.

É no cenário descrito, nas entrelinhas, por Alma e Kyka, que emergem dois projetos de intervenção muito importantes, as reformas dos mercados centrais e do Centro Histórico, que impulsionaram a tentativa de revitalização do Centro poucos anos depois, inspirando o *slogan* “Aracaju para o século XXI”, e que marcará a gestão municipal entre 1997 e 2000. Os projetos referidos foram responsáveis tanto pela retirada dos bancos de determinadas áreas estratégicas da região, como a adequação – segurança, acessibilidade – do assoalho asfáltico local, em detrimento da manutenção das pedras portuguesas que lá estavam desde a edificação de Aracaju.



Figura 27: Revista lançada para celebrar a prestação de contas da gestão realizada pelo Prefeito João Augusto Gama (1997–2000). Foto: Maria Odília (2001).

A imagem representada acima é de um relatório que narra, em 71 páginas, as realizações da Prefeitura nos quatro anos da referida gestão. Nele, são ilustradas as reformas dos mercados e do Centro Histórico sob a perspectiva estatal. Traz também o depoimento do prefeito, João Augusto Gama, e as inclinações que o levaram a sancionar essa que foi considerada a maior intervenção urbanística da história local. A partir das narrativas contidas nessa Revista, é possível vermos outro fragmento do discurso que entoou o *slogan* “Aracaju para o século XXI” em

contraste com a experiência de algumas travestis que acompanharam a execução desse projeto, como apresentado nos relatos anteriores.

Enquanto as travestis se viam obrigadas a se deslocar pelo Centro em busca de outros pontos para **fazer vitrine** (expor-se à clientela), a Prefeitura louvava as intervenções realizadas na região, na matéria que abria a revista que apresentava a gestão do Prefeito João Augusto Gama (1997–2000). “Mercados resgatam história e dignidade”, assim se inicia o texto que dispõe sobre a participação da administração municipal nas reformas, na verdade, do entorno dos mercados, pois a incumbência da revitalização dos prédios propriamente dita ficou sob a tutela do governo estadual, na época administrado por Albano do Prado Pimentel Franco.

Segundo a publicação, a Prefeitura havia mergulhado de “corpo e alma na revitalização do centro histórico de Aracaju” (ARACAJU, 2001, p. 30). A primeira ação sublinhada no texto é a transferência dos ambulantes e feirantes do comércio informal que ocupavam as ruas e calçadas do Centro para um novo prédio que foi construído no complexo que já abrigava os dois antigos mercados, Antônio Franco e Thales Ferraz. O novo edifício foi batizado em “homenagem” ao governador em questão, Albano Franco.



Figura 28: Mercados Centrais e regiões adjacentes.

Sabendo que algumas das minhas interlocutoras haviam se relacionado com feirantes que mantinham barracas no entorno do Mercado, perguntei como essas reformas haviam impactado a vida deles. Alma me respondeu assim: “pouquíssimos conseguiram banca lá no Mercado, a Prefeitura, na sabedoria, ofereceu banca nas feiras mais distantes do Centro. Quem quer? Só o dinheiro da gasolina e da passagem... Não vale a pena. Um monte, os mais pobrezinhos, ficou desempregado. No Mercado ficou só os que tinham mais dinheiro”.

No discurso do Poder Público, por outro lado, essa transferência, embora promovida energicamente, deu-se de modo controlado e contemplou de forma justa todos que estavam envolvidos no processo, contrariando o relato da minha interlocutora. Nas palavras do Estado, a mudança, “louvada por feirantes e consumidores, foi à época considerada por todos uma decisão ousada e corajosa da Prefeitura, já que mexeu com os hábitos, costumes e interesses geralmente avessos a mudanças” (ARACAJU, 2001, p. 30).

Nas palavras de João Augusto Gama, no editorial da Revista Aracaju para o Século XXI (2001, p. 04), lê-se:

[...] não hesitei quando quiseram, no episódio da transferência do mercado, me transformar em algoz, insensato e insensível. Ali eu estava certo e seguro de minha obrigação como homem público, firme na decisão de não ceder àquela desordem que perdurava por décadas, sem que ninguém jamais tivesse feito algo. Me assegurei de não cometer injustiças, mas não abri mão da autoridade. Porque certamente meus adversários preferiam o meu silêncio, para que, com minha omissão, me incluisse na lista dos políticos que vêm e vão sem cumprir a vontade delegada pela sociedade.

Por sua vez, a arquiteta idealizadora do projeto, Ana Libório, em um blog pessoal³¹, ressaltou a modernidade do empreendimento por ela realizado, que teria proporcionado o desmonte de uma favela composta por centenas de ambulantes, que, com suas barracas, obstruíram o trânsito e o comércio formal da região por muitos anos.

A iniciativa tratou de varrer uma série de barracas, muitas delas de madeira e alvenaria, que se emaranhavam com os prédios que abrigavam os Mercados numa relação, de acordo com Libório, quase simbiótica. Nessa mistura, a falta de estrutura dos edifícios, escuros e sem manutenção, espremia a feira e, conseqüentemente, lançava-a no meio da rua, onde alimentos eram vendidos no chão repleto de lama, amparados apenas por lonas, conformando um pequeno

31 Disponível em: <<https://expressaosergipana.com.br/mercado-municipal-de-aracaju-as-historias-por-tras-das-bancas/>>. Acesso em fevereiro de 2020.

comércio, conhecido como Feira da Pedra – as travestis se referem ao local como “Feira da Priquita”.

Para a arquiteta, esse panorama era caótico e contava até com a presença de prédios, alguns com dois andares, nos canteiros centrais das avenidas, margens do rio e miolo dos Mercados que compunham o Centro Histórico, concentrando, só nesse espaço, o fluxo de 9.000 pessoas por dia.

Então, no ano de 1995, o que Libório encarou como oportunidade, a transferência de um pequeno porto, onde os pescadores distribuíam os produtos pescados no Rio Sergipe (localizado em frente ao Centro) no comércio local, para uma cidade próxima, Santo Amaro/SE, possibilitou o reordenamento da Feira, reforma dos Mercados antigos e construção de um novo Mercado, a partir do aproveitamento dos galpões portuários abandonados após essa transferência.

Resultado: com a conclusão da reforma, Libório acreditou estar diante do desmonte de uma incômoda favela, comparando a transferência dos feirantes dos antigos Mercados para os novos prédios à Guerra de Kosovo (deflagrada, mais ou menos, no mesmo período), devido ao trabalho hercúleo que gerou. A arquiteta acreditava que essa ação, para ela necessária, era, na verdade, mais do que uma reforma, era um trabalho de arqueologia urbana e – longe de se preocupar com a nova massa de desempregados a que aludiram as minhas interlocutoras travestis – visava a redescobrir o que ela julgava ser “um tesouro arquitetônico para a cidade”: os Mercados Centrais.

A visão degradante, a falta de mobilidade e o sentimento de insegurança relatados por Ana Libório atrapalhavam, antes da reforma, o comércio e a circulação no Centro, sem contar que, acompanhando o movimento de médias e grandes cidades brasileiras, Aracaju investia, àquela época, na construção de novos centros comerciais – galerias e *shoppings*, como já dito –, mais seguros, confortáveis, próximos às zonas residenciais, dentro de um espectro modernizador (FRANÇA, 2000, p. 121), tudo isso justificando também a revitalização da região dos Mercados, conduzida pela arquiteta.

Os Mercados Centrais e o seu entorno, nesse momento – final dos anos de 1990 –, representavam, para parte da população sergipana (sobretudo, a mais abastada), verdadeiras aberrações estéticas e expressavam, veementemente, o processo de degradação pelo qual todo o Centro Histórico passava.

Os prédios e ruas superlotados, a precariedade da higiene e do fornecimento de água, o

sucateamento da distribuição de energia e a falta de saneamento básico são alguns exemplos da condição deplorável à qual esse espaço foi relegado. Aliado a isso, havia uma quantidade considerável de comerciantes informais que circulavam por becos e corredores estreitos, expandindo o aspecto desordenado do lugar. Desse modo, além de se tornar um espaço marginal, os Mercados e o Centro tornaram-se um espaço ideal para o desenvolvimento de uma “subcidadania” configurada na presença de um grande emaranhado de pedintes, sem-teto, prostitutas, que, misturados aos transeuntes e aos comerciantes, confabulavam o arquétipo de uma favela (MATOS LIMA, 2004, p. 59).

Diga-se de passagem, a “favelização” do Centro Histórico não aconteceu de forma casual. Foi decorrente, justamente, desse claro interesse de certos estratos, nos anos 1990, em se apropriar de áreas tradicionais decadentes, paralelamente ao fortalecimento de novos *points* que estavam sendo construídos em Aracaju – a construção do *shopping* Riomar, no bairro Coroa do Meio, na zona sul da cidade, como vimos, é um exemplo.

Ao nominar essa região de favela, a idealizadora do projeto de reforma dos Mercados Centrais acabava, penso, por justificar a razão de ser do seu projeto “modernizador” e imprimir, mesmo que de forma inconsciente, um estigma ao lugar que estava situado na base hierárquica dos bairros que formam Aracaju. Lá, habitavam os párias urbanos e lá ocorriam os problemas sociais que, juntos, contaminavam toda a região, “atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado” (WACQUANT, 2001, p. 07). Nessa via, esses lugares tornavam-se demasiadamente conhecidos, tanto pelos seus moradores, quanto pelos que o evitavam,

[...] como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. (WACQUANT, 2001, p. 07)

A imagem negativa atribuída ao Centro provocou um sentimento de inadequação e o afastamento da população que antes o frequentava, justificado no temor e no receio do que a presença desse espaço causava à cidade, seguindo um aparente padrão, como bem apontou Loic Wacquant ao falar dos bairros estigmatizados da cidade. Para o autor, ao nos distanciarmos desses espaços, chegamos a um denominador que parece comum a todos: a ideia de que a vida social nesses lugares é “exótica, improdutiva e brutal” (WACQUANT, 2001, p. 07).

Curioso pensar que esse mesmo discurso que conduziu, há duas décadas, a primeira intervenção significativa ocorrida no Centro Histórico de Aracaju, a reforma dos seus Mercados Centrais, persiste, em certa medida, nos dias atuais, como no relato adiante sobre o processo de retirada de uma “feirinha” localizada na Praça João XXIII, no mesmo Centro aracajuano, a denotar que a linha de ação do Poder Público, a despeito da diferença de gestores, permanece parecida. Peço licença para narrar essa iniciativa mais recente, que acompanhei de perto durante o campo desta tese e que pode contextualizar melhor o panorama de que se está a tratar. É uma exposição mais volumosa, porém necessária e que faço em linguagem jornalística, para facilitar a apreensão dos fatos pelo leitor:

Empurra-empurra, choro, comoção e gritaria marcaram a manhã de 09 de novembro de 2017 em Aracaju. O Centro estava intransitável e os motoristas, particulares e do transporte público, rebelavam-se contra um grupo de feirantes que impediam a circulação local.

Em um cenário de guerra, carrinhos de mão, repletos de frutas, formavam as barricadas contra a polícia e contra o Estado, que, pela força bruta, tentavam expulsar vendedores do comércio informal daquele lugar. Sob gritos de “queremos trabalhar”, dezenas de feirantes exigiam permanecer no Centro de Aracaju.

“Isso é uma palhaçada, um bando de vagabundo me impedindo de trabalhar”, resmungava um motorista de ônibus local. “Pode protestar, mas não acho certo fechar a rua”, posicionava-se outro. Já no lado dos feirantes, ouvia-se: “sou trabalhadora, tenho filho pra sustentar”, bradava, emocionada a vendedora de bananas! “Seo polícia, eu sou homem de bem, não precisa me empurrar”, argumentava o camêlo.

Em meio ao tumulto, na tentativa de acalmar os ânimos da população, um representante da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) pedia paciência e dizia que todos os trabalhadores ali presentes seriam redistribuídos pelas 33 feiras oficiais da cidade. Embora cético, o grupo que protestava decidiu recuar e, representado por uma comissão eleita ali mesmo, de forma aleatória, retirou-se para articular com o Poder Público o destino daqueles trabalhadores.

O fato relatado trata da desocupação da Feirinha da Praça João XXIII, que, localizada no entorno do Terminal Rodoviário Luís Garcia, conhecido como Rodoviária Velha, no coração do Centro Histórico da cidade, tornou-se espaço de disputa entre gangues de traficantes locais, conforme registros da imprensa sergipana.

A PMA, por meio da Empresa de Serviços Urbanos de Aracaju (Emsurb), justificou a desocupação dessa Praça através de um comunicado oficial, que dizia que o encerramento da feira aconteceu devido à necessidade de ampliar a mobilidade local, organizando o trânsito e ampliando o policiamento na região. A Empresa, ainda no mesmo documento, comprometeu-se a “tentar” remanejar os feirantes daquela localidade para outros lugares, “inclusive nas feiras livres da cidade”. Em outro trecho da carta, a Prefeitura diz que os comerciantes “poderiam ser retirados sem qualquer notificação”, pois não eram “permissionários e nem ambulantes cadastrados. No entanto, a Prefeitura de Aracaju optou pelo diálogo e pela concessão de prazos, mesmo quando a associação fez sua opção pela via judicial”.

Não obstante essas motivações, os jornais da cidade expuseram outras questões para a retirada da feira, como a insegurança no local, onde ocorrera, recentemente, uma série de assassinatos – cinco em um mês –, amedrontando, na ótica jornalística, pedestres e turistas que deveriam ter o direito de se deslocar e consumir com tranquilidade, longe de

qualquer marginalidade que pudesse atrapalhar esse fluxo. Outra circunstância levantada dizia respeito à própria organização da feira, cuja grande quantidade de carrinhos e barracas se amontoava desordenadamente nas ruas e calçadas daquele entorno, além de produzir sujeira e resíduos, prejudicando a circulação nas imediações.

Para a imprensa, essa feira se transformara em um extenso inconveniente para a cidade e para a Administração Pública, porque, além de ocupar o espaço de forma irregular, instituíra um ponto de venda de drogas a céu aberto que, junto aos homicídios anteriormente citados, ameaçava a população que por lá costumava transitar e o comércio em geral. A feira era composta por mais de 142 pontos e contava com número de feirantes superior a 100, oriundos da capital e do interior de Sergipe, instalados de forma despadronizada.

Ainda de acordo com o noticiário, os problemas detectados ali impulsionaram e aceleraram uma ação que, há muito, já estava sendo estudada pela Emsurb. Principalmente a partir do impacto dos homicídios que lá aconteceram, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe (Fecomércio), a Cooperativa de Transporte de Sergipe (Coopertalse) e a Associação dos Comerciantes Fixos e Ambulantes de Aracaju pediram a retirada da feira, o que foi atendido, mediante atuação conjunta da Polícia Militar de Sergipe, da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), da Empresa Municipal de Obras e Urbanização (Emurb) e da Guarda Municipal de Aracaju (GMA).

Como medida inicial, houve um debate entre representantes desses órgãos e o sindicato dos feirantes (muito embora, boa parte dos feirantes se opusesse à intervenção da entidade sindical, por eles considerada alinhada à prefeitura). Munida de um dossiê, a Polícia Militar (PM) apresentou quadro estatístico demonstrativo de um aumento considerável de boletins de ocorrência relacionados a denúncias de furto, tráfico de drogas e homicídios. Segundo o Major Ildomário Gomes, coordenador de Operações do 8º Batalhão da PM, o sentimento de insegurança vinha de todas as partes. “As pessoas que comercializam na praça da Rodoviária estão assustadas, pois marginais estão utilizando bancas para se esconderem ou disfarçarem o comércio de drogas”, em entrevista³² concedida na época.

Já a Guarda Municipal de Aracaju (GMA), responsável pelo policiamento patrimonial de prédios públicos da região, há muito se queixava, também através da imprensa, da dificuldade do grupamento em coibir os “meliantes” que, ao fugir dos flagrantes, entravam na Feirinha, misturando-se entre os trabalhadores.

Nessa órbita, não havia como manter, segundo a PMA, as centenas de comerciantes informais que ali trabalhavam. A questão, assim, deixava de ser meramente social para se tornar uma questão de segurança pública, utilizada como mote pelo Estado, prontamente acatado pela imprensa, para justificar medidas higienizadoras no Centro, agora sob o discurso do enfrentamento do “grande mal da sociedade e da família brasileira”, o tráfico de drogas. Ou seja, o sucateamento do trabalho de uma quantidade extensa de trabalhadores foi, novamente, reduzido ao famigerado tráfico.

³² Disponível em: <<http://www.sergipenoticias.com/utilidade-publica/2017/12/6289/retirada-da-feira-irregular-da-praca-joao-xxiii-gera-benefic.html>>. Acesso em fevereiro de 2020.



Figura 29: Feirinha da Praça João XXIII.

Retomando, vê-se que, tanto na reforma ocorrida na década de 1990 nos Mercados Centrais, como na retirada da “feirinha” da Praça João XXIII em 2017, o discurso entoado pela Prefeitura foi o de modernizar a região, para equipará-la a outras áreas mais arrojadas da cidade e de outras grandes metrópoles, como Recife/PE e Salvador/BA.

Porém, contatou-se, na prática, um quadro em certa medida destoante do propalado discurso, pois essas repercutidas intervenções, de saída, não foram capazes sequer de solucionar um problema elementar: onde abrigar os ocupantes originais da região, incluindo aí feirantes e ambulantes do comércio formal e informal, os grupos considerados marginais e de baixa renda que circulavam e habitavam a cercania? O fato é que, só na reforma dos Mercados ocorreu o desalojamento de uma população de quase 3.000 indivíduos, contando apenas os comerciantes, na esteira do que salientou Alma em conversa comigo, como já destaquei acima.

Na época, a justificativa do município para esse desalojamento foi a transformação do perfil dos produtos que passariam a ser comercializados nos mercados repaginados, que tinha como pretensão refinar também a nova clientela que passaria a frequentá-los. Na realidade fática,

porém, os produtos permaneceram os mesmos, mas agora vendidos de outra forma e para um público diferente.

Os antigos comerciantes, mesmo cadastrados pelos órgãos responsáveis, não conseguiram ocupar, em sua totalidade, os espaços dos novos Mercados reformados, muitos perderam pontos que estavam nas suas famílias há décadas. Centenas de comerciantes “foram literalmente expulsos de seus pontos de comercialização. Em contrapartida, pessoas que não eram cadastradas (...) e que nem sequer comercializavam nos mercados foram contempladas” (MATOS LIMA, 2004, p. 60).

O que se vê, na prática, foi que o discurso dos agentes estatais, a todo momento, tentou minimizar o impacto dessas reformas. O que fica evidente é que essa ação foi verticalizada do Estado para o grupo de feirantes que ocupavam aquela área. Segundo Carlos Augusto, vendedor de artesanato do Mercado Albano Franco, a manutenção da sua banca se deu através de muita luta. “Eu vendia meus jarros e minhas esculturas de barro aqui na calçada há muitos anos, espalhava na lona mesmo. Eu não tiro nem um real de lucro desse vaso aí. Quando vinha a fiscalização quebrava era tudo e eu que ficava no prejuízo. Aí, acabaram com a feirinha e eu fui atrás dos meus direitos, mas não pense que foi fácil. Ia todo dia lá na Emsurb (Empresa Municipal de Serviços Urbanos), e bati na porta de muito político que me virou as costas. Mas graças a Deus eu consegui”.

A limpeza impetrada pela Prefeitura foi ressignificada através do discurso pelo qual a ação intransigente de despejo dessa população, mediante um truculento “bota-abaixo”³³ da Feirinha da Lona ou das Pedras (ou da “Priquita”, no linguajar das travestis), como era conhecida, deu origem à construção do “grande *shopping* popular de Aracaju” (ARACAJU, 2001, p. 30). Para tal, os Mercados centrais receberam um investimento de mais de R\$ 8 milhões, utilizados, conforme o discurso estatal, para “tirar da lama feirantes e consumidores, que hoje cumprem o seu ofício em um lugar limpo, seguro e aprazível” (ARACAJU, 2001, p. 30).

Observando-se essas características, tem-se que a perspectiva do novo empreendimento afinou-se ao contexto do desenvolvimento da *cidade slogan*, em que uma paisagem é reapropriada pelo Estado na tentativa de torná-la um elemento simbólico e de poder na construção da imagem projetada de Aracaju.

33 Expressão criada para representar uma série de reformas urbanas instituídas na cidade do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, pelo então prefeito Pereira Passos. Para mais, ver: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo>>.

Segundo a literatura local, “a inserção dos mercados na imagem turística de Sergipe seria um argumento identificador das relações da ‘revitalização’ realizada em Aracaju com as práticas de *gentrification* ocorridas em tantas outras partes do mundo” (MATOS LIMA, 2004, p. 65), argumento com o qual não concordamos, como já consignado em linhas precedentes, pois a reforma sobredita não teve as dimensões de uma gentrificação, possuindo mais efeitos “cosméticos” e publicitários do que efetivamente estruturantes.

A propaganda da Prefeitura, no entanto, procurou descrever, com riqueza de detalhes e cuidado, os aspectos modernizantes e civilizatórios, por assim dizer, do projeto de “restauração”, na esteira da aludida doutrina local. Essa,

[...] restauração consumiu R\$ 4 milhões e conferiu a essa parte de Aracaju, antes decadente de perigosa, uma atmosfera romântica, que remete a meados do século, no estilo do Recife antigo e do Pelourinho, em Salvador. Nas ruas ao redor dos mercados, agora desobstruídas e livres das barracas de feira, o trânsito flui e os empresários, estimulados pela Prefeitura, começam a restaurar as fachadas dos prédios antigos para adequar o ambiente ao clima de **renascimento** que tomou conta da área. (ARACAJU, 2001, p. 30).

Como se nota na narrativa da Prefeitura, o processo ocorrido em Aracaju tinha ligações com as experiências de intervenções acontecidas em outras cidades brasileiras inspiradas nos modelos de gentrificação, especialmente Salvador/BA e Recife/PE. Em Aracaju, tais quais as cidades citadas, avistar-se-ia o “poder público como condutor dos processos de revitalização” (BOTELHO, 2005, p. 56).

A opção por restaurar o patrimônio arquitetônico da forma como se fez não é aleatória, pois esse foi o elemento eleito para conferir o novo sentido pretendido para o Centro. A restauração dos mercados conferiria a Aracaju uma posição definida nessa busca da cidade pelo desenvolvimento, estampada no *slogan* “Aracaju para o século XXI”, de uma política de reordenamento da estrutura arquitetônica da cidade. Ou seja, a imagem de degradação, antes designada ao Centro, seria transformada pelo viés da memória, passando, assim, aos mercados a responsabilidade de salvaguardar a identidade cultural da cidade.

Contudo, o que se vê no processo de restauração dos Mercados Centrais, mesmo não se conformando como uma área de observação direta desta pesquisa, é que sua reforma não aconteceu de forma isolada, ao contrário, impactou o Centro Histórico como um todo. Falhou na tentativa de trazer mais investimentos para a região e, conseqüentemente, não gerou mais

empregos. Os feirantes, na sua ampla maioria, ficaram desempregados, os indivíduos em situação de rua se deslocaram para outras áreas em busca de abrigo, os profissionais do sexo – michês, prostitutas e travestis – também se locomoveram para outras regiões.

Evidente que a problemática do deslocamento desses atores não é simples. Não se trata apenas do transporte de um ponto a outro, exige uma série de ações e negociações por parte de quem faz parte do movimento. Observar o lugar que melhor se exponha à clientela, mas que ao mesmo tempo assegure a privacidade do cliente; negociar com os possíveis atores que já ocupavam a área; remanejar os clientes que estavam habituados a frequentar o ponto anterior etc. Assim, as intervenções implementadas nos Mercados e no seu entorno, impactaram, sim, de forma considerável, o cotidiano e sustento desses grupos, alguns, inclusive, por diversas vezes no período, impedidos de exercer a sua profissão.

“Durante essas reformas a gente passava era fome, porque tinha até hora pra sair da rua. Imagine, travesti ter que sair da rua antes de meia noite, os clientes começam a passar nessa hora. E ai de quem ficasse na rua, a polícia descia o cacete. Eu mesma tive que ir muitas vezes pra Rua da Frente, ali naquele prédio da Marinha, vizinho à casa de Zé Peixe. Mas era um problema, porque a gente ficava mais exposta, uma vez fui até atacada lá, o cara veio com uma faca... mas a gente fez amizade com os meninos da Marinha, eram bonzinhos, davam até água e café pra gente. Além de ficar ali exposta, tinha outra coisa que me incomodava muito, uma pessoa que tinha casa próxima, que é conhecida em Aracaju, mas não posso falar o nome, direto jogava água na gente, tangendo a gente da porta como se fosse bicho. Mas eu digo sempre às meninas pra não responder com violência quando isso acontecer. Eu entendo que ela era mãe de família e a gente tava na porta dela, mas o Centro tava o inferno, cheio de polícia, toda hora tinha gente mexendo na obra, não tinha como a gente ficar lá nos pontos [Beco dos Cocos, Praça Fausto Cardoso, Praça Olímpio Campos, Rua São Cristóvão], então a gente ia pra o chão da Marinha, ou pra o prédio do IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis]. Só que um dia eu vinha no táxi ensaiando o que eu ia dizer pra essa fulana, cheguei com calma, Deus me iluminou e conversei com ela. Oxe! Teve um dia que ela me deu café e disse assim: olhe, não fique aqui na porta não, vá mais ali pra esquina pra não incomodar meus filhos e as visitas. Ela tava certa, falei com as monas e nunca mais teve problema”.

A narrativa de Alma traz com muita clareza os impactos no cotidiano dos indivíduos menos estabelecidos do Centro e mostra, detalhadamente, parte do percurso realizado para que

eles pudessem sobreviver e se adaptar às intervenções na paisagem implementadas pelo Estado.

1.4 As travestis na “Aracaju do século XXI”: onde estão as travestis e como elas chegam ao Centro

Localizada no coração do Centro de Aracaju, a praça Olímpio Campos abriga a Catedral Metropolitana, uma galeria de arte – a Álvaro Santos – e uma feirinha de produtos artesanais que funciona de segunda a sábado, das 08h às 18h. Na Praça, são comercializados produtos de cama, mesa e banho, roupas, bolsas e outros produtos artesanais confeccionados por comerciantes locais, além de comida e de artigos regionais. Repleta de árvores, a praça oferece sombra e ar fresco para aqueles que ali desejam repousar, após caminhar pelo Centro.



Figura 30: Galeria Álvaro Santos à noite. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 31: Praça Olímpio Campos (Fonte: *Google Earth*).

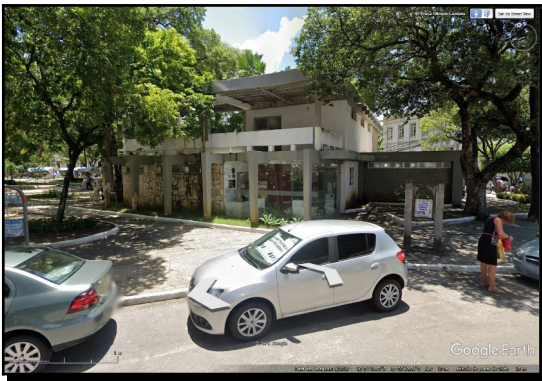


Figura 32: Galeria de arte Álvaro Santos durante o dia (Fonte: *Google Earth*).



Figura 33: Futebol na rua 1. Ocupação do entorno da Praça Olímpio Campos por moradores em situação de rua. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 34: Futebol na rua 2. Ocupação do entorno da Praça Olímpio Campos por moradores em situação de rua. Fonte: Arquivo Pessoal.

A presença da sede da Igreja Católica nesse espaço atrai um número considerável de turistas, que desejam conhecer o prédio com mais de 143 anos de existência, considerado uma das obras mais importantes da arquitetura sergipana. Na Olímpio Campos, também podemos observar a presença do restaurante Cacique Chá. Construído no século passado, nos anos 1950, tornou-se famoso por receber frequentemente a presença de políticos, artistas e pessoas com destaque na sociedade sergipana.

O entorno da praça também é adornado por uma série de prédios históricos que ainda hoje sediam setores destacados da Justiça e da administração da Capital e do Estado, como o da antiga Escola Normal, outrora transformado em um *shopping* a céu aberto, a Rua 24 horas e que atualmente abriga um centro de turismo; a primeira sede da Prefeitura, o Palácio Inácio Barbosa; a Procuradoria-Geral do Estado; e a Câmara Municipal de Vereadores.

Cercada por ruas estreitas, são comuns a circulação intensa de pedestres e o trânsito lento de veículos. Durante o dia, é notória a presença de estudantes fardados, assim como a presença de freiras e padres, em razão da presença da arquidiocese, além de turistas e de famílias inteiras, que frequentam o Centro em busca de lazer ou da aquisição de produtos com custos mais populares.

No entanto, ao cair da noite, a paisagem e o fluxo do local são alterados drasticamente. A

presença de pedestres é reduzida, o comércio, formal e informal, quase desaparece, sendo substituído por outros indivíduos e outras práticas, especificamente por moradores em situação situação de rua, usuários de drogas, travestis, prostitutas e, em menor quantidade, michês. Porém, apesar de percebermos a presença de todos esses atores, o que chama a atenção é a presença dominante de travestis, que se distribuem por toda a extensão da praça, em pontos estratégicos.



Figura 35: Imagem noturna da praça Olímpio Campos - 01. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 36: Imagem noturna da praça Olímpio Campos - 02. Fonte: Arquivo Pessoal.

As histórias de vida dessas travestis que ocupam o Centro já há tantos anos, apesar de apresentarem naturais singularidades, guardam certa homogeneidade. As suas experiências de vida em comum (desavenças familiares, exclusão social, sofrimento de preconceitos, violência física, abusos sexuais etc.) se reproduzem de tal forma que dão um aspecto de uniformidade ao grupo, passando a impressão de que o relato da história de umas dessas atrizes poderia muito bem ser ouvido a partir da boca de várias outras travestis que, igualmente, transformam e sobrevivem no Centro de Aracaju e em outros espaços hostis. As táticas e os artifícios por elas utilizados para travestir esse espaço constituem uma forma peculiar de resistência, que, de maneira audaciosa, vislumbra desmontar um sistema de repressão que deseja silenciá-las.

Através da memória de minhas interlocutoras, eu pude testemunhar suas percepções sobre a paisagem, a organização e a composição do Centro e sobre o modo como as ações lá ocorridas – capitaneadas pelo Estado ou pela iniciativa privada – impactaram em suas vidas, em seus sentimentos e em seu sustento.

Muitas travestis, após tentativas frustradas de ingressar no mercado de trabalho – chamado por elas de “normal” –, são empurradas para a “vida” no Centro: veem-se levadas a

ingressar na prostituição e têm áreas determinadas dessa região para a prática do ofício. Embora reconheça que a literatura sobre o tema aponte que “há travestis que não se prostituem. E, muito provavelmente, o³⁴ travesti que pratica a prostituição deve representar uma minoria insignificante no universo maior dos que praticam travestismo” (SILVA, 2007, p. 29), no cerne deste estudo, constatei que a quase totalidade das minhas interlocutoras recorre, habitual ou eventualmente, à prostituição ou já exerceram esse tipo de atividade. A esse respeito, por exemplo, Maya, uma das minhas interlocutoras, que atua como cabelereira, diz que “quando falta o **aqüé** (dinheiro) vai ao **estágio**³⁵ (programa no Centro) fazer **vitrine** (se prostituir)”.

Nos estudos de Don Kulick (2008) sobre as travestis de Salvador, a prostituição constitui, naquele caso, a principal ou até mesmo a única fonte de renda delas e o exercício desse trabalho se dá particularmente “em determinadas ruas ou no entorno da cidade” (KULICK, 2008, p. 150). A atividade sexual com os clientes pode ocorrer nos carros, nos becos, nas praias, nos quartos de pousadas e hotéis, na própria residência das travestis ou dos clientes etc. (KULICK, 2008, p. 150).

Em Aracaju, a prática acontece de forma parecida com a relatada por Kulick (2008), dividindo-se, principalmente, entre algumas áreas do Centro (praça Olímpio Campos, praça Fausto Cardoso, Rua da Frente, entorno dos Mercados Centrais e Rodoviária Velha) e Orla de Atalaia (rua Niceu Dantas, avenida Oceânica e avenida Mário Jorge Menezes de Vieira).

A locomoção das travestis para essas regiões se dá através do uso de mototáxi, Uber (alternativa que está em crescimento), táxi (prioritariamente com corridas pré-agendadas e motoristas de confiança) e a pé, quando saem em grupo das suas residências em direção às áreas mapeadas, evitando o uso de ônibus (transporte coletivo), por temerem agressões e achincalhamentos.

34 Reitero o que destaquei em rodapé anterior quanto à ressalva do contexto em que a obra foi escrita: à época, o artigo utilizado para definir as travestis era o masculino.

35 O estágio na rua habilita a travesti que se destaca a trabalhar fora do país, principalmente em países como a Itália e a Espanha.



Figura 37: Panorama em que se veem os pontos de atuação das travestis na cidade de Aracaju.

No caso de minhas interlocutoras que trabalham massivamente na Olímpio Campos, a forma de deslocamento acontece prioritariamente a pé, porque a maioria reside no entorno da rua Siriri, em vilas espalhadas pela rua Geruzinho, local conhecido por abrigar profissionais do sexo que atuam no Centro. O “Geruzinho”, como elas se referem, fica em uma localização privilegiada para os indivíduos que precisam chegar ao coração do Centro com agilidade, pois está exatamente a cinco quadras (cerca de 750 metros) da Praça da Catedral. Outras travestis também residem nas proximidades da praça, com destaque para o Edifício Futuro, que fica localizado na rua São Cristóvão, mais ou menos uma quadra ao norte da região onde está a “vitrine” (o ponto de prostituição).

É raro, mas é possível encontrar travestis que atuam no Centro e residem na zona norte de Aracaju, lembrando que as travestis que trabalham na Orla da Atalaia, pela facilitação do transporte, optam, na sua franca maioria, por morar na Zona Sul da cidade, nos bairros Atalaia e Coroa do Meio. De acordo com João Dantas dos Anjos Neto,

[...] a idade média das travestis pesquisadas [por ele e que se concentram na Orla] está entre 15 e 27 anos. Moram em quartos, vilas ou dividem casa no Bairro da Coroa do Meio, situadas próximas ao espaço de trabalho, cerca de menos de um quilômetro de distância, ou no Bairro Industrial, este na zona norte da cidade, distante 11 km. Contudo, há uma concentração de travestis que moram nessa localidade, inclusive as que se prostituem em outras localidades da cidade (2016, p. 48).

A faixa etária das travestis do Centro destoa das que circulam na Orla. Do grupo de cerca de 20 travestis que se dividem entre a Olímpio Campos e adjacências, a idade flutua entre 30 e 50 anos, embora seja muito difícil identificar ao certo a idade delas, por ser um dado que elas claramente omitem ou sobre o qual desconversam.

Em Aracaju, também é possível observar algumas similaridades em relação às características apontadas por Kulick (2008) no tocante à flutuação demográfica desse grupo. Conforme o autor, ao retratar o caso soteropolitano, “a variação é sazonal. Travestis são pessoas com grande mobilidade: muitas, mal tendo completado 20 anos de idade, já trabalharam em três ou quatro cidades diferentes e geograficamente distantes” (KULICK, 2008, p. 54).

Enquanto em Salvador o auge da presença das travestis ocorre no verão e no carnaval, em Aracaju o movimento é invertido, pois o ápice se dá no inverno, durante os festejos juninos, quando muitas travestis vêm do interior e as que estavam antes na praça caminham em direção às avenidas mais movimentadas da região central da cidade, a avenida Beira Mar, a Rua da Frente e a avenida Ivo do Prado. Nesse período, costuma ocorrer na capital sergipana, nos Mercados Centrais, um festival em comemoração aos festejos juninos, o Forrócaju.

Já as travestis chamadas por elas de “carreiristas” (as *habitués* do Centro), também regulam a sua frequência na rua, só que em um espaço de tempo muito mais curto, baseado no calendário de pagamento dos funcionários públicos do Estado e do Município. Nos dias de depósito dos salários, a quantidade de travestis costuma duplicar e o valor do programa, que gira em torno de R\$ 30,00, pode aumentar consideravelmente.

O término dos festejos juninos confere ao Centro uma atmosfera parecida com a apresentada por Kulick (2008) ao retratar a representação do fim da folia de Momo para a cidade de Salvador, pois “o clima de festa que animou a cidade por tanto tempo vai se extinguindo, e as ruas entram em um longo período que as travestis consideram ‘uó’ (ruim). Os clientes diminuem e o dinheiro escasseia” (KULICK, 2008, p. 55).

Após o São João, as travestis voltam a ocupar a Olímpio Campos no turno da noite. Elas

começam a se distribuir pela praça, por volta das 23h, e lá permanecem madrugada adentro. Contudo, o espaço em questão não constitui uma área de “pegação” das travestis e da prática do sexo com os clientes. O que acontece, conforme o relato de algumas delas, é que os clientes passam por elas, geralmente em um carro, abordam-nas, negociam o programa e após o acerto seguem com elas para outras áreas da cidade. Segundo Alma, das inúmeras pousadas que antes recebiam esse público, apenas uma se mantém aberta. Ela está localizada nas imediações das Lojas Americanas, que fica na rua Itabaianhina, cerca de 300 metros ao norte da praça. “A gente evita de ir nessa pousada, porque sempre tá cheia e é apertada, tem cliente que não gosta. Aí a gente vai a alguma pousadinha no Santo Antônio mesmo, que é pertinho, e eu até prefiro, porque me sinto mais segura, ou pra aqueles motéis chiquérrimos da saída da cidade”, disse Alma.

As meninas que moram no Edifício Futuro, no entorno da praça, dificilmente levam clientes para os seus apartamentos, mas pode ocorrer. “A noite tava fraca, peguei uma chuva, tava dividindo um guarda-chuva com Alma, aí passou esse taxista, parou e perguntou quanto era o programa, disse meu preço e ele perguntou se podia passar no banco pra sacar o dinheiro. Quando a gente chegou no banco, deu problema no cartão e ele não conseguiu tirar o dinheiro, mas vi que o carro tava cheio de sacola do Gbarbosa, com um monte de lanche. Como a noite tava fraca e eu não ia faturar mesmo, chamei ele pra ir lá pra casa. Ele era até bonitinho”, relembra Mariah, travesti moradora do Edifício Futuro.

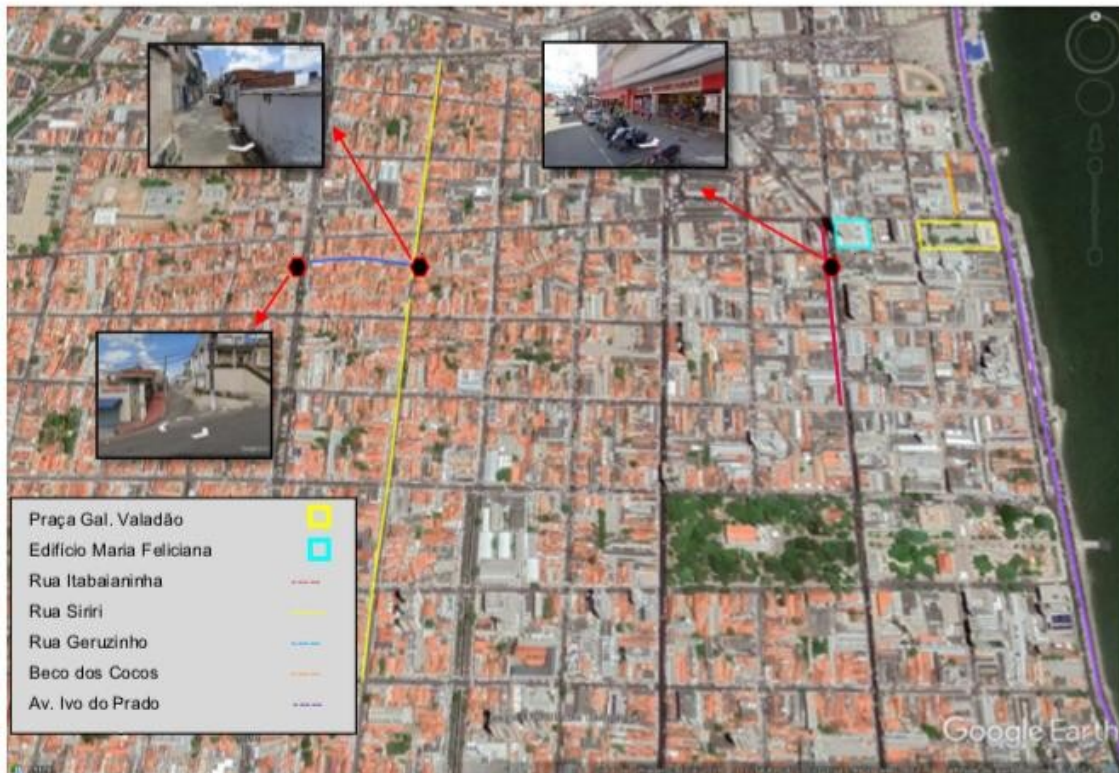


Figura 38: Panorama em que se vê o percurso das travestis das suas residências até o Centro.

Perguntei às meninas se elas costumavam praticar sexo nas ruas do Centro e elas responderam que, quando eram mais jovens, isso era mais comum, pois as pessoas tinham menos carros e circulavam mais a pé por essa região. Pedi para que elas me contassem como aconteciam essas práticas hoje e Alma respondeu: “antes a gente ia muito ali pra o Beco dos Cocos, porque era escuro e não passava ninguém. Lembra aquela feira que tinha ali na calçada do Mercado, antes da reforma? Pois, muito feirante que saia dali era meu cliente. Acabava a feira e eles vinham atrás da gente pra fazer programa ali mesmo no Beco. Também não tinham dinheiro pra pagar pousada. Eu só aceitava quando a noite tava fraca. Aí já tava lá mesmo, fazia pra não perder a viagem. Têm uns hoje que estão no Mercado e quando eu vou lá olho pra cara e reconheço, chega eles ficam desconfiados”.



Figura 39: Imagem noturna do Beco dos Cocos - 01. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 40: Imagem noturna do Beco dos Cocos - 02. Fonte: Arquivo Pessoal.

1.5 Mimetizando a Praça: o corpo da travesti em contraste com a Olímpio Campos

Em uma conversa com Alma e Kyka, falávamos sobre como enxergávamos nossos corpos. Alma exaltava o fato de não ter próteses e, mesmo assim, ter seios “duros e redondos”, desenvolvidos após o uso contínuo, há algumas décadas, de “hormônio”³⁶. Já Kyka contava que preferiu, além da aplicação do hormônio, “bombar o corpo”³⁷, com o auxílio de bombadeiras, processo que, embora doloroso, conferiu-lhe curvas mais femininas na região dos quadris, das coxas e da mama. Ambas concordavam que os tratamentos realizados no corpo eram uma espécie de “investimento” e que os clientes que frequentavam o Centro valorizavam esse tipo de intervenção.

No prefácio do livro “Abjeção e Desejo”, de Larissa Pelúcio, a professora Berenice Bento deixa explícito o papel fundamental da bombadeira no processo de feminilização das travestis.

A bombadeira é uma personagem central na vida das travestis. Ela detém o conhecimento do corpo, as técnicas para aplicar o silicone líquido e os cuidados para se evitar efeitos colaterais. A bombadeira e a cafetina, figuras que por vezes confundem-se na mesma pessoa, ocupam uma ascendência na estrutura das relações internas às vivências das travestis. Ela é a mãe, a que cuida, protege, castiga. A família construída, deslocada de referências biológicas, tem suas regras. (BENTO (2009) apud PELÚCIO, 2009, p. 22).

“Faça chuva ou faça sol, posso passar fome, mas tiro nem que sejam dez reais pra

36 Um dos hormônios mais injetados pelas travestis que eu acompanho é o Acetofenido de Algestona, conhecido no mercado como Perlutan e Topasel (em outros países). Nele, é encontrada a progesterona, que, associada ao estrógeno, funciona, no corpo das mulheres cisgênero, como contraceptivo e regulador menstrual e, nas mulheres transexuais e travestis, tem ação antiandrogênica (reduz a produção de testosterona), podendo conferir algumas características femininas – desenvolvimento das mamas, diminuição do pelo, alargamento dos quadris e diminuição da circunferência da cintura. Interessante saber que as travestis conhecem todos os detalhes do medicamento e seus efeitos colaterais, por isso se auto prescrevem o uso e indicam ou administram em outras. Na etnografia de um grupo de travestis que atua na Orla de Aracaju, realizada por João Dantas dos Anjos Neto (2016), essa prática fica evidente. Para Anjos Neto (2016, p. 49), “a ingestão de hormônio acompanha a vida de uma travesti, pois caso resolva parar, ocorrerá o que Ana chamou de ‘muchar os seios e a cara e ficar machuda’, perdendo o contorno feminino. Assim, diferente de um rito de passagem que ocorre em momentos específicos, para as travestis é um processo permanente. Algumas travestis atribuem aos hormônios reações e dores comuns à mulher. Como pontua Bia ‘Eu quando comecei a tomar augestona, nos primeiros dias senti uma dor no pé da barriga e falei com uma mapô, amiga minha, e ela disse: viada isso é cólica menstrual. Mas claro que não vai descer’. Assim, os hormônios são produtos estruturantes na construção do feminino para as travestis”.

37 Significa alterar o corpo através do uso de silicone no formato de próteses e até mesmo industrial. As próteses de silicone são colocadas em clínicas especializadas por cirurgiões plásticos, já o silicone industrial é aplicado, de forma clandestina, por pessoas conhecidas como “bombadeiras” (podem ser mulheres, outras travestis ou mesmo homens, mas em menor quantidade).

guardar, porque um dia vou realizar meu sonho, operar esse nariz! Aff! Esse nariz é do meu pai, nunca me aceitou, mas sou a cara dele”, dizia Alma.

Perguntei se Kyka, assim como Alma, também tinha vontade de realizar outras mudanças no corpo, algumas mais drásticas, e se já havia cogitado fazer a cirurgia de redesignação sexual, ao que ela me respondeu: “Tá louca?! Vou perder meu emprego! Olhe, eu sou travesti, não vou como as outras meninas do Ambulatório Trans³⁸, não”. Alma disse: “bem lembrado, Kyka, Elayne tem que ir a Lagarto conhecer o Ambulatório”. Insistindo no assunto, pedi que Kyka me explicasse melhor, pois não havia compreendido o que ela estava querendo dizer: “veja, eu não quero fazer fono, ir a psicólogo e passar por esse processo pra ser mulher, pois eu não gosto que determinem o que sou. Meus clientes no Centro são passivos, querem uma travesti e não uma mulher”.

Nesse sentido, a modulação do corpo da travesti perpassa por uma série de processos que nem sempre desembocam no desejo de ser percebida e se perceber como mulher. Consumo, adequação, por exemplo, também são variantes significativas na construção do corpo da travesti. Na rua, esse corpo adquire vários significados e também é (res)significado nas práticas sociais dessas sujeitas e na relação com os outros atores que, direta ou indiretamente, com elas interagem.

Embora algumas das mudanças empreendidas pelas travestis sejam irreversíveis, para Kulick (2008), esse fato não fazia com que elas se definissem como mulheres. Mesmo vivenciando o feminino com intensidade – utilizando roupas, nomes, trejeitos etc. –, “as travestis não desejam extrair o pênis e não pensam em ‘ser’ mulher. Elas não são transexuais. Ao contrário, afirmam elas, são homossexuais – homens que desejam outros homens” (KULICK, 2008, p. 22). Essa perspectiva apresentada por Kulick, no universo soteropolitano, aproxima-se da forma como minha interlocutora Kyka se percebe (uma travesti efetivamente, com feição e trejeitos femininos, genitália masculina, sem pretensão de redesignação de gênero e atração sexual por outros homens), embora discrepe, em certos aspectos, da autopercepção de outras travestis do grupo investigado, que não anseiam retirar o pênis, mas se enxergam como mulheres.

Noutros termos, algumas das travestis da Unidas, após terem acesso às informações

38 O Ambulatório Trans é uma unidade de atendimento voltada a usuários que demandam a realização de “Processo Transexualizador” em Sergipe. Ele fica localizado no interior do estado, na cidade de Lagarto, e é mantido pela Universidade Federal de Sergipe em parceria com o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal. Lá, os usuários contam com o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por endocrinologistas, psicólogos, fonoaudiólogos, psiquiatras e assistentes sociais.

acerca dos estudos sobre identidade de gênero, atualmente, mesmo sem negar o *status* de travestis, por vezes, adotam o discurso da transexualidade, porque aprenderam a utilizar essa fala para amenizar os efeitos do preconceito e da inacessibilidade às políticas públicas sociais e de saúde.

Com isso, não quero negar o preconceito e a transfobia direcionados aos indivíduos transexuais, mas salientar que as travestis ainda são consideradas, por alguns, um “subgrupo” no universo LGBTQIA+. Segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), apenas cerca de 20% delas ingressaram no ensino de 2º grau e a ampla maioria parou de estudar no 6º ano, antiga 5ª série. A precarização do ensino público, a falta de políticas públicas de apoio à permanência dessas sujeitas na escola e o *bullying* são alguns fatores justificantes da evasão.

Na praça Olímpio Campos, enquanto elas expõem os seus corpos em busca de clientes, há uma espécie de “vitrinização” do espaço urbano, tanto que elas, muitas vezes, referem-se aos pontos de prostituição como vitrines e expandem a linguagem incluindo esse termo no vocabulário do grupo. A praça, no caso, funciona como uma galeria repleta de travestis, que, transformadas em produto, ficam à mostra para serem consumidas.

É importante ficar clara a ideia de “vitrinização” a que me referi acima. Enquanto outras(os) profissionais do sexo exercem a atividade por meios diversos – ao telefone, no carro, em domicílio, em hotéis, em motéis, em pousadas, em boates etc. –, o grupo de travestis analisado neste estudo tem na cidade e, mais especificamente no Centro de Aracaju, o seu canal para o exercício da prostituição.

Uma *camgirl*, por exemplo, focaliza a sua atuação através do manejo das redes sociais e de ambientes virtuais. Os michês locais, em sua maioria, por outro lado, exercem suas atividades sobretudo a partir de anúncios de jornais, prévios contatos pessoais e festas privadas. Prostitutas que atuam em casas de meretrício, por sua vez, dependem muito de sua performance artística, cuidados atléticos, dublagem, dança e traquejo social para lidar com as “casas que as empregam”. Já prostitutas que atuam na própria residência buscam oferecer discricção, um ambiente aprazível, limpo. E assim sucessivamente, cada ator se especializa nas peculiaridades do seu nicho. No caso das travestis aqui analisadas, o programa está condicionado sobremaneira à percepção que elas têm da rua. Isso porque a oferta de seu serviço está diretamente relacionada ao mapeamento do local, à percepção de quais são os melhores pontos e horários para o “estágio”, à identificação

dos trechos mais seguros, à identificação do público-alvo que por ali transita à procura do programa etc. Enfim, a rua, para elas, é o palco que possibilitará sua projeção. Portanto, “fazer vitrine” é muito mais do que simplesmente se prostituir: é prostituir-se nas ruas com todas as especificidades desse ambiente.

Percebe-se, assim, que o universo das travestis observadas é permeado pelas influências urbanas, o que aponta para ideia de que o seu corpo, o seu labor e a sua socialidade são reflexos concretos da dinâmica cidadina. Ou seja, há um liame entre corpo e cidade que se verte na experiência urbana. Nas palavras de Frangella e Rui (2017, p. 24),

[...] perceber a intensidade da relação dialógica entre as experiências urbanas e as corporais e entender o corpo na cidade requer enfocar sua presença imagética e material na arquitetura e na dinâmica urbana, não apenas como metáfora inspiradora de projetos urbanos, mas como uma experiência concreta, múltipla e influente na própria constituição da cidade.

Nesse sentido, a construção do corpo da travesti é feita primariamente na rua em confronto com o “Outro no sentido físico e social” (FRANGELLA; RUI, 2017, p. 24), desenvolvendo tanto o espaço social, quanto o fisiológico. A complexidade das práticas sociais, a variedade cultural e, até mesmo, os aspectos subjetivos dos indivíduos “são construídas, sobretudo, em torno da identidade corpórea” (FRANGELLA; RUI, 2017, p. 24).

A compreensão da alteridade nesse momento pode acontecer quando o corpo dessas sujeitas se revela mormente no seu aspecto visual representado pelo feminino³⁹ – nas vestimentas, nas intervenções realizadas nos seus corpos – em contraponto ao pré-gênero masculino. Não obstante o corpo da travesti se encaminhar para a construção de uma ideia de feminilidade, ao contrário do que representa, as concepções sobre essa imagem não são redutíveis às dicotomias de gênero e sexo⁴⁰, pois, além de gerar uma atmosfera de tensão no espaço urbano, apartam a imagem do feminino do entendimento do feminino. Apesar de a imagem da travesti personificar uma ideia de mulher – concreta ou imagética – engessada e imutável, essa imagem feminina não

39 “O feminino travesti não é o feminino das mulheres. É um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre esses polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica dos ingredientes do gênero” (BENEDETTI, 2005, p. 96).

40 B. Preciado, no seu “Manifesto Contrassexual”, desconstrói as percepções naturalizadas e biologizantes da heteronormatividade e reestrutura as construções sociais, sem negá-las. E conclui que sexo e gênero resultam, na verdade, de sistemas tecnológicos e sociopolíticos de alta complexidade. As variantes desses sistemas – homem, mulher, homossexual etc. – funcionam como acessórios que atuam no corpo, embora ele não seja um objeto passivo (PRECIADO, 2014, p. 21-22).

é suficiente para que ela se veja e seja vista como mulher.

O corpo da travesti e a cidade se entrelaçam e se atravessam, influenciando, um e outro, “na condição de territórios físicos e culturais de produção e enunciação de processos sociais e políticos” (SMITH, 2000 apud FRANGELLA; RUI, 2017, p. 30). Assim,

[...] ambas, experiências urbanas e construções corporais, constituem fronteiras espaciais e culturais entre amplitudes geográficas heterogêneas que, interrelacionadas, compõem o cotidiano. A produção e a reprodução da vida cotidiana têm o espaço físico e as redefinições contínuas sofridas por ele como sua base e condição de existência. (FRANGELLA; RUI, 2017, p. 31)

Como consequência, não só a praça ocupada pelas travestis é transformada em um território fronteiro, mas também o corpo delas. Essa relação, constantemente tensionada, infere diretamente na compreensão de algumas dinâmicas corporais e especiais observadas no Centro, sobretudo quando colocadas em perspectiva.

1.6 Travestindo o Espaço: como as travestis se estabelecem e ocupam o Centro

O nascimento da Associação da qual a maior parte das minhas interlocutoras faz parte é emblemático para a compreensão da presença e da permanência das travestis no Centro de Aracaju. As demandas do cotidiano, como a cobrança sistemática de uma melhor distribuição de preservativos e de gel lubrificante, e o controle da ação, muitas vezes, opressora de alguns agentes do Estado, a exemplo da polícia, fizeram com que as travestis, embora concorrentes no exercício da profissão, se unissem a fim de reivindicar os seus direitos. A ação truculenta da polícia para cumprir as regras estabelecidas para conter a circulação das travestis e a prática do seu ofício, conforme relato de Alma, levou-a, junto com outras colegas de trabalho, a frequentar algumas vezes a delegacia. Essa situação, aliada à inoperância da Secretária Municipal de Saúde (SMS), na época, em distribuir uma quantidade suficiente de preservativos, mobilizou um grupo de travestis, que, insatisfeitas com essas circunstâncias, passaram a se reunir na frente do Palácio Serigy, prédio que abriga até hoje a Secretaria Estadual de Saúde, localizado na praça General Valadão, para protestar. É daí que surge a Unidas, da luta coletiva a partir do uso dessa praça, que, abrigando o marco zero da cidade, atualmente tem sido eleita para recepcionar os protestos organizados por movimentos políticos e sociais de Sergipe.



Figura 41: Vista do Palácio Serigy e da Praça Gal. Valadão.



Figura 42: Travestis reunidas na praça Gal. Valadão. Foto: Eliana Chagas, 2014.



Figura 43: Comemoração do aniversário da Unidas na praça Gal. Valadão. Foto: Eliana Chagas, 2015.

Após me contar sobre a origem da Unidas, perguntei a Alma como se dava a escolha do ponto para o trabalho. Ela respondeu que, inicialmente, a travesti noviça deveria buscar encontrar uma “mãe”, que, por sua vez, funcionaria como uma espécie de tutora, circulando com a “filha” pelo Centro, com o intuito de mostrar os melhores lugares para a captação de clientes, as performances que deveriam ser utilizadas e as zonas que deveriam ser evitadas. Também o uso de um código linguístico próprio era ensinado e servia como estratégia de sobrevivência: instruídas a se comunicarem a partir desse “sistema linguístico”, as travestis conseguiam se comunicar de forma mais eficiente, evitando, muitas vezes, o abuso policial, as áreas mais violentas e o contato com uma clientela não desejada.

Essa relação entre “mãe” e “filha” se dava com base em trocas financeiras, mas poderia levar, eventualmente, ao desenvolvimento de uma efetiva relação afetiva, como, muitas vezes, acontecia.

Algo que me chamou atenção na fala de Alma foram as constantes menções que ela fazia ao sentimento de solidão, no sentido de que, embora existissem relações fraternais no espaço do

Centro, o retorno para casa era muito doloroso e solitário.

Nesse caso, o Centro representava não apenas o espaço do exercício da profissão, mas o espaço da construção de laços familiares, pois, muitas, tal qual Alma, foram expulsas de casa bastante novas por conta da sexualidade.

A “mãe” do Centro, apesar de auferir vantagens pecuniárias decorrentes do serviço de orientação oferecido, ocupava, em alguns momentos, lacunas dos vazios familiares. É perceptível, no relato, a conexão que as travestis costumam desenvolver com suas “mães”, a ponto de estas serem, para muitas garotas, quase como mães de sangue.

No contato com a “mãe”, as discípulas aprendiam a se ambientar no Centro e a se relacionar com grupos, como os comerciantes locais, que, apesar de muitas vezes rechaçá-las, toleravam-nas, mediante um acordo informal de respeito às condutas, às formas de se vestir e aos horários para a prática da prostituição.

Segundo Alma, as travestis saíam de suas casas apenas maquiadas, cheias de sacolas plásticas, onde levavam a vestimenta para o trabalho na noite. A escolha do transporte que as conduziria ao Centro também era limitada, pois os ônibus eram evitados, por conta da opressão neles ocorrida – olhares atravessados, constrangimentos e outras violências –. Em geral, procuravam ir ao Centro em táxis do sistema de lotação e, com sorte, estabeleciam, com determinados taxistas, horários e percursos.

“Tinha vizinho meu que na época nem sabia que eu ‘fazia vitrine’, pois eu respeitava muito a casa da minha tia. Nessa época, eu ainda morava no Bugio. Saía de sandalhinha baixa, sem maquiagem, me arrumava na rua mesmo. Quando acabava o programa já deixava o dinheiro da feira na mesa, pra minha tia pegar logo cedo, acordava e ia arrumar a casa”, disse Alma.

Intrigada, perguntei se havia algum local onde pudessem guardar os seus pertences e trocar de roupa, para o que Alma sorriu, me dizendo que utilizavam uma casa na Rua da Frente (av. Ivo do Prado). Ingenuamente insisti, perguntando se elas dividiam o aluguel de uma residência. Alma sorriu de novo e respondeu negativamente, explicando que usavam um prédio abandonado que hoje abriga o Museu da Gente Sergipana, coincidentemente, o mesmo local onde fica o ponto de ônibus que eu frequentava nos anos em que estudei no Centro. Essa “casa” era conhecida pelas travestis como “camarim”, porque era lá onde elas retocavam a maquiagem e se vestiam para o trabalho.

“Hoje, não tem mais camarim, mas também, o Geruzinho é tão perto. Teve época que eu

contava 15 travestis lá. Ainda tem muito, mas muitas foram embora, algumas até pra Europa, as bichas europeias. Tem até um grupo no zap [*Whatsapp*], só de bicha europeia. Na minha vizinhança todo muito me respeita, já livreii muito vizinho de ladrão. Aí fica mais fácil, dá a hora do ‘estágio’, me arrumo, e desço direto pra esquina. Vou na passarela com as meninas, dando pinta mesmo. Mas escute, você sabe né? Se arrumar pra travesti é muito importante. Gosto de me arrumar ouvindo Madonna, Laura Pausini... passo um tempão na maquiagem. Têm dias que eu não desço pra esquina e me arrumo. Coloco meus saltos, minhas botas e fico de um lado pra outro em casa. Lavo prato, arrumo a casa, toda montada”, relata Alma.

A mesma Rua da Frente que abrigava o “camarim” funciona como um lugar-chave para a condução da rotina das travestis, sua localização estratégica, além de funcionar como um refúgio e servir como vitrine para as profissionais que desejam ganhar mais dinheiro em períodos festivos.

Aproveitando o ensejo, perguntei como acontecia a negociação com esses clientes e os *habitués* do centro. Alma disse que eles costumavam fazer acenos e iniciar a conversa ainda de dentro do carro, a partir do que começava uma intensa negociação que levava em conta as “condições de mercado”, por assim dizer, envolvendo o ponto da travesti, o tempo de programa, a idade delas. Isso gerava uma espécie de “tabela de preços” para regular a estimativa de cobrança frente aos clientes. Nessa disputa comercial, a travesti com melhor poder de convencimento e o preço mais atrativo geralmente captava o interessado.

Ainda sobre a disputa por clientes nas ruas do Centro, transcrevi o diálogo entre algumas travestis em uma conversa comigo sobre os valores que elas cobravam pelo sexo:

– *Tita: Ontem encontrei com uma bicha e ela disse: “ai, quando eu vou pra Ivo do Prado eu não chupo por R\$10,00, por R\$15,00 e nem por R\$20,00, só chupo a partir de R\$50,00”.*

– *Lena: Creia! Pois, eu pego tudo, do mendigo ao fino. Jogo bem meu jereré [aparelho de pesca, consistente numa espécie de rede presa a um círculo de madeira] e o que vim na rede é peixe.*

– *Tita: eu disse a ela: “minha filha, então já sabe, né? Porque quem anda na Ivo do Prado que não faz varejo [cobrar barato pelo programa], ela não é travesti”. Caralho! Porque, de R\$1,00 até R\$50,00, minha filha, é a disputa entre eu, Clara e Jenny! Maya, minha filha, você não pegava cliente, quando trabalhava, por R\$5,00, R\$10,00, R\$15,00, R\$20,00? Ói, a bicha disse que só bate [fazer programa] perto de R\$50,00. É cada coisa que eu escuto! Ainda tem*

mais, teve uma bicha que disse que aqui no fundo [ruas mais escondidas no Centro, de pior localização para fins de programa] é as de quintal e lá na vitrine, na [rua] Itabaianinha é as emplastificada! Eu ganho igual, com plástico, sem plástico, emplastificada, dentro da caixa, tô ganhando igual.

*– Maya: Tita, não esquite com isso, eu já passei por isso também. Isso é **close** [exibicionismo] de viado **penoso** [avarento, mesquinho], mona, que só sai por R\$50,00, por R\$100,0. Ô viado, eu batalhei tantos anos nesse Centro, nesse BANESE, nessa Ivo do Prado. Os homi dá R\$20,00 a pulso! R\$15,00 chorando! Tá entendendo? Pra você ganhar o **aqüezinho** odara [remuneração boa], você tinha que até **azuelar** [furtar dissimuladamente], se não você levava era porrada, a mixaria pra casa. Ai vem esses viado dá **close** que só sai por \$50,00, por R\$100,00. Ai, viado! Me poupe! Esquite não, faça seu dinheirinho! Quem precisa é a senhora. Deixe elas dá **close** e ir para casa com uma mão na frente e outra atrás. Isso é **close** de viado **penoso**. Mona, não esquite não! Aracaju é uma cidade **penosa**, mona. Quando você ganha R\$50,00, R\$100,00, a **maricon**a [cliente] não é daqui, é de outro lugar, tá entendendo? Eu já batalhei aí e sei. E olhe que eu era feminina, meu amor, era uma garota e os homem é **penoso**, os homem daqui de Sergipe é **penoso**. Ai vem esses viado, só sai por R\$100,00, só sai por R\$50,00, me poupe, viu Mona?! Ai eu dizia, me amstre, me amstre o dinheiro que você fez. Elas não mostrava, porque são **penosa**. Quem tem sua boca, meu amor, diz o que quer, tá entendendo? Eu também cansei de escutar essas piadinhas. Essas balela. Eu hein, sai viado! Viado **penoso**!*

*– Tita: Eu, minha filha, já saí pelo um vale transporte, pra ir pra casa, quando eu morava no Santos Dumont [zona norte da cidade]. Eu arrasto é tudo, R\$5,00, R\$10,00, R\$3,00, R\$4,00. O que vier na minha rede, minha fia, tô recolhendo, pra lucrar, tá. **Maricon**a pobre, **maricon**a mendiga, **maricon**a aleijada, descadeirada, o que vier me pagando, minha fia, tou dentro. “Tem quanto? Tenho R\$5,00, então vamo ali que a gente conversa. Tenho R\$10,00, vamo! Tá bom!”*

*– Maya: Ai, bicha, eu era tão arrogante. Quando elas diziam: “eu não saio por R\$50,00, mixaria, só saio por R\$100,00, R\$150,00”. Eu digo: “mulher, né por R\$1.000,00, não? Eu só saio por R\$1.000,00. Meus cliente, minhas **maricon**a é tudo por R\$1.000,00. Eu não saio por R\$20,00, por R\$30,00, só por R\$1.000,00, R\$1.500,00 **aqüé**”. Elas ficava puta da vida comigo, porque eu era arrogante. Nunca deitei pra esses viado, nunca! Eu era topetuda, mona. Ai quando me via, né, tinha as maricon que queria pagar R\$15,00, R\$20,00, R\$10,00. Ai elas: “ai, não, a **varejista** é ela”. Comigo, né? Ai eu dizia: “venha menino, eu faço. Eu sou **varejista**, eu faço.*

*Deixe ela que é rica aí, tomando vento na cara”. E fazia meus bom R\$15,00. Pois fazia meus bom R\$10,00, R\$25,00, meus bom R\$20,00, mais **aqüé**, até fazer o que eu queria e elas lá no relento, dando **close**, levando vento na cara e indo pra casa com uma mão na frente e outra atrás. Sem um conto no bolso. As maravilhosas, as boas, as poderosas.*

Voltando à sazonalidade da ocupação de algumas regiões do Centro: quando os festejos juninos acabavam, elas retornavam para os seus pontos originais e, nos momentos de crise, buscavam alargar a circulação pelo Centro, a exemplo da expansão para a ponta norte da Rua da Frente (av. Ivo do Prado), quando um grupo de travestis, em acordo com os donos de bares localizados nessa região, passam a frequentá-los por meio de pagamentos e trocas com eles.

Os dois bares antes destacados pelas travestis, o Bar do Meio e os Quatro Bar, tinham uma localização estratégica. Ao lado de um antigo Terminal Hidroviário, misturavam-se à paisagem do rio Sergipe. As palafitas que edificavam esses bares estavam situadas entre a balaustrada da Rua da Frente e um banco de areia. Eles tinham iluminação precária, oferecendo, assim, um cenário propício à prostituição.

Espaços como esses, favoráveis à prática do meretrício, delimitavam “territórios livres” para as travestis. Contudo, nem todos os espaços do Centro eram liberados para uso delas. Alma me contou que a região possui fronteiras invisíveis, que demarcam a ocupação pelos diferentes atores sociais, como os locais comandados pelo Estado (onde há presença da polícia ou de repartições públicas, por exemplo), pela iniciativa privada (comerciantes) e por profissionais do sexo de outros ramos, como michês e as prostitutas. No caso, haveria um acordo implícito para observância desse “mapa” e a invasão do espaço alheio poderia gerar uma pena capital.

Em outro momento, pedi a Alma que me falasse sobre as condições em que atuam as travestis que permaneceram no Centro até hoje. Para ela, o processo de sucateamento que acometeu a região promoveu também uma decadência para as travestis que continuaram operando por lá, geralmente aquelas de maior idade, menor poder aquisitivo para investimento nelas mesmas e detentoras de menor grau de escolaridade. Hoje, o perfil de travesti que se encontra no Centro é muito diferente das travestis que lá atuavam há pelo menos dez anos e das travestis que migraram ou já se iniciaram no circuito turístico de Aracaju, que, na atualidade, situa-se, massivamente, na Orla de Atalaia.

Alma lamenta a perda do *glamour* que cercava a profissão, visto no trato com as roupas, saltos e maquiagem utilizados. A precarização do Centro influenciou no declínio financeiro das

travestis que lá permanecem e que, por falta de condição, não puderam equipar seus corpos com algumas intervenções cirúrgicas e hormonais, como a colocação de implantes de silicone e feminilização das suas formas.

A ausência desses “equipamentos” engendra uma hierarquia que interfere também nas práticas e perfis de travestis, quando comparadas às que atuam no Centro e na Orla. Por exemplo, na região central é mais comum encontrar travestis chamadas de “mariconas”, aquelas que, sem possibilidade de passar por cirurgias, tratamentos estéticos ou ajustes hormonais, procuram feminilizar o corpo de maneira alternativa, aplicando silicone industrial nos seios e quadris por conta própria ou através das “bombadeiras” (espécie de aplicadores clandestinos, sem certificação ou habilitação técnica formal), cujo resultado, além de provocar, frequentemente, mutilações, dores e sequelas, não tem a mesma eficácia do tratamento convencional.

Já o circuito das travestis que atuam na Orla é composto por um grupo que detém um maior poder aquisitivo, na maioria das vezes, são mais jovens que as colegas do Centro e algumas, embora “façam a puta” (se prostituam), estudam, inclusive em cursos universitários.

Neste capítulo, foram apresentados alguns discursos de grupos e categorias a respeito da formação e da expansão da cidade de Aracaju e contrapostos com as retóricas das travestis estudadas, revelando o antagonismo entre eles. Procurei justamente evidenciar as tensões e as contradições em torno da urbanização da capital sergipana para decifrar as disputas políticas, econômicas e sociais travadas sobre o assunto, nas quais os interesses dos atores hegemônicos se projetam de forma a submeter e controlar os sujeitos vulnerabilizados. Compilar essas dicotomias possibilitou identificar os artifícios e expedientes de cada peça desse tabuleiro e explicar como esses embates se refletem na construção da cidade, especialmente, aqui, do Centro de Aracaju.

Na seção seguinte, relatarei o cotidiano e o modo de ocupação das travestis nas ruas centrais do município, com ênfase na maneira como elas se articulam e se congregam, em formato parecido com a de uma família, para conseguirem ali permanecer e transformar a realidade do local.

CAPÍTULO II

Entre mães e filhas: as noções de maternidade no universo travesti

Neste capítulo, aprofundaremos o olhar sobre a realidade das travestis no Centro de Aracaju, a introdução que muitas tiveram no comércio sexual e a relação delas com as figuras que chamam de “Mães da Rua”, mentoras das travestis “novatas”. Com esse propósito, trabalharemos os conceitos de maternidade e parentesco e como eles se encaixam nas circunstâncias de vida das travestis, inclusive na ocupação que elas fazem do espaço urbano, especialmente do Centro aracajuano. Destrincharemos as trajetórias de muitas delas no tocante à transição da identidade tradicional masculina, ainda no seio da família biológica/legal, para a assunção da personalidade travesti, no âmbito da “família da rua”.

2.1 Nasce uma filha

*“[...] Quando comecei a **batalhar**, tinha apenas onze anos de idade. Era franzina e quase não tinha carne no corpo. Minha mãe me entregou a uma tia que morava na zona norte de Aracaju, porque não sabia como me educar. As surras que meu pai me dava não foram suficientes para me tornar macho. A vontade de brincar de boneca, de vestir as roupas da minha irmã e da minha mãe era maior do que a dor causada pelas cintadas que queimavam o meu ‘couro’, principalmente, quando era pega toda **montada!** No interior, eu era inocente, tomava banho de rio e, ali, não tinha maldade, não entendia direito porque apanhava. Aqui [em Aracaju], logo na minha chegada, conheci o que era a rejeição. Minha tia logo me isolou e percebi que a única forma de permanecer na sua casa era colaborando com a arrumação e, depois, com o dinheiro. Limpava e passava como uma escrava e, ainda assim, não recebia reconhecimento. Uma travesti mais velha, minha primeira **Mãe**, que morava na vizinhança, percebeu meu jeito afeminado e me acolheu em sua casa. Como minha família não ligava pra mim, passava meus dias, depois de **graxeirar**, conversando com ela e com outras **monas** que também frequentavam a sua casa. Certo dia, ela perguntou: por que você não vem morar aqui? Posso lhe arrumar um serviço e você me ajuda só com o aluguel. A partir daí **entrei na vida**”.*

O movimento de **entrar na vida** para essa e para outras travestis com as quais convivi por mais de um ano, muitas vezes, é iniciado por uma travesti mais velha conhecida como **Mãe**. A

Mãe não é responsável apenas por transmitir os ensinamentos da prostituição, mas por toda a conduta e o comportamento que a **filha** deverá adotar em seu trabalho e em seu cotidiano. Em contrapartida, a **Mãe** receberá **regalos** em agradecimento às suas “boas ações”. A relação é, assim, uma mescla de convívio profissional e íntimo/afetuoso.

Porém, a iniciação das travestis, conhecida como **entrar na vida**, pode acontecer, também, de forma distinta do relato acima, mais incisiva. Outra interlocutora desta tese, por exemplo, foi cooptada diretamente em sua cidade, um lugar com pouco mais de 10.000 habitantes e que fica a cerca de 70 km da capital sergipana, na região agreste do estado, por uma **Mãe** famosa por trazer travestis do interior para **batalhar** em Aracaju. Ela conta que conheceu a travesti que viria a se tornar sua **Mãe** através de outras travestis da área que já haviam **entrado na vida** e fizeram a mediação entre as duas. À época, ela tinha quinze anos e vivia em casa apenas com a mãe e os irmãos de sangue. Apesar de nunca ter conhecido o pai, disse que a genitora agia “com a rigidez de um homem”, exercendo os dois papéis (de pai e mãe), e que sofria pelo fato de a filha ser “daquela forma”. A mãe dava conselhos e a obrigava a frequentar cultos religiosos, tentando, em vão, nas próprias palavras, “exorcizá-la”. Cansada dos abusos sofridos no seio familiar, combinou com a travesti mais velha sua vinda para Aracaju. A nova **Mãe** foi buscá-la no terminal rodoviário do Centro da cidade, levou-a para sua casa, deu-lhe abrigo e o afeto que ela julgava merecer.

2.2 Do parentesco clássico ao contemporâneo: uma família de travestis

Os estudos de parentesco na Antropologia ajudaram a compreender o atributo social da família de forma também particular e não apenas genérica. Ao pensar nas especificidades das coisas, fazemo-nos capazes de compreender outros grupos que se organizam de forma diferente da nossa, o que torna o exercício de alteridade mais simples, evitando o risco de forçar uma “universalização” dos conceitos e categorias. Nesse sentido, quando penso na reunião de um grupo de travestis que se enxergam enquanto um núcleo familiar, julgo fundamental levantar, mesmo que de forma incipiente e não exaustiva, um debate sobre o parentesco na atualidade.

Ciente de que o parentesco é uma das categorias mais destacadas da Antropologia, compreendo que ele não é a mesma coisa que família, principalmente, no que toca à abordagem da literatura mais clássica do tema. Embora ambas as categorias versem sobre natividade, sexo e

morte, divergem em muitos aspectos: a família, por exemplo, é constituída de forma mais objetiva, enquanto o parentesco se assemelha a uma abstração, ou seja, o estudo da família é o estudo daquele grupo social concreto e o estudo do parentesco é o estudo dessa estrutura formal, abstratamente constituída, que permeia esse grupo social concreto, mas que vai além dele. Entretanto, a família permanece como uma “unidade de parentesco que é fundamental, básica, originária” (BEZERRA, 1986, p. 220). Em resumo, para a Antropologia, os sistemas de parentesco funcionam como estruturas formais que são ajustadas a partir de três elementos básicos: a descendência, a consanguinidade e a afinidade. Essa estrutura totalizante seria o centro de qualquer sociedade e as variações seriam derivadas de maneiras diferentes de combinar esses elementos (SARTI, 1992, p. 70).

Lévi-Strauss (1982), por sua vez, adicionou uma variante significativa ao tema, quando incluiu o componente da cultura no estudo das relações de parentesco por aliança, o que o levou a fracionar as relações que eram consideradas puramente orgânicas. “Para Lévi-Strauss, é através da troca de mulheres que se dá a combinação dos elementos do parentesco” (SARTI, 1992, p. 73). Uma família constituída enquanto fato cultural presume que já existem dois grupos aptos a se casar fora do seu próprio grupo. Nesse caso, a consanguinidade deixa de ser o único elemento considerado nas relações de parentesco, agregando-se o elemento da afinidade do mesmo modo, destituindo o caráter “naturalizante” da família. O parentesco visto em perspectiva permite que não sucumbamos à tendência à generalização dos conceitos e categorias. E, enfim, a “decomposição das relações envolvidas na família possibilita também pensar a mudança na família como um processo não totalizante, mas que pode estar referido a um ou outro elemento constitutivo da família” (SARTI, 1992, p. 73).

Outras perspectivas clássicas dos estudos de parentesco observavam que a estrutura política dessas relações, quando situadas em um sistema de caráter territorial, podia estender-se aos grupos de indivíduos que habitavam regiões muito bem definidas espacialmente e que estavam a par da sua identidade e exclusividade. Para o autor de *Os Nuer*, Evans-Pritchard, por exemplo, o sistema de parentesco seria, na verdade, um sistema de relacionamento entre pessoas baseado em laços de consanguinidade paterna, materna e de ambos (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 203). Sem negar a importância de outros autores e dessa percepção sobre o parentesco, antecipo que a ideia debatida neste capítulo – o modo como se constituem as relações de parentesco entre as travestis mais antigas no Centro de Aracaju – não parte da crítica dessa leitura

clássica, mas, sim, do confronto dela com outras leituras do tema, algumas mais contemporâneas, a fim de elastecer a categoria a ponto de ser possível problematizar o sistema de parentesco desenvolvido pelo grupo estudado, que, embora não tenha uma relação de consanguinidade, relaciona-se socialmente replicando práticas de parentesco, digamos, mais institucionalizadas.

Em que pese a literatura tradicional se fundar numa visão clássica das relações parentais, já dela se consegue extrair questionamentos sobre os conceitos de parentesco convencionalmente aceitos, como se vê em Malinowski (1976, p. 05): “se o parentesco é, depois de tudo, um assunto de carne e sexo, o resultado da paixão sexual e o afeto materno, de uma longa e íntima vida diária e de um amplo conjunto de interesses pessoais e íntimos, pode tudo isso realmente ser reduzido a fórmulas?”. O renomado autor, bem se vê, contesta o enclausuramento da noção de parentesco em regras (sociais, jurídicas, legais etc.) rígidas, configuradoras de uma espécie de “etiquetização” estanque dos requisitos para o reconhecimento da parentalidade, passível de desconsiderar as próprias relações reais mantidas entre indivíduos.

Soa-me, assim, instigante a indagação de Malinowski (1976), no seu *Argonautas do Pacífico*, e continuo. Se pensarmos em uma métrica em que o desenvolvimento dos indivíduos é subordinado a uma ordem considerada dominante, a aquisição do conhecimento seria uma repetição. E onde entra Malinowski e o parentesco? É que o autor sustenta que a padronização de conceitos, como o de parentesco, pode limitar as possibilidades de reconhecimento de formas de parentalidade discrepantes dos padrões hegemônicos. Acerca dessa instigante problematização do parentesco, argumenta Marilyn Strathern (2015, p. 09):

mesmo quando as pessoas sabem que as rotas para o conhecimento são divergentes, o próprio conhecimento impõe uma obrigação a quem conhece em relação aos que o circundam. Induz-se à ação moral e cria-se uma compulsão para agir. Esse ao menos parece ser o desdobramento desse modo de pensamento. Esse mundo duplo é habitado, evidentemente, não apenas por anglófonos, mas pelos euroamericanos em geral. Nessa vinheta, reside o tipo de material que alimentaria continuamente o debate na antropologia, e para além dela, sobre os respectivos papéis do social e do biológico nas relações de parentesco.

Apesar de evocar precipitadamente, neste ponto da discussão, a linha argumentativa de Strathern, o faço porque acredito que essas variadas percepções do parentesco problematizam a maneira como os papéis sociais são acionados pelo grupo de travestis que dialoga diretamente com esta tese, para construir suas relações de parentesco. Não obstante Strathern advertir que

ainda há uma série de antropólogos dispostos a estudar o parentesco e que muitos ainda insistem em procurá-lo em todos os lugares, incorrendo no risco de preciosismos ou de distorções dos aportes teóricos relacionados à categoria, acredito, ainda assim, no potencial dessa categoria, para mim, escorregadia.

Sobre o parentesco, pesam muitas circunstâncias, vamos dizer, problemáticas. Alguns antropólogos são acusados de atrelar as análises dessa categoria às suas próprias circunstâncias e, sobretudo, de acreditar no caráter universal dos conceitos antropológicos ou em algo subjacente às “noções claramente presentes no pensamento cultural” (STRATHERN, 2015, p. 11), segundo a própria Marilyn Strathern, por exemplo. Ainda assim, apesar de tão criticada, existe muita potência nessa categoria (2015, p. 11). Embora esses dilemas polemizem o conceito, não o limitam, pois o parentesco é amplo e aparece “onde é possível imaginar – fazer uma imagem abstrata de – o parente de um parente, relacionamento entre relacionamentos. [...] O parentesco aparece onde esse fazer – relacionar relações – é, para as pessoas, um imperativo lógico e moral ao mesmo tempo” (STRATHERN, 2015, p. 13).

Talvez, por isso, a figura da **Mãe da Rua** ultrapasse qualquer enquadramento conceitual, quaisquer aspectos simbólicos do termo, e replique, à sua maneira, o papel social da “mãe que pariu”, conforme a linguagem utilizada pelas travestis locais. Para as travestis do Centro, essa personagem, a **Mãe**, deve ser considerada e respeitada, mesmo que as transações comerciais sejam extintas, como esmiuçarei ao longo do capítulo. Daí que permaneço a acionar a fala de Strathern ao destacar a importância do que é “relacional”, colocando esse aspecto como uma chave na Antropologia: “dentre outros motivos, devido ao desejo da antropologia de transitar entre relações conceituais e interpessoais e suas descrições da vida social” (STRATHERN, 2015, p. 14). Strathern advoga que, desse modo, a Antropologia alcança “certa verdade sobre a socialidade que não poderia ser capturada de nenhuma outra forma” (STRATHERN, 2015, p. 14).

A fala de Radcliffe-Brown (1978) sobre o tema, embora já bastante problematizada, também é muito significativa e é importante de ser citada. Ele definia objetivamente o parentesco como um laço de sangue ou casamento entre pessoas. Essa forma de se relacionar, muitas vezes considerada como um arranjo, para ele, permitia às pessoas viverem juntas de acordo com determinadas ordens sociais preocupadas em convergir interesses e sentimentos, com o intuito de controlar e minimizar conflitos. Dessa maneira, a consanguinidade seria determinada pelas relações físicas e o parentesco, pelas relações sociais. No entanto, o parentesco, apesar de ser

resultado do reconhecimento dessa relação física, poderia não coincidir com as relações de sangue (RADCLIFFE-BROWN, 1878, p. 07-08). Para além das usuais concepções do sistema ou sistemas de parentesco, quando baseado em normas genéricas ou generalizantes, esse sistema poderia, também, apresentar-se como um conjunto mais amplo de normas com mais especificidades, *vide* a maneira como os parentes usam e se comportam entre si. Sem negar a importância dos desvios observados nessas normas, que, por sua vez, atuaram como uma balança que mede os estados de equilíbrio e desequilíbrio desse sistema – o afeto, a hierarquia, o direito, a reciprocidade etc. –, é nessas fissuras, por exemplo, que é construído o modelo não convencional de parentesco utilizado pelas travestis arcajuanas (RADCLIFFE-BROWN, 1878, p. 22).

Um dos muitos argumentos utilizados pelos antropólogos para justificar o estudo do parentesco é o interesse da Antropologia em estudar todos os aspectos que são inerentes à vida em sociedade. Partindo desse pressuposto, o parentesco seria uma das categorias mais universais, por ser uma categoria presente em todas as sociedades, de acordo com alguns estudiosos. Outra característica importante do parentesco é a sua capacidade de designar, de forma concisa, através de diagramas, as relações entre indivíduos que, no mesmo patamar geracional, são detentores de *status* diferenciados, por exemplo: o irmão da mãe *vs.* o irmão do pai.

Nesse sentido, o ofício do antropólogo, quando se debruça nessa temática, inicia-se na tentativa de apreender tanto a terminologia de parentesco utilizada pelos indivíduos na sociedade que ele deseja estudar, quanto as regras associadas a cada uma das categorias de parentesco, pois cada categoria pode indicar um conteúdo comportamental. Inventariar as categorias *êmicas* é o primeiro passo para a realização do estudo de parentesco. Após essa etapa, é necessário transformar as descrições verbais em diagramas ou gráficos, em que se indique que a relação precisa de *status*, da categoria. Por isso, é fundamental ser acurado na terminologia quando se estuda parentesco, porque os termos nativos de parentesco constituem chaves para os padrões de comportamento e cognição.

Contextualizar o estudo do parentesco nos aspectos considerados, por alguns, culturais – política, família, economia etc. –, a partir de aproximações e distanciamentos entre grupos, alianças, famílias, faz-se necessário ao processo de compreensão e de reconhecimento desse conceito, afinal, o parentesco é visto como um “sistema arbitrário de representações”, capaz “de expressar uma rede de simbolismos, que se amplia e se espraia em diversos sentidos e direções” (BEZERRA, 1986, p. 205). Por isso é que o que compõe esse sistema e suas implicações pode ser

observado no “comportamento, na sucessão e na herança, nas proibições e tabus” etc. (BEZERRA, 1986, p. 205).

Nesse ponto, é preciso fazer um esclarecimento sobre o liame entre assuntos aparentemente tão distintos, como os estudos sobre parentesco e as questões urbanas da realidade das travestis. *A priori*, não vislumbrava estabelecer essa conexão, porém, o trabalho de campo a demandou, pois frequentemente me deparava com os termos de tratamento utilizados por essas travestis (ora negritados). Com o tempo, percebi que a escolha das palavras não era aleatória; a observação da maneira como se tratavam e estabeleciam as relações, umas com as outras, corroborava a existência de uma espécie de vínculo parental que ultrapassava as transações profissionais pactuadas na rua.

Os ensinamentos, o uso preestabelecido dos espaços, o sistema mútuo de cuidados transbordavam esse pacto laboral. Nele, também existia muito afeto e cumplicidade e foi justamente essa peculiaridade o *insight* que fez trazer o tema do parentesco para a abordagem da vida urbana do grupo de travestis estudado. Portanto, o objetivo do trabalho, insisto, não é esmiuçar os meandros da categoria parentesco, mas se valer dela para, aí sim, aprofundar-me na análise das relações urbanas mantidas pelas travestis.

Nesse passo, algumas linhas teóricas mais contemporâneas utilizadas no debate sobre parentesco o apresentam de forma menos generalizante em comparação ao enfoque clássico. Essas teorias foram fundamentais para o desenvolvimento deste capítulo. Pensar, a título ilustrativo, sobre o trabalho de Judith Butler em *O Clamor de Antígona* (2014), por exemplo, e nas novas abordagens do tema me deu muito pano para costurar.

Butler realiza, em *O Clamor de Antígona*⁴¹, algumas críticas provocadoras ao sistema convencional de parentesco, que, para ela, ultrapassam as relações de sangue e de heteronormatividade. Na obra, a filósofa questiona a legitimidade da representação de parentesco designada à personagem Antígona⁴² – uma mulher cuja feminilidade só existia na estrutura doméstica de um lar “convencional” (responsável pelas tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos, mantenedora da unidade do lar) –, mesmo advertindo que, nesse caso específico, as

41 Em resumo, a obra em questão se propõe a analisar as questões de gênero à luz das relações de parentesco. Butler tensiona os papéis sociais de um ideal de mulher, representado na sua pesquisa por Antígona, ao questionar certa normatividade, ora imposta pela linguagem, no que concerne ao exercício do ser feminino e do ser masculino em uma unidade familiar.

42 Na obra de Sófocles, Antígona é fruto de uma relação incestuosa de seu pai, Édipo, com a mãe dele, avó de Antígona, Jocasta.

posições de parentesco da personagem se tornaram contraditórias, uma vez que ela era filha da relação entre o irmão e a avó, era tia dos seus irmãos etc.

Durante muitas passagens do livro, Butler expõe a alternância de gênero destinada a Antígona, que é, frequentemente, masculinizada (quando extravasa o ambiente doméstico e vai à rua reivindicar o direito de enterrar o seu irmão Polinice, acusado de trair a nação), fazendo a filósofa questionar se as leituras clássicas a respeito do parentesco seriam capazes de respeitar o gênero. Ou seja, Antígona, nesse caso, seria uma espécie de alegoria do momento exato em que a heteronormatividade é colocada como a única opção de sobrevivência. Para Butler, essa alegoria não seria nada mais que “o resultado da sedimentação de práticas sociais” (BUTLER, 2014, p. 36), as quais são alteráveis e podem ser colocadas em suspeição.

Igualmente, a forma como as travestis do Centro aracajuano estabelecem suas relações de parentesco, instituindo uma relação de troca entre a **Mãe** e sua filha, pode vir a contribuir no debate sobre as transformações experienciadas atualmente em nossas sociedades. De cara, Butler já coloca em evidência a suposta universalidade da ordem simbólica dominante, o que, para ela, torna necessário uma nova leitura de alguns pressupostos estruturalistas da psicanálise, por exemplo.

O Clamor de Antígona (2014) seria o clamor de se estabelecer um formato alternativo ao parentesco heteronormativo, pois um parentesco mais alinhado ao estruturalismo francês (universalista e inconsciente) construiria mais muros, fortalecendo os já existentes. Nesse formato, qualquer base familiar que não preconize a heteronormatividade está condenada ao esquecimento e à invisibilidade, porque nunca poderá ser enxergada sob a ótica do parentesco. A tragédia grega de Sófocles, *Antígone*⁴³, representa também uma sentença, ao estabelecer quais relações de parentesco serão vistas e quais estilos de vida serão respeitados. Essa ação é

43 *Antígone* narra a assunção de Creonte, tio da personagem central da trama, ao trono de Tebas, após a morte, em uma disputa entre os futuros sucessores do reino, Etéocles e Polinice, irmãos de Antígona. Ao se estabelecer no trono, Creonte impede que Polinice receba qualquer honraria fúnebre, pois era considerado um traidor da pátria. Contudo, o irmão Etéocles receberia tais honrarias, impondo a morte a quem não cumprisse essa determinação. Porém, Antígona discordou da atitude tirana do tio, que desrespeitava as leis naturais antigas e divinas que ditavam que todo homem tinha direito a ser sepultado dignamente. Antígona acreditava que, se seu irmão não passasse pelos rituais fúnebres determinados pela lei, sua alma permaneceria sem descanso. Para tanto, ela enfrentou a pena de morte e lutou para enterrar Polinice de acordo com o que acreditava. Não satisfeito com a insistência de Antígona, Creonte ordenou que a executassem. O assassinato de Antígona expõe a transgressão de uma figura feminina que ousa sair da clausura do lar para lutar em praça pública por um direito que ela julgava ter e o sepultamento do irmão evoca as tensões entre as leis divinas que impulsionaram o comportamento da personagem e as leis dos homens impostas pela tirania de Creonte. A falta de acordo entre esses dois sistemas de leis culminou em uma tragédia. Antígona desobedeceu à pátria, Creonte desobedeceu à tradição, o resultado foi a morte de Antígona e o suicídio de Hemon, filho de Creonte, que, após assassinar a própria esposa a mando do pai, não suportou a dor da perda.

demarcadora do que pode ser habitado, ser visto, ser reclamado etc., determinando o espaço que cada grupo pode ocupar e em que pode se mostrar. A desobediência aos códigos do parentesco e do gênero observada por Butler (2014) na personagem Antígona “demonstra a precariedade dessas normas, sua imprevisibilidade e inconveniente transferência e sua capacidade de se repetir em contextos e formas que nunca poderemos antecipar completamente” (BUTLER, 2014, p. 42).

Em resumo, na obra de Sófocles, Antígona seria parte de um modelo legítimo de parentesco, e o seu papel enquanto mulher simbolizava uma metáfora da família, contudo, ao defender a tradição (conforme nota de rodapé explicativa), Antígona se opõe ao Estado tirânico, representado pelo seu tio Creonte. No entanto, ao contrário dessa assertiva, Butler advoga que, para além da representação doméstica e limitadora da personagem, Antígona, na verdade, expandia e bagunçava as noções de parentesco, provocando uma instabilidade nos sistemas dominantes de representação.

A contribuição da autora, nesse sentido, dá-se não apenas na problematização da forma como atuam os modelos normativos de família, mas também na constatação da possibilidade de se combinar o parentesco das mais diferentes formas, evitando a homogeneização das ideias de família e de parentesco, principalmente, quando se propõe a reconsiderar os enunciados de família fechados a outras possibilidades de arranjos, por exemplo, as famílias que fogem de um padrão dominante (as famílias com uma travesti como matriarca; a adoção de crianças por casais homossexuais). Butler utiliza a história de Antígona como epítome do estado em que se encontra a categoria parentesco: os laços familiares da personagem, fora de qualquer ordenamento, colocam em xeque as ideias estanques de família.

2.3 O conceito de Mãe e a reinvenção do feminino

A transgressão da identidade de gênero atribuída às travestis expressa uma ruptura com as definições repressoras do sexo. As transformações realizadas em seus corpos muitas vezes ultrapassam a ação política e desembocam em algo mais visceral, a reelaboração do feminino. A esquina em que se **batalha**, no caso, não servirá apenas para “ganhar o pão”, ao contrário, poderá ser também um lugar de luta e um lugar que legitima essa nova *nuance* do feminino.

O corpo “feminilizado” da travesti, fora de qualquer padrão de heteronormatividade, torna-se algo abjeto, por ser algo desconhecido e, aparentemente, vulnerável. Um corpo distante

do reconhecimento de um complexo binário de gênero se afasta do “domínio dos sujeitos”, transformando-se em um lugar de desobediência (BUTLER, 2003; PELÚCIO, 2007). Será a **Mãe**, ao ensinar a filha a se **montar**, a fornecer um espaço legítimo para o exercício desse feminino considerado desviante, a partir do auxílio para a realização das intervenções que virão a ser realizadas nesses corpos, antes masculinos. Essa atitude, em contrapartida, oferecerá à travesti o reconhecimento do seu grupo e daqueles que frequentam o asfalto.

A vida “desviante” das travestis funciona como uma espécie de magma que se movimenta continuamente, fazendo com que suas relações sejam constantemente reelaboradas, o que envolve, conseqüentemente, uma percepção diferenciada do gênero, da família, do trabalho, do prazer etc. Essa forma peculiar de convívio, forjada na rua, está repleta de sentidos derivados das suas histórias de vida, da religiosidade, das relações afetivas e do aprendizado proporcionado pela **Mãe**.

A ideia tradicional de maternidade está recorrentemente atada a um modelo que remete a muitos estereótipos de gênero e é envolta diretamente na figura de uma mulher encarregada de unir a família e que prioriza os outros em detrimento de si, sendo a maternidade o elemento definidor da sua identidade feminina e a atitude mais “nobre e dignificante” que possa existir (TRINDADE, 1993, p. 538).

Na condição de **Mãe**, a travesti deverá desempenhar vários papéis imbricados nesse termo, através de um processo de troca de experiências e de incorporação de um novo vocabulário (o *Pajubá*, por exemplo), que será fundamental ao estabelecimento da relação com as novas filhas, à sobrevivência e à permanência do grupo em determinada área do Centro. A partilha desse conhecimento pela **Mãe** norteará os sentidos do “ser” travesti nessa área da cidade, fazendo com que a nova travesti muitas vezes acione esse repertório, ensinado pela **Mãe**, para criar laços com outras travestis e com o espaço. Nesse sentido, a **Mãe** não apenas protege a filha que inicia a **batalha**, mas a ensina a se proteger e proteger as outras travestis da violência, do abuso, da opressão, desenvolvendo uma rede de apoio mútuo, repleta de sentidos, que se conforma, segundo as interlocutoras da tese, em uma família, que, de seu turno, é liderada por essa **Mãe**, atuante não apenas politicamente, mas afetivamente.

O perigo intrínseco à presença das travestis na rua, o abandono da família biológica, a exclusão social, a perseguição institucionalizada, entre outros fatores de fragilização, abrem espaço para que uma travesti mais velha ocupe o lugar da “mãe oficial” e essa partilha no

trabalho, nos ensinamentos do **truque**, na moradia, no lazer faz com que esse grupo não só reinvente o feminino, mas também as noções de maternidade.

2.4 À sua maneira

Ao tratar das relações das travestis mais velhas com as mais novas à luz de um sistema de parentesco não convencional, espero problematizar, neste tópico, a maneira como as experiências e o conhecimento dessas travestis veteranas são frequentemente utilizados para moldar o comportamento e desenvolvimento das novas travestis à sua maneira ou, melhor, à maneira de determinadas travestis.

Por isso, as circunstâncias em que se encontram as novas travestis, ao iniciarem a **vitrine** no Centro, dependem das atitudes da **Mãe** e de como ela enxerga esse espaço e o universo onde estão inseridas. Ao mesmo tempo, o que a **Mãe** vê no processo de desenvolvimento da(s) filha(s) é o seu próprio embaraço entre a capacidade de manter o sentimento de maternidade à distância, quando exerce a cafetinagem, e a capacidade de acioná-lo, quando necessário, em busca do afeto.

Em ambas as situações (no exercício da prostituição e nas relações interpessoais com as integrantes do grupo), a filha concretiza uma espécie de consciência, atuando norteadas pelos ensinamentos e experiências transmitidos pela **Mãe**, o que a leva a afiliar-se na maioria das vezes às convicções da **Mãe**. Essa condição permanece por muito tempo e se estende até o momento em que as percepções da **Mãe** são, de fato, internalizadas. O efetivo desenvolvimento da filha na rua representa o sucesso da transmissão de todo o conhecimento avindo da **Mãe**.

Porém, mesmo quando a filha se estabelece na rua, essa relação não é diluída. As atitudes tomadas daí por diante ainda são importantes, pois as ações das filhas irão reverberar na reputação local da **Mãe** por muito tempo. Um laço “maternal” entre travestis é eterno, tal qual os laços de sangue. Os laços comerciais podem até ser rompidos, mas os sociais, não. Não se deixa de ser conhecida na rua como filha de **Mãe** “X” para se tornar, depois, por eventualidade, filha de **Mãe** “Y”, vez que filha de “X” sempre será filha de “X” naquele espaço.

Não se é **Mãe** por acaso também. Em diálogo com uma interlocutora, perguntei se havia alguma característica especial que conferisse o *status* de **Mãe** a uma travesti do Centro. Segundo Alma, para ser **Mãe** tem que estar lá há mais tempo: “eu, por exemplo, quando cheguei, encontrei Brianna. Brianna morreu aos 75 (setenta e cinco). Aliás, não sei se foi 72 (setenta e dois) ou 75

(setenta e cinco), então ela já era antiga. Quando a gente chega, a gente encontra essa protetora que é a travesti mais antiga, que já tá naquele ponto há um bom tempo, já conhece a rua, né? Uma **Mãe** fica pra história, porque a história também fica, viu? A gente sempre fala, eu fui filha de Fulana, não que ela já morreu, por exemplo, mas eu fui filha de Fulana, conheci Serena, Brianna, Siena, as mais antigas. Sempre tem uma. [As que irão ocupar os lugares de **Mãe** vagos] são as que estão há mais tempo. Por exemplo, Brianna, ela faleceu, aí ficou eu, ficou Siena, Serena. Moira morreu, ficou outras também lá no lugar dela, aí fica. A força que tem [para estar ali, na posição de **Mãe**] é justamente o conhecimento da região”.

Ao falar de seu trânsito na rua pela noite, a autora Larissa Pelúcio afirma ter percebido que a rua é:

um espaço de sociabilidade onde se aprende a se tornar e a ser travesti. É também um local em que elas encontram pessoas conhecidas e fazem novas amizades. Muitas vezes, também, é ali que conhecem seus parceiros; que compram roupas, perfumes e acessórios; que planejam festas, defendem-se mutuamente, ou se rivalizam. É na rua que elas ficam sabendo como anda o comércio sexual na região, no estado, quando não, no país e no exterior. Informa-se também sobre novas técnicas de transformações corporais, interam-se sobre o destino de uma ou de outra travesti conhecida: se foi para a Europa, se morreu “*bombando*”, se está com a “*tia*”, que é muitas vezes como se referem à aids. (PELÚCIO, 2009, p. 40)

Mas a rua também pode ser ruim e, quando a rua se torna um lugar perigoso, é que os ensinamentos da **Mãe** adquirem mais valor. Ainda me apropriando das palavras de Pelúcio,

a rua ou a “*avenida*” também pode ser um “*doce*”, termo muito usado entre as travestis para designar algo que é ruim. “*Mandar um doce*” para alguém, por exemplo, é armar uma cilada, provocar uma situação desagradável e/ou violenta. “*A noite está um doce*”, é uma expressão que aponta para a falta de movimento comercial ou para o excesso de “*função*”. Isto é, a movimentação de grupos de homens que passam pelos pontos de prostituição no claro propósito de incomodá-las, usando desde palavras depreciativas e xingamentos como “você é feia, hein?!”, “viado”, “tem vergonha na cara, não?”. Até atos de agressão física: jogam garrafas ou pedras, cospem e, mais raramente, atiram nelas. Muitas travestis reagem de maneira igualmente agressiva nesses momentos. Mas, na maior parte das vezes ironizam os rapazes: chamam-nos de *mariconas*, “*viados*”, sacudindo as genitálias para eles e dizendo que é aquilo que eles gostam e buscam ali. Muitas vezes esses episódios terminam em risos, por outras, tornam-se agressões mais pesadas, derivando em confrontos físicos ou em ferimento de alguém de um dos lados, geralmente das travestis. Mas, o pior dessa rotina, segundo reportam, é a “humilhação”. Sentem-se agredidas, quando, na verdade, estão trabalhando. Queixam-se da “hipocrisia” por parte dos agressores, que agem daquela maneira quando estão em grupo, mas que, quando sozinhos, as procuram para sexo. (PELÚCIO, 2009, p. 40)

Uma **Mãe** bastante respeitada entre as travestis foi Moira. Falecida há poucos anos, é uma figura recorrente nas narrativas das interlocutoras desta tese. A história de vida dela e as práticas que ela realizava no Centro são chaves importantes para a construção de minha linha argumentativa sobre a presença da categoria **Mãe** no universo travesti das ruas centrais de Aracaju.

Certa feita, Alma me falou bastante emocionada sobre a presença de Moira em sua vida: “Moira era uma travesti que acolhia as travestis na casa dela. Ela tinha o fluxo das travestis que migrava daqui de Aracaju e de outros estados tudo pra casa dela. Tudo da mesma faixa etária. Então, ela acolhia aquelas travestis, porque ela também tomava conta delas ali, era uma proteção também. Ela tinha um ponto específico que era o Banese (Banco do Estado de Sergipe). Você dizia assim: as filhas de Moira trabalham no Banese. As filhas de Fulana trabalham na Ivo do Prado, existiam várias mães. Eu fui uma que nunca tive porque eu quando cheguei, fui chegando de uma forma, que não precisei muito dessas proteções. Não que alguma ou outra não me protegia, e também naquela época surgiu um homem conhecido por todas, que na sua grande maioria hoje tem problemas de saúde graças a esse homem, o Fred, que era muito famoso, e a maioria tinha medo dele. Tinha medo dele pela forma da agressão, pela forma que ele abordava as travestis, ele roubava, ele se aproximava das travestis para tirar proveito, ele e os amigos. Quando dizia assim: o Vasco tá jogando, pode ter certeza que ele tava na rua, porque ele era torcedor do Vasco e quando o Vasco jogava ele fazia aquele sambão, gastava o que tinha e o que não tinha e depois ia tirar das travestis. Eu fui uma também que sempre peguei pesado com ele, em alguns momentos, né, em ameaçar e tudo. Eu fui até ameaçada de morte por ele, eu lembro, uma época que eu temi, e fiquei assim sem querer ir pra rua, mas não, maior é Deus e eu vou. Isso também foi afastando as meninas, porque se chegasse alguma novata na rua e não transasse com ele, não ficava. Ele não permitia”.

De acordo com Alma e outras travestis, a proteção das filhas pela **Mãe** fazia parte do pacto estabelecido por elas quando iniciavam a **batalha** nas ruas: “Quando Moira tava, que já foi esposa dele [Fred], então ela tinha o domínio dele. E pelo histórico dela também, que não era brincadeira, ela era dura, ela, a gente naquela época falava muito certo, a gente usava gilete na boca, navalha. Então esse homem infectou muitas. Muitas travestis que hoje são positivas [referência a soropositiva] graças a esse homem, e pra esse homem parar com tudo isso precisou de muito apoio. Eu lembro que uma bela noite a gente estava no Banese, ali entre o Banese e o

Bar do Meio da Rua, e chegou a notícia que ele tava internado. Quando muitos se organizaram para fazer uma festa de comemoração por ele estar internado, e quando ele morreu a gente virou a noite em festa. Muitas foram até o velatório, um velatório que tem lá no Santo Antônio para ter certeza que ele tava morto. Como naquela época a gente não podia se expor muito, então muitas foram disfarçadas, vestidas de uma forma que ninguém percebesse que era travesti que estava ali pra **curiar** [investigar, obter informações] alguma coisa, pra ter certeza de fato se não era mito que aquele homem tinha morrido mesmo, e aí a gente precisava de uma certeza. Quando a gente descobriu que foi verdade, você imagine o Carnaval feito no Bar do Meio da Rua. Foi uma festa de virar a madrugada inteira comemorando a morte dele, porque tipo, hoje eu estou liberta, hoje eu posso circular no Centro da cidade pra que ninguém impeça de eu transitar porque aqui é um espaço nosso, foi conquistado pelas travestis”.

Além de a **Mãe** dar essa proteção na rua, a **Mãe** também é responsável por iniciar as travestis em relação aos hormônios, a como abordar os clientes, à maneira de se portar no ponto etc. Isso é ensinado pela **Mãe da Rua** e a aproxima das filhas, contribuindo para ela ocupar o lugar da “mãe oficial”, que, não raras vezes, não compreende a questão de ser travesti. Outra questão que incide na relação “ruim” entre algumas travestis e suas mães oficiais é a atuação daquelas na rua, enquanto profissionais do sexo. Segundo algumas travestis, elas foram “empurradas” para a rua, não seria uma escolha, mas, sim, um reflexo da ausência da família e de políticas públicas voltadas para esse grupo. Contudo, de maneira controversa, outras travestis adotam um discurso divergente e afirmam que a rua legitima o feminino, **o truque**, o ser mulher.

Nos estudos de Pelúcio, a autora aponta que saúde e beleza estão correlacionadas no universo das travestis. As **Mães**, no caso na pesquisa da autora, as cafetinas, também precisam cuidar da saúde das “filhas”, porque sobrevivem do trabalho realizado pelas pupilas no asfalto. Por isso, quando podem, acompanham-nas aos postos de saúde, às farmácias, aos salões de beleza etc. É nesse formato de relação que as travestis estabelecem seus parâmetros de cuidado e, conseqüentemente, de afeto. Para as travestis, conforme Pelúcio, “falar sobre as transformações do corpo é referir-se também à materialização de um gênero, a partir da reiteração de normas que prescrevem o que é ser feminina” (PELÚCIO, 2009, p.5 0).

Ainda em relação à busca do reconhecimento da feminilidade pelas travestis, certa feita, uma de minhas interlocutoras, Emily, disse-me que “a calçada mostra muito isso, porque quando o homem para e pergunta o valor do programa e diz que a travesti está bonita etc., ele está

legitimando a feminilidade dela, ou seja, a rua que confere essa característica a ela. Porque fora da rua, talvez, as pessoas não diriam isso. O tempo também atua nesse processo de legitimação do feminino, durante o dia é possível que **o truque** não fosse eficiente e a denunciasse, já a noite, por ser mais escura possibilita que elas sejam vistas como mulheres. Por isso, acredito que muitas que não precisariam ir para rua, no sentido financeiro, mesmo assim, ainda iriam, justamente para ouvir isso”.

Nas minhas idas a campo, conversei com algumas travestis que trabalham de dia como professoras, cabelereiras, vendedoras etc., mas já frequentaram ou, ainda, esporadicamente, **batalham** no Centro, não em busca do sustento, mas na busca de afeto, de prazer. Em uma roda de conversa gravada na Associação onde desenvolvi esta pesquisa, uma travesti fez uma revelação muito intrigante sobre o trabalho nas ruas do Centro: “a rua passa a ser ruim e criar muito problema, quando a gente passa a ter uma relação de dependência com ela, mas quando a gente tem um emprego, um trabalho, uma atividade durante o dia e a noite a gente vai pra rua, a rua é maravilhosa, porque a gente não depende daquele dinheiro para comer no outro dia, nem para pagar o aluguel” (Marissa). A travesti em questão trabalhava no mercado formal durante o dia e à noite se prostituía.

Embora o rompimento entre as travestis e suas mães oficiais/biológicas seja o principal argumento utilizado no discurso justificador da **entrada na vida**, muitas, mesmo sem ter sido expulsas de casa e com uma relação cordial com a família, foram para as ruas, pois “as calçadas também têm seus encantos” (Emily). Algumas até estudaram em escolas renomadas ou são filhas de funcionárias públicas, com maior grau de escolaridade.

Uma das minhas interlocutoras, defensora da tese de que a ida desse grupo às ruas e o trabalho com a prostituição derivam do processo de marginalização das travestis e da ausência do Estado na inserção delas na escola e no mercado profissional legitimado, disse-me que havia se prostituído apenas na Europa, especificamente na Itália, distinguindo a prática de lá da realizada no Brasil, mas sem ser mais detalhista ou explicar o porquê (Janine). Conjecturo que, aqui, ela se sentisse mais sujeita às amarras morais do controle social e familiar, tivesse expectativas mais modestas de remuneração pelo exercício do ofício e, talvez, ostentasse maiores receios quanto ao comportamento (muitas vezes, violento e explorador) da clientela e de agenciadores. Saliento, todavia, que esses fundamentos são apenas elucubrações, uma vez não tive oportunidade de aprofundar a conversa com Janine a respeito.

Contrariando esse argumento, outra interlocutora a questionou e disse que “a prostituição praticada na Europa era igual à praticada em outro lugar, pois na Europa as travestis também passam por cafetinagem, também param nos **pontos**, também correm da polícia e lá ainda é pior, pois elas estão ‘clandestinas’; a diferença é que, alguns casos, elas não são exploradas diretamente por cafetão quando elas se prostituem em casa, pelos anúncios. Mesmo assim elas pagam caro os anúncios, mais caro do que todo mundo, porque elas não têm documento, então as coisas delas são todas ilegais. Elas pagam caríssimo os aluguéis dos apartamentos onde se hospedam para passar temporadas naquelas cidades que elas se hospedam, nas altas temporadas, e com maior fluxo de clientes, porque não são elas que alugam, alugam de outras pessoas que terceirizam pra elas. Portanto, são exploradas do mesmo jeito. A diferença é que talvez o perfume daqui seja da ‘Natura’ e o de lá seja um ‘Chanel’” (Emily).

Outra diferença apontada por Emily está nos hábitos adquiridos pelas travestis que se prostituem na Europa. Por exemplo, “com o tempo, as travestis passam a incorporar os padrões da moda local e começam a se vestir de forma mais elegante, essa prática faz com que elas sejam menos barradas [algumas investindo todas as suas economias em procedimentos estéticos como rinoplastia, harmonização do rosto, aplicação de botox e preenchimentos com ácido hialurônico]. Tanto que quando elas voltam para Aracaju, continuam a se vestir como se vestiam na Europa, porque elas não se vestem mais como as travestis daqui, porque aqui também tem o calor que faz com que seja sempre verão. E, lá, pessoas vão vender coisas nas casas, então cobra tudo mais caro, então elas hoje não têm que enfrentar o que as mais antigas, como Dolores e outras que estão há muitos anos lá, tinham que enfrentar. Então, hoje elas vão às lojas e compram o que querem, antes não, elas compravam tudo terceirizado de pessoas que compravam e revendiam pra elas a custos altíssimos, por seis vezes, quatro vezes o valor do produto. Porque elas tinham medo de ficar nas ruas se expondo. Agora as coisas estão mais abertas. Inclusive lá tem umas coisas nas lojas bem interessantes: você quer comprar uma televisão ou um celular, você vai naquela loja, faz uma ficha, e deposita todo mês uma quantia, como se fosse uma poupança, quando chega no valor total, você leva o produto” (Emily).

Retomando o pensamento sobre a relação entre **Mãe** e travestis, percebi que há uma dualidade nos papéis exercidos pela **Mãe**. Ao mesmo tempo em que ela, ao contrário de várias das “mães oficiais”, é capaz de aceitar a “condição” de travesti das filhas, acolhê-las e ajudá-las, também as explora, manda, faz exigências, cobra dinheiro pelos ensinamentos. Isto é, é uma

figura que protege, dá afeto, orienta nos **truques**, mas, noutro giro, reivindica – muitas vezes, até de forma rude e imoderada – contrapartidas, como pagamentos, subserviência, presentes, dedicação, lealdade etc.

Há um detalhe interessante a notar. Quando a travesti mais velha “adota” outras mais novas na rua e desenvolve certo afeto por elas, embora não as acolha mais nas suas casas, mas ainda as orienta e as inicia na **entrada na vida**, na rua, essas mais novas chamam a mais velha de **Mãe**, como já explicado. Contudo, apesar de esse modelo operativo denotar respeito, devoção, também pode ser utilizado como algo depreciativo. Por exemplo, uma travesti diz: “olha quem está ali na esquina da praça Olímpio Campos, é a filha de X”. A outra, com desdém, responde: “filha? E pariu por onde?”, desqualificando o papel de **Mãe**.

Outro detalhe interessante a se destacar é que algumas pessoas que não são travestis também podem adquirir o *status* de **Mãe**. Uma interlocutora que desenvolve um trabalho social com o grupo de travestis estudado é chamada por muitas travestis de **Mãe**. Perguntei a motivação disso e ela respondeu: “eu nunca pedi pra ser chamada de mãe, mas alguns anos depois eu percebi o quanto é forte essa responsabilidade, porque eu, ao contrário das **mães da rua**, fiquei só na responsabilidade de cuidar, de compreender, de apoiar, de ser como diz numa abordagem psicológica; entre a mãe boa e a mãe má, eu fiquei no lugar da mãe boa que aceita a filha do jeito que ela é, que apoia tudo que a filha quer, que compreende, que vai na delegacia, que vai no presídio, que vai no hospital, que vai na rua, eu fui essa mãe o tempo todo, que paga as contas, que vai alugar a casa, então elas se habituaram a me chamar assim. Já era comum elas tratarem as mais velhas assim, chamando de **mãe**, mesmo que não fosse aquela mãe do dia a dia, da rua, era aquela mãe que de alguma forma tinha uma vivência na rua, na prostituição, era como uma Mãe de Santo, uma hierarquia dentro do universo delas. No universo delas, a hierarquia é importante, uma travesti que atua naquele lugar há muitos anos tem que ser considerada, tem que ter respeito. Então, as mais novas têm que ter respeito, exemplo, uma novinha chega no ponto e pergunta para travesti que já está lá: ‘quem é você?’, ‘quem é você não! Eu sou Fulana de Tal e estou aqui há não sei quantos anos!’ ‘Quem é você que chegou aqui agora, tá pensando que eu sou o quê? Tá me tirando por viadinho?’” (Emily).

Emily esclarece, portanto, que o termo **Mãe** pode ser empregado não apenas àquela figura ligada ao trabalho na rua, responsável pelos ensinamentos do ofício ou pelo agenciamento, estampando outras duas acepções menos frequentes, mas possíveis: i) pessoas que, mesmo

alheias ao travestismo, desenvolvem laços sociais ou afetivos com as travestis – essa acepção alternativa de **Mãe** aproxima-se do conceito trivial de “madrinha”, alguém íntimo que cuida da(o) e protege a(o) afilhada(o), como se fosse uma “segunda mãe” (é o caso da própria Emily); ii) travestis mais antigas, dotadas de alguma autoridade entre certos grupos, cujo *status* deriva do tempo na profissão, da experiência e da sabedoria, ainda que não tenham funcionado como guias ou tutoras para determinadas travestis mais novas.

No tocante a esse segundo sentido, Emily exemplificou: “Serena, mesmo não indo mais à rua e não tendo mais essa coisa de levar para a Itália como ela teve, as outras mais novas ouviam falar dela pelas mais velhas que a conheciam e tinha que ter consideração, mesmo que não a conhecesse pessoalmente, porque era alguém que tinha feito isso e aquilo e era **mãe** de alguém. Antes elas viajavam muito pelo Brasil, então elas se conheciam, hoje eu vejo isso muito pouco. Quando começou o movimento nacional das travestis e a ter congressos, elas começaram a ir aos congressos. Elas se encontravam, muitas se conheciam e era uma festa. ‘Viado, eu conheço Fulana, eu morei na casa dela’ [...] e aquilo tinha que ser respeitado. Ela podia ser velha, acabada, o que for, deformada pelo silicone, porque muitas tinham o rosto e corpo deformado pelo silicone, e também por ter tomado muito pau na rua, da polícia, dessas coisas, mas tinha aquela consideração porque era aquela bicha das antigas que tinha isso, tinha aquilo. Hoje em dia eu quase não vou à rua, desconheço as mais novas, mas sempre tem uma novinha que diz aqui é **mãe** Emily, não sei o quê. Porque elas passam as histórias de umas para as outras”.

Sobre a comparação que Emily faz entre as **Mães da Rua** e as Mães de Santo, consoante transcrito acima, ela explicitou, para mim, o traço comum pertinente à ascendência, ao prestígio e à notabilidade que ambas desempenham em seus respectivos campos de atuação. A interlocutora ressaltou, contudo, que as Mães de Santo, a despeito do preconceito e da hostilidade que ainda existem no Brasil contra as religiões de matriz africana, já gozam de mais legitimidade perante a sociedade na confrontação com o papel das **Mães da Rua**; o que poderia ser explicado pelas atividades religiosas que aquelas exercem dentro de terreiros institucionalizados, ao passo que estas se vinculam à ocupação de natureza sexual, menos reconhecida do ponto de vista moral. Com o adendo, ainda, de que, enquanto a presença de velhas Mães de Santo é algo relativamente comum dentro da estrutura de um terreiro de Candomblé, as travestis tradicionalmente morriam muito cedo e, assim, havia menos espaço para o estabelecimento de **Mães da Rua** (só mais recentemente é que elas estão passando dos cinquenta anos de idade).

À parte um ou outro contraste, porém, as correspondências entre essas duas personagens, apontadas na fala de Emily, têm muita propriedade, principalmente quando se observa que, no Candomblé, a figura da Mãe de Santo é construída através da relação dela com a comunidade, da liderança que exerce, do reconhecimento de sua importância para o grupo. Isso aliado à experiência enquanto família de santo e a constituição do “axé”, que se aproximam muito das relações de parentesco, não apenas sanguíneo, mas parentesco no sentido da hierarquização, tal qual uma família biológica.

Inclusive, trazendo a historiografia, quando essas famílias foram inseridas no Brasil, os terreiros eram perpetuados e reproduzidos pelas próprias famílias de sangue. Um detalhe significativo desse contexto é a forte presença do matriarcado em algumas religiões afro-brasileiras⁴⁴, pois, na época da abolição da escravatura, os homens eram responsáveis pelo provimento realizado fora de casa, já as mulheres, dentro de casa. Desse modo, as mulheres se tornaram responsáveis pela organização da roça, do terreiro, da casa etc. Eram elas que centralizavam toda a relação familiar. Essa assertiva faz parte da argumentação de alguns estudiosos da religião para explicar a grande quantidade de Mães de Santo em relação aos Pais de Santo, no Brasil, a exemplo de lideranças muito expressivas, como foram Mãe Beata, Mãe Stella, Mãe Menininha, além de tantas outras que ainda atuam.

A partir do destaque conferido à maternidade no seio do Candomblé, é possível traçar um paralelo entre as figuras da mãe biológica e da mãe de santo. A aproximação da mãe de santo com o papel social exercido pela mãe biológica se dá, justamente, porque o Candomblé é constituído por um sistema de hierarquia semelhante à de uma concepção usual de família, que, por sua vez, “é determinada pelos padrões sociais integrativos, acrescidos dos componentes culturais africanos mesclados na dinâmica da realidade estrutural” (LIMA, Vivaldo da Costa, 2010, p. 160) presentes em alguns grupos. Essa ideia está claramente alinhada à percepção de Lévi-Strauss a respeito da

44 “Assim, adentramos o universo das religiões afro-brasileiras, focando no papel que a mulher desempenha nessas religiões. Percebemos que esse papel se diferencia do que predomina na sociedade global, onde existe uma afirmação sociocultural da masculinidade, que passa pelo exercício do poder do homem sobre a mulher e os filhos, e as religiões têm colaborado com a reprodução dessa representação social da masculinidade. Porém, nas religiões afro-brasileiras isso se dá de forma diferente e essa diferença se justifica historicamente, já que desde a África, as mulheres eram incentivadas a serem autônomas, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico. Isso interferiu na maneira como essas mulheres levaram suas vidas, depois que vieram para o Brasil.” (BASTOS, 2009, p. 163). Para mais, ver: LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002; LIMA, Cláudia. A construção de poder no matriarcado na base sacerdotal afro-brasileira: normatização das Casas de Culto de Matriz Iorubá, no Recife e em Salvador, a partir de estudos em Abeokuta, na Nigéria. **Paralellus**. Ano 1, N. 2, jul./dez. 2010 – 35.

estrutura desse sistema, incluindo-se, nesse caso, outros itens, como a família patriarcal, a família nuclear biológica e a família parcial. “Parentesco e ritual têm sido a forma maior do simbolismo. Eles são expostos alternadamente ou combinados, como princípios articuladores que são dialeticamente relacionados com o poder” (LIMA, Vivaldo da Costa, 2010, p. 160).

Vivaldo da Costa Lima exemplifica bem as semelhanças entre as famílias de santo e as famílias biológicas. Os processos de roça, a ancestralidade, o respeito aos mais velhos, a hora da refeição, a sacralização do alimento. Isto é, o modo como esses rituais se parecem com os rituais que realizamos com a nossa família de sangue etc.

Trago, enfim, aqui, essas referências às famílias de sangue e de santo para realçar que também as ruas formam famílias, com seus rituais, membros e papeis. E, nelas, a figura da **Mãe** é natural (orgânico, genuíno, instintivo, inato), exerce sua centralidade, desfruta de respeito, tem suas funções, cobra suas exigências e assim por diante. No excerto abaixo, ilustrativamente, Emily descreve a posição da mãe Hannah em relação às filhas travestis que viviam num prostíbulo chamado Goré. “Em Goré, era Hannah, ela tinha uma casa, ainda tem, com várias travestis hospedadas na casa dela e pagavam a ela, claro. Ela fazia refeição três vezes ao dia, o que era uma coisa rara. Na casa de Hannah, elas comiam de manhã, meio-dia e de noite, que Hannah incluía na estadia a alimentação. **Mãe** Hannah era muito conhecida, mas adoeceu e deixou o meretrício, a casa acabou, não teve quem substituísse, acabou a história. Hoje você não vê. Veja, teve um cafetão aí na Atalaia que agora tá na Espanha, mas passou um tempo cafetinando na Atalaia, mas não era como a **Mãe**, era cafetão mesmo, de cobrar ponto etc. Entre elas havia o ensinamento, quando elas colocavam silicone em casa tinha outra que ficava cuidando, tinha troca. Mas tinha uma proteção de cuidado que ela podia dizer assim: o viado é isso e aquilo, mas é igual a gente, então se é igual a gente, a gente tem que proteger, tem que cuidar. Mas também existe a **Mãe** perversa, elas falam muito de Lydia: que Lydia é uma trans que fica tomando dinheiro de outras na rua, que fica explorando as outras na rua só por tomar” (Emily).

A maneira como a **Mãe** introduz a “filha” na rua é fundamental para o sucesso e a permanência da nova trabalhadora no Centro. Mariah descreveu como se dava esse processo: “Aqui não hein! Era assim que eu falava quando uma novata ficava no meu ponto, mesmo quando era trazida pela **Mãe**. Eu dizia: ‘Ei Fulana, aqui não com sua filhinha! Diga a sua filha que aqui, não!’ [...] Quando você funda um ponto, ele se torna seu, e tem a ver com o horário

também. A gente sabia que as cobras mais velhas, as poderosonas iam chegar depois das 10 [22h], das 11 [23h]. A gente vazava, organizávamos tudo, para dar tempo delas chegarem e a gente recolhia tudo o que faturava para depois das 10 a gente vazar, porque a gente tem que respeitar quem chegou lá primeiro. Porque as novinhas ficavam na Ivo [Avenida Ivo do Prado], e a gente e as mais velhas, no Banese. As novinhas começavam tudo tarde a ficar exposta, o que a gente chama de **vitrine**: ‘tá na **vitrine**, Fulana?’ Entendeu como é? ‘Já tá na **vitrine** uma hora dessas?’ ‘Já mulher, cheguei cedo porque hoje eu quero faturar, tô cheia de dívida pra pagar, tô devendo isso, tô devendo aquilo...’”.

Nesta parte da tese, dissertei sobre os vínculos que as travestis mantêm entre si como mecanismo de sobrevivência e resistência na cidade, realçando a figura da **Mãe da Rua**, a guia das travestis mais novas, que ocupa o posto de referência muitas vezes deixado vago pelos membros da família oficial, devido aos conflitos relacionados à questão de gênero. Ponderei que, enquanto na família tradicional, o amparo e o afeto são concretizados principalmente no ambiente doméstico, no caso das travestis, comumente privadas das relações em casa, tais sentimentos e vivências se dão na rua. São o medo, a solidão, a necessidade de trabalhar, a hesitação quanto à própria imagem, a perseguição por um padrão de feminilidade, entre outros fatores presentes na vida no asfalto que as levam a se associar, em um novo formato de família, a família da rua, sob o norte da **Mãe**. Foi feito, então, um comparativo entre diferentes aspectos do modelo familiar padrão e do modelo familiar travesti na rua. Para tanto, perpassei pelos conceitos de maternidade, identidade, gênero e hierarquia, para citar alguns.

No capítulo seguinte, debruçar-me-ei sobre os encadeamentos entre corpo e espaço, a apropriação do espaço público pelas travestis e os reflexos da dinâmica urbana na construção da identidade delas.

CAPÍTULO III

Corpos em retalhos

O desafio deste capítulo é analisar a conexão entre o corpo das travestis e o território onde se fincam. A ideia é compreender a capacidade que elas desenvolveram de se camuflar ao Centro para nele permanecer e se adaptar, mesmo a contragosto dos planejamentos urbanos oficiais, quase sempre excludentes dos grupos marginalizados, como o que elas compõem. Anseio proporcionar, com isso, uma interpretação sobre como essas sujeitas se entrelaçam à paisagem central aracajuana, num amálgama, a ponto de a essência de uma se confundir com a da outra, como se fossem um só elemento da urbe. O objetivo é demonstrar que o ser travestir (suas dificuldades, seu trabalho, seus afetos, sua imagem) está diretamente atrelado ao que é a cidade, a qual produz marcas não só na personalidade delas, mas também em sua identidade física.

3.1 Tramas e táticas dos viventes do Centro: a gênese das (sobre)viventes

As travestis do Centro de Aracaju vivem sob um constante sentimento de ameaça. Cercadas pela violência e invisíveis ao Estado, elas resistem ao abandono, na tentativa de garantir sua sobrevivência e seu modo de pensar. Permanecer no Centro é um ato de resistência, mas não basta resistir. Para sobreviver, é necessário dominar um repertório de estratégias e táticas⁴⁵. Ciente dessa prática, registrei, entre os anos de 2018 e 2020, alguns aspectos – linguagem, modo de se vestir, trejeitos etc. – do comportamento e do cotidiano desse grupo de travestis.

Embora ocupem o Centro há mais de vinte anos, o medo de serem expulsas da rua e até mesmo de serem assassinadas faz com que as travestis reelaborem constantemente os códigos de comunicação e as formas de permanência nesse lugar. Mesmo interpretando o mundo a partir de uma ótica particular, as travestis não podem se restringir ao que lhes é imposto pela mídia, pelo Estado, pelo comércio etc., porque esse é um espaço de constante disputa e nele sobrevive a travesti mais adaptada e com maior capacidade de se reinventar.

45 As estratégias, segundo Michel de Certeau (2014, p. 36), são mecanismos de articulação que condicionam relações de forças e dominação, ao impor certa ordem, a partir de determinado lugar, na estrutura social; as táticas são atos de resistência por meio da capacidade de subverter as situações que acontecem na invisibilidade do cotidiano.

Como vimos, as relações entre as travestis do Centro são estabelecidas por uma rede intrincada de parentesco, que não se limita à consanguinidade, tal como se dá na relação de cumplicidade e de afeto com a figura da **Mãe da rua**, por exemplo. A socialidade, que veremos mais à frente como fator preponderante para a permanência das travestis no Centro, é marcada pelas relações de parentesco estabelecidas com as travestis mais antigas, como uma espécie de “parentesco analógico”⁴⁶. As relações de parentesco não consanguíneo entre as travestis demonstram a importância da existência de conexões, que podem ou não se estender a outras travestis, na ocupação de pontos estratégicos no Centro – áreas menos iluminadas e com maior circulação de carros. No dia a dia, o parentesco entre as travestis diferencia os vínculos preestabelecidos na rua e orientam as relações no cotidiano, além de criar outras relações estabelecidas por uma hierarquia – a travesti mais antiga, a mais bonita, a que tem mais dinheiro.

No capítulo anterior, abordei como são criadas as relações de socialidade travesti e como elas desenvolvem critérios de relacionamento a partir de expedientes próprios. Já no presente capítulo, explico como essas relações, que extrapolam a amizade e se conformam em uma espécie de parentesco, evoluem para estabelecer uma rede de proteção e de permanência no Centro.

3.2 A rua, o Estado e o corpo da travesti

Parte da Arquitetura trata da maneira como ela acomoda o nosso corpo. A simples presença de um indivíduo modifica o espaço construído e esse espaço, por sua vez, desperta sensações nesse mesmo indivíduo. Os buracos de uma praça não alteram apenas o nosso humor, mas o trajeto que havíamos estabelecido anteriormente. Isso nos torna parte ativa do espaço arquitetônico.

46 Considerem, então, uma situação em que todas as relações de parentesco e todos os tipos de parentes são basicamente parecidos, sendo uma responsabilidade humana diferenciá-los. A responsabilidade de fazê-lo será nossa tarefa no entendimento das relações de parentesco, como é o papel do homem talvez na maioria das sociedades humanas. Uma mãe é um outro tipo de pai, a paternagem é outro tipo de maternagem; uma irmã pode ser uma irmã melhor pelo fato de que ela é uma “pequena mãe” para seus germanos, e um bom pai frequentemente é “como um irmão” para seus filhos. Certa solicitude (talvez epitomada pela “solidariedade difusa, duradoura” de Schneider) é fundamental para todas as relações ideais de parentesco, independentemente de como elas possam ser definidas ou de que formas essa solicitude é expressa. E essa solicitude representa, tão bem como qualquer coisa pode representar, o que eu quero dizer com a analogia básica de todas as relações de parentesco umas com as outras. Do ponto de partida que escolhi, eu poderia bem falar de *uma* relação essencial de parentesco, que é encompassada e diversificada em todos os tipos particulares de relações que as pessoas distinguem e diferenciam. Essa similaridade essencial *flui* entre e por estes, a despeito de todo o esforço que se possa fazer para diferenciá-los (WAGNER, 2019, p. 148).

Dessa maneira, o espaço se conecta com o corpo físico e imprime nele seus traços e vice-versa. A troca entre espaço físico e corpo físico afeta a forma como enxergamos determinado ambiente, fazendo-nos, por exemplo, atravessar uma rua, ficar parado em uma esquina, interagir ou evitar algum lugar. A presença dos corpos dos indivíduos também interfere na nossa relação com o espaço arquitetônico. Se na praça X encontra-se, frequentemente, um grupo de travestis, para alguns, ela deverá ser evitada. Se no beco Y dormem pessoas em situação de rua, da mesma maneira. Entretanto, para quem não é apenas um transeunte, como se dá essa relação com o espaço? Para responder essas questões, conversei com alguns guardas municipais responsáveis pela salvaguarda de prédios públicos localizados no Centro.

Durante alguns dias, entre os meses de abril e maio de 2019, circulei na viatura da Guarda Municipal de Aracaju pela rota da prostituição local. Nesses dias intensos, tive a oportunidade de dialogar com os guardas Otávio, há 13 anos na Guarda, e Jackson, há 27 anos, que me trouxeram questões muito instigantes.



Figura 44: Imagem da viatura na qual circulei durante a pesquisa de campo. Fonte: Arquivo Pessoal.

Cheguei até Otávio e Jackson por intermédio de uma amiga de faculdade que também é Guarda Municipal, Raíssa. Dias antes da incursão no campo com a Guarda Municipal, Raíssa obteve a autorização do comando do órgão para a realização desta pesquisa e passou o meu contato para Otávio, que me ligou. Combinamos, por telefone, quando e como seria a minha primeira ronda.

Sem posto fixo, Otávio me passou o endereço do então “QG” (Quartel General) da Guarda. O QG estava localizado em um prédio de uma antiga repartição pública do Município, desativada. A rua era escura e silenciosa e ficava a poucos metros do Centro Antigo. Assim que identifiquei o QG, fiquei aguardando em meu carro, um pouco amedrontada, até que chegasse a viatura da Guarda.

Eram por volta das 20h quando despontou a viatura com Otávio e Jackson. Muito solícitos, convidaram-me a entrar no carro e seguimos pelo Centro. Expliquei do que se tratava a pesquisa e Jackson começou a falar:

– Então, como disse meu parceiro, eu vi muitas coisas. Antes não tinha tanto garoto de programa.

Perguntei se eram michês. Jackson respondeu:

– É, não tinha. Era só as garotas. As antigas, umas deixaram essa vida, outras foram ser evangélicas, outras faleceram. Das antigas, têm pouquíssimas hoje, é raridade de ver, de programa assim, tem umas quatro, pra não dizer cinco.

Perguntei onde elas costumavam ficar e Jackson continuou a falar:

– Ao lado da Caixa Econômica, só têm elas ali.

Otávio complementou, falando que só no entorno da Câmara dos Vereadores eram apenas duas ou três. Segundo Jackson, um lugar onde ele observava grande presença de trabalhadoras da noite era na rua Santa Rosa, nos bares da região no final de semana à noite, no Mercado Central, principalmente no bar Bico Doce, onde tocava uma seresta.

– Jackson: vai ali tomar a cervejinha dela e fazer os programas dela, né?

Perguntei se ele se lembrava do Bar do Meio da Rua, palco de muitas histórias das travestis interlocutoras desta tese, ao que ele disse que recordava. Pedi, então, que ele descrevesse:

– Jackson: o Bar do Meio eu trabalhei muito tempo, hoje se encontra um bar igual ao Bar do Meio, era ali aquele mesmo bar, só que ali tinha seresta ao vivo e era um movimento bem cheio mesmo. E como era muito cheio, era muita prostituta, era muito, vamos supor, ladrãozinho, na época tinha bastante, mas não deixou de ter, ainda tem bastante. Mas aí o bar, no caso o Bar do Meio [como antigamente] acabou por causa de brigas e mortes (...). Muita briga, muita morte por gente esfaqueada, aí foi fechado. Hoje não se encontra mais movimento tanto, é mais pra o Bico Doce.

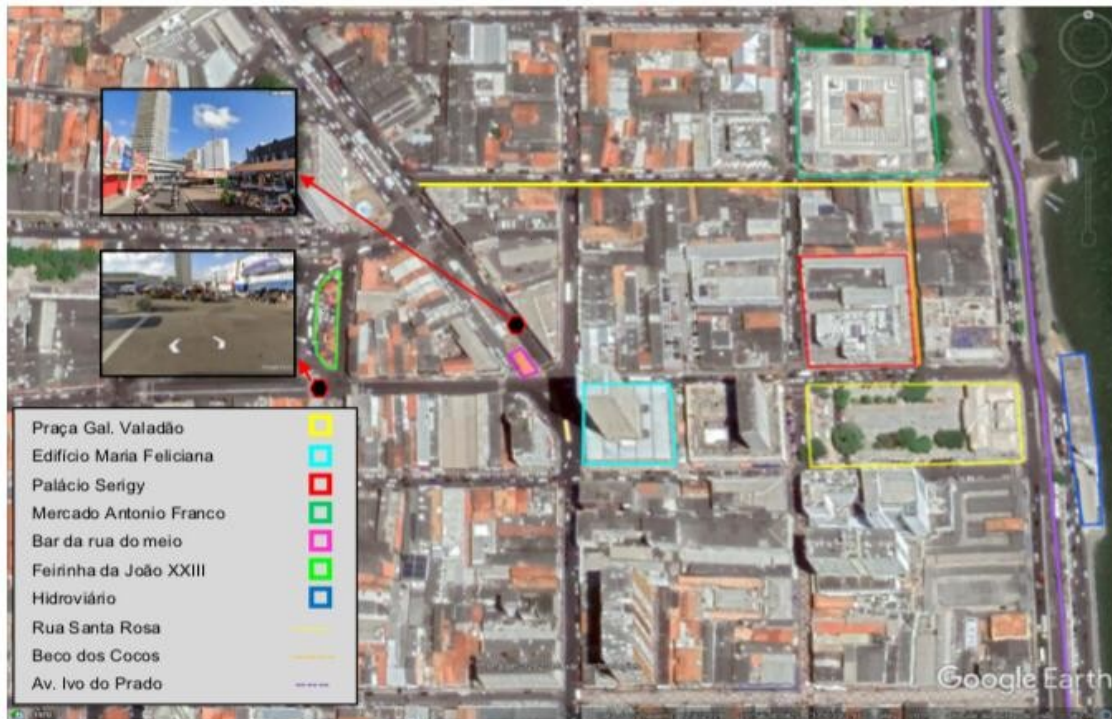


Figura 45: Panorama em que se vê a área dos lugares mencionados pelos guardas da Guarda Municipal de Aracaju.

Indaguei sobre outro bar recorrente na memória das travestis, os 4 Bar, que ficava próximo do Hidroviário, na Rua da Frente.



Figura 46: Comparativo do Terminal Hidroviário nos anos 2003 e 2019 com provável localização dos 4 bar.

– Jackson: lembro, lembro, lembro bem. Aqueles bares ali também eram muito frequentados, na época tinha muita menina ali que fazia programa. Tinha a praça Fausto Cardoso, tinha muito. Eu fazia ronda ali nos 4 Bar e vinha por ali, entendeu?

Continuei a conversa e falei sobre a prática de sexo delas com os clientes nesses bares e nas cercanias. Ele contou que “às vezes lá pra duas da manhã, três horas, ficavam ali às escondidas, já vi muito, mas não tá como era mais e diminuiu”. Questionei o motivo da diminuição. Para Jackson, “foi porque a maioria se aposentou, ficaram velhas, e pararam, e hoje você vai ver que o comércio agora é por aqui, né? Você vai dar a volta por aqui e você vai ver os homossexuais, os meninos. Você vai ver”.

De acordo com o guarda, não houve renovação das trabalhadoras, as mais velhas foram saindo e as mais novas não chegaram à mesma proporção. Segundo ele, “a violência cresceu, aumentou muito e muitas se afastaram. Outras casaram, outras deixaram, não houve uma renovação, pouquíssimas hoje que aqui se vê”.

Percebi que a maior parte dos relatos dos guardas estava relacionada à presença das trabalhadoras cisgênero. Oportunamente, introduzi o diálogo sobre as trabalhadoras travestis e trans, perguntando como eles se relacionavam com elas: “as prostitutas poucas a gente tem laços, algumas a gente tem amizades sadias né, mas outras a gente fala com educação, fala um boa noite, esses meninos [travestis] que tão aí também a gente fala boa noite”.

Ao se aproximar de um grupo de travestis, na rua Pacatuba, Jackson perguntou se eu não gostaria de falar com elas. Respondi que já as conhecia, pois trabalhava como voluntária na Associação das travestis. Surpreso, ele perguntou: “então você conhece as meninas. Eu chamo de meninas porque são meninas, né”?

No decorrer da conversa, falei sobre a violência e sobre o alto índice de crimes na região envolvendo arma branca (faca) e questionei se as travestis e outras trabalhadoras do sexo se envolviam em problemas dessa ordem. Otávio respondeu que situações dessa natureza, naquela localidade, envolviam “principalmente os moradores de rua. Os moradores de rua aqui geralmente cada um tem uma faca pra se defender deles mesmos, pra se livrar deles mesmos. Então, assim, a gente já buscou arma chamada xunxu, que eles mesmos fabricam. Então, assim, diversas armas brancas, estiletes, gilete, até bisturi já foi encontrado. Então, assim, na verdade eles usam com o argumento de que é pra se defender, porém, é como eu tô falando a você, se

houver oportunidade, ele vai lá e faz, se ele já tem aquela predisposição pra poder fazer aquilo né”?

Otávio prosseguiu e começou a mostrar os lugares do Centro onde a violência era mais recorrente: “vou levar você até mais ou menos onde acontece. Existe um quarteirão que é entre o Terminal do Centro e a Rua da Frente”. Lembrei que essa região é a mesma onde está localizado o Bar do Meio e Otávio confirmou: “então, muita gente desce no ponto da Rua da Frente, e sobe para o Terminal do Centro, é nesse percurso que acontece esses percalços muitas das vezes”.

– Otávio: Pronto, esse trecho aqui, entre a Rua da Frente, passando pela General [praça General Valadão] e indo pelo Bar do Meio, são os lugares mais propícios para acontecer assaltos, independente de horário, principalmente quando o comércio está fechado, que a movimentação é pouca. Arrombamento quase não tem mais. Os lojistas se reuniram e cada um contratou segurança, que fica a noite toda. Olha a situação dele como fica, fechado. Antigamente, todos os dias aqui, de terça, quarta, quinta, sexta, sábado, isso aqui era uma muvuca.

Durante esse percurso, fomos interpelados diversas vezes por transeuntes. Otávio explica que a maioria das pessoas que está transitando ou morando ali ocupou um prédio público: “eles ficam até certas horas aqui e, depois, se recolhem pra esse lugar. É que aí o pessoal vem muito trazer café pra eles, muitas vezes sopa, as pessoas muito sensibilizadas. Então, eles só vão pra casa depois que eles fazem essa alimentação da noite”. Percebi que ele falou com educação e afeto com as pessoas das redondezas, perguntei se havia uma relação de respeito entre eles, já que ele se referiu de maneira carinhosa a uma delas.

– Otávio: com a menininha pequena, né? São seres humanos. Esse aí, “ói”, eu conheci esse antigo, esse aí é do Mercado, esse de cabelo branco aí. Praticamente todo o Centro tem esse movimento desse churrasquinho. Até umas duas, três horas da manhã.

Logo após essa passagem, Jackson interrompe para falar que vamos passar por uma área muito crítica, na rua Florentino Menezes, um local mais estreito e mais escuro.



Figura 47: Vista aérea da rua Florentino Menezes.

A recorrência de crimes em uma mesma região me deixou curiosa e Otávio trouxe como uma das hipóteses o fato de o Centro, para ele, ser praticamente todo “estourado de tráfico de drogas”. As travestis já haviam me relatado que o tráfico de drogas foi um dos motivos para que muitas se afastassem do Centro. Entretanto, para Otávio, algumas travestis “compactuam vendendo, se eximindo de várias coisas. Inclusive vendendo, participando diretamente na verdade”.

Sugeri que as posições ocupadas por elas na rua eram estratégicas. Otávio concordou e continuou: “é tanto que tem muitas que dizem que nem vão fazer programa, só vai pra usar ou pra vender, são aviõezinhos, né? Nesse meio termo, a gente tá aí, entre um e outro”.

É atribuição da Guarda salvaguardar os prédios municipais da região, mas no Centro, além dos prédios públicos, existem prédios particulares que foram abandonados e, hoje, são ocupados por pessoas sem moradia. Perguntei se eles tinham conhecimento das práticas realizadas nesses prédios, se as pessoas apenas dormiam, se praticavam sexo etc. Eles responderam que os flagrantes de sexo eram poucos e que, na prática, o que imperava era o uso

de entorpecentes; o sexo seria mais praticado na rua, em lugares mais escuros e com a presença de árvores, ou, na maioria das vezes, nos carros.

Pedi detalhes e Otávio seguiu: “O cara entra com uma travesti, passa um tempinho, depois sai”. Perguntei se aquilo o incomodava, ele disse: “o carro é o asilo do cidadão, né? Querendo ou não, no caso, um táxi, você não sabe quem tá lá dentro, mas muitas vezes já pegamos ocorrências entre travestis e pessoas que não pagam, gente de carro, e aí eles quebram o carro, e aí a gente tem que fazer a correção”.

Para explicar a maneira como a Guarda procede, Otávio citou um fato presenciado por ele: “teve um que tava um casal e o marido pediu pra que a mulher fizesse um sexo oral no travesti. E, aí, o travesti acabou não chegando ao orgasmo, porque ele queria ver o cara fazendo o orgasmo, só que ele não chegou e, então, o cara não pagou. Foi quando uma viatura nossa vinha passando e, aí, o travesti denunciou que tinha feito o programa e o cliente não pagou. Geralmente, nesses casos, a gente tenta mediar por aqui mesmo, até porque são pessoas casadas, são pessoas da sociedade, que às vezes acaba se envolvendo nesse tipo de situação”.

Continuamos circulando pela rua Florentino Menezes, conhecida, segundo Otávio, como Rua dos Cabarés – e como Cracolândia também –, por concentrar as pousadas e os dormitórios utilizados na prostituição. Jackson, então, visualizou um grupo de pessoas consumindo drogas. Perguntei se o grupo era agressivo e eles responderam que não, que seus membros eram conhecidos e “razoáveis”. Otávio prosseguiu: “na verdade, tudo vai depender de como eles estejam, né? A gente já pegou o cara muito alterado, cheio de crack, mas depois que passou, como eles dizem, a lombra, aí eles meio que se arrependem do que fazem, né, e aí fica mais compreensivo, mais amigável. Você pode ver, se você for dar um **baculejo** aí, vai encontrar alguma coisa, uma faca...”.

Segundo o Otávio, o maior trabalho dele nessas regiões críticas do Centro é a conciliação: “o que a gente mais faz é fazer a conciliação entre ambas as partes. Graças a Deus a gente sempre consegue, até porque tem materialidade que não se concretiza. Vamos supor: a gente foi abordado por uma cidadã, ou um cidadão, um transgênero, e ele disse que ouviu palavras ofensivas a ele, só que na verdade vai ser a palavra dele contra o outro, aí eu disse a ele que a gente até poderia ir lá, mas ele teria que provar que o cara chamou ele daquele insulto, e aí ele disse: ah, e tem que ter uma terceira vítima? Eu disse: lógico que tem que ter uma terceira vítima, porque senão a gente fica sem saber em quem acreditar. São muitas ocorrências. Às vezes, não paga. São ocorrências

diversas e já foi dito pra esses bares não ficarem abertos até essa hora e acaba que ficam. De uma forma ou de outra acabam abrindo”.

A conciliação é uma forma de interação humana, sobretudo nesse contexto, em que o conflito se apresenta como disputa de território a todo instante. Deve-se recordar que, como já mencionei anteriormente, o Centro é um campo de disputa entre diversos atores, e o Estado, além da disputa territorial de poder, está incumbido de salvaguardar o patrimônio e garantir a proteção desses atores da noite. Com isso, o papel da conciliação é um de seus deveres constituídos.

– Otávio: eu tenho 13 anos de Guarda, e o meu parceiro aqui, Jackson, tem 27 anos de Guarda. Ele é um dos fundadores da Guarda Municipal, inclusive trabalhou muito tempo no Paço Municipal, que é a antiga Prefeitura. Então, como disse meu parceiro, eu vi muitas coisas. Antes não tinha tanto garoto de programa. A violência cresceu, aumentou muito e muitas se afastaram. Outras casaram, outras deixaram, não houve uma renovação, pouquíssimas hoje que aqui se vê. Inclusive eu tinha até contato com aquela ali da rua Pacatuba, Lina [apontando para uma trabalhadora da noite].

Para Otávio, a maior dificuldade na condução de seu trabalho é que a maior parte da população que ocupa o Centro à noite anda armada: “na verdade, a gente tem uma grande dificuldade, porque, se você for dar uma olhada, a maioria deles, eles andam tudo armados com arma branca, porque na verdade não é considerado crime, é considerada uma contravenção, né? E, na verdade, não é um crime você portar uma arma, até porque fica muito difícil de você saber pra que serve aquela arma. Porém, muitos deles aqui usam e, quando vê uma pessoa sozinha na rua, rua deserta, porque o comércio tá fechado por causa da hora, então eles na verdade são assaltantes oportunistas. Sozinho ali, ele vai lá, mete a faca, ameaça”.

Segundo a fala de Otávio, a maior parte dos assaltos no Centro é praticada com o uso de arma branca, incluindo os homicídios. Poucas vezes são cometidos crimes com o uso de arma de fogo nessa região. A posse da arma branca não se limita aos infratores. Otávio já havia dito que “principalmente os moradores de rua, os moradores de rua aqui, geralmente cada um tem uma faca pra se defender deles mesmos, pra se livrar deles mesmos”.

A impressão que tive durante os dias em que circulei com os guardas é que eles tinham muito bem delimitados os espaços e as práticas ocorridas no Centro. Conheciam, inclusive, os códigos de convivência entre os grupos. Por exemplo, como se dava a chegada de uma travesti “novata” na rua. Segundo Otávio, se uma novata ocupar o ponto de uma travesti mais antiga, “vai

ter discussão, mas briga, como em outros lugares, não. Aracaju e Sergipe têm um diferencial, porque, na verdade, a gente ainda não pegou essas brigas grandes. Flanelinhas mesmo, às vezes tem uma briga, mas rapidamente é contido, e aqui com as prostitutas é a mesma coisa, até porque elas seguem de uma esquina para outra e arrumam alguém”.

Nas palavras de Otávio, “há uma resistência em trabalhar nessa região por outros colegas, por ser uma área mais perigosa, por ser o primeiro posto que perdeu um guarda [unidade em que ocorreu a primeira morte de um colega dos interlocutores]. Tem muita coisa, você pode ser surpreendido com uma facada, com um tiro, com uma paulada, às vezes a própria população. O que eu acho interessante é o seguinte: eu sei que muita gente tem as dificuldades e não tiveram as mesmas oportunidades. Porém, a gente tem que saber de que lado nós estamos. Se você está do lado de quem sempre faz o mal aos outros ou se você quer estar ao lado de quem quer manter a paz. Então, isso, eu não vejo nem no Ministério Público nem na Justiça, em nada. O que eu vejo é que nessa viatura aqui eu confio a minha vida ao meu parceiro e ele a vida dele a mim. E quando nós erramos por algum motivo, pois somos humanos, nós somos duramente criticados, difamados, a sua vida é exposta aos sete cantos, a família. Eu sempre digo a todo mundo, nossa profissão é muito injusta, apesar de ser benéfica quando a população é conveniente, então assim, o padeiro pode errar uma fofalha, ele pode fazer o que ele quiser. O pedreiro, ele pode derrubar uma casa, e aí ele vai ser processado, mas se nós errarmos, praticamente acabou nossa vida de cidadão trabalhador. Vão querer nosso cargo, vão querer que nos expulsem, não sabe o trabalho que deu pra passar num concurso público”.

Jackson continua a falar do perigo de trabalhar no Centro: “têm muitas ameaças que nos fazem. Eu mesmo tive a cabeça a prêmio no Mercado Albano Franco. Ordem de presídio de Areia Branca para me executarem, porque eu estava apreendendo muita droga”.

Para completar, os guardas atribuem muitos dos problemas ocorridos na região à inoperância do Estado: “há essa ausência do Estado aqui à noite. Quem faz essa cobertura toda é só essa viatura aqui. Uma vez que veio só foi um programa da prefeitura, que foi para cadastrar, conversar e dar preservativo, mas nada que diga assim, o tipo de política pública que as pessoas querem, porque também eu não vou jogar a culpa só no Estado”.

Com essa longa conversa que tive com a Guarda Municipal, em momento de ronda, a percepção que ficou foi de que a atuação do Estado, em relação à vida desses atores que compõem o Centro, está muito atrelada à imagem da polícia, como se a função do Estado fosse,

sobretudo, a de garantir uma “ordem” àquele lugar e àquelas pessoas. Apesar das variadas demandas dos grupos que habitam o espaço, a maioria delas de natureza social (educação, saúde, assistência, moradia, renda etc.), a regulação, ali, ainda está muito vinculada ao trabalho dos órgãos de segurança, como a Guarda. Por sua vez, os integrantes da Guarda manifestaram sensação de sobrecarga e de desamparo, por operarem na linha de frente de forma muito isolada e desconectada de outras instituições e, muitas vezes, sem uma retaguarda (condições laborais) do Poder Público. O assassinato de um guarda mencionado por Otávio ocorreu pouco tempo antes da minha incursão no Centro. O crime aconteceu no chamado “Paraguaizinho” (setor onde são vendidos eletrônicos e produtos piratas), com uma “peixeira” (faca para tratar peixes). A área mais problemática do Mercado, entretanto, conforme relatos que colhi, era o “Inferninho”, onde ficam os pescados. Perguntei aos guardas, então, se o problema, embora tivesse acontecido no Paraguaizinho, haveria se originado no Inferninho, por conta da arma utilizada no crime. Eles responderam que esse caso, especificamente, não tinha relação com os problemas locais; que, “na verdade, o que é que acontece, a gente enxuga um gelo danado. A gente prende um traficante hoje, amanhã ou ele tá solto, ou vem outro e assume aquele ponto, entendeu?”.

Falei que, em pesquisa anterior, havia observado que muitos traficantes estavam infiltrados entre os flanelinhas e eles confirmaram: “sim, já tivemos informações que eles persuadiam os comerciantes para guardar drogas em suas barracas, e se não guardasse, tinha ameaça. [A região do peixe] é outro ponto, aqui [na rua Florentino Menezes] também é outro ponto crítico, se a pessoa passar sozinha, a depender do horário, é assaltada. Ficam aqui aquelas pessoas que vimos nas esquinas, ali”.

Em quase todos os diálogos que estabeleci com os atores do Centro, o Inferninho foi citado como área crítica. A geografia do local e a presença do odor forte de peixe são fatores que afastam as pessoas “comuns” do lugar. Lembrei que, em uma conversa, uma antiga funcionária do Mercado me disse que o momento mais tenso de sua vida havia acontecido em uma tentativa de higienização do Inferninho. Conforme palavras da interlocutora, o cenário era de guerra e os feirantes do setor se rebelaram. A quantidade de produtos ilícitos que estava escondida entre a mercadoria e a sujeira eram incomensuráveis.

Em minhas andanças pelo Centro, vi que a sujeira e o mau cheiro também fazem parte da estratégia para a manutenção de determinada ordem. Existem, inclusive, travestis que se

escondem atrás de entulhos na busca por clientes. É um constante abafar e revelar, quando se expõem na “vitrine” e quando se escondem entre os arbustos, para executar o ofício do sexo.

Além das travestis, as pessoas que observávamos nas esquinas estavam com a aparência debilitada. Segundo os guardas, aquela aparência geralmente era decorrente do uso do crack.

Comentei com os guardas que uma das minhas interlocutoras travesti, cansada de usar crack, buscou ajuda em uma igreja evangélica, pois estava muito debilitada e doente. Essa mesma interlocutora confessou que, no início do vício em crack, quando ainda tinha força, para sobreviver, batia a carteira de alguns clientes, só que chegou num nível de indigência tão grande que o jeito, segundo palavras dela, foi ir para a igreja, porque não conseguia nem mais bater carteira, vez que, antes, quando cometia o delito, ela corria e, depois do narcótico, deixou de ter forças até para correr. Perguntei se eles haviam acompanhado algum processo parecido com o de minha interlocutora. Eles responderam positivamente:

– Jackson: tem, tem sim. Aqui tem gente que, depois do crack, fica largado, é comendo lixo, dormindo à toa, mas que já foi cidadão até de bem. Às vezes, vai gente até o nosso posto pra dizer que foi assaltado pelos “crackeiros”.

Passamos, na sequência, pelas praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos. Questionei se a região, por ser cercada de árvores, propiciava práticas ilegais ou clandestinas pelos frequentadores. Jackson contou que, há um tempo, o que mais se via por ali era a prática de sexo, mas que isso havia diminuído. Hoje, o que se vê, realmente, é o uso do crack. Como a presença de árvores é ideal para o ofício do sexo, devido ao encobrimento, perguntei por que, ainda assim, muitas travestis pararam de frequentar aquela área.

– Otávio: na verdade, é como sua colega travesti falou pra você, quando o crack vem, ele consome as pessoas por dentro, então as pessoas preferem ficar mais próximos de onde tem. No Mercado, o dia todo tem droga ali. O movimento aqui caiu e, aí, migraram pra lá.

Continuando a conversa, indaguei se eles lidavam com muitas ocorrências envolvendo travestis e eles pontuaram que não. Questionei se, porventura, a limitação de queixas relacionadas às travestis estaria ligada à existência de algum constrangimento por parte dos envolvidos, como, por exemplo, em razão de indivíduos heterossexuais eventualmente se preocuparem em ser flagrados associados a uma travesti. Segundo Otávio: “muitas das vezes, ele só não quer que espalhe, que fique entre nós, né? Aí a gente tenta amenizar. De que forma? Diz: ‘se resolver aqui,

vai ser resolvido’. Porque na verdade quem dita o processo é a gente, né? Se o travesti diz: ‘se ele me pagar, acabou por aqui’, aí a gente resolve os problemas, mas caso o contrário...”.

Ainda repercutindo a fala da travesti que saiu da rua e passou a frequentar uma igreja evangélica, abordei a presença constante, durante a minha incursão no campo, de evangelizadores de uma determinada igreja, principalmente, mulheres. Otávio falou que, além dos voluntários que distribuía sopa naquela região, existiam, sim, pessoas de igrejas evangélicas, católicas, centros espíritas que circulavam pelo Centro levando palavras de conforto e alimentos.

Cabe ressaltar que a presença de membros de igrejas evangélicas nem sempre é bem recebida pelas travestis. Muitas se incomodam por serem de outras religiões, por se sentirem invadidas, por acharem o discurso dos pregadores preconceituoso e negatório da condição de travesti (tidas como “pecadoras”) ou, ainda, por argumentarem que a presença dos evangelizadores atrapalha o trabalho delas e afasta clientes. Certa feita, ouvi de uma interlocutora travesti, Tita, o seguinte relato sobre o(a)s missionário(a)s:

– Tita: quando esses urubus [igreja evangélica] vai na rua pra fazer oração, dar um bombom, que eu não tô morrendo de fome por causa de um “sonho de valsa”, de “serenata do amor”, eu boto pra correr mesmo: “saia daqui, que aqui é ponto de trabalho, bando de desgraçado”. Eu falo mesmo! Se todas fizesse isso, eles não ia nem lá na rua. “Não pare aqui, porque se parar...”. Uma vez, eu, beba [embriagada], ia voar em cima de uma [obreira]. Só não bati, porque se meteram na frente. Porque eu disse a ela: “saia de perto de mim, fia do cabrunco”.

Voltando ao diálogo com os guardas, debati com eles a hipótese de a inoperância do Estado no Centro – sem oferecer uma rede de proteção social e cidadã junto à população local – facilitar a presença desses segmentos, como os religiosos, na região. De pronto, eles concordaram e acrescentaram que, praticamente, apenas órgãos de segurança, como a Guarda e a Polícia Militar, enquanto representantes do Estado, atuavam na região de noite e de madrugada e ainda assim de forma muito precarizada.

– Otávio: uma vez que veio foi só um programa da Prefeitura, que foi para cadastrar, conversar e dar preservativo, mas nada que diga assim, o tipo de política pública que as pessoas querem. Por outro lado, também eu não vou jogar a culpa só no Estado. É o que eu sempre digo a todo mundo, você pode dar tudo, escola boa, bolsa, bons professores, aquela tecnologia toda, mas se não tiver o aluno pra estudar, se o aluno não quiser estudar, tudo vai por água abaixo. Aí me diga uma coisa, as pessoas que estão na rua, será que ela quer ter um CPF, uma identidade, pagar

imposto, ter a sua casa, alguns podem até querer, mas outros não. Então, aqueles outros [“desviantes”] são os que influenciam mais, entendeu? Por incrível que pareça e acaba criando uma desordem, uma barreira entre quem quer e quem não quer. Contagiando os outros, querendo ou não. Você sabe que o ser humano tem uma tendência pra o que é errado, né?

No primeiro capítulo da tese, falei sobre um evento equiparado, figurativamente, à Guerra do Kosovo, por uma arquiteta da cidade que, em texto, defendeu o processo de derrubada, na década de 1990, da antiga estrutura dos mercados centrais de Aracaju para construção de prédios novos e modernos, livres das feiras de rua e da presença de ambulantes. Processo esse que gerou muita confusão, polêmica e conflagração, daí a comparação com a mencionada guerra. Um dos problemas encontrados no desenvolvimento da política de revitalização do Centro foi, justamente, o que fazer com essa população proscrita, na qual também estão enquadrados os indivíduos citados por Otávio na transcrição acima. Revitalizar o Centro não foi fácil, tampouco se conseguiu retirar esses indivíduos de lá. O comércio informal continua a existir e os ambulantes permanecem ocupando as calçadas.



Figura 48: Imagem noturna do entorno dos Mercados Centrais - 01. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 49: Imagem noturna do entorno dos Mercados Centrais - 02. Fonte: Arquivo Pessoal.



Figura 50: Catador de recicláveis nos Mercados Centrais. Fonte: Arquivo Pessoal.

Quando circulei na viatura da Guarda, a já citada feirinha da Praça João XXIII havia sido extinta, “na base da porrada”. Um dos argumentos defendidos pelos guardas que me acompanhavam foi o de que “as pessoas escondiam drogas [nas suas barracas], porque ali tinha muita droga, além das mortes, quando não era uma morte por dia”, segundo Otávio. Para ele, naquele momento, a retirada da feira era algo positivo. Ele relatou que, “na verdade, quando a polícia fecha, não fica mais em barraca fixa, eles ficam nesses carrinhos, ou seja, são móveis, eles saíram de uma rua e foram para outra”. Isto é, como o próprio Otávio percebeu, a feira não acabou, pois ela é itinerante, apenas mudou de rua.

– Jackson: eles passaram a ser ambulantes. Vendem frutas, verduras, espetinho, comida, né?

Perguntei a Otávio se esses feirantes eram vítimas de furto e ele me respondeu o seguinte:

– Otávio: rapaz, você acredita que não? Há uma relação de cordialidade entre eles, né? Eles vão lá, pedem um espetinho, o cara dá, então eles não deixam ninguém roubar. Essa prática, né?

Os feirantes, descritos nesta passagem da tese, são parte significativa da clientela das minhas interlocutoras travestis. Há uma relação intensa de cordialidade entre eles, inclusive, alguns, são clientes fidelizados. Além das transações monetárias, eles dão frutas e outros objetos às travestis. Praticam sexo com elas nos becos do Centro, atrás dos arbustos e embaixo das próprias barracas.

Certo dia, acompanhei uma travesti a um cartório do Centro, para que o seu prenome social fosse incluído em sua documentação. Na esquina do cartório, em frente à praça Fausto Cardoso, estava um ambulante com uma barraquinha de frutas. De longe, ele começou a gritar: “gulosa! Gulosa!”. Perguntei à interlocutora se os gritos eram com a gente, ela respondeu que sim, que o feirante a chamava assim, pois ela conseguia enfiar uma banana inteira na garganta, sem vomitar. Quando chegamos à esquina, ele perguntou se ela queria repetir o desafio, fazendo uma “garganta profunda” com a banana. Constrangida com a minha presença, ela negou, mas me disse que as brincadeiras entre eles eram comuns. Dias depois, fui ao Centro tarde da noite, caminhei até a mesma esquina e vi que o feirante permanecia por lá. No outro dia, liguei para minha interlocutora e contei que tinha visto na praça Fausto Cardoso, à noite, o feirante da “garganta profunda”. Perguntei se ele não corria o risco de ser assaltado. Ela me disse que não,

que era comum a presença de ambulantes no Centro, naquele horário e que, alguns, sem dinheiro para voltar para suas casas ou em razão da distância (alguns eram do interior) dormiam por ali mesmo.

Em diálogo com outras travestis sobre a relação delas com os feirantes do Centro, as interlocutoras rememoraram que, quando existia a Feirinha das Pedras, no Beco dos Cocos, recebiam alimentos dos feirantes, não apenas em troca de serviços sexuais, mas por generosidade deles.

– Tita: tinha inhame com bisteca de porco. Algumas vezes, tinha que chupar uns quinze feirantes e depois era escolher ou café com leite ou suco de laranja. Hum! E a bisteca de porco com rodela de inhame, umas três rodelonas de inhame, lembra, Maya? **Batalhava, batalhava, batalhava**, depois ia lá pra cima [no Mercado] com o pé sujo comer.

– Maya (em resposta a Tita): lógico que eu lembro! Era tudo! Pena que fechou as barraca daí! O Prefeito fechou tudo, era tão bom essas barraca. Ai, já comi muito inhame com carne do sol, muita macaxeira com bisteca. Tempos bons! **Batia** minha portinha [batalhar], depois ia abastecer meu bucho. Ia linda pra casa, numa boa carona, maravilha!

Para sobreviver no Centro é preciso ser cordial. No desenvolvimento da pesquisa, observei que não existia apenas uma relação de cordialidade entre as travestis e os ambulantes, mas com os comerciantes formais e com os guardas que fizeram a ronda comigo. Otávio mesmo contou que já chegou a receber denúncias em que travestis praticavam sexo oral em clientes nos carros e preferiu orientá-las em vez de tomar uma medida mais drástica. Aproveitei o ensejo para inquirir sobre o fato de muitas travestis se apresentarem sem roupa nos pontos de prostituição. Para os guardas, aquilo estava tão impregnado no cotidiano que, vê-las nuas, tornou-se algo comum, “*o corpo acaba se misturando à paisagem, fica camuflado*”, disse Otávio.

Judith Butler (2014, p. 24), ao problematizar a função do corpo em manifestações públicas, assevera que os corpos, quando reunidos em um espaço público em busca da satisfação de alguma necessidade, harmonizam-se com o tempo e com o espaço em um poder performativo em prol de uma ação política. Para formular tal assertiva, Butler argumenta que o que é visto quando “corpos” estão reunidos na rua, na verdade, é o funcionamento performativo da permissão de aparecer, é o direito de tornar-se visível. A nudez do corpo da travesti, no Centro, é “uma demanda corporal por vidas mais habitáveis” (BUTLER, 2014, p. 24). Estar nua na cidade não confere apenas o ganha-pão, mas é também uma ação política que, por sua vez, direciona

uma espécie de performatividade e de conduta que devem ser adotadas naquele espaço, homogeneizando, assim, a ação política e o discurso nela contido. Ao se expor no asfalto, a travesti promove a associação entre o espaço público e o espaço privado, entre a dimensão do indivíduo e a dimensão da sociedade, transgredindo um conjunto de normas que negam e deslegitimam a presença desse corpo transformado, à vista da sociedade que o nega.

Os guardas relataram que já ouviram ou presenciaram algumas travestis sendo apedrejadas por desconhecidos, enquanto permaneciam nas esquinas. No período das eleições presidenciais de 2018, marcadas pela propagação do discurso de ódio, por episódios de intolerância e por ataques às liberdades democráticas, uma das minhas interlocutoras estava na esquina da rua Pacatuba e dois indivíduos se aproximaram em uma motocicleta, quando o que estava na garupa sacou um cinto e começou a bater violentamente nas pernas dela.

Para a travesti, estar na rua é estar em constante tensão; é ter seu corpo desnudado para o olhar do outro; é estar desprotegida; é ser constantemente vigiada. O corpo da travesti, nesse sentido, torna-se público, livre para ser apedrejado e livre para ser esquecido quando, mesmo desnuda, é ignorada e integrada à paisagem degradada do Centro.

O corpo da travesti é reinventado em busca da feminilidade e a rua funciona como um termômetro para essa definição, funcionando como uma espécie de tribunal, uma vez que esse corpo é público. Reputado como ininteligível e abjeto (BUTLER, 2002), o corpo da travesti traz em si o inconveniente da constituição binária de gênero que tenta, forçosamente, enquadrá-las em um ideal de corpo que não lhes considera e, como castigo, para os corpos que subvertem, é relegado à condição de viver à margem da sociedade. Não obstante uma vida de trabalho e investimento na feminilização desse corpo, o direito de serem reconhecidas como lhes convêm é negado e provoca preconceito e segregação.

Segundo Berenice Bento (BENTO (2009) apud PELÚCIO, 2009, p. 19), o corpo da travesti está inacabado, pois permanece em estado contínuo de construção. A autora denota isso a um traço da cultura contemporânea, em que a felicidade está resumida a um determinado padrão corpóreo.

A precarização do corpo da travesti no espaço da rua está diretamente ligada à imagem que se tem desse grupo, diversas vezes pautada em visões preconcebidas e estereotipadas. Tal conjuntura faz com que algumas pessoas associem as travestis à violência, à prostituição etc., o

que gera, conseqüentemente, ataques como os relatados nos parágrafos anteriores, isolando esse grupo em suas casas ou nas áreas mais degradadas da cidade.

De dia, é interdita a circulação das travestis pelo Centro, sob o risco de que ousar transgredir ser violentada com olhares, chacotas e até fisicamente. Portanto, no cotidiano “regular” da cidade, durante o dia⁴⁷, elas são invisibilizadas e, à noite, nos submundos da cidade, são apresentadas, não como indivíduos, mas como objetos expostos na rua, na “vitrine”, prontos para serem consumidos no mercado do sexo.

3.3 Sem registro: o assassinato de Laysa

Uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras.

(BUTLER, 2018, p. 13)

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Brasil é o país que mais mata travestis no mundo. No dossiê da Associação, publicado neste ano de 2020, consta que, só no ano de 2019, 124 trans foram assassinada(o)s. O México, país que ocupa a segunda posição no *ranking*, contabiliza metade desse número. Dentro do universo brasileiro, o Nordeste lidera o quadro estatístico, sendo responsável pela morte de 45 trans. Entretanto, o Estado onde se concentra o maior número de assassinatos é São Paulo, com 21 mortes. Além

⁴⁷ Apesar da observação feita no parágrafo em referência, quanto à maior circulação das travestis no Centro aracajuano pelo período noturno, é importante evitar a produção de um eventual binarismo entre “pessoas comuns” e “marginalizadas”, com essas últimas sendo mal entendidas como “seres da noite da noite que ocupam as ruelas do Centro quando a noite cai”. Na verdade, quando registramos a maior frequência do grupo estudado no período noturno, apenas reproduzimos diálogos mantidos com as travestis e observações de campo. Durante o dia, muitas delas aproveitam para descansar, dedicam-se a afazeres domésticos ou se ocupam com atividades cotidianas (pagar contas, ir ao salão de beleza, relação com a vizinhança etc.). A relação com a rua, porém, é mais íntima à noite.

desses números assustadores, o dossiê da Antra revela que a maior parte dos homicídios foi executada de forma cruel, muitos causados em decorrência de espancamentos⁴⁸.

O documento produzido pela Antra aponta que as maiores vítimas dentre a população LGBTQIA+ são negras e do gênero feminino e a faixa etária mais atingida pela violência está entre os 15 e os 45 anos. Algumas justificativas da Associação para esse quadro alarmante de assassinatos estão relacionadas às condições de precariedade às quais as trans são submetidas desde a infância, como a falta de inserção ao sistema educacional, o preconceito, a violência doméstica, o desamparo psicológico, fatores que facilitam o ingresso dessa população no meretrício. Segundo o documento, cerca de 90% das mulheres trans são trabalhadoras da noite. A **batalha** na rua as torna suscetíveis às mais variadas formas de violência, prova disso é a quantidade de crimes contra as trans no espaço da rua.

Não bastasse o sombrio cenário descrito, estima-se que os números de violência contra pessoas trans sejam muito maiores dos que os apresentados no referido dossiê, com o adendo de que a falta de reconhecimento da identidade de gênero nos documentos de identificação de alguns indivíduos, principalmente os mais pobres, configura-se como um entrave para o desenvolvimento de um quadro estatístico real do mapa da violência contra trans no Brasil. A subnotificação é originada da falta de uma política pública de Estado voltada para a sistematização de informações que permitam o acompanhamento dos crimes cometidos contra essa população. O dossiê da Antra, por exemplo, não foi produzido a partir dos dados produzidos pelas secretarias de segurança pública dos estados, mas por meio de notícias veiculadas nas imprensas locais e nacionais. Nesse sentido, a(o)s trans não sofrem apenas as violências físicas e morais, sofrem, também, a violência institucional, que é tão grave quanto as outras, pois nega o seu direito de existir.

Ora, se os crimes que envolvem trans não são notificados pelo Estado, logo, as consequências serão ignoradas e políticas públicas de prevenção e conscientização não poderão ser institucionalizadas, porque não existem números para impulsioná-las. Por outro lado, como aponta Butler, expandindo o pensamento de Hegel e Klein, talvez “a apreensão da precariedade conduza a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (BUTLER, 2018, p. 15). O assassinato de

48 Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019/>>. Capturado em 12 de maio de 2020.

Laysa Fortuna, travesti sergipana de 25 anos, corrobora a aceção de Butler sobre essa problemática. Explico.

Laysa foi assassinada em outubro de 2018, no contexto das eleições presidenciais que se realizavam naquele momento, após receber uma facada no tórax por um morador em situação de rua, de 36 anos, chamado Alex, o qual, antes de cometer o crime, gritou, em alto e bom som, que, quando o então candidato de extrema-direita Jair Messias Bolsonaro fosse eleito, aquela “pouca vergonha” – referindo-se à presença de travestis nas ruas do Centro Antigo de Aracaju – “iria acabar”. Laysa, no entanto, não foi a única travesti vítima de ações de violência praticadas na esteira da propaganda reacionária associada ao então candidato Jair Bolsonaro. Priscila, outra travesti, poucos dias antes do assassinato de Laysa, também foi morta a facadas ao som de “viva Bolsonaro”.

Segundo relato de Janine, travesti que estava no Centro no momento do assassinato de Laysa:

– O cidadão estava próximo da Catedral e veio em direção à rua Itabaianinha, esquina com a rua Estância. Uma menina, que é a Cora, estava na esquina da [rua] Maruim com a [rua] Itabaianinha e saiu correndo, porque viu que ele estava com uma arma. Na outra esquina, estava Laysa com uma amiga, Tita, que não percebeu o ataque, porque ele já veio correndo na direção com a faca. Foi aí que Laysa tentou se defender. Ela ainda conseguiu dar um empurrão nele. Aí vieram outras amigas que viram essa movimentação estranha e correram atrás dele, pegando ele ali no quartel que tem na rua Itabaianinha. Aí os guardas do quartel prenderam ele e colocaram ele no batalhão e esperou a polícia chegar e colocou ele num carro até chegar o SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência] e conduziu ele até a quarta DM [Delegacia Metropolitana], que é a Delegacia da Zona Sul.

Já Nina, outra travesti amiga de Laysa e ativista social, relatou que:

– Ele deu a facada um pouco abaixo do pescoço dela. Foi preso em flagrante e foi encaminhado à Delegacia. Um grupo de pessoas do movimento [ativistas] foram à Delegacia prestar depoimento, mas o delegado não entendeu isso como uma tentativa de homicídio, entendeu isso como uma lesão corporal e, por isso, que ele [o criminoso] se encontra solto. A situação que me pergunto é: “como é o entendimento da sociedade sobre a questão dos nossos corpos? Até quando o corpo de uma travesti, o corpo de uma pessoa LGBT, o corpo de uma mulher, né, vai pesar menos na sociedade?”.

Interessante perceber que as duas vítimas estavam com seus corpos expostos no asfalto, eram corpos públicos, entregues “a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2018, p. 15). O corpo das travestis que **batalham** no Centro não está vulnerável apenas à violência, ele é permeado por processos de avaliação contínuos do lugar que aquela personagem deseja ocupar, quando reivindica a sua feminilidade. “Ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social” (BUTLER, 2018, p. 16).

O modelo de feminino que orienta o corpo dessa travesti também é uma construção social, os seios volumosos, os cabelos longos, os quadris largos, são imposições cobradas pelo olhar de quem circula pelo Centro. Quando se avista uma travesti em uma esquina, logo vem o questionamento: “é homem ou é mulher?”. E como bem aponta a Professora Berenice Bento,

as transformações reivindicadas por eles/elas estão localizadas em regiões do corpo que foram objeto de constantes inversões discursivas, principalmente religiosas e científicas. Seja interpretado como pecado, ou patologia, essa experiência põe em dúvida algumas das categorias fundadoras do pensamento e estruturadoras de nossos olhares sobre o mundo generificado. (BENTO, 2017, p. 104)

No caso, o corpo de uma travesti viola os “padrões”, quando rompe com a cisgeneridade e se conforma em um novo feminino, ou seja, não é uma mulher, é “tipo” uma mulher. Ouvi, por diversas vezes, minhas interlocutoras travestis falarem que, quando buscavam serviços públicos, caprichavam na maquiagem e vestiam roupas “compostas”, pois, quanto mais parecidas com “mulheres de família”, melhores seriam tratadas, do contrário, corriam o risco de sofrerem violência. Para que elas sejam reconhecidas e minimamente respeitadas, têm que moldar seus corpos de acordo com as normas que caracterizam um determinado modelo de mulher. Embora revestidas de “feminino”, as travestis resvalam em um problema apresentado por Butler, que é o dilema ético em “definir o que é reconhecer ou, na realidade, proteger contra a violação e a violência” (BUTLER, 2018, p. 16).

A violência contra Laysa não está reduzida ao ataque por ela sofrido enquanto trabalhava em meio a outras travestis que também **batalhavam** na rua Estância, esquina com a rua Itabaianinha, por ironia do destino, quase em frente ao órgão estatal que deveria protegê-la, o DAGV (Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis, da Polícia Civil).

No dia do assassinato de Laysa, as travestis que a acompanhavam conseguiram render o agressor e entregá-lo à Polícia Civil, mas, no dia seguinte, Alex assinou um termo circunstanciado e foi liberado em seguida, pois Laysa ainda não havia morrido. Segundo a Polícia Civil, o delegado plantonista da 4ª Delegacia Metropolitana de Aracaju havia entendido que o fato ocorrido era somente uma lesão corporal, baseado no relatório médico que informava que a vítima havia sofrido apenas ferimentos leves.

Após o ataque, Laysa sofreu uma segunda violência. Socorrida pelo SAMU, foi encaminhada ao Hospital Municipal Zona Norte Doutor Nestor Piva e, depois, encaminhada para um Hospital mais equipado, o Hospital de Urgência de Sergipe, onde ficou, mais uma vez, esquecida no corredor, lá chegando a óbito, em razão de uma hemorragia interna.

Mina, uma travesti que estava no momento do crime, disse:

– O que me deixou em pânico foi considerar a morte da Laysa como lesão corporal. Como um homem com uma faca que já vinha ameaçando pode ser solto? Pedi ao delegado para colher os depoimentos de testemunhas, mas fomos ignoradas. Também fomos desrespeitadas na delegacia porque nos tratavam no masculino.

Nem em seu sepultamento Laysa deixou de ser oprimida. Nascida em uma família evangélica e conservadora, seu nome social nunca foi reconhecido e, em sua lápide, ficou o registro do nome masculino estabelecido pela família. Indignadas com a situação, as travestis amigas de Laysa, em um momento de muita tensão, começaram a cantar músicas de Ivete Sangalo, a “diva inspiradora” de Laysa, e entoarem gritos de “Laysa, presente!”.

Não obstante o impacto do assassinato de Laysa na imprensa local, não houve reconhecimento da sua transgeneridade nos registros oficiais que documentaram sua morte.

No presente segmento, debati o corpo como extensão do território e vice-versa. Essa abordagem me permitiu descrever a interação entre um e outro e apontar como a ocupação da rua pelas travestis altera a dinâmica urbana e como a urbe se traduz na constituição física e anímica delas. Ademais, falei também sobre as divisas que separam diferentes grupos na cidade, na base das quais estão os interesses conflitantes entre eles, cuja posição de maior ou menor predominância acaba moldando mais ou menos a configuração do espaço público e a própria identidade dos cidadãos.

A seguir, efetuarei uma interpretação acerca do discurso das travestis pesquisadas, comparando-os com os de outros grupos dominantes da cidade, no tocante aos assuntos urbanos. O foco será descobrir como é concebida a retórica de cada um deles.

CAPÍTULO IV

A resistência na rua como elemento inerente do “ser travesti”

O presente capítulo analisa alguns trechos das experiências vividas pelas minhas interlocutoras travestis, suas sociabilidades e conflitos, através de suas próprias narrativas, sua linguagem, seus símbolos e representações, à luz dos conceitos de narrativa e agência. Com esse enfoque, busco evidenciar os contrastes e semelhanças entre as cosmovisões das entrevistadas, bem como compará-las com as perspectivas de outras personagens, não travestis, que ocupam ou frequentam os mesmos espaços citadinos daquelas, para, daí, extrair os múltiplos sentidos que a rua desperta nesses diferentes indivíduos.

4.1 Narrativas entrelaçadas das travestis do Centro de Aracaju

Ao longo desses quase quatro anos de pesquisa, coletei depoimentos polêmicos, ricos, intrigantes e tristes. Entretanto, antes de adentrar mais profundamente nas narrativas das travestis, decidi introduzir o próprio conceito de narrativa, à luz da Antropologia, como forma de situar a importância desses relatos e o modo como eles apresentam entrelaçamentos entre as formas de linguagem e as subjetividades das interlocutoras.

Segundo Mary Steedley (1993), a constituição das relações entre narrativa e experiência considera questões de subjetividade. Em se tratando das travestis, as histórias são entrelaçadas e, muitas vezes, o dentro e fora da rua, o pessoal e o profissional, misturam-se: experiências se entrelaçam. Há uma multiplicação dessas histórias, que se assemelham e estão imbricadas umas às outras, gerando, por assim dizer, certa uniformidade de representações (maternidade, parentesco, rua etc.) para o grupo examinado. Esses cruzamentos propiciam ao grupo uma percepção de coesão, embora não devamos pensar em modelos fixos e padronizados para definir e dar continuidade ao que seriam essas experiências dentro de um universo de multiplicidades no qual as travestis e suas inúmeras narrativas estão inseridas.

A partir dos exemplos apresentados por Steedley (1993) de conversas entrelaçadas sobre mulheres na Sumatra que se comunicavam com espíritos, refleti sobre como as narrativas das travestis trazem diversas representações, a exemplo da Mãe, da novata, da esposa, da justiceira e

até mesmo de representações conhecidas nos rituais de religiões afro-brasileiras, como as Pombas-Giras⁴⁹, e as ambiguidades que elas produzem.

Em seu artigo sobre o povo de rua, Vânia Cardoso (2007) afirma que, mais do que narrar uma realidade supostamente exterior a essas experiências, as histórias tornam-se parte inextricável da realidade que narram. Além disso, essas histórias narram não somente o cenário da rua, como também as experiências intrínsecas do cotidiano dessas mulheres. As experiências da rua e na rua são interligadas às suas vidas pessoais em espaços privados e em suas relações fora do espaço da prostituição. A rua transforma-se, ao mesmo tempo, em trabalho e moradia, o que confunde o individual e a dimensão social.

Nesse sentido, é importante pensar na transitoriedade do tempo, nos atores envolvidos no processo, mas, principalmente, pensar nas formas de linguagem e no contexto em que essas narrativas surgem e para quem são destinadas. Não há como engessar ou delimitar as narrativas dentro de um universo, sobretudo no universo da rua, que, em sua prática, é trânsito, passagem.

No parágrafo que segue, trago a narrativa da interlocutora Alma sobre a chegada de Olívia no Centro:

– Alma: “tá gravando? Então, quando eu cheguei lá, elas já existiam. Olívia era uma das que veio do interior, de Estrela, então a gente sempre encarou Olívia como essa menina meiga, pacata do interior. Só que o Centro da cidade naquela época era um local acolhedor para as travestis. A gente se sentia bem, ali no Banese, era o endereço das travestis à noite. As travestis começavam a chegar a partir das 18h e saíam na madrugada, às 3h, 4h da manhã, porque existia ali também um bar chamado Bar do Meio da Rua, então a gente migrava, o fluxo de travestis era ali”.

Observe que a narrativa em tela é atravessada pela fala de uma travesti, aparentemente, com mais autoridade. Conforme demonstram os relatos do grupo com o qual convivi durante o campo de pesquisa desta tese, as narrativas das travestis não apenas se assemelham na estrutura e no conteúdo – *vide* as falas apresentadas ao longo do texto –, como são atravessadas pelas narrativas das travestis que detêm mais notoriedade no grupo. Explico: não obstante reconhecer que, embora as experiências e os percursos dessas personagens sejam ações individuais, o

49 As Pombas-Giras são definidas como entidades das religiões afro-brasileiras, relacionadas principalmente ao caráter sexual, à rua e à prostituição. Segundo Prandi (1996, p. 148), a Pomba-Gira é a entidade que trata do amor, protege as mulheres que a procuram e pode propiciar qualquer tipo de união amorosa e sexual. A ela estão associados os trabalhos de feitiçaria, principalmente amorosa.

convívio intenso do grupo no espaço da rua faz com que as narrativas dessas sujeitas se misturem a ponto de, muitas vezes, se não estivermos atentos, acreditarmos estar ouvindo repetidamente a mesma história, contada apenas por personagens diferentes. Tal movimento não é aleatório e casual. Ficou latente durante a pesquisa a forte hierarquização no grupo, que tem como epicentro, repito, a figura da **Mãe**. As narrativas coletadas na presença de travestis com mais notoriedade no grupo eram significativamente diferentes das apresentadas na ausência delas. Havia uma espécie de tutela e direcionamento da fala das travestis menos instruídas, o que evocava questionamentos sobre como se dava o processo de agência desses indivíduos não só na rua, mas na condução de suas próprias histórias.

Ao analisar os conteúdos das narrativas com que tive contato durante as idas e vindas ao Centro da cidade, em conversa com as travestis que passaram por lá e que ainda permanecem, pude ouvir diversas histórias e interagir não só com as personagens que fazem parte daquele cenário, mas com suas agências, suas subjetividades e os contextos que formam a dinâmica local. Algo que ficou claro nesse compêndio é a centralidade da narrativa em torno do poder e do controle que são exercidos não só pelo Estado, mas também por outras travestis.

Cabe ressaltar, em formato de parênteses, que a análise da estrutura de poder no Centro de Aracaju pode, muito bem, ser inserida nos debates acerca do exercício do poder e do controle sob um viés político, em que a dinâmica local atua como protagonista na construção das narrativas, que vão justificar a diferenciação hierárquica das ocupantes do grupo abordado nesta pesquisa. Por exemplo, a definição geográfica da ocupação dos pontos de prostituição, os termos de tratamento entre as travestis, a rede de proteção de que desfrutam, entre outros fatores, podem variar de acordo com a posição, a antiguidade, a estética e o faturamento delas nas ruas.

Quero com isso dizer que, apesar de os citados fatores componentes da vida das travestis não estarem institucionalizados em qualquer norma ou submetidos a nenhuma instância de controle formal, eles surgem como uma espécie de “código oculto” regulamentador das ações delas nas ruas a partir dos hábitos e das práticas cotidianas do grupo, transmitidos de umas para as outras.

Essa forma de organização da realidade das travestis se aproxima ao que, doutrinariamente, a pesquisadora Sherry Ortner conceituou como teoria da prática. Para Ortner, a teoria da prática é “a teoria geral da produção de sujeitos sociais por meio da prática no mundo e da produção do próprio mundo por intermédio da prática” (ORTNER, 2007, p. 38). Isto é, a

autora pensa a história como algo que é feito de duração, não apenas preso ao passado ou a um momento em particular, mas sim algo cristalizado após períodos de tempo, pelas ações e práticas sucessivas dos indivíduos, assim como pelos valores das classes dominantes, e reproduzido no presente. Nesse sentido, o ritual, por exemplo, da passagem de conhecimentos da Mãe para a filha travesti seria uma forma de prática. No caso delas, trata-se de uma prática invisibilizada, porque à margem dos preceitos e concepções de categorias estabelecidas.

Nesse ponto, Ortner afirma que a cultura é coercitiva, ou seja, a cultura plasma a subjetividade das pessoas. Noutros termos, a cultura, ao impor modelos de ação e de prática, perpetua uma ordem vigente e nega novas possibilidades de transformação social, talvez, por isso, Ortner argumente que a transformação social deve ser também a transformação cultural.

A abordagem de Ortner também se detém sobre uma particularidade da teoria da prática, a agência, assim entendido, de forma direta, o poder do indivíduo de se autodeterminar. Segundo a autora, a agência pode ser considerada em dois campos de significados: a agência atrelada ao poder, quando associada a contextos de dominação e resistência; e a agência como intenção, quando associada a projetos de pessoas com habilidade para iniciá-los e realizá-los, com a ressalva de que esse tipo de agência é negada aos indivíduos considerados subalternos, pois estariam sob o domínio de outras “agências” com mais poder (ORTNER, 2007, p. 38).

Ainda repercutindo Ortner, na prática, agências de projetos e poder se articulam, uma vez que o exercício do poder está associado à realização de projetos, sejam de dominação ou de resistência, o que seria, segundo a autora, um jogo social de metas culturais organizadas em torno de relações locais de poder. Com isso, Ortner destaca a dimensão da agência (a agência projeto), pois, enquanto a agência de poder centra-se sob a ótica da parte dominante, a agência de projeto privilegia a lógica de quem tem o projeto, ou seja, dá-se “nas margens do poder”, dando um caráter mais ativo à ideia de agência.

Nesse sentido, busquei destrinchar, dentro do entrelaçamento das narrativas das interlocutoras da tese, o momento, a partir de fragmentos de falas, em que a dimensão da agência atua na construção desses relatos. Por isso, antes, cuidei de apresentar a narrativa da história de Olívia pela ótica do poder, quando uma travesti com mais notoriedade se apropria do relato e sobrepõe a fala de Olívia. A seguir, trago uma passagem do mesmo momento problematizado, a partir da fala da própria interlocutora:

– Olívia: “meu nome é Olívia. Eu me sinto uma mulher, me enxergo assim e comecei a me perceber assim desde os meus oito anos de idade. Lá em Estrela, no povoado onde nasci, eu tinha família, eu estudava. Aí eu vim pra Aracaju com 14 anos, vim novinha. Eu já era afeminada, já tinha as feições de menina. Minha família tentou dar conselho, minha mãe chorava, minha mãe brigava, mas eu disse: “mãe, eu escolhi essa vida e vou ser assim até o dia que eu morrer, né?”. Aí, depois, minha família veio me panhar pra voltar pra Estrela, aí depois minha mãe morreu, fiquei lá um tempão, fiquei com a casa lá, não saio mais pra programa. Mas, quando eu morei em Aracaju, quando eu trabalhava no Centro, eu ficava numa casa. Eu tinha 14 anos, foi quando comecei. Eu cheguei lá e saía à noite, mas era bom aqueles tempos, lá no Centro, mas depois com essas drogas, ficou ruim. Eu tinha muito cliente”.

O depoimento de Olívia fala de como uma criança, nascida e criada num povoado do interior de Sergipe, onde a única orientação sexual aceita é a heterossexualidade, subverteu uma ordem preestabelecida. A ação da travesti, ainda na infância, de não aceitar uma condição de gênero imposta pela família e migrar do interior para a capital se apresenta como forma de transgressão e resistência, além de operar na construção da agência desse indivíduo, que, dentro daquele contexto social, via-se como um estranho.

Para Ortner, a construção e a distribuição da agência fazem parte de um processo que cria pessoas apropriadamente definidas em termos de gênero. Ela usa como uma das bases de seu argumento as histórias infantis dos irmãos Grimm, mostrando como há uma “política de agência” (ORTNER, 2007, p. 59) nessas histórias. A autora argumenta que as políticas de agência são marcadas pelo gênero, em que as meninas, no caso das histórias infantis, são sempre penalizadas por sua agência e são forçadas a renunciar sua postura ativa, pois, se não o fizerem, serão punidas por isso (ORTNER, 2007, p. 59). Do mesmo modo, a política da agência opera na conformação dos comportamentos e da aparência das interlocutoras desta tese, que, ao subverterem o padrão imposto pela heteronormatividade, sofreram sanções sociais e passaram a ser vistas, por alguns, como seres abjetos.

Na análise de Ortner, as mulheres “subversivas” também sofrem sanções. Ela destaca a construção da imagem das bruxas e madrastas más, pois, segundo a autora, as vilãs são as que apresentam alto nível de agência, porque têm projetos, planos e tramas, ao contrário das mocinhas. Às personagens que ousaram se insurgir, através da agência, lhes foi dado um final

terrível, em que são castigadas, justificadamente, tanto pela agência excessiva quanto pelo seu conteúdo moral.

A agência significa a ação humana que faz a diferença e a contingência (consequências não premeditadas da ação), ou seja, o modo como os indivíduos podem agir de forma diferente da que agiram, descaracterizando a previsibilidade completa das ações. Dessa forma, a padronização das relações sociais, embora exista, não é estanque e, sim, dinâmica no tempo e no espaço, posto que são práticas repetitivas.

Antony Giddens, sociólogo britânico, expandindo a discussão, pontua que o conceito de agência relaciona-se como um traço necessário da ação, em que o agente pode agir de outro modo ao tentar intervir no processo dos acontecimentos do mundo. Para Giddens, a “ação” funcionaria como uma espécie de agência das pessoas, habilitadas a realizar alguma atividade com fins de ação por meio de dois processos, uma consciência prática e uma consciência discursiva, nos quais o indivíduo racionaliza sobre os motivos da prática de determinadas ações. Esse processo, embora árido, pode desencadear uma série de reflexões necessárias à compreensão dos processos de agência. Tal movimento poderia ser visto, a partir de outro prisma, como uma potencialidade humana de deslindar as ações através de uma tomada de consciência, que, para Giddens, seria chamada de consciência discursiva.

Nesse particular, as contribuições tanto de Ortner, quanto de Giddens, não se contrapõem, mas se complementam, pois ajudam, em certa medida, a compreender os movimentos de agência das travestis nas ruas, movimentos que, para mim, refratam na permanência dessas sujeitas em espaços públicos permeados por disputas e por violências. Digo mais, a agência, nesse sentido, atua na conformação da luta por uma identidade feminina, que, ao se distanciar de um padrão, torna-se ininteligível para a ordem dominante, conformando-se, por diversas vezes, enquanto repulsa e abjeção.

Quando a **Mãe** travesti acolhe a “filha” que foi expulsa do seio da família biológica por ser considerada abjeta, ela, na linha de raciocínio do autor acima referido, está expandindo o conceito de agência. É uma maneira de resistir e de alterar a dinâmica social que nega a fuga da heteronormatividade. Veja, no excerto que segue, a narrativa de Alma sobre uma conhecida **Mãe** que recorrentemente recebia travestis que, tal como Olívia, foram expulsas de casa em razão de sua identidade de gênero:

– Alma: “Moira era uma travesti que ela acolhia as travestis na casa dela. Ela tinha o fluxo das travestis que migrava daqui de Aracaju e de outros estados tudo pra casa dela. Tudo da mesma faixa etária. Então, ela acolhia aquelas travestis, porque ela também tomava conta delas ali, era uma proteção também. Ela tinha um ponto específico que era o Banese. Você dizia assim: As filhas de Moira trabalham no Banese. As filhas de Fulana trabalham na Ivo do Prado. Existiam várias mães. Eu fui uma que nunca tive, porque eu, quando cheguei, fui chegando de uma forma que não precisei muito dessas proteções. Não que alguma ou outra não me protegia”.

As palavras de Alma explicitam a tomada de consciência presente no conceito de agência e como esse movimento, o de conscientização, é importante no cotidiano dela e de outras travestis que ocupam o Centro. No excerto, Alma reconhece o papel agente (diferenciado) exercido por Moira ao funcionar como **Mãe** para aquelas travestis rejeitadas pela família biológica, devido à peculiaridade de gênero. É como se Moira, assim agindo, confrontasse a heteronormatividade dominante na sociedade, para, subvertendo-a, acolher as sujeitas destoantes do referido padrão.

A tomada de consciência de Moira sobre a importância do seu papel de agência nas ruas do Centro, em linhas teóricas, seria o que Giddens nominou de “racionalização da ação”. Moira, ao vincular seus propósitos, seus comportamentos concretos e as consequências que eles geram no seu dia a dia e no espaço onde ela está inserida, passa a controlar as suas ações e as ações de outras travestis naquele local, estabelecendo uma linha paralela de poder que extravasa a ordem preestabelecida do Estado/sociedade. A associação entre propósito e ação, tal qual ação e consequência, equivale à racionalização da ação de fato (GIDDENS, 2018, p. 56). Por mais que a racionalização da ação trabalhe de modo implícito, ela não deixa de ser a origem intelectual pela qual os indivíduos, operadores das ações, respaldam-se para justificar aos outros os motivos das suas ações. Mesmo quando o executor da ação desconhece a teoria, assim como Moira e Alma, ele pode demonstrar um conhecimento profundo da sua realidade e do espaço por ele ocupado e conseguir não apenas manter suas dinâmicas sociais, mas também explicá-las e transmiti-las para outros. Ou seja, no caso das travestis, podemos ver que isso ocorre quando, por exemplo, a **Mãe** é questionada por outros indivíduos sobre a sua condição e ela responde a indagação de maneira contundente e explicativa da importância do seu papel naquele contexto, reelaborando, porque não, muitas vezes concepções teóricas clássicas, como a de parentesco, por exemplo.

A racionalização da ação de Moira, enquanto traço básico de seu cotidiano, conforme relato de Alma, é uma característica normal do comportamento de agentes sociais competentes, sendo, de fato, a base principal a partir da qual a sua “competência” é julgada pelos outros. Giddens, ao falar sobre a racionalização da ação, sistematizou um esquema teórico que busca superar a relação indivíduo e sociedade, em uma teoria da estruturação. Essa teoria permite compreender o papel dos agentes no processo de “interação” com outros indivíduos e com as influências estruturais. Para Giddens, os agentes (indivíduos) são reflexivos, dotados de capacidade cognitiva, e a ação social é interpretada dentro do fluxo da conduta intencional. Para ele, os agentes possuem conhecimento de suas ações cotidianas no processo de interação com os outros agentes e com a estrutura social.

Um exemplo desse aporte teórico na prática do cotidiano das travestis do Centro foi o movimento que impulsionou o nascimento da Unidas, conforme já relatado anteriormente, mas sobre o qual ainda cabe um parágrafo. Em 1998, com um índice elevado de contaminação pelo HIV, as travestis do Centro se reuniam recorrentemente em frente à Secretaria de Estado da Saúde, localizada na Praça General Valadão, Centro, em busca de preservativos e gel lubrificante. O gel lubrificante foi um ponto de muita tensão, pois alguns setores da sociedade local, não compreendendo a importância do produto na prevenção do contágio do HIV (diminui o atrito entre o pênis e o ânus, facilitando a penetração), associavam-no a um produto supérfluo e dispensável à precaução do contágio. Após uma série de protestos, em frente ao prédio da Secretaria, e com o apoio de um médico infectologista muito conhecido e respeitado na cidade, Almir Santana, a distribuição de preservativos e gel lubrificante passou a ser mais efetiva. O sucesso dos protestos para aquisição da “camisinha” estimulou a institucionalização do movimento das travestis, em forma de uma Associação, que desembocou no que hoje é a Unidas. As travestis, portanto, exerceram sua agência, ao se conscientizarem de que a mobilização coletiva pelo acesso ao atendimento médico necessário seria o caminho capaz de instar o Poder Público a responder à demanda.

Em suma, a agência, para Giddens (2002), é a reflexividade do agente individual e potencializa as possibilidades de transformação e/ou reprodução da estrutura social. O autor e Sherry Ortner abordaram o conceito de agência de uma maneira específica e clara. No caso de Ortner, por exemplo, ela conclui o texto *Poder e projetos: reflexões sobre a agência*, reafirmando que a agência é distribuída de forma desigual entre os sujeitos e que os “jogos sociais” de

dominação e hierarquização em que são construídas e desenvolvidas as agências refletem essa desigualdade.

A produção da agência pode reverberar em uma ação, para mim, muito mais ampla, o empoderamento. Parto da premissa de que as travestis são sujeitas subalternizadas, com uma identidade de gênero lida, por muitos, como abjeta. Contudo, a prática da agência, o protagonismo social são fatores que se coadunam com o processo de empoderamento da categoria. Por empoderamento, compreendo os processos acionados pelos atores sociais para identificar uma série de saberes, individuais ou coletivos, relacionados às estratégias e às ações utilizadas pelos sujeitos para alcançar objetivos e para conhecer a influência dos seus atos sobre a dinâmica social.

As ações de empoderamento são condições *sine qua non* na efetivação de políticas públicas, na aquisição de espaços de representatividade e na luta. Cabe ressaltar que o empoderamento não é uma atitude passiva; para que ele aconteça, é necessário o processo de agência dos indivíduos. Quando acionada, essa categoria pode promover emancipações dos grupos considerados subalternos, dotando-os de poder e fortalecendo-os enquanto classe. Diante da tomada de consciência proporcionada pelo processo de empoderamento, os atores tornam-se conhecedores de sua importância – econômica e social – e promovem tanto transformações em suas socialidades, quanto constituem alianças com os mais diversos setores da sociedade. Na passagem que segue, fica explícito o reconhecimento da importância das travestis na cooptação de clientes para alguns bares do Centro e o modo como essa aliança, baseada na autopercepção do grupo enquanto fonte comercial, fomenta a conquista de um espaço e de um reconhecimento local, no caso, por parte dos comerciantes da região.

– Alma: “no Centro, os donos dos bares nos acolhia, porque a gente conquistava o cliente e também movimentava o bar. Era uma forma de chamar clientela, porque não eram só as travestis, também tinham as prostitutas que ali ficavam. Mas cada uma no seu quadrado. De uma forma ou de outra, as travestis contribuía com a renda do bar. E também existiam pousadas por ali, que eram várias, hoje ali naquele trecho não tem mais nenhuma, aquele trecho ali fechou. Calum [pousada] agora é lá na rua de Pacatuba. É a única que tá ainda funcionando. E as que funcionam lá, na [rua] Apulcro Mota, por ali, são pousadas que funcionam só durante o dia, praquelas mulheres que trabalham por ali durante o dia. Mas a almendeira [amendoeira] era um ponto de referência para as travestis. ‘Ah, onde você trabalha? No Banese, onde tem o pé de

almendeira'. Então, aquela almendeira significava muito pra gente. Eu lembro que quando o prefeito mandou cortar, não sei se foi bem o prefeito ou se foi os donos daquelas barracas, que têm umas barracas ali também de livro, e cortaram e a gente ficou muito triste. Quando a gente chegou lá e se deparou, sem a almendeira... Era tipo uma proteção. Passava às vezes até a chuva ali embaixo, então a gente ficou muito triste, era uma forma também de esconder alguns clientes, porque a almendeira era bem grande, então ficava ali escuro, e os homens se aproximavam mais da gente sem nenhuma preocupação de ser visto. E em tudo que cortaram, aí a coisa já mudou de figura. Alguns clientes se afastaram, já não ficavam ali com frequência. As travestis também já foram migrando dali, já para a rua detrás, a rua de Itabaianinha. A Câmara dos Vereadores, onde ficavam as prostitutas, hoje também as travestis ocupam. E ali também no Cacique Chá, nunca foi ponto de travesti, hoje tá sendo. Aquela travessazinha ali. Foi uma forma também, quando tiraram aquela almendeira dali, e surgiu o crack e outras drogas, afastou as travestis dali. Fizeram algumas reformas nas lojas, que também influenciou muito, né, as lojas fizeram reformas. A maioria das travestis saíram dali justamente por conta disso. Olívia saiu antes dessa época. Antes dessa época ela já tinha se afastado, porque também ela teve problema de saúde, e também, ela se envolveu de um jeito com a droga, que também afastou ela dali. Moira faleceu”.

Pensando nesses relatos previamente apresentados, que trazem discursos de empoderamento, submissão, entre outras dicotomias que se entrelaçam, recorri a Strathern para pensar algumas questões imbricadas sobre o gênero e as formas de relação dentro desse contexto das ruas do Centro de Aracaju.

Está claro, para mim, como a identidade de gênero das travestis altera a paisagem do Centro, principalmente, em relação à forma como as trabalhadoras da noite se distribuem pelos pontos de prostituição. Na rua, a dicotomia gênero/sexo funciona como um marcador geográfico na região, exemplo: na praça Fausto Cardoso, na esquina do Tribunal de Justiça, ficam as “mulheres de verdade” – por “mulheres de verdade”, compreenda-se a perspectiva sexual; na praça Olímpio Campos, ficam as “falsas mulheres”, as travestis. Por isso, a diferenciação entre sexo e gênero é tão cara a esta discussão, porque acabamos, muitas vezes, por naturalizar essas categorias, gerando dicotomias e esvaziando o debate. Para Strathern, o gênero e o sexo interagem, mas não se superpõem. Ela afirma que o perigo no estabelecimento das dicotomias entre o masculino e feminino é que, quando em oposição, elas liberam uma rede de tensão. Para atenuar a rugosidade do embate, há uma mobilidade do gênero, pois o gênero, nesse sentido,

adquire a característica de identidade. Já o sexo, no caso, é tomado como uma fonte de símbolos aplicáveis na vida social, uma vez que o papel do gênero é projetar diferença sexual sobre qualquer domínio.

Em um contexto similar ao do Centro, as relações que acontecem entre indivíduos do mesmo sexo se dão do mesmo jeito que se dão entre sexos opostos, porém, a diferença está na forma como essas relações são visualizadas por quem está de fora daquele espaço, como exposto na narrativa dos Guardas Municipais, apresentadas no capítulo anterior. Os desdobramentos são inúmeros e, a partir deles, as relações entre os sexos promovem outras analogias, dividindo homens e mulheres como categorias binárias e engessadas, transformando quaisquer elementos subversivos em abjeção. Na obra *O Gênero da Dádiva*, Strathern traz mais pistas para a compreensão dos problemas engendrados pelo estabelecimento de dicotomias, qualquer seja a categoria repartida.

Strathern problematiza que as dicotomias são buscadas através de nossa escala de dicotomias, da forma através da qual fomos ensinados a ver o mundo – meninos vestem azul x meninas vestem rosa. Com as travestis não é diferente, tanto que algumas se definem e exigem ser categorizadas no gênero feminino, com todo arcabouço que envolve ser “mulher” no contexto no qual estão inseridas, enquanto outras não desejam ou são indiferentes a qualquer modelo de categorização que possa as aproximar de uma dicotomia.

Talvez, por isso, em muitos diálogos que mantive com as travestis, o imperativo foi o silêncio. O silêncio, por diversas vezes, apareceu como forma de resposta. A pausa na narrativa, os olhares que mudavam de direção, entre outros gestos que demonstravam muitas vezes o desconforto em retornar a alguns relatos de violência, seja a policial, de clientes, da família, ou ao abandono, à dor da solidão, ao medo, aos riscos de uma vida de exposição e de exclusão. O silêncio é uma forma de defesa da violência simbólica e da opressão que o discurso muitas vezes carrega, como explicitado na citação que segue, escrita pelo antropólogo Vincent Crapanzano no desenvolvimento da sua pesquisa:

A resposta para algumas das minhas perguntas foi o silêncio. Às vezes o silêncio indicava uma simples recusa em responder à pergunta. Isto frequentemente sinalizava perigo. Outras vezes, de acordo com o contexto, indicou uma resposta afirmativa ou negativa à minha questão. Eu também não mudaria de assunto. Eu não empurrei porque reconheci o perigo ou sabia a resposta. Muitas vezes, minha pergunta foi respondida, na direção, na conversa que se seguiu. (CRAPANZANO, 1996, p. 35)

Em nenhum momento encarei o silêncio como falta de empatia ou falta de educação. Com o silêncio, elas davam o tom do diálogo e forjavam um rumo diferente da narrativa que, nos momentos de conversa, estabelecíamos simetricamente. O próximo fragmento textual foi marcado por diversas pausas. O silêncio de minha interlocutora demonstrou o desconforto com os rumos que o diálogo havia tomado. Percebi, em diversos momentos, que havia até um clima de desconfiança, inclusive sobre a finalidade das nossas conversas e de como eu organizaria aqueles relatos. Nesse momento, inclusive, a travesti com maior autoridade interpelou a conversa e, com medo das informações que podiam ser ali reveladas, mudou os rumos do bate-papo, direcionando a narrativa para um caminho mais aprazível. Nesta parte do texto, diferentemente dos formatos que utilizei anteriormente para transcrever as falas dos interlocutores, optei por apresentar a conversa no sistema de perguntas e respostas, com o intuito de deixar mais evidente para o leitor as pausas e os silêncios durante o diálogo.

Eu: – E onde era seu ponto?

Interlocutora: – Banese e na Leste.

Eu: – Quando você chegou, teve uma mãe que lhe acolheu?

Interlocutora: – Acolheu, Ave Maria! Eu devo muita obrigação a ela, a Moira.

Eu: – E como foi que ela chegou? Ela já chegou dizendo onde você ia ficar, onde era o ponto, como funcionava isso?

Interlocutora: – Eu ficava, aí depois as bichas véia vinha furtar, aí eu dava dinheiro, mas assim, nem todo né, eu dava uma parte, porque eu ganhava muito.

Eu: – E a polícia como reagia quando via vocês?

Interlocutora: – A polícia saía comigo direto.

Eu: – Mas já chegou a ser agressiva com você?

Interlocutora: – Não, comigo nunca.

Eu: – Então você conhecia os policiais que circulavam ali?

Interlocutora: – Conhecia e muitos.

Eu: – Também tinha relações com vocês. E os comerciantes?

Interlocutora: – Tinha bastante.

Eu: – Mas não reclamavam que estavam na porta, nunca mandaram sair?

Interlocutora: – Não, só tinha um enjoado.

Alma: – Deixe eu dar uma ajuda a ela. Quando eu cheguei no Centro, Olívia já existia, Moira já existia, Brianna, existia Dolores, Moira, Serena, Hannah e Olívia. Então quando eu cheguei lá eu já me deparei com essas meninas.

Embora tenha conseguido dialogar com a minha interlocutora, a conversa foi caracterizada por um constante silêncio/pausa entre o final dos meus questionamentos e a resposta da travesti. As lacunas abertas no diálogo levaram à intervenção da travesti mais dominante, que, consciente da sua influência, passou a conduzir os rumos da conversa, conforme dito anteriormente. O silêncio denota algo muito maior que o constrangimento em falar de temas tão sensíveis – exploração, violência, abandono etc. –, denota também as interdições de fala impostas pela outra travesti, através do controle da fala da travesti com menor agência.

Porém, o silêncio não imperou apenas nos diálogos entre mim e as minhas interlocutoras travestis. Durante minha perambulação pelo Centro, não me ative apenas ao que via e aos relatos das interlocutoras da tese, atentei também para os cheiros, sons e silêncios emitidos na rua, ciente de que as interpelações e ruídos que acontecem entre os atores da rua devem ser pensados a partir de um sistema de valores e regras mais amplo, pois é nesse conjunto de percepções, muitas vezes sensoriais, que são norteadas as relações sociais. É importante pensar que, em cada relato emergido no Centro – visual ou sonoro –, há um contexto histórico que considera também a interação entre os sujeitos que o ocupam. Por isso, é significativo considerar que o caráter social desse contexto também é construído historicamente, a partir de cada um dos movimentos praticados no Centro. Ou seja, a minha narrativa e as narrativas das minhas interlocutoras sobre o Centro não podem ser estanques, pois fazem parte de determinados contextos. Talvez se a conversa com a travesti de menor agência tivesse acontecido sem a presença da travesti mais empoderada, o silêncio não fosse o imperativo e ela se sentisse mais à vontade para falar, o que não é uma certeza, mas sim outra possibilidade. Para a professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina Esther Langdon, ao analisar a produção de narrativas,

[...] a maior parte dos estudos de narrativa tem tratado os textos como fixos, ignorando a contextualização de sua produção, ou seja, ignorando que a narrativa é o resultado do

evento de sua narração num contexto cultural particular e as implicações deste evento para o texto. (LANGDON, 1999, p. 15)

Na variedade de narrativas que sistematizei ao longo da tese, a diversidade é uma característica significativa na conformação do grupo aqui estudado. Mesmo com referenciais similares, as travestis do Centro mantêm suas particularidades, como o gosto musical, *hobbies*, relacionamentos etc. Nesse caso, a diversidade do outro é dada pela diferença que ele próprio faz desse “outro”. Isso fica explícito nos processos de comunicação que realizamos em nosso cotidiano, principalmente quando a relação entre os comunicantes é feita de forma assimétrica. Por mais complexo que possa parecer, o exercício que devemos fazer é o contrário, grosso modo, é tentar olhar o “outro” de forma horizontalizada e não assimétrica. Porém, a comunicação também pode funcionar como um projeto de segregação, fato que interfere diretamente na produção das narrativas. Os atos de fala dependem de fórmulas convencionais e de outros usos da linguagem, como a entonação, a oposição nas trocas convencionais, as relações sociais. Ou seja, nesse caso, as narrativas constroem-se a partir das experiências e eventos, mas também trazem a ambiguidade do discurso e toda a subjetividade das relações às quais estão imbricadas nessas experiências e na construção dessas narrativas (PEREIRA, 2009). Em síntese, apesar das repetições e do jogo da dinâmica social que opera no diálogo entre mim e as travestis, o que desponta, no caso, são as subjetividades de cada uma dessas sujeitas.

Insisto que, no caso desta tese, as narrativas se repetem. Ainda que as personagens sejam diferentes, o modo de contar as histórias e muitos episódios são reiterativos. Por isso, achei necessário trazer esses recortes de histórias aparentemente repetidas, para mostrar ao leitor as similaridades apresentadas nessas histórias, com personagens que, muitas vezes, não foram contemporâneas, mas compartilham de trajetórias semelhantes. Em outras palavras, a repetição a que me refiro pode se conformar no estabelecimento de um novo padrão, um padrão da margem, que foge da ordem considerada por alguns como hegemônica. A transgressão desse padrão se dá através da agência individual de cada travesti que, ao subverter o sistema, inaugura uma nova ordem, como relatado nas histórias que se repetem.

Pensando dessa maneira, o sujeito constituído de forma singular, a partir das relações que também são de poder, está adquirindo um caráter de agência. Isso quer dizer que, além de estar em um meio social onde se instituem relações entre pessoas, o sujeito possui uma agência nessas relações, estando ele apto a agir por si próprio. Para exemplificar, o sujeito tem a possibilidade de

decidir por si os interesses e motivos que o levariam à interação. Do mesmo modo se comportam as travestis, especialmente quando podem optar, ao iniciar a **batalha** no asfalto, por se associar a uma **Mãe** já estabelecida e reconhecida naquele espaço ou por seguir individualmente, sustentando as consequências de ter escolhido seguir sozinha, que podem girar desde um mero achincalhe até a violência física.

Tal premissa se baseia na ideia de que o corpo físico daquela travesti é um bem público e que, por isso, precisa de proteção. Como o Estado não realiza esse trabalho, essa lacuna é ocupada por uma travesti com mais poder e tempo de atuação na região. A apropriação e domesticação desse corpo, como abordado no capítulo anterior, não ocorre de maneira natural. A performance, por exemplo, ajuda nesse processo de modelação, pois esse corpo não permanece isolado, no espaço privativo da casa, está na rua, sob o crivo recorrente da sociedade. Esse corpo não permanece inerte, ele interage com esses marcadores sociais e com tudo que é produzido pelo meio.

O corpo da travesti do Centro é constantemente mediado pelas relações estabelecidas pelas suas detentoras ao longo de uma vida. A premissa de que nosso relacionamento com nossos corpos se conforma em uma amálgama da intimidade é enganosa, porque esse processo é bastante influenciado por fatores externos. A ideia de corpo, principalmente no caso das travestis, envolve uma experiência performática que é pública e possui várias interfaces com a pele, o rosto e a voz e com objetos “anormais”, os tumores, as próteses, os transplantes etc.

Com as travestis o problema é outro. Se os homossexuais ameaçam a "ordem" pelo comportamento, desejando e fazendo sexo com pessoas do mesmo sexo, as travestis ameaçam corporalmente, pois é o próprio corpo que subverte a norma. Metade homem, metade mulher, é a indefinição, a concomitância, a ambigüidade corporal relacionada à diferença sexual o que torna "impensável" a possibilidade parental. (ZAMBRANO, 2006, p. 22)

O corpo da travesti pode ser visto também como um corpo-sexuado que fala por intermédio das roupas, dos acessórios, das cores e está, de certa maneira, muito ligado a um padrão estético (nariz fino, seios fartos, cintura fina, quadris largos) que aparece nas narrativas das interlocutoras como um demarcador entre os gêneros, donde se extrai uma relação entre gênero e estética (BENTO, 2006). A problematização da categoria corpo aparece em todo o meu campo de pesquisa, não somente em relação às trans e às travestis; é caso do que se vê, por

exemplo, no discurso de Bob, um interlocutor, *performer*, que atua como *Drag Queen* em Aracaju.

– Bob: “o bloco da prevenção era bom, era cheio de travesti montada. Porque o bloco da prevenção era de todo mundo, né, de mulher, homem, mas tinha mais travesti, gay. Teve um ano que eu fui de *drag* lá embaixo [do trio elétrico], aí perguntaram se eu queria ficar em cima, eu disse: ‘não, quero no chão’. Porque eu ia na frente. Aí tinha um concurso, chamado Pantera. Aí a bicha, minha filha, fez uma presepada, amarrou uma corda no pé de árvore. No Mercado, na parte de cima. Menina, essa bicha se jogou de lá de cima e todo mundo pensando que a bicha tava se jogando de lá de cima pra se matar. Ela, vestida toda de pantera, ganhou o primeiro lugar. Porque pantera é mais performance. Bicha é pra se jogar, se jogue assim, caia no chão, aí Juninho fez sabe o quê? Juninho veio de gato, Júnior, que hoje tá malhado, Juninho ganhou o Pantera uma vez, sabe por quê? Ele veio de gato, ficou de quatro, fez igual a um gato, sentou, fez uma pose e começou a se lambar. Aí Frank disse: ‘bicha, você tem que fazer alguma coisa pra chamar a atenção, viado. Lá no Cotinguiba, na parte de baixo, aí você sai miando, Miaaaau, faça assim’”.

A narrativa de Bob traz elementos sobre um corpo que é mutável e adaptável, um corpo plástico, que se liga a um sentido que as travestis atribuem às roupas, à montagem, aos acessórios, o que vai muito além da ideia de um padrão estipulado por moda ou o que podem chamar de gosto. Escolher a roupa certa, o salto perfeito, os truques de maquiagem para esconder os traços de masculinidade, tudo isso faz parte do universo das travestis do Centro. A estética, nesse caso, também é uma forma de comunicar, de resistir e aparece, algumas vezes, como um indicador de níveis de masculinidade ou de feminilidade, a exemplo das travestis que, sem recursos para intervir em seus corpos, são achincalhadas pelas demais com nomenclaturas pejorativas como “viadinho”, “pobretona”, “miserável” e “morta de fome”. Tal comportamento serve tanto para incluir, como para excluir outras travestis do espaço da rua, destacando uma faceta menos honrosa do grupo ou a competitividade e disputa que existem nele.

Nesse sentido, ao analisar esse tipo de poder sobre a vida cotidiana dos indivíduos, Foucault (1988) reflete sobre o significado do corpo em um contexto de disputa de poder. Para ele, em qualquer “mundo”, clássico ou moderno, o corpo, além de ser controlado, é também administrado, sendo a sexualidade uma forma de agenciamento e controle muito potente.

O fator biológico, para Foucault (1988), é refletido no político e a isso ele atribui os conceitos de “biopolítica” e “biopoder”. Segundo o autor, o sexo serve não só para o controle

populacional, mas como uma “força” que é permanentemente suscitada pela sociedade. Para Foucault, a sexualidade é um dispositivo de poder e instaura uma ideia de “sexo” construída sob forma de fetichismo, história, submetidas ao todo e às representações das quais os atores sociais fazem parte. Nesse sentido, a atuação da sexualidade se dá através do dispositivo histórico de objetivação (o indivíduo como objeto de saber e ponto de aplicação de disciplinas) e subjetivação (o modo que o sujeito se reconhece como tal).

Este capítulo foi reservado à análise dos discursos dos habitantes da cidade, buscando convergências e diferenças entre eles. Em específico, realcei como é fabricada a narrativa travesti, marcada pela obstinação e confrontação aos planejamentos urbanísticos hegemônicos aplicados aos locais que ocupam, sobretudo, no caso desta tese, ao Centro aracajuano.

Partirei, no capítulo adiante, para um retrato etnográfico do trabalho, mesclando fotos e relatos das minhas interlocutoras.

CAPÍTULO V

No *close*: as travestis nas lentes de uma câmera fotográfica

No presente capítulo, decidi trabalhar, por meio da fotografia, a narrativa das travestis e o espaço estudado. Optei por registrá-las através das lentes de uma fotógrafa sergipana cujos profissionalismo e sensibilidade artística deixaram as interlocutoras à vontade, sem que esse instrumento, que é a câmera, viesse a interferir no trabalho delas ao longo das noites em que as fotos foram executadas. Muitos ângulos e paisagens estavam em minha cabeça, mas, por não dominar o ofício da fotografia, dividi com Priscila Silva o desafio de registrar cenas do cotidiano das travestis que venho acompanhando há alguns anos. A escolha de pensar a imagem fotográfica se deu para buscar ilustrar as questões que foram trazidas nesta tese, sobretudo no sentido de registrar o cotidiano delas e os locais por onde circulam, captando as interações, deixando que seus gestos e suas performances sejam representados através das imagens e trabalhando a dualidade fixação (da fotografia)/movimento (da rua).

5.1 Um olhar sobre o Centro da cidade

De acordo com Arlindo Machado (2005), os signos que se apresentam nas fotografias servem para “representar” algo que não está ali, ou seja, as representações fixadas nas fotografias não representam uma realidade, mas, sim, uma narrativa capturada e eternizada pelas lentes do fotógrafo. Em se tratando do contexto desta tese, a narrativa fotografada foi a do cotidiano das travestis, seja durante o dia, muitas vezes como esposa, dona de casa, filha, seja durante a noite, enquanto profissional, na rua.

Apesar de as fotografias serem vistas como recortes de contextos, elas suscitam uma série de interpretações acerca daquilo que querem comunicar. Para, então, melhor compreender a imagem, devemos buscar os sistemas relacionais que a constituem, a começar pelo autor/fotógrafo, que funciona como uma figura ideológica para proliferação de sentido.

É por isso que devemos pensar no poder mimético da imagem, na capacidade que ela tem de mudar de forma, transformar-se, a depender da perspectiva que o receptor tem sobre aquilo que está vendo e sobre o contexto em que ela foi captada. Assim, o desafio da Antropologia para traduzir as imagens é respeitar a simetria, a horizontalidade entre o fotógrafo/antropólogo e os

interlocutores registrados, de modo a comunicar a narrativa destes últimos o mais fielmente possível. Foi o que se procurou efetivar aqui.

Cabe consignar que, em se tratando de uma etnografia fotográfica da rua em interação com as travestis que nela atuam, com seus corpos montados flagrados durante trabalho, a visão é o sentido que irá fornecer o conhecimento e gerar distintas interpretações das várias histórias através do olhar do fotógrafo/antropólogo. Sylvia Caiuby Novaes (2009), em *Imagem e ciências sociais: Trajetória de uma relação difícil*, discorre sobre a visão, o olho pensado como um instrumento e a capacidade de enxergar com o intelecto.

Para a autora, a visão está ligada ao conhecimento, pois o modo de olhar uma cena transforma o mundo em espetáculo, como se, ao ver uma imagem ou ao se posicionar como espectador, o indivíduo estivesse observando algo que se passa por trás de uma janela. Novaes (2009), com isso, discute como esses sentidos são percebidos, hierarquizados, representados e valorizados social e culturalmente. O sentido da visão está ligado a um sentir mais abstrato, pois uma imagem pode desencadear várias interpretações a partir de quem a produz, de quem interage com ela e de quem a vê. Nesse passo, as imagens que produzimos acabam por dominar nosso cotidiano, muitas vezes substituindo a experiência.

No caso da etnografia visual, uma série de elementos está presente. Quando registramos uma cena, um local, uma pessoa, estamos trazendo elementos visuais à tona e trazendo para o leitor uma interpretação imagética daquilo que estamos testemunhando. Sob essa linha de raciocínio, podemos pensar a construção da imagem da rua e na rua como pensamos a construção de nossa visão de mundo, apresentando relações implícitas ou não, além de apresentar uma identificação legitimada e legitimável do fragmento produzido através de sua construção.

Aqui, o ensaio fotográfico foi realizado em espaços diferentes, partindo do espaço íntimo e privado das travestis até a chegada delas em seus pontos de trabalho, englobando os deslocamentos, idas e vindas com os clientes, de modo a apresentar alguns aspectos corporais que formam essa composição imagética. Se fragmentarmos essa realidade cotidiana em espaços, podemos pensar também que essas novas realidades possibilitadas pela criação através da fotografia são capazes de emergir como espaços de alteridade. Nesse sentido, os espaços de alteridade funcionam como fragmentos ou lacunas que nos alcançam e nos dão uma perspectiva, uma vez que não há possibilidade de ter uma visão geral do todo (PINNEY, 1996). Como a tese é

recheada de referências a lugares, pessoas e situações, apresentar o campo ao leitor, através de fotografias, foi alternativa para aproximá-lo do objeto e cenário em questão.

Mesmo que as imagens aqui expostas falhem na intenção de mostrar o campo de pesquisa na sua totalidade, é a incompletude da fotografia que a distingue de outros meios de comunicação, como a pintura e o desenho, por exemplo. O que está implícito nessa visão, muitas vezes incompleta, é o desejo de aprisionar o espaço temporal do mundo cotidiano, na captura da câmera. Assim, a fotografia pode ser usada como uma ferramenta para posicionar os corpos e os rostos dentro de uma narrativa, podendo ser usada também como um mecanismo de escape (PINNEY, 1996).

A disposição das fotografias desta tese foi pensada como um modelo de narrativa, partindo do espaço privado da travesti, a sua casa, chegando ao seu espaço de trabalho e à socialidade, na rua. A partir de um conjunto de entrelinhas, presentes nas escolhas dos ângulos, deixo o leitor livre para interpretações.

Fotografar requer paciência, é necessário preparar os olhos e os dedos para a captura da melhor imagem, o que pode acontecer a qualquer momento quando se está em campo. A preocupação com o momento em que os significados emergem da experiência, uma vez que os símbolos orientam nossa visão e percepção de mundo, é fundamental, porém, é preciso ter cuidado para não se deixar levar pelas preconcepções, uma vez que esses elementos norteadores podem desviar a nossa atenção e nos cegar.

A série de fotografias deste capítulo tentou apresentar imagens corpóreas e o que essas imagens significam para as travestis. Não são meras imagens de corpos, mas do que é produzido através das relações desses corpos com a câmera. Nesse caso, a fotografia atua como a criação de uma realidade, e não como a descoberta ou redescoberta de uma realidade já existente. A fotografia nos desestabiliza e nos coloca em confronto com a nossa própria individualidade (MACDOWELL, 2008).

Nesse sentido, a intenção não é fixar os corpos dessas travestis em tempos e espaços particulares, mas expor como esse corpo, quando colocado em superfície/evidência, pode se transformar e se mobilizar, podendo ser situado em qualquer tempo e espaço.

Apresento, então, a preparação e a noite do Centro da cidade de Aracaju com a narração de algumas de minhas interlocutoras⁵⁰.

⁵⁰ Todas as fotos que constam neste capítulo são de autoria de Elayne Passos e Priscila Silva, conhecida como Pritty Reis.



“Quando a gente chega, a gente encontra essa protetora, que é a travesti mais antiga, que já tá naquele ponto há um bom tempo, já conhece a rua, né? E vamos aprendendo também as coisas, a se proteger, a se cuidar, e também a ficar mais bonita”.

“A gente tem que se arrumar, né?! E eu já tenho muita prática, porque eu faço isso todo dia, indo pra rua ou não, a gente tem que se maquiar, se sentir bonita. Tem que tá tudo ajeitado, cabelo, a cara, e têm os truques, né?! Que é pra deixar a pele mais macia, mais limpa, dar mais volume na boca. Eu faço esse delineado também. Faço tudo rápido, é prática, todo dia fazendo, você acaba fazendo rápido mesmo”.

“Eu gosto de me montar ouvindo música, às vezes boto uma música romântica, internacional, outras vezes boto outras coisas, mas música é bom, eu gosto, anima. Na hora que eu tô me arrumando, passando batom, delineando, escolhendo a roupa, eu gosto de ouvir música”.





“Tinha medo dele pela forma da agressão, pela forma que ele abordava as travestis, ele roubava, ele se aproximava das travestis para tirar proveito, ele e os amigos. Quando dizia assim: O Vasco tá jogando, pode ter certeza que ele tava na rua, porque ele era torcedor do Vasco e quando o Vasco jogava, ele fazia aquele sambão, gastava o que tinha e o que não tinha e depois ia tirar das travestis. Eu fui uma também que sempre peguei pesado com ele, em alguns momentos, né, em ameaçar e tudo. Eu fui até ameaçada de morte por ele, eu lembro, uma época que eu temi, e fiquei assim sem querer ir pra rua, mas não, maior é Deus e eu vou. Isso também foi afastando as meninas, porque se chegasse alguma novata na rua e não transasse com ele, não ficava. Ele não permitia”.

“Esse homem infectou muitas. Muitas travestis que hoje são positivas (referência a soropositiva) graças a esse homem, e pra esse homem parar com tudo isso precisou da UNIDAS. Porque a UNIDAS não tinha nessa época. Quando a UNIDAS surgiu em 99, eu lembro de uma reunião que a gente foi no Siqueira Campos pra ver uma forma de conter esse homem, de parar com isso, alguns que estavam na reunião, tudo que foi discutido passou pra ele. E ele, numa bela tarde, invadiu a instituição, ele invadiu a instituição armado, com ameaças, e nesse dia, a assistente social tava lá, que era Nora, e ela ameaçou de chamar a polícia e ela fez uma denúncia. Ela fez uma denúncia, com a delegada na época e aí ameaçou de prender, teve audiência e tudo. Foi aí que ele amenizou com as travestis, porque ele sabia que se fizesse algo com elas, ele sabia que poderia acontecer algo com ele. Eu lembro que uma bela noite a gente estava no Banese, ali entre o Banese e o Bar do Meio da Rua, e chegou a notícia que ele tava internado. Quando muitos se organizaram para fazer uma festa de comemoração por ele estar internado, e quando ele morreu a gente virou a noite em festa. Muitas foram até o velatório, um velatório que tem lá no [Bairro] Santo Antônio para ter certeza que ele tava morto. Como naquela época a gente não podia se expor muito, então muitas foram disfarçadas, vestidas de uma forma que ninguém percebesse que era travesti que estava ali pra curiar alguma coisa, pra ter certeza de fato se não era mito que aquele homem tinha morrido mesmo, e aí a gente precisava de uma certeza. Quando a gente descobriu que foi verdade, você imagine o Carnaval feito no Bar do Meio da Rua. Foi uma festa de virar a madrugada inteira comemorando a morte dele, porque tipo, hoje

eu estou liberta, hoje eu posso circular no centro da cidade pra que ninguém impeça de eu transitar porque aqui é um espaço nosso, foi conquistado pelas travestis”.

Alma, 2017.



“Eu ficava, aí depois as bichas véia vinha furta, aí eu dava dinheiro, mas assim, nem todo, né, eu dava uma parte, porque eu ganhava muito. Era muita gente que me procurava nessa época, no Centro”.

“Por noite eu pegava uns 20. Eu era bastante procurada, eu era o sucesso do Centro”.

Tita, 2017.

“Parecia as paquitas, me bato minha fia com um gringo, um argentino conversando mais Serena, e esse homem quando me viu, ficou doido. Eita que agora deu. Aí Nina explicou a ele, aí ele ficou tentando falar em português pra eu entender, aí eu disse: me dê 50 centavos, que eu tomava um Dreher no meio da rua. Aí ele: onde tem uma casa de câmbio”.

Janine, 2017.

“Eu conheci várias, mas quem colocou (silicone) foi Maria da Cocada, ela ainda é viva, ela vinha pra Aracaju, ela é de Recife, vinha só pra fazer. Eu trabalhava, se você ver meus saltos, a minha roupinha. Eu ainda boto o salto, de vez em quando eu boto, pois eu milito, vou pra um barzinho de um colega meu”.

“Quando eu chego em casa eu boto um topzinho, uma sainha. Eu boto Laura Pausini, que eu gosto. (Ela canta um trecho de uma música da cantora)”.



“Aí o vigia disse bem assim: ói, cadê as meninas que mora ali na casa de Noah, ói uma amiga de vocês tá morta aqui na Maré Mansa. Aí eu fui. Lá no Mercado, onde ela morreu, ali na [rua] Apulcro Mota. Aí eu fui lá, aí eu olhei mais o finado Malta, aí ele ficou transtornado e disse, a partir de hoje você não trabalha mais. Vai fazer oito anos”.

“Nesse dia, foi Deus, porque foi uma surra, até as latas de lixo da rua voaram. Eu tava conversando mais Russo na porta. E o moleque, e Kiko, lá embaixo assim né, aticando a boneca e a boneca já em pânico. Só que eu não prestei atenção que eu tava olhando pra o moleque e o moleque novo, viçoso, e Malta agarrado no portão, atrás. Prestou não, minha fia, que quando eu vi, assim, que eu olho pra lá, ele: Muito bem, venha, entre Ceiça, agora. Foi pau. (risos)”.

“O policial deu um tiro no carro, entrou de um lado e saiu do outro nela. Ela tava com um cliente próximo ao quartel da rua de Itabaiana. O policial se aproximou pra dizer que ali não era o local, o homem aí arrancou, aí o policial viu que se arrancou é porque deve né, aí ele atirou, pegou justamente do lado dela. Ela morreu sentada. Não deu em nada, né?”.



“Eu me vestia de mulher mesmo, de salto, muita maquiagem. Já saía maquiada. Botava um shortinho bem curtinho, um topzinho, ia pegar um bronze na praia. Ave Maria, ainda hoje eu tenho um policial que me caça lá no Centro, juro por Deus do céu, juro por Deus”.

“Aqui bomba de cliente, e ninguém mexe não, porque sabe que aqui é nosso. Vem de tudo, velho, novo, policial, de tudo tem. Você vai ver, daqui a pouco começa a parar pra perguntar. Às vezes tem uns que passam sempre, mas nem sempre tem o aquié pra pagar o programa, aí a gente faz uma gracinha, pega na neca deles, mexe um pouco e eles saem felizes. Outra vez eles chegam com dinheiro, aí é serviço completo, né?”.

“A bicha era bonita viu, uma altura, uma morena, que o marido queria entrar na cova junto: eu vou, eu vou. Tudo truque. Desmaiou e tudo”.

“Ela ganhava um dinheiro! Ela batia o pé na Cosil, ói, o troféu imprensa. Os homens eram doidos por ela”.



“Eu não mexia com ninguém, eu ficava na paz. Jesus me levava pra casa, chegava quatro horas em casa, tomava banho, tomava café e descia pra rua, meu ponto já era ali mesmo. E se chegasse uma novinha, não ocupava não. Teve viado novo, os homens pagam, mandavam chamar: chame aquela dali pra mim. É porque eu não quero mais. Mas eu nunca busquei outra opção, foi só lá no Centro mesmo, tudo foi no Centro”.

Nina, 2017.

“Aqui já teve toque de recolher, eu já passei muitas noites na delegacia, tá pensando o que? (risos) Já tomei muito tapa da polícia, porque a gente se passava às vezes com o cliente, como é que ia fazer? A gente lá, fazendo as coisas, ia lá prestar atenção na hora? Quando saía, já tinha dado o toque de recolher, e aí era pau da polícia, era dormir em delegacia”.

“Já saí com homem rico, conhecido aqui, de poder, de posses, com um não, com muitos. Tem muita procura, viu? Muita mesmo. E tem muita maricona (homem mais velho passivo), muita maricona, que paga pra gente comer eles, pra eles chuparem, homens da sociedade, casados, ah minha filha, é tanta história, se eu fosse falar tudo...”.



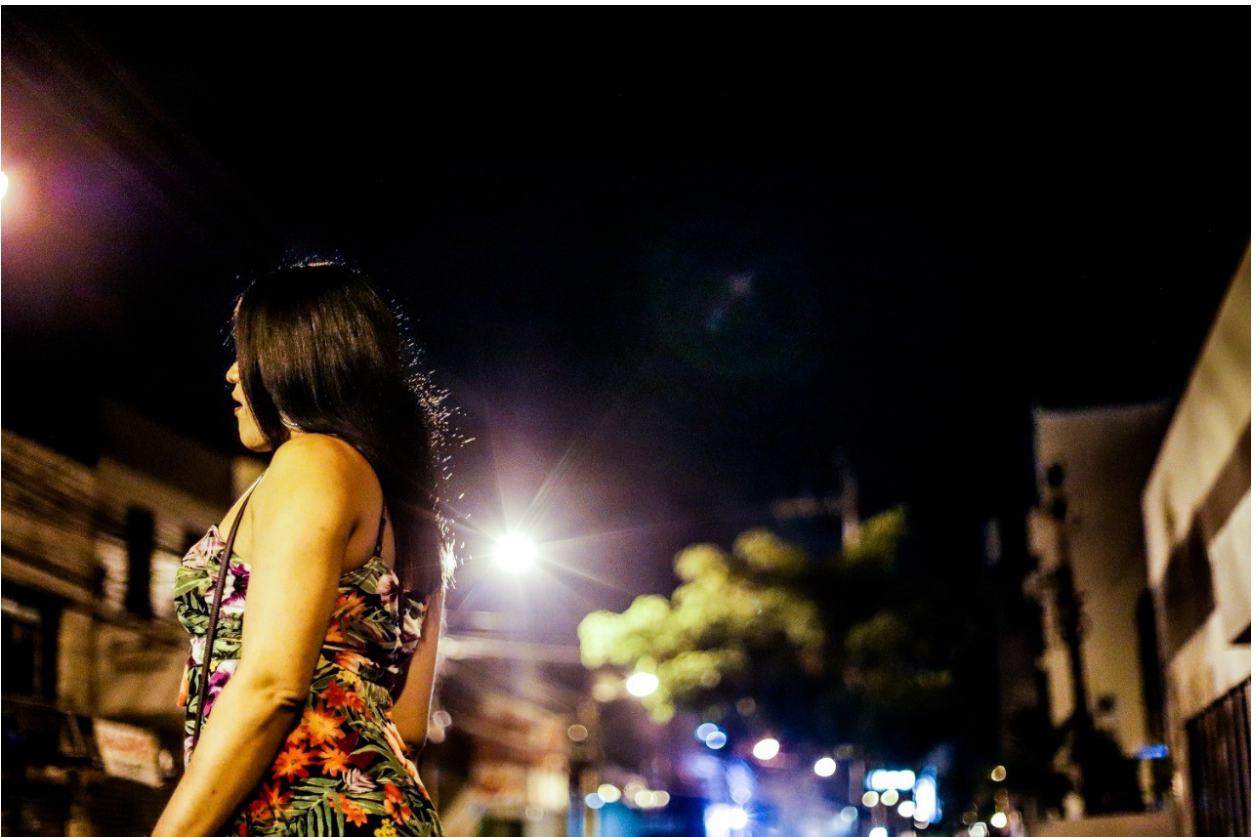
“Ah eu não gosto que pegue no meu cabelo não. Assim, você vê que tem gente que gosta e gente que não gosta. A maioria não gosta não”.

“As novinhas começaram tarde, a gente mandava elas irem pra vitrine. Elas ficam ali no entorno da Pacatuba, Estância e Itabaiana, porque existe uma hostilização no meio, então a proximidade desses pontos é estratégico, pois se algo acontece, aparece alguém pra defender, né?!”.

“As novas têm que chegar com humildade, não pode chegar no ponto das mais velhas com ousadia, têm que ter humildade com quem já tava ali há mais tempo. Porque têm umas que chegam e não sabem chegar, chegam com ousadia, sem respeitar quem já estava no ponto, e eu, sempre soube chegar e sair, de tudo, inclusive minha relação com os clientes também sempre foi assim. Até hoje, mesmo depois que eu saí da rua, tem cliente antigo que me procura, que fala que gosta de me procurar porque há uma relação de confiança, eles se sentem seguros, confortáveis, porque sabem que vou ter respeito, não vou expor”

Nora, 2017.

“Eu acolho, porque eu já passei por isso. Tem gente que vira a cara, eu não, eu acolho mesmo. A gente sabe que é difícil, agora assim, pra quem tá chegando, a gente deixa na vitrine mesmo, na avenida, os pontos mais escondidos, são os das mais antigas. Esses pontos são os melhores, porque não expõe as pessoas. Os clientes bons, que procuram sempre, já sabem, e isso é uma coisa que as novinhas têm que aprender também, não é só assim, chegar e já levar o ouro”.





“Deixe eu dizer, uma Mona, ela era muito minha amiga, Deus a tenha em um bom lugar, ela comprou um cadete vermelho, aí antes disso, quando ela comprou o cadete vermelho, ela foi pra Salvador, aí em Salvador, ela foi botar silicone. A finada Clio. Aí em vez de botar silicone, botaram óleo Johnson, quando é um dia aí, Clio tá andando no Banese, aí ela levantou assim a roupa, aí eu: Mona o que foi isso? Aí ela: o silicone. Aí eu: Mona, tá todo coisando, aí ela: não tem quem faça nada por mim, aí eu disse: eu faço. Naquela época, saiu logo aqueles papel higiênico de quatro rolos né, aí levou toalhinha, papel higiênico, um bocado de coisa, aí sentou na minha cama, aí tirava, era sangue, aquela salmoura, aquela coisa toda, aí Malta, esse viado, vai encher de doença na cama que eu durmo. Porque o finado era ousado. Aí eu disse assim: Malta, você não sabe o dia de amanhã. Clio escutou, aí ela disse assim: não se preocupe não, eu vou levar você pra Itália. Quando é um dia, que eu tô sentada na porta de casa, chego a me arrepiar, aí ela para o carro, vamos tirar as fotos, onde Leah trabalhava. Leah trabalhava tirando foto. Aí eu disse: o que é isso? Vamos tirar as fotos e tudo mais, aí eu: tá com os documentos? Aí eu peguei os documentos todos em casa, aí a Federal, aí você se lembra que a Federal era vizinho ao Palácio dos deputados? Ali na Ivo do Prado, que hoje tá pra vender aquele prédio. Aí ela tirou meus documentos tudo, quando é de noite, eu alegre, né, aí eu: ói gente, vou pra Itália, aí falaram a Malta: não deixe não que aí não vem mais não, tem um negócio grande, quando chegar lá, não volta mais não, vai ficar rica. Aí eu disse: meu fio, vamos fazer o seguinte, eu vou, ela não vai me cobrar, ela vai me levar numa boa, você vai ficar mais sua mãe e eu fico mandando dinheiro”.

Ceiça, 2017.



“Tá vendo esse negócio de coronavírus? A gente agora anda com álcool, com máscara, com tudo certinho, mas não pense que pararam de procurar não, viu? Você vai ver a quantidade de carro que vai parar aqui. Pode ter o vírus que for, a procura por sexo não para, escute o que eu tô lhe dizendo”.

“A gente continua saindo, né? Medo a gente tem, porque ninguém sabe desse negócio direito, desse vírus aí, mas a gente precisa trabalhar, né? E nosso trabalho é esse, né? Tem gente que ajuda com a cesta básica, a gente conseguiu lá pela Unidas, às vezes um dá um aquié a mais, mas não é sempre, e assim, o vírus tá aí, mas as contas também, né, mona? Como é que a gente vai pagar as contas? Agora, medo, a gente tem né?”.

“Agora tem também uns moleques que passam de bicicleta jogando frutas, tomates, essas coisas, pra machucar a gente. Uns moleques ousados, que gostam de fazer mangação, de agredir. Esses adolescentes que não têm mais o que fazer e ficam atrapalhando aqui a nossa vida. Mas nunca machucou não. É chato, né? A gente se assusta, porque assim, a vida nossa já tem muita coisa né, muita violência que a gente passa, aí qualquer coisa a gente já pensa que vai ser pior, que vai ser pra machucar mesmo”.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, tive a oportunidade de observar como o planejamento urbano da cidade de Aracaju e o poderio financeiro local têm pressionado e demarcado, engenhosa e progressivamente, as formas de ocupação da região central do município, sobretudo por comunidades desvalidas. O intenso diálogo estabelecido com um antigo grupo de travestis que habita o Centro aracajuano e nele labuta permitiu-me detectar uma série de projetos e intervenções que conduzem à interdição ou ao desacolhimento desse agrupamento marginalizado. Por outro lado, a mesma pesquisa em campo propiciou-me conhecer aspectos da vida das travestis, decifrar as alegorias que as envolvem e identificar os mecanismos de que elas se valem para desafiar a opressão cotidiana que sofrem.

Sem dúvida, sair de sala de aula e desviar-me, um pouco, da exclusiva companhia dos livros ou do computador, para estar ali, imersa no Centro, acompanhando as experiências das minhas interlocutoras na rua, foi um movimento complexo. Menos pelo lugar em si, ao qual já estava familiarizado, devido à minha trajetória pessoal e profissional. O campo, porém, demandou de mim, muitas vezes, a bem da conformidade e da integridade da tese, um recolhimento e uma sobriedade, diante das adversidades e dos dramas das travestis, difíceis de manter. Dia após dia, o asfalto e as sujeitas foram se desvelando para mim e materializando não números ou conceitos frios, mas uma realidade pulsante, ativa, tumultuada, imperfeita, enfim, plural, cheia de peculiaridades e lições. De maneira gradual, a minha inserção nesse universo novo foi sendo franqueada e, posso dizer, pude enxergar nas travestis verdadeiras guerreiras travando uma briga contínua e assimétrica por espaço, tanto físico, pelo direito de integrar a cidade, quanto social, na busca por respeito e reconhecimento enquanto partes integrantes da coletividade.

O exemplo de atuação da Unidas, a associação que reúne as minhas interlocutoras, despontou, assim, como um pujante palco para o esquadrinhamento do processo de construção da imagem da urbe: é que a insubmissão das travestis aos programas arquitetônicos e infraestruturais desenvolvidos no Centro ao longo dos anos transformou a segregação a elas imposta por esses planos institucionais em resistência e essa resistência resultou – além do próprio engajamento delas na constituição da ONG – na ressignificação daquela região. Tal constatação, então, expõe

uma dinâmica de ações e reações postas em prática pelos vários personagens que compõem a cidade, cada qual com seus interesses.

Mantendo-se nas ruas centrais, apesar dos “olhos tortos” de moradores da vizinhança, dos entraves colocados pelo poder político, da oposição de comerciantes locais, da truculência de parcela das forças policiais etc., as travestis formaram uma rede, com seus hábitos, regras, linguagem e até hierarquia, cujo propósito é fortalecer-se e apoderar-se da cidade, da qual são frequentemente banidas.

Logo, ao seguir essa rede, pude discutir a cidade pela ótica marginal. Penso que trazer esse ângulo da abordagem para a tese foi uma de suas principais contribuições para o debate sobre a ocupação dos espaços públicos, fugindo do enfoque exclusivamente voltado aos agentes dominantes, afinal, a cidade é composta não apenas por quem tem voz, mas, até mais, por aqueles que são frequentemente ignorados e, por isso, todo planejamento urbano deveria prestigiar a diversidade e a inclusão. Ao contrário, contudo, os projetos urbanísticos, muitas vezes, como já ressaltado no decorrer do texto, anulam a existência dos grupos periféricos e privilegiam os considerados mais legítimos, subjugando aqueles, espacial, corporal e moralmente, aos interesses destes.

No caso das travestis estudadas, no entanto, elas não declinam de permanecer no Centro, ainda que tenham de se adaptar às transformações urbanas instituídas verticalmente, mudando, por exemplo, de ponto ou tendo que recorrer ao que chamei, anteriormente, de “truques”. As travestis, desse modo, empatam a perseguida ordenação do lugar, guiada, quase sempre, pela lógica do dinheiro. Provocam, destarte, um rearranjo dos locais onde se fazem presentes, suscitando novas visões sobre eles, bem como outros aproveitamentos.

Dispersas pelo Centro de Aracaju, as travestis se distribuem em pontos estratégicos. É através da construção de laços, afetivos e/ou profissionais, que elas permanecem atuando na rua, exercendo seus trabalhos, estreitando relações e se camuflando na paisagem. É no asfalto que as travestis assumem a feminilidade e, ao “reinventar o gênero”, expandem muitas categorias antropológicas como parentesco, corpo, rua etc. Essa capacidade de romper com determinados padrões faz das travestis excelentes fontes para o conhecimento das estruturas que modelam a sociedade e os comportamentos locais.

Além de transformarem a paisagem com a simples presença do seu corpo, considerado por alguns como abjeto, as travestis fornecem uma lente de observação privilegiada de um espaço

que é conhecido por ser recortado e alterado conforme a temporalidade, conformando-se em um elemento de observação muito complexo. Durante o dia, o Centro é tomado por milhares de transeuntes que por ele circulam a fim de realizar ações de ordem burocrática, frequentando as repartições públicas e o comércio, em busca de supérfluos e bens de utilidades domésticas, na maioria dos casos. Em contrapartida, à noite, o que se vê é um cenário totalmente distinto, com uma circulação pequena de pessoas que buscam outro tipo de comércio, o sexual e/ou das drogas.

Não obstante o pouco acesso à instrução formal, por questões que foram discutidas ao longo da tese através dos relatos das travestis, pude obter *insights* muito fecundos, *insights* que permitiram que, tanto eu quanto o leitor que se interessar por esta pesquisa, obtivéssemos um relato substancial de um grupo muitas vezes subalternizado sobre as dinâmicas sociais ocorridas no Centro.

Na pesquisa em tela, conhecemos não apenas a linguagem e as formas de resistência e de permanência no Centro de um grupo frequentemente reprimido, mas as transformações históricas e arquitetônicas de uma região por diversas vezes esquecida, a partir do olhar privilegiado das travestis. Esse olhar sensível trouxe informações fundamentais para a compreensão de muitos aspectos do cotidiano da cidade e da forma como o Estado atua na condução das relações estabelecidas na rua, seja pela repressão, seja pela negociação, seja pela ausência.

Pensar na categoria “Mãe” como uma ferramenta necessária para o conhecimento dos fatores que permitiram o estabelecimento dessas travestis por tantos anos no Centro não nos faz apenas compreender as táticas e estratégias de resistência, mas também as novas concepções de família, para além dos imperativos do sangue e dos documentos, por exemplo. Ao mesmo tempo, nos ajuda a entender como é realizada a “política” na rua e como são estabelecidos os ordenamentos hierárquicos locais.

Enquanto o capitalismo e o Estado, com o intuito de controlar e de limitar o acesso dos espaços públicos da cidade a pessoas consideradas “de bem” (e o “bom”, para o sistema, é o ter), reivindicam um espaço higienizado, livre de corpos abjetos, as travestis subvertem a ordem e lutam para permanecer no Centro, mesmo com tantas investidas contra a sua presença. O aumento da iluminação, a retirada de bancos e de árvores, a fim de dificultar a circulação das travestis, mostram que, além de higienizar o Centro, o Estado deseja isentar-se de reconhecer a cidadania, a existência desse grupo. Com os direitos negados recorrentemente, até a possibilidade

de sobreviver por meio do trabalho é obliterado das travestis, pelo Estado que deveria protegê-las.

A resistência das travestis no Centro e a insistência em continuar ocupando-o convergem-se em um constante estado de tensão contra a ordem preestabelecida que deseja aniquilá-las. Embora muito negadas e hostilizadas por interesses econômicos e políticos, sob o pretexto de que elas afrontam e degradam o ambiente urbano e os “costumes” locais, as travestis da “velha guarda” da zona central aracajuana vêm tentando sobreviver às investidas, diretas ou indiretas, contra si, apropriando-se daquele espaço por meio de “truques” e “táticas”.

Portanto, aqui, busquei revelar as múltiplas feições do grupo estudado, bem como as contradições em torno dos pensamentos urbanísticos que incidem sobre ele, quase sempre silenciado – como acontece com a maior parte dos grupos socialmente subalternizados – quanto às suas possibilidades e aos seus direitos de ocupação da cidade. Cuidei de apresentar as disparidades que se constroem entre categorias e ambientes citadinos e a forma como as travestis se põem em face disso. Chego à inferência peremptória de que, ao batalhar (agora no sentido literal) e enfrentar os planos e intenções que lhe são impostos de cima a baixo, remodelando a si mesmas e os espaços que frequentam, as travestis do Centro de Aracaju vão conseguindo fugir dos condicionamentos da vida urbana e, à sua maneira, acumulam pequenas e sucessivas vitórias no seu propósito de serem vistas, ouvidas e respeitadas, o que serve de lição para muitos de nós.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Tradução por Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. **Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação**. Tradução por Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Yan Hamonic. 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

ANJOS NETO, João Dantas dos. Travestis em Aracaju: corpos e identidades. **Novos Debates** – fórum de debates em antropologia, v. 02, pp. 47-56, 2016.

ARACAJU, Prefeitura Municipal. Aracaju, março de 2001.

ARARUNA, Maria Léo F. B. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Revista Periódicus**, v. 1, pp. 133-153, 2017.

BARRETO, Luiz Antônio. O cotidiano do lazer nos bares, cinemas e cabarês. **Infonet**, Aracaju, 2005. Disponível em: <<http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/ler.asp?id=7&titulo=Aracaju150anos>>. Acesso em 24 de agosto de 2019.

BASTOS, Ivana Silva. A Visão do Feminino nas Religiões Afro-brasileiras. **CAOS -Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Número 14 – Setembro de 2009. Pág. 156-165. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/9A%20vis%C3%A3o%20do%20feminino.pdf>>. Acesso em 02 de julho de 2020.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, v.3)

_____. **Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe**. Tradução por Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. Paris, a capital do século XIX. In: **Sociologia**. Tradução por Kothe. São Paulo: Ática, 1985.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

BEZERRA, Felte. A eterna questão do parentesco. In: **Análises antropológicas: Estudo teórico**. Rio de Janeiro: Dois pontos, 1986, pp. 199-224.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos.** São Paulo: Annablume, 2006.

BOTELHO, Tarcísio R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. **EURE** (Santiago Imprensa), Santiago de Chile, v. 31, n. 93, pp. 53-71, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos des “sexo”.** Barcelona: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Bodies that matter.** On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, [1993], 2011.

_____. **O Clamor de Antígona: Parentesco entre a vida e a morte.** Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

_____. **Notes toward a performative theory of assembly.** Edição do Kindle. Harvard: Harvard University Press, 2014.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução por Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis.** Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CARDOSO, Vânia Zikan. Narrar o mundo: Estórias do “povo da rua” e a narração do imprevisível. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, pp. 317-345, 2007. .

CASTRO, Gustavo de. Espaços e afetos intermitentes no imaginário – As Cidades Invisíveis de Ítalo Calvino. **Esferas**, ano 03, n° 4, Janeiro a Junho de 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer. Tradução por Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHAGAS, Eliana. **Travestis reunidas na praça Gal. Valadão.** Arquivo Pessoal. Aracaju, 2014.

_____. **Comemoração do aniversário da Unidas na praça Gal. Valadão.** Arquivo Pessoal. Aracaju, 2015.

CHAVES, Rubens R. **Aracaju, pra onde você vai?** Edição do autor, 2004.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica:** Antropologia e Literatura no Século XX. Organização e revisão técnica de José RegiBob Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. **Culturas Viajantes.** São Paulo: Papyrus Editora, 2008. _____. **A experiência etnográfica:** Antropologia e Literatura no Século XX. Organização e revisão técnica de José RegiBob Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. **Aracaju dos anos 90:** crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

CRAPANZANO, Vincent. Sundered Subjects and Opaque Others. In: **Anthropology and Humanism**, v. 21, n. 2, pp. 135-139, 1996.

CUNHA JÚNIOR, Lincoln Nascimento; DAMIÃO, Carla Milani. O conceito de fantasmagoria na teoria da modernidade de Walter Benjamin. In: **Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)**, Natal, nº 62, jul. 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/6033.htm>>. Acesso em 11 de dezembro de 2019.

D'ANGELO, Marta. **Arte, política e educação em Walter Benjamin.** São Paulo: Editora Loyola, 2006.

DINIZ, Dora N. L. **Aracaju:** A Construção da Imagem da Cidade. Dissertação de Mestrado. FAU-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal de São Paulo, 2009.

EVANS-PRITCHARD. E.E. **Os Nuer.** Tradução por Ana M. Goldberger Coelho. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

FRANÇA, Vera. **Aracaju:** estado e metropolização. São Cristóvão: ed. UFS, 2000.

FRANGELLA, S.; RUI, Taniele. Corpos Precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade. **POLÍTICA & TRABALHO**, v. 47, p. 23-38, 2017.

FREIRE, Augusto Henrique Monteiro. **Urbanização de Aracaju desde sua fundação até 1995.** 1999. Monografia (Especialização em Análise Econômica) – Núcleo de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

FREITAG, Bárbara. **Cidade dos homens.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

_____. **Teorias da cidade.** Campinas: Papyrus, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução por Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. De espaços outros. Tradução por Ana Cristina Arantes Nasser. **Estudos Avançados**, v. 27, n.79, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300008#1a>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

FRÚGOLI JR., Heitor. As cidades: história, razão, ruínas e utopias. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, São Paulo, jun. 2004.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

_____. **Problemas Centrais em Teoria Social: Ação, estrutura e contradição na análise sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HELMS, Mary W. **Ulysses' Sail: An Ethnographic Odyssey of Power, Knowledge, and Geographical Distance**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução por César Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LANGDON, Esther Jean. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 12, pp. 13-36, 1999.

LEÃO, Eudorica Luciana Almeida; SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. Prostituição, cidade e imprensa: um ensaio sobre Aracaju na Era Vargas (1937-1945). **Cordis. História, Corpo e Saúde**, n. 7, jul./dez. p. 311-336, jul./dez. 2011.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, SP: Editora Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Editora Vozes, 1982.

LIMA, Eduardo Rocha. VIDAS INFAMES E ESPAÇO REVITALIZADO: O CASO DA PRAIA DE IRACEMA EM FORTALEZA. In: **II URBICENTROS**, 2011, Maceió. URBICENTROS II – Morte e Vida dos Centros Urbanos, 2011.

LIMA, Elaine F. **ENOBRECIMENTO URBANO E CENTRALIDADES: A (Re)Invenção do Centro Histórico de Aracaju**. 2008. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2008.

_____. Enobrecimento Urbano e Centralidade: o processo de 'revitalização' do Centro Histórico de Aracaju. In: Rogerio Proença Leite; Eder Claudio Malta Souza. (Org.). **Cidades e Patrimônios Culturais: investigações para a iniciação à pesquisa**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013, v. 1, p. 21-41.

LIMA, Vivaldo da Costa. **Lessé Orixá – nos pés do Santo**. Salvador: Corrupio, 2010.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. **A Trajetória urbana em Aracaju em tempos de interferir**. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisa (INEP), 1983.

MACHADO, Arlindo. In: SAMAIN, Etienne (Org.). **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec/CNPq, 2005.

MACDOWELL, Pedro de L. Geografia do gênero: do (não) lugar de travestis e outros abjetos na cidade. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu – MG, 2008.

MAGNANI, José Guilherme. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. **Revista de Antropologia**. v. 35. São Paulo: FFLCH/USP. Departamento de Antropologia, 2002.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, junho de 2002.

_____. **Mystica Urbe**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. In: **NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP**. Disponível em: <www.n-a-u.org/ruasimboloesupoorte.html> Acesso em: 14 de janeiro de 2013. (*Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em Cadernos de História de São Paulo 2, jan/dez 1993, Museu Paulista-USP).

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural, 1976.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: Otília Arantes e Ermínia Maricato. **A cidade do pensamento único: Desmanchando conceitos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

LIMA, Sidney M. de. **Paisagens da História: formação e ressurgimento do Mercado Central na imagem simbólica de Aracaju**. Monografia de Conclusão de Curso - História Licenciatura. Universidade Federal de Sergipe, 2004.

MELINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi**. 3 ed. Aracaju: UNIT, 2007.

NOGUEIRA, Francisco Jander. “**Mariconas**”: itinerários da velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades. 2013. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal da Paraíba, 2013.

NOVAES, Silvia Caiuby. Imagem e Ciências Sociais, trajetória de uma relação difícil. In Barbosa, A., Cunha, E. e Hikiji, R.: **Imagem-Conhecimento**. Campinas: Papius.

ODÍLIA, Maria. Imagem. In: **ARACAJU**, Prefeitura Municipal. Aracaju, março de 2001.

OLIVEIRA, Marcelo José. **O lugar do travesti em desterro**. 1997. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

OLIVEIRA, M. F.; HENRIQUE, W. A cidade gentrificada: uma breve análise das formas e funções urbanas performativas de Feira de Santana-BA. **I Simpósio cidades médias e pequenas da Bahia**, v. i, p. 1-15, 2009.

ORTNER, Sherry. Uma Atualização da Teoria da Prática; Poder e Projetos: Reflexões sobre a Agência. In: **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 19-80.

PASSOS, Eduardo. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 2010.

PASSOS, Elayne Messias. **Intervenções urbanas e ressignificações no centro de Aracaju: um estudo acerca do Beco dos Cocos**. Dissertação apresentada ao Núcleo de pós-graduação e pesquisa em Antropologia, Universidade de Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS**. 2007. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal de São Carlos, 2007.

_____. **Abjeção e desejo:** uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê:** a prostituição viril em São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PEREIRA, Everton Luis. Linguagem e comunicação: revisão dos conceitos centrais da etnografia da fala. In: **Ilha**. Revista de Antropologia, 2009, pp. 306-312.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Era uma vez o beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, v. 27, n. 53, p.11-23, jun. 2007.

PINNEY, Christopher. A história paralela da Antropologia e da Fotografia. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS e do Núcleo de Antropologia e Imagem-NAI, Rio de Janeiro, UERJ, Vol.2, 1996 (pp. 11-29).

PRANDI, R. **Herdeiras do Axé:** Sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual:** Práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N-1 edições, 2014.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. Sistemas africanos de parentesco e casamento. In: MELATTI, Júlio César (Org.) **Radcliffe-Brown:** Antropologia. São Paulo: Ática, 1978.

SANTANA, Mariane Cardoso de. **Vislumbres do vazio:** Apropriações artísticas em espaços residuais de Aracaju. 2007. Monografia. Programa de Arquitetura e Urbanismo/Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SARTI, C. A. Contribuições da Antropologia para o estudo da família. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 69-76, 1992.

SILVA. Hélio R. S. Silva. **Travestis:** entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, p. 78-90, 2010.

SIMÕES, Júlio Assis. O negócio do desejo. **Cadernos PAGU**, São Paulo, 2008. Disponível em< <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a22.pdf>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2019.

SIQUEIRA, Monica Soares. **Arrasando Horrores!** Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidades e itinerários urbanos de travestis *das antigas*. 2010. Tese de Doutorado. Programa de Antropologia/Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

STEEDLEY, Mary. **Hangin' without a rope:** narrative experience in colonial and postcolonial Karoland. Princeton: Princeton University Press, 1993.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. **O Gênero da Dádiva:** Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Polinésia. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

_____. **Parentesco, direito e o inesperado:** parentes são sempre uma surpresa. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

TORRES, Díjna A. **Mulher Nagô:** Liderança e parentesco nas religiões afro-brasileiras. Curitiba: Appris, 2015.

TRINDADE, Z. A. As Representações Sociais e o cotidiano: a questão da maternidade e da paternidade. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 9, n. 3, pp. 535-538, set-dez 1993.

TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas.** Niterói: Eduff, 2017.

VILAR, José Welligton Carvalho. La Evolución Urbana. In: **La Expansión Del Área de Consumo:** La Vieja y la Nueva Centralidad intraurbana de Aracaju. TOMO I. (Tesis Doctoral) Granada, 2002.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade:** estudo sobre marginalidade avançada. Tradução por João Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WAGNER, Roy. **O parentesco analógico:** um exemplo Daribi. Tradução por João Lucas Moraes Passos. Chicago: Chicago University, 2019

WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality, In: **Content of the form.** Baltimore: John Hopkins University Press, 1987: 1-25.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. Tradução por Marina Corrêa Treuherz. In: VELHO, Otávio (Org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe (1930-1972).** Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horiz. antropol.,** Porto Alegre , v. 12, n. 26, p. 123-147, Dec. 2006 . Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 13 de junho de 2020.

GLOSSÁRIO

1. **Alibã:** polícia;
2. **Amapô (mapô):** mulher;
3. **Aqüé:** dinheiro;
4. **Aqüendar:** esconder;
5. **Azuelar:** furtar;
6. **Baculejo:** ato de revistar transeuntes;
7. **Batalhar:** significa o trabalho na rua, a batalha;
8. **Bate:** pode ser lido como “batalhar”;
9. **Cona:** ver “maricona”;
10. **Cú ligeiro:** pega o cliente das outras;
11. **Desaqüendar:** revelar;
12. **Entrar na vida:** o início na prostituição;
13. **Estágio:** período de teste da travesti para ir a Europa;
14. **Graxeirar:** serviço doméstico;
15. **Mãe:** travesti mais velha que acolhe, ensina e agencia outras travestis;
16. **Maricona:** homossexual masculino mais velho;
17. **Mona:** mulher, ou homossexual masculino afeminado;
18. **Montada:** arrumada, maquiada;
19. **Morcego:** só sai durante a noite;
20. **Multa:** taxa paga pela travesti que descumpre alguma ordem. Pode ser aplicada pela travesti mais velha, pela cafetina ou pela “Mãe”;
21. **Neca:** órgão sexual masculino;
22. **Penoso(a):** avarenta (o);
23. **Regalo:** presente;
24. **Truque:** “valer-se de recursos diversos que otimizem a aparência, as condições de trabalho, entre outras situações, referindo-se sempre ao ‘se virar’ com o que têm em mãos (PELÚCIO, 2009, p. 26);
25. **Varejão/varejista:** cobra um valor baixo no programa;
26. **Viciosa:** cobra um valor baixo no programa;

- 27. **Vitrine:** a exposição nas calçadas;
- 28. **Xunxu:** arma de fabricação caseira.

ANEXO I

Quadro Sinóptico das Interlocutoras Travestis

| NOME | IDADE | ORIGEM / ESTRATO SOCIAL | ESCOLARIDADE | COR | TEMPO DE ATUAÇÃO NO CENTRO (EM ANOS) | ACIDENTES | EUROPA |
|------|-------|--------------------------------------|-------------------------------------|--------|--|---|--------|
| Alma | 47 | Extremamente pobre – Estrato E | Ensino Fundamental Incompleto | Negra | 34 | - Luta corporal (<i>track; atraque</i> , na linguagem local); - Abandono em lugar ermo após o programa; - Ataque de transeuntes (pedradas); - Sofreu um ataque de um cliente que jogou contra ela óleo de motor de carro; - Ataque com arma branca (carrega cicatriz na perna). | - |
| Bob | 48 | Baixa classe média – | Ensino Médio | Branco | - | - | - |

| | | | | | | | |
|--------|----|--------------------------------|-------------------------------|--------|----|---|-------------------------------------|
| | | Estrato C | Completo | | | | |
| Ceição | 50 | Extremamente pobre – Estrato E | Alfabetizada | Negra | 35 | - Luta corporal; - Queimaduras após desentendimento com o cafetão; - Documentos queimados pelo cafetão. | - |
| Cléo | 40 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Fundamental Incompleto | Negra | 25 | - Luta corporal; - Abandono em lugar ermo após o programa. | - |
| Janine | 47 | Baixa classe média – Estrato C | Superior Completo | Branca | - | - Cárcere privado; - Luta corporal com os cafetões e cafetinas. | Trabalhou apenas na Europa (Itália) |
| Kyka | 42 | Baixa classe média – Estrato C | Superior Incompleto | Branca | 24 | - Cárcere privado no período que atuou na Itália; - Retenção de passaporte, na Itália. | Atuou na Itália |
| Lena | 36 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Fundamental Completo | Branca | 20 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | - |
| Mariah | 45 | Vulnerável – | Ensino Médio | Branca | 25 | - Luta corporal; | Atuou na |

| | | | | | | | |
|----------|----|--------------------------------|-----------------------------|--------|----|--|------------------------------|
| | | Estrato D | | | | - Agressões verbais. | Itália |
| Marissa | 50 | Baixa classe média – Estrato C | Ensino Fundamental Completo | Branca | 35 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | Itália |
| Maya | 47 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Fundamental Completo | Negra | 30 | - Luta corporal; - Problemas decorrentes do uso do silicone industrial para bombar o corpo. | - |
| Nalva | 42 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Médio Incompleto | Negra | 24 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | - |
| Nora | 45 | Extremamente pobre – Estrato E | Alfabetizada | Negra | 32 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | - |
| Olga | 43 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Médio Incompleto | Negra | 25 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | - |
| Patrícia | 45 | Vulnerável – Estrato D | Alfabetizada | Negra | 30 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | Atuou na Espanha |
| Raiane | 42 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Fundamental Completo | Negra | 25 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | Atuou na Itália |
| Rívia | 35 | Extremamente pobre – Estrato E | Ensino Fundamental Completo | Negra | 20 | - Espancamento com fraturas; - Luta corporal; - Agressões | Atuou na Itália e na Bélgica |

| | | | | | | | |
|--------|----|--------------------------------|-----------------------------|-------|----|--|--------|
| | | | | | | verbais. | |
| Sarah | 27 | Extremamente pobre – Estrato E | Alfabetizada | Negra | 15 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | - |
| Serena | 50 | Baixa classe média – Estrato C | Ensino Fundamental Completo | Negra | 35 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | Itália |
| Tita | 35 | Vulnerável – Estrato D | Ensino Fundamental Completo | Negra | 10 | - Luta corporal; - Agressões verbais. | - |

Observação 01: A tabela apresenta as interlocutoras mais frequentes, que compõem o núcleo essencial da pesquisa, muito embora o campo tenha se estendido pela observação/diálogo de um grupo maior de travestis atuantes no Centro de Aracaju.

Observação 02: As idades e período de atuação são aproximados, pois, como advertido no corpo do texto, há uma dificuldade em ter acesso à documentação oficial delas e as próprias interlocutoras têm preferência por não revelar dados que denotem antiguidade.

Observação 03: A formatação dos campos origem/estrato social e escolaridade é baseada no modelo adaptado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ANEXO II

Roteiro de Entrevistas

Entrevista 1 – Guarda Municipal

1. Vocês estão há quanto tempo na instituição?
2. A quantidade de Trabalhadoras Sexuais diminuiu vertiginosamente?
3. O senhor lembra do Bar do Meio? Como era?
4. O Bar do Meio era um lugar de alto índice de criminalidade?
5. Os 4 Bar, lembra? Um que era perto do hidroviário, na rua da frente.
6. As travestis trabalhadoras da noite praticavam sexo com os clientes na região do Bar do Meio e dos 4 Bar?
7. Por que houve diminuição da presença de trabalhadoras do sexo no Centro? É por que não houve uma renovação? As mais velhas foram saindo, e as mais novas foram chegando, você tem alguma hipótese?
8. Como é que vocês se relacionam com esses indivíduos que habitam, frequentam esse espaço aqui? A relação é cordial, são construídos laços de amizade? É possível isso?
9. Percebi com a minha pesquisa que a maior parte dos crimes que ocorrem aqui são por arma branca. Eu até conversei com Dr. Mário Leony, embora ele seja do BHPP, né? Ele me concede entrevista e ele falou que, pra ele, uma das hipóteses é que o crime por arma branca geralmente não é premeditado, né? Vocês acompanham muito isso?
10. E envolve esses indivíduos que eu estou mapeando?
11. Quais as regiões que são mais frequentes esse tipo de ocorrência?
12. Onde ficava o bar do Meio mais ou menos?
13. Quanto ao uso desses prédios por esses indivíduos, vocês acompanham muito o uso de ocupações, tanto fixas como temporárias para praticar sexo ou pra usar os entorpecentes?
14. E vocês conseguem ver isso durante a madrugada?
15. Você não vê o ato (sexual)?
16. Quando fiz minha primeira pesquisa, comecei a pesquisar em 2010, e na pesquisa, eu não via isso nesse horário, eu via mais tarde, meio que ficou mais cedo, vocês percebem isso também?

17. Antes eu vinha aqui às 22h, 23h, mas eu não conseguia ver tanto como estou vendo agora. Eu venho às vezes para o espetinho da Fausto Cardoso e fico lá, vocês veem o uso da força para demarcação desse lugar pelas mulheres? Por exemplo, se eu chegar agora, novata, vai ter briga?
18. Entrevistei uma travesti que está inclusive na Universal, e ela tá com o vírus HIV muito intenso, e ela está muito debilitada, muito doente, e ela me falou que quando ela era viciada em crack, quando ela tinha força, ainda ela batia carteira, só que ela chegou num nível de indignância tão grande, que o jeito foi ir para a igreja, porque ela não consegue mais bater carteira porque ela batia carteira, corria, e agora ela não consegue mais correr. Vocês conhecem outras pessoas que são assim, assíduas no centro, que chega num grau de indignância que não consegue nem mais assaltar?
19. Há um constrangimento, quando, por exemplo, vocês pegam um indivíduo que é heterossexual e aí ele acaba envolvido numa ocorrência com uma travesti. Vocês percebem que há um constrangimento? Porque tem pessoas que ocultam essas relações, né?
20. As ocorrências acabam tendo a mesma natureza né? Bebida, droga...
21. E quando tem eventos como o Forrozão, o Forró Caju, ou esses natalinos que eu citei, com esse contingente restrito que vocês têm, o que acontece?
22. Há uma resistência em trabalhar nessa região por outros colegas?
23. E a praça que tem a feirinha? Eu vi que foi bem problemática a retirada dela, né?
24. Com a retirada da feira, melhorou?
25. E aqueles feirantes que não estavam diretamente envolvidos com isso, vocês viram se a prefeitura fez alguma política pública?
26. E o beco dos cocos? Eu pesquisei e eu vi que ele foi ponto desde os melhores cabarés daqui de Aracaju e hoje só vejo lojas.

Entrevista 2 – Travestis

1. Apresentação da entrevistada.
 - Fale um pouco de você;

- Onde mora, grau de instrução, com o quê trabalha?
1. Quando começou a trabalhar no centro?
 2. Por quanto tempo trabalhou no centro?
 3. Descreva a paisagem do centro no período em que começou a frequentá-lo?
 4. Por que o centro foi escolhido para o trabalho?
 5. Por quais ruas, praças, etc., você transitava?
 6. Qual a relação que você tinha com esses lugares?
 7. Como surgiu a Unidas?
 8. Qual o papel desempenhado pela Associação?
 9. Hoje, ainda, frequenta o centro?
 10. Compare as condições de trabalho anteriores as de hoje, no centro.
 11. Durante o tempo em que frequentou o centro visualizou ou foi atendida por alguma política pública voltada para a sua categoria?
 12. Viu outras categorias (moradores em situação de rua, usuários de drogas etc.) serem atendidos por alguma política pública?
 13. Acompanhou ou participou (através de entrevistas, por exemplo) de alguma intervenção/reforma ocorrida no centro?
 14. De que forma as intervenções ocorridas no centro alteraram a sua vida e a dinâmica do seu trabalho?
 15. Qual a sua opinião sobre as reformas ocorridas no centro no final dos anos de 1990?

16. Descreva a paisagem atual do centro e as condições de trabalho das travestis que continuam a atuar naquele espaço.

Entrevista 3 – Delegado da Polícia Civil Mário Leony (Ativista LGBTQI+ e pesquisador da Acadepol)

1. Há quanto tempo o Senhor é delegado? Já atuou profissionalmente em torno das demandas LGBT?
2. É de conhecimento público que há muitos anos o Senhor atua no DHPP, mas, em algum momento da sua trajetória profissional, atuou junto ao DAGV? Se sim, como se deu essa atuação?
3. De forma genérica, o Senhor atuou no Centro de Aracaju? Se sim, como se deu esse movimento?
4. Quais ocorrências mais se destacam nessa região da cidade?
5. Em relação aos grupos LGBT, quais as ocorrências mais significativas?
6. Há algum quadro estatístico para registrar esse tipo de demanda?
7. Existe algum mapeamento de zonas, na região do Centro, com maior incidência de crimes contra essa população?
8. Os agentes da polícia são treinados para lidar com essa comunidade?
9. No seu cotidiano presenciou ou escutou relatos sobre a presença das travestis no Centro, muitas se estendendo, inclusive, até o entorno do DHPP e do próprio DAGV?
10. Como o Senhor descreveria a relação entre os agentes da polícia com as travestis quando, por exemplo, adentram as delegacias?
11. Existe alguma disciplina formal a respeito das atribuições do DHPP e do DAGV, na hipótese de uma sobreposição de atuações, por exemplo: um assassinato ou tentativa de assassinato de uma travesti?
12. O Senhor tem conhecimento se a Polícia Civil possui projetos em elaboração ou em execução voltados para a comunidade LGBT, especificamente os membros que circulam pelo Centro ou para a população que circula pelo Centro em geral? No final do ano de 2018 houve um assassinato de uma travesti, Laysa Fortuna, com grande repercussão, ocorrido

no Centro de Aracaju, próximo a Delegacia de Grupos Vulneráveis (DAGV) que também trata dessas questões. Existe alguma atuação focada para essa região central, que notoriamente tem uma presença significativa de travestis? Há alguma atuação específica junto ao DAGV ou o próprio DHPP para a atuação em defesa desses grupos?

13. Existem instituições/pessoas parceiras? Como se dá essa parceria? Quais são as principais?
14. Como o Senhor enxerga a situação das pessoas LGBTs em Sergipe sob o ponto de vista da cidadania, da inclusão, da efetivação dos seus direitos, do preconceito?
15. Tendo em vista a situação muito comum de hipossuficiência (financeira, educacional etc.) das travestis, sobretudo as do Centro, como garantir o acesso delas às políticas e instituições de segurança pública?
16. Existe algum caso, ou alguns casos, que chamaram a atenção do Senhor, durante a sua atuação na Polícia Civil?

Entrevista 4 – Promotor de Justiça Francisco Lima Júnior (Presidente da comissão de promoção dos direitos LGBTs do MPSE)

1. Há quanto tempo o Senhor ocupa essa função e quais as atribuições desse ofício/gabinete/comissão?
2. Em que contexto surgiu essa comissão? Há algum regimento normativo (regimento interno) que regulamenta o ofício?
3. Como o Senhor foi designado para atuar nessa função (eletivo/indicação livre/existe algum requisito legal)?
4. Quem compõe esse gabinete (atua isoladamente ou com outro promotor; na ausência do Senhor) (qual a constituição: número de servidores, estagiários) (há um perfil específico para atuar nesse gabinete)?
5. Quais são as questões mais recorrentes que o Senhor percebe no cotidiano da comissão?
6. Quais são as matérias sob a incumbência do gabinete (cível, penal etc.)?
7. Como é a atuação judicial e extrajudicial?
8. O gabinete possui projetos em elaboração ou em execução voltados para essa área?

9. Existem instituições/pessoas parceiras? Como se dá essa parceria? Quais são as principais?
10. Como o Senhor enxerga a situação das pessoas LGBTs em Sergipe sob o ponto de vista da cidadania, da inclusão, da efetivação dos seus direitos, do preconceito?
11. Há um mapeamento voltado para localizar as áreas de maior incidência de problemas que afligem essa comunidade?
12. No final do ano de 2018 houve um assassinato de uma travesti, Laysa Fortuna, com grande repercussão, ocorrido no Centro de Aracaju, próximo a Delegacia de Grupos Vulneráveis (DAGV) que também trata dessas questões. Existe alguma atuação focada para essa região central, que notoriamente tem uma presença significativa de travestis? Há alguma atuação específica junto ao DAGV para a atuação em defesa desses grupos?
13. O Senhor tem ciência se o Ministério Público possui alguma promotoria de assuntos urbanos com atuação naquela região central que acaba por afetar essa comunidade?
14. Tendo em vista a situação muito comum de hipossuficiência (financeira, educacional etc.) das travestis, sobretudo as do Centro, como garantir o acesso delas as políticas públicas que assegurem os seus direitos e a sua cidadania?
15. O Senhor tem conhecimento de alguma política pública espacial em vigor para a manutenção e qualidade de vida e sobrevivência dessas travestis no seu espaço laboral, que é o Centro?
16. Como o Senhor, enquanto integrante do sistema de justiça, enxerga a maneira com que os órgãos públicos e as instituições jurídicas se relacionam com as travestis e o seu espaço de trabalho?
17. Existe algum caso, ou alguns casos, que chamaram a atenção do Senhor, durante a sua atuação no gabinete?

Observação 01: Os roteiros de entrevista transcritos apresentam os questionamentos preestabelecidos formulados por mim, muito embora o desenrolar das conversas invariavelmente faziam surgir novas perguntas.

Observação 02: Nem todas as entrevistas citadas nos roteiros acima foram expressamente mencionadas no corpo da tese, muito embora tenham contribuído para a consolidação do texto.